

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO

ANDRÉ URBAN KIST

DISCURSO REVOLUCIONÁRIO NA GREVE GERAL DE 1917 EM SÃO PAULO

SÃO LEOPOLDO
2018

André Urban Kist

DISCURSO REVOLUCIONÁRIO NA GREVE GERAL DE SÃO PAULO EM 1917

Defesa de dissertação de mestrado apresentado como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Área de concentração: Identidades e sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Solon Annes Viola

SÃO LEOPOLDO

2018

K61d Kist, André Urban.
Discurso revolucionário na greve geral de São Paulo em
1917 / André Urban Kist. – 2018.
176 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais, 2018.
“Orientador: Prof. Dr. Solon Annes Viola.”

1. Análise do discurso – Aspectos políticos. 2. Greves e
lockouts – São Paulo (Estado). 3. Trabalhadores – São Paulo
(Estado) – Atividades políticas. 4. A Plebe (Jornal). I. Título.

CDU 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

AGRADECIMENTOS

No processo de elaboração dessa dissertação muitas pessoas estiveram presentes e participaram, com diferentes intensidades, sendo as vezes presenças cotidianas e outras em encontros marcantes, entre ausência e presença. Não poderia deixar de fazer alguns agradecimentos especiais.

Ao professor Nadir Lara Junior, pelos anos de orientação e ensinança, percorrendo um caminho que virou amizade e que segue produzindo frutos de trabalho e produção coletiva.

À professora Monika Dowbor, que me acolheu num momento extremamente importante, soube escutar e desfazer alguns “nós” da pesquisa.

Ao professor Solon Viola, que ao final da pesquisa e em momento inesperado, acatou as últimas dúvidas que foram virando respostas.

Esses mestres contribuíram imensamente na construção e realização dessa pesquisa, e por isso sou muito grato. Contribuíram, portanto, na minha formação acadêmica, nesse caminho de busca pelo conhecimento, desenvolvimento do desejo de pesquisa. Certamente que esses encontros foram ora marcados pelo acolhimento e orientação, mas também pelo caminho da liberdade e de uma construção horizontal de pesquisa. Me parece um privilégio ter encontrado 3 professores que defendem essa postura.

Aos meus pais, que contribuem desde sempre com todo o carinho, apoio e sensibilidade possível diante das minhas escolhas, conquistas e fracassos.

Um agradecimento especial à Lisiane, companheira no amor e na amizade, incentivadora dessa trajetória pessoal e parceira de muitos sonhos e realizações. Teu amor, apoio, carinho e compreensão foram fundamentais.

Ao pessoal da Comuna do Arvoredo, sou grato pelos anos de parceria, convívio, compartilhamento de sonhos e alegrias. Em especial ao Marcelo, Henrique, Mari, Emiliano, Mateus, Edu, que, seja por curiosidade ou por paciência, possibilitaram conversas relacionadas ao processo de escrita e pesquisa. À Lisi e Fabi agradeço especialmente pela leitura atenta e crítica do texto, incentivando e contribuindo no processo de finalização.

À todas essas pessoas, com quem nutro relações muito cotidianas, agradeço também pela compreensão nos momentos de ausência - física e/ou mental - e distanciamento. Apesar desse sentimento pessoal, passaram a sensação de que estamos juntos para o que for!

Aos colegas do Grupo de Estudo, em especial Karinne, Uilson, Fernanda, Jheine, Rayra, Felipe, Alessandra e Cris que acompanharam fases do meu mestrado, e com quem partilho e divido

a construção de um espaço informal de interrogação e produção de conhecimento, de reflexão e de trocas que ajudam e possibilitam a continuidade do trabalho clínico e da reflexão continuada entre psicanálise e política.

À Elis, Anamaria, Tiago, Laine, Renan, Gabi, Matias, Vitor, Gabriel, Lawrence e Eduardo, com quem troquei insatisfações assim como excelentes ideias a partir das nossas diferentes e/ou semelhantes trajetórias, relações de escutas e dizeres da experiência acadêmica e luta política, acolhendo momentos de dificuldade e produzindo inspirações, e algumas conclusões.

A CAPES agradeço o auxílio financeiro que possibilitou essa formação.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar o discurso produzido pelos militantes d'A Plebe durante a Greve Geral de 1917 em São Paulo. A partir do tema revolução, construímos a distinção entre saber revolucionário e discurso revolucionário, produzindo relações entre estrutura e acontecimento, entre discurso e ruptura. Nessa relação de aproximação e distinção de noções, buscamos aprofundar o olhar analítico acerca das experiências revolucionárias e seus desdobramentos, articulando teorias políticas e discursos narrativos sobre a experiência que é campo empírico da pesquisa, contando a partir de diferentes olhares de interpretadores e agentes da Greve Geral as narrativas desse acontecimento. Finalmente, articulamos tais narrativas sob o construto de discurso revolucionário e o discurso produzido pelo jornal A Plebe, o produto final desta pesquisa.

Palavras-chave: Greve Geral de 1917, Revolução, Discurso, Acontecimento, Política.

RESUMEN

Esta investigación tiene como principal objetivo analizar el discurso producido por los militantes de A Plebe durante la huelga general – Greve Geral - de 1917 en São Paulo. A partir del tema revolución, establecemos la distinción entre saber revolucionario y discurso revolucionario, produciendo relaciones entre estructura y acontecimiento, entre discurso y ruptura. En esta relación de aproximación y distinción de nociones, buscamos profundizar la mirada analítica acerca de las experiencias revolucionarias y sus desdoblamientos, articulando teorías políticas y discursos narrativos desta experiencia que se configuró como campo empírico de la investigación, contando a partir de diferentes miradas de intérpretes y agentes de la Huelga General – Greve Geral - las narrativas de ese acontecimiento. Finalmente, articulamos tales narrativas bajo el constructo de discurso revolucionario e el discurso producido em el periodico A Plebe, producto final desta investigación.

Palabras clave: Greve Geral de 1917, Revolución, Discurso, Acontecimiento, Política.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DO SABER REVOLUCIONÁRIO AO DISCURSO REVOLUCIONÁRIO.....	11
2.1 Revolução e saber revolucionário.....	11
2.2 Discurso e saber revolucionário.....	21
2.2.1 Discurso, psicanálise e saber revolucionário.....	26
2.3 Revolução e discurso revolucionário: acontecimento e política.....	42
2.3.1 A hipótese do discurso revolucionário: emancipação e igualdade.....	48
3. GREVE GERAL DE 1917.....	52
3.1 A situação Greve Geral 1917.....	53
3.1.1 A situação internacional.....	53
3.1.2 A situação brasileira: a questão social e organização dos trabalhadores.....	58
3.1.3 - Os acontecimentos: greve geral!.....	65
3.1.4 As interpretações.....	76
3.2 Anarquismo no Brasil.....	82
4 – DISCURSO REVOLUCIONÁRIO NA GREVE GERAL DE 1917.....	90
4.1 - Discurso revolucionário e totalidade: uma interpretação, uma ética e um desejo do sujeito coletivo.....	92
4.1.1 Discurso revolucionário e a Guerra.....	99
4.1.2 Discurso revolucionário e a questão social.....	107
4.2 Discurso revolucionário e suspensão do poder: Simbólico, Imaginário, Real.....	117
4.2.1 O sujeito coletivo e os espaços de organização: elementos simbólicos de aglutinação.....	119
4.2.2 O sujeito coletivo imaginário no poder de São Paulo e o Comitê de Defesa Proletária.....	123
4.2.3 O sujeito coletivo real e a política: as Ligas Operárias de Bairro e o Comitê de Defesa Proletária.....	134
4.2.3.1 Repressão.....	142
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160
APÊNDICE A.....	170

1. INTRODUÇÃO

“O que restou do labor dos “novos filósofos”, que nos iluminaram, isto é, emburreceram durante trinta anos? Qual é o último destroço da grande máquina ideológica da liberdade, dos direitos humanos, da democracia, do Ocidente e de seus valores? Tudo isso se reduziu a um simples enunciado negativo, modesto como constatação, nu como uma mão: no século XX, os socialismos, únicas formas concretas da ideia comunista, fracassaram totalmente” (BADIOU, 2012, p.9).

A partir desse enunciado negativo, do “fracasso comunista” orientado nas suas “formas concretas” experimentadas no século XX, introduzo essa pesquisa, resultado da convicção determinada que tal enunciado é sustentado por um raciocínio simplista, que é preciso vê-lo com alguma desconfiança.

O antagônico, em seu polo oposto, resguarda dois sentidos inequívocos: primeiramente, o “sucesso”, tão paradigmático quanto o fracasso. Portanto, revoltar-se contra a situação endêmica de pobreza e desigualdade social, acúmulo ininterrupto do capital financeiro e suas transformações, exploração e violência entre grupos e uso irresponsável de matérias-primas e dos recursos da natureza (para citar apenas alguns problemas que relacionamos ao capitalismo), seria contestar algo que, apesar dos problemas, “está dando certo”.

Ou então, paralelo ao paradigma fracasso-sucesso, sua resignação em relação à “ordem capital-parlamentar ou Ocidental” (BADIOU, 2012, p.8), criando o sentido que “querer mais é querer pior”. Há, aqui, uma significação que precisa romper as fronteiras do imaginável e do possível quando esbarramos em tal sentimento, e pensar que também o desejo é parâmetro de resistência imanente ao fracasso e àquilo que consideramos “efetivo”.

A relação desse tema com o desejo e romper as fronteiras do que está colocado, encontra seu sentido com a psicanálise, como campo teórico que venho trabalhando em sua relação com a política e as ciências sociais em geral. Nesse sentido, já atentamos para a dimensão da revolta enquanto um termo importante para nomear a tentativa permanente dos sujeitos para inscrever um desejo político (KIST; LARA JUNIOR, 2016). Assim como o fizemos com o trabalho de coletivos de resistência que produzem experiências para a ampliação do desejo de transformação do sistema capitalista, paralelo e muitas vezes independente no campo institucional e formalizado das lutas políticas (KIST; APPIO; LARA JUNIOR, 2017).

É importante dizer, ao nível pessoal e enquanto pesquisador, sobre os eventos que acenderam um desejo e também romperam barreiras em direção às possibilidades revolucionárias e

seus fracassos. As jornadas de junho de 2013, no Brasil, assim como acontecimentos paralelos no mundo (Primavera Árabe, Occupy Wall Street) ainda reverberam pulsões na direção desse impossível, e suscitam perguntas (sem respostas) sobre os efeitos e criações desse período, resultado de construções políticas plurais que, num futuro próximo, poderemos analisar com maior lucidez.

Decidimos, porém, apesar da influência viva desses momentos, não analisar situações contemporâneas, o que não quer dizer uma posição indecisa: trata-se da aposta nesses eventos como ímpares na recente trajetória de lutas políticas, assim como a convicção de que precisaremos de mais elementos para apontar e delinear as devidas aproximações e os distanciamentos da relação entre, por exemplo, os acontecimentos de 2013 e a complicada crise política que se instaura nesse momento no Brasil, assim como uma crise econômica e avanço da lógica neoliberal ao Estado.

Como uma crítica às relações estreitas entre o Estado e o capital (transporte), aos modos de representação e construção unilateral dos partidos (grupos de coletivos, partidos, associações e indivíduos), afastados da base e das pautas radicais, os Bloco de Lutas (Porto Alegre) e Movimentos Passe Livre (São Paulo, Bahia) acabaram enredados e sufocados por uma intensificada polaridade que parece estreitar novamente o campo de possibilidades, deslocando o centro da discussão política para a exclusiva questão das urnas¹.

Diante disso, atenta-se ao caráter a-histórico que delimita os desejos e aspirações envolvidas aos processos revolucionários: citando Elisée Reclus, combatente da Comuna de Paris, Decouflé (1970, p.46) nos lembra desses atos que corroem a história, criando o caráter imanente da ideia de revolução: “nós somos mortais, mas nossa causa é imortal”.

Esse caráter imanente faz transpor a própria ideia de continuidade de uma sequência de fatos, diretamente relacionados a partir de suas causas e consequências diretas, como estabelecer entre 1789 e 1871 (França) apenas a negativa constatação que todas essas lutas tenham engendrado, enfim (BADIOU, 2012, p.56) a “Terceira República, ainda hoje considerada por alguns a era de ouro da cidadania”, inaugurada após o massacre de milhares de militantes revolucionários da Comuna de Paris na “semana sangrenta” de 1871. Entre um acontecimento e outro, na irrupção e formação de massas e levantes (1789-1830-1848-1871), há provavelmente suas especificidades e singularidades em relação as causas e motivos dos desejos por uma revolução, assim como pontos de encontro e correlações da luta contínua dos revolucionários e seus discursos.

Minha inquietação foi determinada por esse ar de derrocada das ideias revolucionárias,

¹Aqui, há portanto um jogo de disputas e de lutas que vai das manifestações pelo transporte (2013), ocupações nas escolas (2015), como exemplos de lutas paralelas e de um possível grau de independência (ao menos em seu formato e sua característica política aquém/além das urnas) destas lutas com o impeachment de Dilma Rousseff (2016), a retirada de direitos do governo de Temer, e as eleições de 2018.

como se estivéssemos enquanto coletividade num campo de impossibilidade para pensar as estratégias e discursos que se orientam nessa direção. A justificativa da pesquisa baseia-se em tal condição fracassada, enredada com uma hipótese, fortalecida por Badiou: a direção que os pesquisadores orientam seus questionamentos sobre revolução pode estar fixada entre o parâmetro do fracasso e da efetividade, ou então para estruturas clássicas consolidadas no século XX como soluções revolucionárias (os partidos comunistas) e a pura relação entre vertentes doutrinárias que defendem (ou negam) a todo custo uma ou outra solução.

Em 2017, ano em que essa pesquisa foi desenvolvida, completava-se o centenário da Greve Geral de 1917. Foi pensando nas características de levantes que irrompem diante da ordem estabelecida e provocam paralisações importantes e atos de violência, articulados com uma ideia descentralizada de política (através das Ligas Operárias de Bairro) que fizemos essas relações.

Tendo o anarquismo como um elemento bastante perceptível no campo das disputas políticas deste evento, fizemos as relações entre os acontecimentos que podem inscrever um desejo revolucionário através da revolta e da rebeldia, e de um certo fracasso no que diz respeito à aspiração revolucionária.

Foi com alegria que, agora ao final da pesquisa, tive contato com documentário organizado por Carlos Pronzato (2017), entrevistando os maiores pesquisadores da Greve Geral de 1917 no Brasil, cujo argumento de alguns pesquisadores permite estabelecer relações entre esse acontecimento e as jornadas de julho de 2013, provocando maior convicção naquilo que, poderia ter sido, mera intuição.

O objetivo com esse trabalho não é fazer relações diretas entre um fato e outro. Mas o processo de pesquisa permitiu construir relações entre certas características de acontecimentos insurrecionais e seus elementos políticos (espaços políticos e efeitos construídos a partir desses acontecimentos) com a ideia de revolução.

Tratando dos objetivos retomamos a ideia da hipótese comunista (BADIOU, 2012). O fracasso das experiências revolucionárias não refuta a possibilidade que uma revolução aconteça. Cada qual com suas especificidades, seu contexto histórico, seus embates ideológicos. É esse sentido que pretendo dar à construção de uma narrativa sobre a Greve Geral de 1917 em São Paulo, orientado tanto para a análise do discurso que ela produziu e produz, quanto para os novos sentidos que esse discurso pode produzir.

Pensando no campo empírico e acontecimento em si (a Greve Geral de 1917 em São Paulo), a dimensão estrita do fracasso e da efetividade nos afasta da definição da revolução, num sentido categorizável do termo, pois essa reflexão não se orienta sobre a tentativa de definir o que ela é.

Partimos do pressuposto que uma revolução carrega também sua impossibilidade: as experiências revolucionárias reforçam a hipótese da possibilidade de uma emancipação coletiva, produzindo novos horizontes para outras experiências, num contínuo processo de construção.

A problemática do que é uma revolução tem estrita relação com os termos 'fracasso e efetividade'. Entendemos que a Greve Geral de 1917 pode ser uma dessas experiências, embora ela não se inscreva como uma revolução propriamente dita: não houve a tomada de poder e a instauração de um governo revolucionário. Esse é o impasse que pretendemos aprofundar com o capítulo 2 da dissertação.

As leituras feitas possibilitaram a delimitação de duas noções que desenvolveremos nesse capítulo: o saber revolucionário e o discurso revolucionário. O saber revolucionário é aquilo que é possível de ser categorizável, é o campo do discurso da revolução que está estruturado num saber passível de ser colocado nos dicionários. As experiências e teorias revolucionárias, ao longo do tempo, vão produzindo cristalizações discursivas que encontramos nos dicionários e nas fórmulas de revolução, mas esse não é o elemento exclusivo de seu discurso, é sua parte componente e mais explicitada.

Por outro lado, os discursos revolucionários² são elementos estruturantes do saber revolucionário, discursos produzidos através das experiências que aspiram a uma revolução e que contêm elementos passíveis de ser identificados como dialogando com sua lógica. Esses elementos estão mais próximos da noção de saber revolucionário, pois dialogam com a ideia de interpretações estratégicas e fenomenológicas, que visam produzir uma certa categorização das experiências e a práxis dos agentes.

Ao mesmo tempo, o discurso revolucionário produz e é produzido por elementos contraditórios, não nomeáveis, que se perdem em seu processo de estruturação de saber revolucionário e podem ser articulados pelo pesquisador, que analisa o discurso sobre uma experiência histórica, manejando dados de sua fundamentação teórica, a partir das interpretações dos eventos e discurso dos próprios agentes.

A distinção proposta tem menos sentido conceitual, adquirindo uma noção teórico-metodológica para a análise dos dados, o que foi possibilitado pelo desenvolvimento geral da pesquisa. Nesse sentido, nossos resultados iniciais criaram um caminho que liga essas duas noções, através de um elemento, o enunciado-síntese 'tomar o poder de forma violenta'.

É que nas tentativas de compreender o tema da revolução percebe-se que, independente de diferenças que surgem nas concepções dos autores, o ato de tomar o poder de forma violenta se

²Ao longo do texto pretendemos elaborar e desenvolver melhor a ideia de que, quando apresentamos o termo discurso revolucionário, em alguns casos, cabe seu uso no plural.

repete como elemento definidor da ação revolucionária, como aquilo que é mais evidente e consensual diante deste tema.

Portanto, entre o saber revolucionário e o discurso revolucionário, há um elo de ligação: se a revolução pretende se dar a partir da tomada de poder e instauração de um governo revolucionário, o saber revolucionário está mais ligado às efetividades de tal ato como na França de 1789 e 1871, na Rússia de 1917, China (1949) e Cuba (1954).

Por outro lado, o discurso revolucionário é produzido num movimento de tensão do poder estabelecido, ou como chamamos de um ato de 'suspensão do poder', que está presente tanto em suas formas “efetivas” assim como diante dos seus fracassos. Ou seja, a hipótese inicial aqui desenvolvida é que a partir desses elementos teóricos a Greve Geral de 1917 foi um movimento de tensão e suspensão do poder, e assim engendrou um discurso revolucionário.

Além de promover esse ato de suspensão, o discurso revolucionário, seguindo algumas orientações teóricas (BADIOU, 2012; RANCIERE, 1996), também produz em seu discurso as características de um sujeito coletivo. Ou seja, diante do vazio do poder, esse discurso engendrado no antes-durante-depois da situação, criou um sujeito coletivo apto a tomar o poder. Esse sujeito coletivo não assume sempre e necessariamente a característica localizável e concreta, como um sujeito coletivo encarnado num partido, ou num grupo revolucionário. Ele se articula entre elementos reais, simbólicos e imaginários através do discurso.

No capítulo 3, apresento a contextualização histórica que permeia a greve e algumas questões sociais de sua eclosão, assim como apresentação dos grupos e agentes envolvidos e a descrição propriamente dita dos dias de paralisação e alguns dos seus efeitos. Essa contextualização é apresentada a partir de interpretadores da Greve Geral de 1917.

Nesse sentido, apresento algumas interpretações políticas dessa situação histórica que permitem fortificar nossa impressão de que esse acontecimento é visto sob as ruínas do seu fracasso, ou seja, daquilo que tornou falha a tentativa de um processo de ruptura maior ou de garantia de conquistas aos trabalhadores da época.

Essa ambiguidade engendra uma disputa tanto nos sentidos de interpretação, assim como na disputa posterior entre anarquistas e comunistas, que trabalhamos apresentando tal ambiguidade, sem poder necessariamente solucioná-la.

No capítulo 4, apresento o campo empírico a partir da análise de edições do Jornal A Plebe, que teve sua produção e circulação iniciada um pouco antes dos acontecimentos de julho de 1917, e acompanhou o processo da greve em si assim como seus desdobramentos. Analisando as 15 edições entre junho e setembro de 1917, foi possível articular algumas hipóteses e formulações teóricas iniciais.

A análise desse jornal, construído por militantes e grupos organizados proporcionou o encontro de elementos para construção de um discurso revolucionário e de um sujeito coletivo desse discurso, apresentado em suas diferentes formas, dialogando com a realidade através de interpretações sobre a I Guerra Mundial e à questão social da época, assim como uma descrição qualitativa da política e desse sujeito coletivo portador do discurso.

2. DO SABER REVOLUCIONÁRIO AO DISCURSO REVOLUCIONÁRIO

Nesse capítulo, discorro sobre a forma que foi construído o problema da pesquisa, desde uma busca inicial aos dicionários até a sua utilização de caráter político. Esse movimento inicial permitiu uma compreensão disparadora do problema e o entendimento a respeito do tema revolução, através da produção de um enunciado-síntese: tomar o poder de forma violenta.

Apresento a fundamentação teórica que vai da noção de discurso (com influência psicanalítica) em interface com o tema revolução, aproximando autores como Alain Badiou e Jacques Ranciere, analistas de situações revolucionárias e acontecimentos políticos (BADIOU, 2012), ou de atos e perspectivas revolucionárias (RANCIERE, 2010), produzindo conceitos explicativos para compreender e analisar tais fenômenos.

As noções 'saber revolucionário' e 'discurso revolucionário' circunscrevem a delimitação da problemática a se investigar e analisar, delineando o tema revolução e ampliando a possibilidade de estendermos algumas definições da temática, a partir do campo empírico da pesquisa. Nossa intenção é que, ao largo a ao fim deste capítulo tal definição esteja compreensível ao leitor e amarre nossa fundamentação teórica à Greve Geral de 1917.

2.1 Revolução e saber revolucionário

O termo revolução tem seu sentido transformado ao longo do tempo. Embora hoje engendre um sentido fortemente político, não foi sempre assim. No século XVI, seu uso era empregado no sentido astronômico, para designar o percurso e a trajetória de planetas e estrelas, como um ponto de partida que percorre um caminho e volta ao seu ponto inicial, um processo cíclico e permanente (WILLIAMS, 2007, p.357).

Em estreita relação com os sentidos etimológicos de termos como rebelar e revolta, que implicam uma dimensão de inversão, como um grupo que destitui um líder para colocar outro em seu lugar (WILLIAMS, 2007, p.358). Aqui, o termo ainda tem um sentido cíclico e de retorno ao mesmo.

O significado de revolução ganha seu caráter atual no século XVIII, quando passa a ser atribuído a eventos políticos únicos “que nos confrontam, direta e inevitavelmente, com o problema do começo”, não são apenas meras mudanças e produzem o sentido de “dar origem a algo inteiramente novo” (ARENDDT, 1988, p.17).

O termo ganhou seu sentido político no século XVIII, na medida que foi se desfazendo de termos como revolta, rebelião e motim. Mas é apenas no século XVIII que assume definitivamente a criação de uma nova ordem, de um levante criado para dar origem a algo novo (WILLIAMS, 2007, p.359).

Tomar o poder de forma violenta é o sentido que emerge de uma primeira busca nos dicionários de ciências sociais acerca da revolução³. Todas definições gerais citadas pressupõe esse movimento (esse ato, ação) executado por determinados agentes (sujeitos) da ação, no que diz respeito a uma (tentativa de) mudança política, social e econômica no sistema capitalista⁴.

Em Outhwaite e Bottomore (1996), trata-se de uma tomada violenta e ilegal de poder; ou então uma “alteração brusca” (as vezes sangrenta e violenta) na ordem social, política e institucional vigente (BIROU, 1996), a destruição dessa ordem (THINES e LAMPEREUR, 1970); uma forma de irrupção e radicalidade nas estruturas políticas e sociais (SILVA e NETTO, 1987); a derrocada de autoridades existentes (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000); luta por uma nova ordem social, e troca de uma velha ordem (WILLIAMS, 2007), uma mudança radical em movimento às antigas formas, mudanças na estrutura e grupo no poder, nos modos de produção (COHAN, 1981).

Esses atos políticos visam produzir mudanças profundas nas instituições governamentais (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996), modificar as ordens vigentes (BIROU, 1966) ou propor uma alternativa a elas (sistema político e/ou estrutura social) (THINES e LAMPEREUR, 1970), substituindo autoridades e assim provocando mudanças profundas nos âmbitos políticos, jurídico-constitucionais e socioeconômicos (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000); pretendem implementar uma nova ordem social violentamente e radicalmente (WILLIAMS, 2007), instituir novas formas não experimentadas de estrutura social (COHAN, 1981).

Nos dois parágrafos acima percebe-se uma dimensão sintetizadora daquilo que é uma revolução, e aquilo que ela pretende modificar. Abaixo, descreveremos o restante do achado na pesquisa inicial, que visa dar conta de quem são os agentes revolucionários e suas características, assim como a forma ou o método que já foram pensados ou empregados para uma tentativa revolucionária entrar em operação.

Os agentes desse ato normalmente são multidões urbanas e/ou camponesas, multidões entusiasmadas e incontroláveis (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996). As mudanças ou tentativas

3Os autores e obras que me baseio são dicionários de ciências sociais e políticas. Conferir Williams (2007), Bobbio; Matteucci e Pasquino (2000), Outhwaite e Bottomore (1996), Silva e Miranda Neto (1987), Cohan (1981) e Birou (1966).

4Não pretendemos, portanto, tratar das revoluções enquanto mudanças fundamentais (RAYMOND, 2007), como a Revolução Industrial ou Científica (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996), ou as revoluções “não políticas” - termo bastante contraditório – ou genuínas em Silva e Netto (1987).

de mudanças são acompanhadas e legitimadas através de um amplo apoio popular (THINES e LAMPEREUR, 1970); uma revolução é um movimento de massa com pretensão subversiva da política e do sistema social (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2000), mobilizadas por forças organizadas (BIROU, 1960) ou levantes (WILLIAMS, 2007).

Embora existam casos de conquistas de poder através de eleições (o caso da Alemanha nazista) ou por pequenos grupos (“revoluções das elites”, de “cima para baixo” - Turquia, 1921 e Egito, 1952), dos quais nos falamos Ouhwaite e Bottomore (1996), Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) adicionam o termo Golpe de Estado Palaciano, como movimento que tem intenção exclusiva de substituir autoridades. Para estes autores, a tomada de poder pode ocorrer por um pequeno grupo (um Golpe de Estado Reformista), que introduz pequenas mudanças.

Outro fator importante é a existência de perspectivas analíticas e teóricas. Como é o caso das análises que refletem sobre as causas favoráveis para que uma revolução aconteça, ou suas consequências, como nos mostram Ouhwaite e Bottomore (1996), Cohan (1981), Birou (1960). Parece-nos relevante que Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) apontem o fundamento teórico destas análises, criticando suas contradições.

É importante retomar as considerações de Decouflé (1970, p.8) sobre uma obstinada ênfase para “a determinação das causas das revoluções e de seus respectivos limites cronológicos”, sob o risco de se reduzir a uma caracterização trivial” (p.9), tentando não simplificar o tema diante de respostas à questão “em que condições poderá uma revolução eclodir?” (p.10).

Trata-se de uma *causa* impossível: primeiro, pressupondo características causais, impõe-se consequentemente um fator normativo e estruturado: *para uma revolução acontecer é necessário tais e tais condições*. Em termos descritivos, essas análises são importantes e devem ser feitas, desde que localizadas e contextualizadas, evitando a pretensão de estabelecer objetivos prescritivos. Não é possível, ao nosso ver, a formalização das experiências e dos discursos revolucionários a partir de critérios equivalentes a um script preestabelecido.

Em segundo lugar, cria-se também uma espécie de dualidade na ontologia revolucionária, da sua existência através de critérios, tornando implícita também sua impossibilidade (se não corresponder a tais critérios), excluindo condições que fogem ao script.

Não quero relativizar condições econômicas, premissas e situações e definições do Estado, ou das formas de organização popular, por exemplo, que dificultam ou aceleram processos: a questão que abordo é que a possibilidade revolucionária e os desejos por essa transformação não estão meramente no campo de condições reais, causas e efeitos claros, sua possibilidade é (e deve ser) imanente para que entre em operação um discurso em direção à revolução. Existe algo de inominável na causa da existência da experiência revolucionária.

Como desdobramento dessa impossível tarefa de delimitar uma causa, é inevitável pensar em fatores que podem contribuir para tanto, ou que se repetem ao longo da história. Como no fundamento da contradição entre “forças produtivas e formas burguesas de produção” que produzem a possibilidade revolucionária “na sequência de uma nova crise”, apontadas por Marx a respeito dos conflitos franceses do século XIX (2008a, p.183).

Hobsbawn (1977), diferente de Marx, está provavelmente privilegiado pelo distanciamento temporal dos acontecimentos iniciados em 1789 e percorridos ao longo do século XIX, contribuindo com elementos que demonstram o tamanho da crise e os conflitos e interesses imperiais em jogo.

No final do século XVIII, com os avanços na área da comunicação e do transporte, por exemplo, instaura-se um novo período de relações entre pessoas, culturas, e uma mudança na capacidade de troca desse encontro. A Revolução Industrial inaugura um período em que prevalece o mercado exportador sobre o mercado doméstico (HOBSBAWN, 1977, p.51), modificando completamente a organização espacial das cidades, produzindo o aumento da população e novas necessidades em relação à produção de alimentos, constituindo uma nova mão de obra e uma nova lógica econômica na história (p.64).

O fato de colocar em cheque sistemas de produção e forças produtivas em transição, cria ainda outras questões, “ingredientes” de uma revolução: miséria e descontentamento social - principalmente em áreas de concentração urbana (HOBSBAWN, 1977, p.55), questões surgidas a partir do campo das necessidades básicas e as urgências do processo vital (ARENDDT, 1988, p.47-48).

Hobsbawn (1977) localiza a “era das revoluções” nas experiências do final do século XVIII, na Europa da Revolução Industrial (Inglaterra, a partir de 1780) e Revolução Francesa (1789-1848). Para Arendt (1988), a experiência da revolução como tal entra em questão no campo político a partir da Revolução Americana (1776) e com a Revolução Francesa (1789).

Para ambos os autores, mais precisamente em relação ao acontecimento francês, esses fenômenos tiveram como novidade a inscrição de um novo grupo social no campo político, a partir da questão social: antes destinada aos homens livres (livres de todas as preocupações relacionadas com as necessidades da vida), a multidão na França faz enunciar no campo político a voz dessas pessoas que não eram livres, pois estavam “presas as necessidades do dia-a-dia”. Essa multidão de “pobres e oprimidos que em todos os séculos passados tinham estado ocultos na obscuridade e na degradação (ARENDDT, 1988, p.39).

As questões que giram em torno das causas, provavelmente resguardam um fundamento: rejeitamos as possibilidades que criam condições específicas para generalizar os acontecimentos revolucionários. Mas entendemos que fatores causais são as formas que os agentes encontram para

construir um discurso em direção a ideia de revolução, como uma interpretação que fazem do mundo a ser mudado.

A Revolução Francesa de 1789, diferente de outros momentos, não tinha lideranças claras em sua irrupção, mas criou-se um consenso de ideias gerais que dava unidade sob o grupo social da “burguesia” e ideias influenciadas pelo liberalismo clássico, que não movimentaram essencialmente a revolução (provavelmente ela teria ocorrido) mas possibilitaram a substituição de um regime por outro (HOBBSAWN, 1977, p.76-77), dando corpo e representação à continuidade do processo, que inspirou de forma singular a “atmosfera política” do mundo naquele momento (HOBASBAWN, 1977, p.109):

“Sabia-se agora que a revolução social era possível, que as nações existiam independentemente dos Estados, os povos independentemente de seus governantes e até mesmo que os pobres existiam independentemente das classes governantes”.

Muitos teóricos contribuíram para discussões sobre as experiências/teorias revolucionárias, a exemplo de Marx/Engels (2005), Lênin (2005), Trotski (1977), Arendt (1988), Hobsbawn (1977), Decouflé (1970) e tantos que se debruçaram sobre o tema. Isso também vale para as experiências revolucionárias como da França (1789, 1830, 1848 e 1871) da Rússia (1917), China (1949) e Cuba (1954).

Ao longo dessa pesquisa, não foi objetivo encontrar a síntese de uma teoria revolucionária ou uma resposta sobre sua efetivação, nem articular como pretende Cohan (1981, p.37) uma relação entre uma teoria interpretativa da sociedade que se pretende revolucionar, e o exaustivo esforço teórico de descrição e inflexão dos modelos estratégico e seus passos delimitados para que uma revolução aconteça (anarquismo, socialismo, comunismo, etc...)

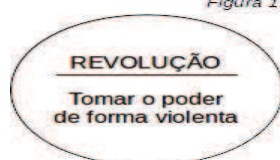
O fio condutor da pesquisa no discurso de revolução é a busca da construção de um discurso orientado na ruptura radical do sistema capitalista, oriundos de uma insatisfação coletiva com pressupostos que o fundamentam e o desejo de “um outro mundo possível”, uma mudança concreta e radical no modelo econômico, político e social.

A questão que se coloca, inicialmente, é que esse discurso orienta-se e é construído simbolicamente a partir de um saber, o saber revolucionário. É como se funcionasse enquanto uma estrutura de linguagem cujo topo da cadeia de símbolos desdobrassem do termo revolução, que abriga o leque das experiências revolucionárias e seus sentidos conceituais, interpretativos. As tentativas de definição e conceituação encontradas nos dicionários são elementos do saber revolucionário.

Portanto, mesmo que distintas abordagens acerca da qualidade da revolução; dos fatores

causais da revolução, como as condições sociais e econômicas, por exemplo, que propiciam o surgimento de um pensamento ou movimento revolucionário⁵, de concepções teóricas revolucionárias e de quem são os agentes, elas pressupõe uma lógica discursiva de que uma revolução se caracteriza pela tomada de poder de forma violenta, ou deve pretender em seu escopo prático que assim seja (como um ponto de partida desse discurso) e produza um efeito de suspensão do poder.

Podemos perceber, portanto, que há uma estrutura conceitual abrigando os aspectos do tema revolução, do ponto de vista da definição sobre o que é uma revolução, o que ela visa modificar, quem são os agentes e os embasamentos usados por eles (interpretação) que justificam e orientam seus métodos de ação.



Imaginemos essa estrutura como um sistema aparentemente fechado e com algumas falhas, alguns pontos de entrada. É nesse sentido que desenvolveremos o primeiro termo, o saber revolucionário enquanto uma estrutura de saber que abriga a discussão conceitual e a caracterização de experiências em torno dos significados da experiência e de teorias revolucionárias. Apesar das diferenças, encontramos o enunciado 'tomar o poder de forma violenta', como dentro da lógica do discurso de revolução e do saber revolucionário, aquém/além de suas concepções estratégicas, interpretativas.

Trata-se de uma síntese conceitual no pensamento sociológico acerca da revolução, o *saber revolucionário*, que é o discurso produzido na conjunção de saberes e experiências revolucionárias, criando sentidos (sejam eles estratégicos, doutrinários, interpretativos, formalizações e definições). O enunciado-síntese da revolução 'tomar o poder de forma violenta' constitui o saber revolucionário. Partimos desse enunciado-síntese para analisar o campo de pesquisa e o discurso produzido a partir dessa experiência.

Se existe uma síntese conceitual do que seja uma revolução que contém “tomar o poder de forma violenta”, a síntese produz também um problema interpretativo, ou seja, a forma interpretativa sobre as experiências, tendo a síntese como seu fio condutor: pressupõe que há uma tomada de poder violenta, de que ela se efetive, e normalmente essa efetivação se constitui no campo das instituições políticas, econômica, sociais. Mas o que se produz em momentos que os

⁵Refiro-me especificamente à Bobbio; Matteucci e Pasquino (p.1121, 2000), Outhwaite e Bottomore (p.665, 1996), Silva e Miranda Neto (1987), Cohan (p.38, 1981) e Birou (p.361, 1966)

sujeitos se engajam numa tentativa como essa, mesmo que fracassada ou de menores proporções? Quais discursos são produzidos, engendrados, articulados?

Nesse caso, a investigação dessa pesquisa percorreu a forma que se constitui e opera o discurso a partir de uma situação política brasileira: a Greve Geral de 1917, em São Paulo. Considerando o pressuposto de que o conjunto de elementos discursivos (o desejo, a ação) que se inscrevem no saber revolucionário não implica que estejam articulados todos os elementos estruturais deste saber, mas que se os sujeitos se organizam e lutam politicamente eles podem inscrever seu discurso no saber revolucionário.

Esse problema de pesquisa foi construído a partir da hipótese de que há um conjunto de fragmentos do discurso estruturado (são seus elementos estruturantes) que podem ser mapeados em diferentes contextos de luta política que criam um discurso em relação à totalidade e o saber revolucionário: a Greve Geral de 1917 é a aposta num desses fragmentos, que estaremos desenvolvendo como a construção de um discurso revolucionário.

A problemática inaugurada na presente pesquisa interage com a dimensão estrutural do discurso de revolução (o saber revolucionário), no campo das ciências sociais e da práxis política. Dialoga com possibilidades de definições (o que é revolução? Como ela acontece? O que deve modificar?), a partir da construção de experiências singulares que constroem um discurso de revolução, que dão conteúdo e circunscrevem no horizonte discursivo possibilidades revolucionárias.

A pergunta do leitor pode estar na seguinte direção: porque a escolha pela Greve Geral de 1917? Quais os elementos desse acontecimento estão relacionados com o tema revolução? Respondo: a tentativa ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa foi de traçar uma linha contínua entre nossas questões prévias - o que é uma revolução?; como ela acontece?; como se forma um levante de pessoas insatisfeitas com sua realidade, determinadas a transformá-la? - e os achados no pontapé inicial, que uma revolução ocorre através da tomada de poder de forma violenta, o enunciado-síntese. A tentativa foi estabelecer um diálogo com o enunciado que fez disparar a pesquisa: *tomar o poder de forma violenta*. Qual a relação da Greve Geral de 1917 com o tema revolução, com o saber revolucionário?

Inspirado enquanto militante e observador de acontecimentos recentes, chamamos atenção para o seguinte: quando alunos secundaristas ocupam uma escola, ou então estudantes ocupam a universidade, e assim barram o funcionamento institucional apropriando-se de uma estrutura, confrontando as autoridades (funcionários, professores e diretores), deixando abertos e/ou diluídos coletivamente os lugares de gestão e execução de uma instituição. Isso não seria uma tomada de poder de forma violenta?

Para Ranciere (2010b, p.31), os atos revolucionários do século XIX colocam em questão um vacilo institucional e das autoridades: um poder de massa, não institucionalizado num partido, não tem objetivo explícito de “tomar o poder”. Opõe seu poder de palavra e manifestação, quando este era invisível, criando um espaço onde o poder torna-se nu: isso produz “um poder a tomar”.

Quando um grupo de operários organiza-se em torno de uma greve, está colocando em cheque a relação do poder e gestão de uma fábrica, causando ruptura à lógica produtiva e gerencial do processo produtivo, visto que os trabalhadores são os que efetivamente fazem a fábrica funcionar, o capitalista apenas administra, detém o poder estrutural de seu funcionamento e ganha um excedente através desse poder. O ato da greve torna o poder nulo por um instante através de sua suspensão, podendo produzir rupturas institucionais, possibilitando a formalização de novos acordos da relação entre capital e trabalho a partir do embaralhamento das funções ativas no processo.

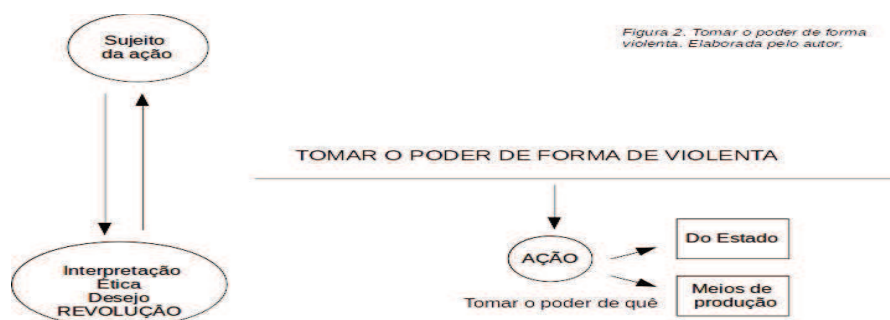
É que nesse ato de criar um espaço de nulidade do poder através do processo coletivo, os atores engendram uma “suspensão de poder”, uma falha e uma ruptura na estrutura do poder. Essa criação não é estrutural, não é uma revolução e não está imediatamente relacionada ao saber revolucionário, pois o ato da Greve Geral de 1917 não pode ser visto como uma “tomada do poder de forma violenta” e a instituição de um governo revolucionário. Por mais paradigmático que isso possa parecer, trata-se da criação de um vazio.

Interromper a produção equivale a “parar a máquina”, coloca em cheque o papel indispensável do trabalhador à produção capitalista, interrompe o lucro, num espaço-tempo de suspensão, mesmo que não desencadeie em uma revolução, ou uma grande transformação propriamente dita no modo produtivo. Digamos que a greve é um dos pontos possíveis de ruptura operando no discurso. Vejamos a descrição de Lopreato (1996, p.15) sobre a Greve Geral em São Paulo:

“Em julho de 1917, a população paulistana vivenciou uma experiência inédita: uma greve geral paralisou por 3 dias as atividades industriais, comerciais, o setor de serviços e o de transporte. Nada funcionou na “província do Kaphet”. A “locomotiva” do país parou para dar passagem as manifestações grevistas. Perplexos, os moradores da Pauliceia assistiram o desenrolar dos acontecimentos. Jamais tinham presenciado um movimento de tal envergadura” (LOPREATO, 1996, p.15).

Dito isso, do enunciado desdobram-se categorias iniciais: a) qual a interpretação e a ética que move a ação revolucionária 'tomar o poder de forma violenta'? b) Quem são os agentes da ação? c) Tomar o poder de que? Esses termos orientam-se dentro da estrutura de saber revolucionário, mas quando colocados em prática estão operando, movendo, criando e recriando um discurso que

produz os sentidos de tal experiência.



A figura acima é apenas uma ilustração dos termos em seu sentido clássico, em que boa parte da orientação da tomada de poder tem relação com uma solução relacionada aos meios de produção e ao Estado. O nosso entendimento é que essa tomada de poder pode se dar em menor escala, ou de ser mais temporária do que parece, criando um momento de suspensão institucional e dos poderes constituídos.

Nossa análise foi fundamentada pelos campos conceituais em torno do acontecimento (BADIOU, 1996;2008) e da noção de política (RANCIERE, 1996) que inscrevem as dimensões de igualdade em direção a um sujeito de emancipação coletiva, contrapondo a lógica policial (RANCIERE, 1996).

Nesse sentido, analisamos o discurso produzido pelos agentes do Jornal A Plebe, jornal que surgiu a partir de uma aliança de divergências internas do anarquismo e dos trabalhadores organizados em 1916 formando a Aliança Anarquista (LOPREATO, 1996, p.4).

O periódico acompanhou e noticiou os fatos, produziu interpretações e denúncias sobre o contexto, e o processo de redação deste jornal está intimamente ligado com os agentes e fatos políticos. Essa relação nos coloca a questão de que é possível perceber uma dada ontologia do discurso sobre revolução, que produz um novo saber no saber revolucionário nas possibilidades estruturais da discussão sobre revolução, atualizando as possibilidades para uma revolução se concretizar através de um discurso revolucionário.

Como um pesquisador olha para as experiências revolucionárias? Quais parâmetros orientam sua análise? Se tomarmos a síntese conceitual (tomar o poder de forma violenta), que seria uma orientação universalizada sobre a experiência revolucionária, certamente ela engendra um olhar analítico, e não uma simples relação de causa-efeito do discurso de revolução.

Badiou (2012) critica veemente a verdade fatídica que se constituiu com o fim da guerra fria e o “fim da história”, ao final da década de 1980, decretando a ruína da hipótese comunista. O conceito desenvolvido por ele - acontecimento político - faz manter viva uma hipótese, como a

hipótese de Fermat: um problema matemático apresentado como equação não resolvida, causou diversas dificuldades e fracassos aos cientistas e matemáticos, ficando muito tempo sem resolução. Séculos depois, descobriu-se a solução do problema matemático, sem que ele tenha sido refutada pelos seus fracassos. O que Badiou propõe é que o problema foi solucionado por que a hipótese se manteve viva, e mesmo que não tivesse sido solucionada movimentou o campo científico em busca de diversas respostas.

Na presente formulação do campo empírico e sua relação com o enunciado-síntese do saber revolucionário, percebe-se que a noção de fracasso está intrinsecamente relacionada: pode até ser que os grevistas pretendiam causar uma ruptura revolucionária através da greve geral, produzir um governo revolucionário, mas isso não ocorreu.

No próximo item, descreveremos inicialmente nossa perspectiva de discurso, na medida que esse é o elemento empírico da pesquisa e que produz o deslocamento do saber revolucionário ao discurso revolucionário: a Greve Geral de 1917 em São Paulo é a experiência que serve de base para realizar discussões conceituais, produz sentidos e significações que nos permitem contar uma história, pensar o processo em termos políticos e encontrar relações destes elementos com o saber revolucionário e seus limites.

2.2 Discurso e saber revolucionário

Aqui, apresentamos a noção abrangente de discurso e, como decorrência, trago autores da Análise Lacaniana de Discurso e sua articulação epistemológica. Tal articulação entre psicanálise e ciências humanas, nos oferece o aprofundamento do conceito de discurso, assim como nos oferece uma relação entre discurso e acontecimento, enquanto ruptura de discurso no saber revolucionário.

Primeiramente cabe inscrever que, tal perspectiva de discurso se insere na profusão de campos distintos que se debruçam sobre a política: psicanálise-linguística, filosofia, ciências sociais, história. Dentro desses campos, diante de limites que os diferenciam e as possibilidades de aproximação, surgem possibilidades de relação a partir daquilo que ficou menos evidente dentro do desenvolvimento do campo epistemológico de cada disciplina.

As teorias linguísticas, por exemplo, excluía historicamente o sujeito e a situação (exterioridade), e o campo das ciências sociais é marcado pela exclusão de uma autonomia relativa do campo linguístico, tratando a linguagem isoladamente e como portadora de efeitos meramente comunicativos e informativos (ORLANDI, 1994, p.53):

[...] a Linguística exclui a exterioridade, e as Ciências Sociais tratam a linguagem como se ela

fosse transparente. A Análise de Discurso, por seu lado, ao levar em conta tanto a ordem própria da linguagem como o sujeito e a situação, não vai simplesmente juntar o que está necessariamente separado nessas diferentes ordens de conhecimento. Ao contrário, ela vai trabalhar essa separação necessária, isto é, ela vai estabelecer sua prática na relação de contradição entre esses diferentes saberes”.

O discurso é efeito da relação entre processos de produção do enunciado (a língua, a cultura) e de sua externalização (a fala e as relações sociais) (BRANDÃO, 2004, p.35). Essa relação permite-nos perceber que existem diferentes textos passíveis de investigação e interpretação (PARKER, 2004, p.34).

A linguagem é produtora de sentidos e de significação, construindo e constituindo uma realidade, no interstício das categorias de sociedade e sujeito que se complementam, não tomando uma dimensão dualista entre estes (LARA JUNIOR; JARDIM, 2014, p.63). Os processos que engendram a produção da linguagem são condição da produção mesma do discurso, da mesma forma que os processos de produção do discurso interferem no campo dos sentidos, onde a língua é dimensão material dos efeitos de sentido realizados (BRANDÃO, 2004, p.42). A linguagem portanto, opera (BRANDÃO,2004, p.11):

“Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção”.

A análise do discurso tem a linguagem como um elemento analítico dos processos de representação e constituição de relações (sociais, de produção e de trabalho), já que produz um efeito constituinte dos indivíduos (as condições sociais de produção), ao mesmo tempo que em seu efeito de fala (narrativa individual) enquanto representação da realidade social e individual (externalização e comunicação).

“[...] a linguagem humana faz parte do complexo do trabalho e tem sua gênese de necessidades decorrentes dessa atividade vital para a manutenção da espécie humana. No entanto, é imprescindível perceber que haverá sempre reciprocidade entre as necessidades do trabalho e a efetivação da linguagem, que se transformam simultaneamente” (MAGALHÃES, 2012, p.30)

A linguagem em operação é precisamente seu movimento de enunciação como, por exemplo, nos processos da fala que fundamentam a experiência clínica e teórica da psicanálise. Esse contexto clínico pressupõe a emergência das narrativas na clínica como forma de reconstruir uma história, um trauma, um sofrimento, como se alguns capítulos tivessem sido censurados (LACAN, 1998b, p.260-261).

A fala, articulada como linguagem, é endereçada a um outro, sempre requer um ouvinte e uma resposta (LACAN, 1998b, p. 248-249). O processo analítico e o ato de produção de uma narrativa

provoca suspensão de certezas do sujeito (p.253), pois no processo de reconstrução a um outro (através da linguagem que se materializa na relação com o analista, e não por pensamento do paciente) revela um aspecto imaginário que a pessoa constituiu sobre ela mesma (p.251).

A construção dessa narrativa em análise permite criar elementos discursivos que se tensionam entre o analisando e o analista, a respeito de sua imagem, de suas relações sociais e afetivas, seus atos diante destas relações e diante de si.

A inserção na cultura é experiência que carrega sua dimensão produtora de mal-estar (FREUD, 2011), a partir dos efeitos de uma estrutura significativa que transmite um conjunto de pactos sociais (acerca do que é considerado permissivo e aquilo que é transgressivo) valores e ideais de uma cultura, que se atualizam sobre a linguagem falada.

Há um vazio entre o efeito estruturante da cultura, na medida que ele transmite-se e reproduz-se com diferentes qualidades - a relativização ou não dos pactos, diferentes aceitações e rejeições destes - e graus de intensidade (características locais de uma cultura, como uma tradição local, ou então um pacto mais abrangente, como o incesto). A fala e linguagem propriamente dita tornam-se uma materialização dessa transmissão e seus impasses.

O mal-estar surge por diferentes formas, mas ressaltamos que existe uma impossibilidade na transmissão e aceitação desse efeito estrutural do discurso social, daquilo que se espera do sujeito. Não é por acaso que a psicanálise iniciou a partir de efeitos que são subversivos à linguagem, como o ato falho. A troca de uma palavra por outra, a troca de um nome por outro, um riso desconfortável ou malicioso no meio de uma frase: é uma ruptura na estrutura da linguagem.

Qual a situação de uma análise? Uma pessoa procura um analista por diferentes motivos, mas essencialmente, porque está sofrendo e não sabe porquê, não sabe o que fazer, não sabe porque sofre dessa forma. Esse “não saber” cria questões e direções para a construção de seu discurso na análise, pelas quais o sujeito vai criar um (novo) sentido (interpretações, novas questões, conclusões) sobre sua história. O analista considerará a forma como lhe é contada essa história, como são descritos os personagens de sua trama e o contexto em que ela se constituiu.

Não pretendemos psicanalisar a cultura ou entender casos da cultura⁶ rigorosamente como casos clínicos. Trata aqui de metaforizar aquilo que se subentende como uma situação (um caso) que resguarda uma história a ser contada, através do discurso constituído sobre esse fato histórico e a escuta de uma narrativa – o pesquisador e seu campo, colocando em operação suas compreensões, lógicas e impasses, como um efeito da produção dos discursos e do olhar analítico posterior.

Existem 3 elementos que se desdobram dessa situação histórica, que compõem nesta pesquisa elementos constituintes e componentes de um discurso: primeiramente, o tema do projeto –

6Críticas de uma epistemologia baseada nessa pretensão são desenvolvidas em Parker (2006).

revolução - e as implicações que o discurso produzido se relacionam com o tema. Aqui, a relação saber revolucionário é a máxima de tal elemento.

Os outros dois elementos são compostos pela forma que essa história está registrada e é contada, sendo elementos empiricamente demonstráveis: a começar pelas interpretações científicas dessa obra, escritas posteriormente ou próximas do acontecimento, e que envolvem uma sistematização e um olhar fenomenológico que pretende produzir sentidos interpretativos, objetivam interpretar o acontecimento a partir dos campos disciplinares, históricos, políticos, em que os autores se situam.

O terceiro elemento é composto por aquilo que os próprios militantes produziram durante o acontecimento, significaram suas interpretações e suas ações no antes-durante-depois da greve, e percebemos parte dessas significações nos registros da Greve Geral de 1917, que enfatizamos a partir do *Jornal A Plebe* como campo empírico. Trata-se da narrativa propriamente dita, coletada e analisada no jornal, um tipo de fala materializada dos agentes (a imprensa militante) e trabalhada nessa investigação.

A trama do discurso é formada por esse aparato de elementos: 1) as articulações conceituais próprias da pesquisa (revolução); e as formas de contar essa história, ou seja, seus registros simbólicos que nos fornecem as palavras para as interpretações, fatos, sentidos discursivos, seja do ponto de vista dos agentes ou dos interpretadores do acontecimento histórico. Esses elementos não se excluem entre si, não são neutros ou podem ser vistos isoladamente, do ponto de vista da noção de discurso.

Guzmán et al (2013, p.275), chamam atenção para os indícios discursivos de um acontecimento, as descobertas de Freud que fizeram enunciar de seus pacientes, aquilo que sabiam, mas não queriam (ou não podiam) saber. No âmbito dessa descoberta, a linguagem como lugar do inconsciente (esse outro tipo de fala), como lugar em que um novo saber aparece – seu efeito estruturante - e logo desaparece (no discurso racional, estrutural).

O ato de Freud levar a sério o fenômeno da histeria, enquanto a grande maioria dos médicos internavam e faziam pesquisas sobre os sintomas da doença isolando os pacientes movidos por esse mal-estar, deu alguma consistência de acontecimento, naquilo que Badiou entende como tal (BADIOU, 1996): produziu-se um novo saber sobre a verdade do sofrimento (localizado no contexto europeu) e desejo de uma época.

A ontologia de Badiou (1996) trata do surgimento de algo incalculável, que tem o efeito de desaparecer momentaneamente, mas se inscreve com a criação de um horizonte de possibilidades a partir de sua existência. É como a descoberta de Freud ao dar voz aos pacientes, permitindo a fala sem interrupção e a construção de uma narrativa particular sobre seu sofrimento psíquico,

intervindo no conjunto de saberes universais sobre o sofrimento individual e coletivo. Esse ato engendrou todo um campo do saber, a psicanálise.

A ontologia filosófica se constitui num vasto campo sobre o ser (o ser é), como origem da metafísica, e reside primeiramente na compreensão acerca do Ser enquanto predicativo, enquanto qualidade inerente ao sujeito, enquanto definição essencial: Sócrates é homem, a rosa é vermelha (ABBAGNANO, 2007, p.881). Aqui temos a ideia da revolução como definição ontológica, do saber revolucionário.

O segundo campo, é o campo da existência, enquanto *existência geral*, normalmente ligado à essência, ao conhecimento das formas e da matéria (ABBAGNANO, 2007, p.362); e enquanto *existência privilegiada*, que constitui-se sobre uma modalidade fundamental e de princípio, de como o ser se apresenta e se diz. Como pode o ser existir e/ou como pode ser conhecido? (ABBAGNANO, 2007, p.885). É o que se produz quando ocorre a produção de um discurso revolucionário, como um surgimento de algo novo, de um novo ou particular modo de dizer acerca do saber revolucionário.

Se para Badiou (1996), sua ontologia funda-se naquilo que do ser é pronunciável (p.14), num campo onde a questão do ser ganha sentido (p.16), como teoria do des-velamento (p.17), sobre a questão do “ser e d’o-que-advém” (p.18), podemos situá-la no campo da existência privilegiada. Trata-se portanto da pronúncia do desejo e possibilidade revolucionária e de novos saberes que advém dessa articulação (entre desejo e possibilidade), do surgimento e atualização de um discurso, que demonstraremos – de forma parcial e aberta - através da análise do discurso dos agentes do jornal A Plebe.

O campo do saber revolucionário é um campo estrutural, estático, cristalizado, produzido na conjunção de discursos: a simbologia dos acontecimentos revolucionários e suas histórias, suas narrativas e sentidos teóricos e interpretativos. Mas além disso, ou aquém, existe um elemento que os move, o desejo. Não existe uma revolução sem que os sujeitos (pessoas concretas, de carne e osso) desejem uma revolução, mesmo que não saibam exatamente o que querem, nem mesmo o sentido que suas ações tomarão quando moverem atitudes a respeito de sua insatisfação com o mundo que vivem.

Essas questões nos fazem pensar que, do ponto de vista do campo que se estrutura enquanto saber revolucionário é a repetição de narrativas sobre as experiências que se acumulam e criam graus de potencialidades de conceituação e interpretação. O que ocorre é que, por ser um campo aparentemente “fechado”, como um conceito que cabe no dicionário e se consolida enquanto saber, precisa ter suas dimensões tensionadas e rompidas, não necessariamente desconsideradas, mas abertas à análise e às possibilidades de falhas e brechas em sua estrutura.

A perspectiva ontológica, ao meu ver, contribui na busca da enunciação - dessa situação aparentemente estática do enunciado do saber revolucionário - do conjunto de fatores da história, no campo das ideias, fazendo enunciar algo do desejo, de seus sentidos discursivos e articulações conceituais.

A lógica dessa ontologia nos possibilita perceber que, com o passar do tempo, através desse “ser que advém” ou da pronúncia de algo novo, transforma-se o saber revolucionário e seus enunciados, produz fissuras em sua estrutura engendrando novos saberes e significações acerca das revoluções e das experiências revolucionárias, como atualizações do saber revolucionário.

Para Badiou (1994, p.178), é possível encontrar processos de verdade que surgem diante dos acontecimentos, a partir das experiências e interpretações, criando novos saberes. O saber é precisamente aquilo que se repete (p.177), aquilo que é possível de ser conteúdo de uma enciclopédia (ALONSO, 2005, p.44). Os processos de verdade, portanto, são formas de possibilitar a atualização e tensionamento na estrutura do saber revolucionário.

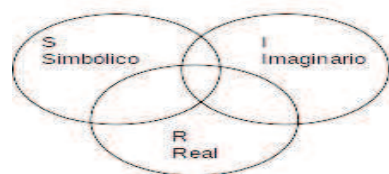
Precisaremos examinar essa questão com maiores detalhes. A dimensão do saber revolucionário pode ser melhor descrita a partir do aprofundamento da noção de discurso e sua relação com os elementos que o constituem: o real, o simbólico e o imaginário.

2.2.1 Discurso, psicanálise e saber revolucionário.

Na psicanálise, foi Jacques Lacan o responsável por articular o inconsciente como discurso do Outro, ou seja, como “um efeito do discurso social operando em relação a uma matéria-prima”, explorando a relação entre um sujeito não-falante e aqueles que o introduzem na linguagem como representantes da cultura (CABAS, 1982, p.45). Assim, discurso dialetiza a relação entre o universal se inscrevendo no particular, ou “a realização individual de todo social que há na língua” (p.70).

O que amarra precisamente essa articulação do sujeito com a cultura, segundo um tipo de teoria da subjetividade psicanalítica, é o nó borromeano: figura diferente de um conjunto de três cordas, como no nó olímpico, que desatando uma das cordas sobram dois círculos. No caso do nó borromeano, “três é seu mínimo”. Se um dos laços se desfaz, todos os círculos se abrem (JORGE e FERREIRA, 2005, p.30). Esses três círculos representam as funções constituintes da subjetividade psicanalítica e da forma que ela se materializa em discurso: simbólico, imaginário e real.

Figura 3. Nó borromeano da psicanálise lacaniana.



O real é sempre um processo que, percebido através da linguagem (a materialidade da simbolização), nos escapa (LACAN, 2005, p.13), resiste à simbolização (COUTINHO, 2005, p.31), é morto ao ser nomeado (FINK, 1998, p.43), sendo símbolo de uma ausência (LACAN, 1998a, p.15) e inscrevendo-se através de seu efeito de impossibilidade: enquanto falha no simbólico, e falta de saber que dê consistência e totalidade imaginária (almejada e impossível) à apreensão do real (COUTINHO, 2005, p.31).

A linguagem falada opera uma relação imaginária e simbólica sobre o real, criando a realidade. Portanto, real e realidade não são sinônimos (LACAN, 2005, p.31). O real da existência do desejo e devir (possibilidade) revolucionário tem algo de *não nomeável*, o surgimento desse processo de verdade é inapresentável, se mostrando como falha num dado contexto, surpresa. É um saber engendrado no real (impossível) que produz como efeito uma verdade (a hipótese e o surgimento de um sujeito dessa hipótese), ausência de sentido sobre o real e não um sentido de verdade sobre o real.

“O real, para Lacan, se dá como ausência de sentido. Mas o que é preciso entender bem, é que ausência de sentido, para Lacan, nunca quer dizer não-sentido. Há uma função de sentido do real, enquanto ausência de sentido. Há uma ausência no sentido, uma subtração ao sentido que não é um não-sentido. É essencial compreender a diferença entre ausência de sentido (ab-sens) e não-sentido (non-sens)” (BADIOU, 1997, p.13).

Isso quer dizer, “não há verdade do real”, não há saber do real (BADIOU, 1997, p.16) ou, o real não se pode conhecer enquanto saber simbolizável (p.17): uma verdade é efeito de uma função do real no saber, ou seja, quando algo da ordem do acontecimento toca uma ausência de sentido sobre o real, faz produzir um impossível do discurso revolucionário, criando sua possibilidade num campo até então impossível no real.

O real na psicanálise não está no patamar do incognoscível, pois se apresenta aos sujeitos como verdade: não está nem no campo do sentido, nem do não-sentido, é portador de uma ausência, porém, demonstrável (BADIOU, 1997, p.17), é impasse de formalização (BADIOU, 1996, p.14).

“Portanto, não é “realmente” que podemos projetar o real de um processo de verdade na simbólica narrativa da História. É apenas imaginariamente, o que não significa que isso seja inútil, negativo ou sem efeito. Muito pelo contrário, é na operação da Ideia que o indivíduo encontra o recurso de consistir “em Sujeito”. Portanto, sustentaremos o seguinte: a Ideia expõe uma verdade numa

estrutura de ficção. No caso particular da Ideia comunista, operante quando a verdade da qual se trata é uma sequência política emancipadora, diremos que “comunismo” expõe essa sequência (e, portanto, os militantes dessa sequência) na ordem simbólica da História. Ou ainda, a Ideia comunista é a operação imaginária pela qual uma subjetivação individual projeta um fragmento de real político na narração simbólica de uma História” (BADIOU, 2012, p.71-72).

O real, em Badiou (2012, p.71), é a inscrição de um processo de verdade no acontecimento, “uma sequência concreta e datada em que surgem, existem, e desaparecem uma prática nova e um pensamento novo a respeito da emancipação coletiva”. Na página X, descreveremos mais concretamente em que se apoia o autor.

Aponto, partindo da citação acima e dessa obra do autor, que o termo ideia comunista é semelhante ao discurso revolucionário. Entendemos, porém, que talvez o termo “comunista” pode criar efeitos de fechamento de uma estrutura.

No caso da pesquisa e seu tema revolução, o real é a lógica do sistema capitalista e suas possibilidades de tensionamento e futura destruição, a partir de soluções concretas de organização e luta que se atualizam na história. Do ponto de vista do real, não há como saber o que é o real fora do capitalismo, extraído de sua lógica e funcionamento. Isso traz problemas para pensar o que há de real na revolução, para além da questão de suas possibilidades. O “processo de verdade” é um instante produzido que articula elementos que atualizam o real das possibilidades.

O simbólico é campo do duplo sentido, o campo das ambivalências e equívocos. (JORGE e FERREIRA, 2005, p.36). Não é à toa que os historiadores apontam as contradições sobre os relatos de processos históricos a partir de seus agentes – vencedores ou vencidos (GARCIA, 1994, p.97), são saberes estruturados onde há conflito no processo de significação, permitindo perceber que sua estrutura não deve ser estática, cristalizada, embora podem se apresentar dessa forma.

Trata-se de um sistema de símbolos organizados na linguagem (LACAN, 2005, p.23), que estabelecem relação entre inconsciente e linguagem⁷ (JORGE e FERREIRA, 2005, p.32), símbolos que dão consistência para a existência das relações sociais (LACAN, 2005, p.25) que, através da fala, operam num interstício, existindo através das palavras e mediando o imaginário e o real (p.30).

No caso que pretendemos analisar, podemos pensar como a conjunção de narrativas históricas, estratégicas, interpretativas, conceituais que orientam, produzem e significam experiências revolucionárias, constituindo através delas uma relação entre suas causas e seus efeitos na história.

Para Badiou (2012, p.70), o simbólico delimitado trata de um componente histórico da situação. Todo processo de verdade – essa existência efêmera do acontecimento - insere-se sob

⁷ Essa relação é fundada na psicanálise a partir da constatação clínica freudiana de que sonhos (FREUD, 2016) e atos falhos (FREUD, 1976), por exemplo, são sinais de que algo fala enquanto o sujeito não percebe como fala. Ou seja, de que paralelo a um discurso intencional e racional, existe um Outro discurso, o discurso do inconsciente, nos termos que dá Fink (1998, p.20).

forma local, com suportes “espaciais, temporais e antropológicos”, inscrevendo-se na história a partir de suas particularidades, como um efeito retroativo, dialético. Ou seja, ao tratarmos das situações revolucionárias, cada experiência particular revolucionária é uma atualização (como um efeito retroativo, não idêntico) do saber revolucionário, produzindo discursos revolucionários, através da inscrição simbólica e da manutenção desse discurso na história da humanidade e suas transformações.

O imaginário é uma relação com a imagem do corpo sem a mediação da palavra, sem um limite claro entre sujeito e outro semelhante, operando sobre lei do transitivismo (eu sinônimo do outro), sem a ambiguidade da qual o simbólico é portador (JORGE e FERREIRA, 2005, p.35).

O imaginário funciona como um tipo de tamponamento do buraco entre o simbólico e o real, na medida que o real é *não nomeável* e não se pode dizer tudo sobre ele. Essa função estabelece um grau de suportabilidade e realidade diante das contingências, limites e impasses.

No caso de um discurso orientado na possibilidade revolucionária, é a construção - individual e coletiva - de uma imagem borrada desse futuro que está por vir além do capitalismo (uma realidade imaginária), em vias de se articular simbolicamente e diferenciada do real propriamente dito, o real inscrito pelo real do modo de organização social de dimensão capitalista.

O imaginário é um elemento carregado de idiossincrasia, não é totalmente compartilhado simbolicamente ou expressado como realmente é para o sujeito e entre sujeitos. Esse elemento contribui imensamente na sustentação daquilo que Badiou (2012, p.72) entende como efeito do acontecimento, como a criação de um impossível dentro do campo de possibilidades, um “outro mundo” (uma nova ordem, a sociedade comunista, anarquista...) dentro do mundo capitalista, um desejo de fazer existir permanentemente um sujeito coletivo.

A experiência de Badiou como militante no Maio de 68, lhe faz lembrar (BADIOU, 2012, p.19) que quando as fábricas começaram a ser ocupadas, em toda Paris trabalhadores hasteavam bandeiras vermelhas nos conjuntos operários: “só vendo para saber...quem viu não consegue esquecer”. Essa sensação subjetiva atualiza nos sujeitos individuais as experiências, fazendo-o ser parte integrante de um processo de verdade política, tornando-se “um militante dessa verdade” (BADIOU, 2012, p.70), desejando fazer repetir experiências como essa.

O ponto da relação conceitual apresentada entre imaginário e real é da produção subjetiva de que uma mudança no real está ocorrendo, a partir da existência mesma da experiência, “uma revolução está acontecendo”. O ponto fantasioso, ou aquilo que nos faz localizar essencialmente no âmbito imaginário é a suspensão da relação temporal, como um corte na linha entre presente e futuro: “algo revolucionário está ocorrendo, mas não é da ordem da revolução; não é uma transformação concreta e profunda no sistema capitalista, mas um ponto de fissura em sua estrutura,

se continuar nessa lógica vai produzir uma ruptura maior”.

Cria-se uma imagem borrada sobre “esse outro mundo possível”: não há como ter uma imagem nítida do real e do que vem a ser o mundo aquém/além/ do capitalismo (passado e futuro); não sabemos, em nosso tempo histórico e enquanto sujeitos em relação com o real, no que vem a ser o real e a realidade sem o capitalismo. É nesse sentido badiouano da criação do impossível dentro de um campo de possibilidades: presente e futuro se misturam, o real dá suporte a fantasia (há gente na rua, os trabalhadores estão ocupando as fábricas) e a fantasia encobre o real através da realidade imaginada (estar nas ruas e ocupar as fábricas não necessariamente produz/vai produzir mudanças revolucionárias na lógica do capitalismo).

Podemos dizer a partir desse autor que a função imaginária é da ligação de um sujeito de afetos, pensamentos e potencialidades a uma determinada ideia, como se o sujeito encarnasse um fragmento do saber revolucionário e de um discurso revolucionário, fixando “o lugar de uma verdade em relação a sua própria experiência vital e ao mundo em que essa existência se manifesta” (BADIOU, 2012, p.71).

A falha no simbólico consiste na diferença entre a *imagem* (essa figura borrada passível, apenas em parte, em ser simbolizada), a *significação* (cujo símbolo é encontrado dentro de uma linguagem na estrutura prevista da situação), e sua *nomeação* estruturante: esta surge a partir do inominável do acontecimento badiouano, da falta de significação do acontecimento e do suporte do saber revolucionário, produzindo um incalculável (ALONSO, 2005, p.44).

O campo de investigação da Análise Lacaniana do Discurso constitui-se em torno do “acontecimento, ato, surpresa, ou a ruptura em relação com o discurso, a estrutura e a determinação” (p.11), com o objetivo de reanimar as tensões existentes entre noções como “ato e discurso”, “agência e determinação”, “acontecimento e estrutura” (PARKER e CUÉLLAR, 2013, p.11).

Propõe-se o acontecimento como a existência de uma lógica inconsciente engendrando-se no discurso, possível de ser interpretada. Ao entender uma narrativa estruturada, seja individual ou coletiva, o sentido dessa existência opera no campo daquilo que é extremamente próximo da narrativa, mas também está fora dela (PARKER, 2013, p.60) produzindo uma inconsistência interpretativa, um lapso na narrativa.

O ato de fala como efeito da linguagem, contém o elemento da criação, e ao sujeito falante é apresentado a possibilidade de ser autor de sua narrativa. Mas o ato de fala reporta-se a um Outro, como uma pergunta que modula uma relação atemporal entre o instante de fala e o enunciado realizado: o que o Outro quer de mim? (PARKER, 2013, p.60).

Esse elemento extremamente próximo da narrativa mas também fora dela (PARKER,

2013, p.60), é o que pretendemos dar corpo em tal pesquisa, diante do pressuposto que, na narrativa sobre a Greve Geral e suas interpretações, assim como sua relação deste acontecimento com o tema da pesquisa – revolução, há um saber estruturado, o saber revolucionário.

Ao olhar de forma aparente pela estrutura de tal saber, a Greve Geral de 1917 não é uma revolução, e não pretendemos dizer o contrário: não significa o sentido estruturado de uma revolução. Mas isso não desconsidera que os atores de tal acontecimento imaginavam, aspiravam e, de alguma forma, se direcionavam a um objetivo de transformação radical do sistema capitalista, dialogando com a estrutura do saber revolucionário e produzindo efeitos importantes através de seu discurso, o discurso revolucionário.

O Outro na psicanálise é uma função simbólica que valida o posicionamento subjetivo: a linguagem é anterior ao sujeito, como se ao falar reportássemos a alguém que sabe (porque é o lugar do significante) exatamente o que estamos falando: o discurso do inconsciente é o discurso do Outro, formado por um Outro (os símbolos linguísticos e pactos culturais), são prévios aos sujeitos não-falantes e assim estrutura-se como linguagem portadora de um efeito estruturante. A dimensão criativa do discurso acaba por ofuscar-se nesse endereçamento ao Outro, enquanto determinação simbólica: a fórmula estrutural e de caracterização sociológica não se concretizou na greve, mas que discursos ela produziu?

Os agentes e militantes da Greve Geral de 1917 interpelavam esse Outro simbólico, a partir de suas interpretações e aspirações em consonância com o saber revolucionário, que lhes dá elementos para atuar na realidade e orientar suas práticas de organização e produção de discurso.

Os militantes constituíram um discurso com vias de transformação, interrogando uma instância simbólica, o saber revolucionário, relacionando projetos revolucionários, doutrinas, fórmulas e estratégias, sonhos, devires (simbólicos e imaginários) e seu desdobramento em conceitos operativos que os realizam (o real dos sindicatos, partidos), como uma articulação da interpretação ao real e à realidade. Entendemos que essa construção, próxima do saber revolucionário e ao mesmo tempo fora dela, é um discurso dessa interrogação ao Outro simbólico que produz o discurso revolucionário, um fragmento do saber revolucionário que vem tensionar sua estrutura.

A análise de Badiou (2012, p.57) descreve situações singulares na história da hipótese comunista, que revelam um campo relacional entre estrutura do discurso e ruptura: no caso da Comuna de Paris, por exemplo, as interpretações clássicas de Marx e Lênin enfatizam alguns aspectos e fatos distintos, mas produzem um contínuo interpretativo diante do que foi o fracasso da experiência: de um lado, a ambiguidade entre os elogios das ações dos comunards que levavam a destruição do Estado; por outro, as críticas ao que a Comuna de Paris teve como falha, tratando das

incapacidades atribuídas ao Estado-nação (exército e centralização militar, prioridades financeiras, imprudências em relação à questão nacional).

Os próximos 100 anos que se sucederam dessa experiência, e aqui inclui-se principalmente nas figuras de Lênin e Mao Tse-Tung, é o século da realização do problema da ambiguidade na teoria marxista e à luta proletária (BADIOU, 2012, p.57):

“O partido torna-se o lugar político de uma tensão fundamental entre o caráter de não Estado, ou mesmo anti-Estado, da política de emancipação e o caráter de Estado da vitória e da duração dessa política. E isso tanto se “essa vitória” for insurrecional quanto se for eleitoral: o esquema mental é o mesmo...O partido-Estado é creditado com uma capacidade permanente de resolver os problemas que a Comuna deixou pendentes”

O ponto trabalhado pelo referido autor é de que essa interpretação reforça um equívoco histórico que já acontecia na França do século XIX: em sucessivos movimentos revolucionários (1789, 1848, 1870) grandes massas impulsionaram grupos de representantes ao poder, cada qual gerando diferentes contradições dentre elas principalmente uma dissociação entre as necessidades populares e a representação institucional dos governos, que estreitavam laços no desenvolvimento do capitalismo, reproduzindo desigualdades. A Comuna de Paris rompeu com esse ciclo.

Explicar esse rompimento requer uma pequena digressão: a França de 1789, era a mais típica, dentre “velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa” (HOBSBAWN, 1977, p.73). Abaixo das sucessões monárquicas, os nobres (representando 400 mil num país de 23 milhões) gozavam da isenção de impostos, recebiam tributos feudais. Embora tivessem uma baixa expressão política (por conta do modo de organização monárquico) (p.74) funcionando através dos Parlamentos (instituições com o simples “direito de protesto” contra disposições consideradas duvidosas) (MARX, 2008, p.287), tinham privilégios inegáveis na obtenção de cargos públicos, disputados com os setores da classe média (HOBASBWAN, 1977, p.75).

Os camponeses, representantes de 80% da população, era classe e condição invisibilizada, mesmo que contribuía diretamente com impostos sobre suas atividades⁸. Embora uma boa parcela fosse proprietária de pequenos lotes, essas terras eram insuficientes, questão agravada com o atraso técnico e com a fome gerada pelo aumento populacional. Inúmeros tributos, dízimos e taxas estavam destinados à eles (HOBSBAWN, 1977, p.75-76).

Nesses períodos de revoluções e insurreições na França não produziu-se tão claramente uma liderança ou lideranças (embora houvesse atores que se destacavam), um movimento ou partido organizado, um programa estruturado (HOBSBAWN, 1977, p.76).

⁸Aqui, refiro aos comentários de Marx (2008) sobre como as mudanças no Estado francês do século 19 (principalmente entre 1830 e 1871) sempre atingiram essa parcela da população, intensificando as dificuldades de suas condições de existência material e de produção (no caso do imposto sobre as propriedades adquiridas ao longo das insurreições) e de consumo (no caso dos vinhos e outras trocas).

Os filósofos e idealistas burgueses protagonizaram a possibilidade de substituição do regime feudal pelo republicano, construindo um manifesto “contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto em favor de uma sociedade democrática e igualitária (p.77). Nesse momento, a “nação” (os subordinados abaixo da monarquia, com alguma expressão política) encarnou os interesses do “povo”, como “movimento de libertação geral dos povos contra a tirania” (p.78), apresentando a uma parcela significativa da população extenuada pela fome e o desespero “a perspectiva política [...] de se libertar da pequena nobreza e da opressão” (p.79):

“O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como princípio de libertação”.

Como uma fagulha que incendeia uma pradaria, as insurgências espalham-se para as cidades provincianas e ao campo (em 1789), fazem ruir e tensionar “a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França Real⁹”. Em seguida, seus agentes instituem mudanças importantes como abolição dos privilégios feudais e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (HOBSBAWN, 1977, p.80).

Os rumos posteriores, indicaram uma sucessão de estruturas mais ou menos parecidas no próximo século: “moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra revolução” (HOBSBAWN, 1977, p.80).

Tirando os períodos infames em que a família Bonaparte quis conquistar o mundo europeu, travando guerras imperialistas, os franceses vivenciaram -internamente - mais duas revoluções de importante caráter político, para não falar de outras insurreições, depois de viver seu primeiro momento de República (1792-1804) (MARX, 2008, p.79): após a era napoleônica (o primeiro, 1804-1815), a Revolução de julho de 1830 veio balançar a dinastia dos Bourbons, para dar início à monarquia de julho de Luis Felipe (duque de Orléans).

Essa mudança no poder tem seu símbolo na figura de Luís Felipe, estritamente ligado à aristocracia financeira, uma pequena fração de burgueses poderosos (banqueiros, reis da Bolsa, reis da ferrovia, proprietários de minas de carvão e de ferro), criando especulações financeiras através da estreita relação com as leis e o Estado, exploraram o deficit estatal (que aumentava suas fortunas), gerando fraudes e subornos dos mais diversos (MARX, 2008a, p.65-67).

Essa conjuntura corrupta dos poderosos da aristocracia financeira era percebida por boa

⁹Apenas como exercício de distinção, na medida que desenvolvi anteriormente a articulação entre real, imaginário e simbólico, caso não tenha fica evidente reforço que aqui o termo Real tem que ver com a realeza e o regime monárquico da época.

parte da sociedade parisiense em meados de 1847 (MARX, 2008a, p.69). Em fevereiro de 1848, ergueram-se barricadas e novos conflitos. Havia ali um compromisso entre diferentes classes, onde prevalecia representantes burgueses e apenas dois representantes operários. Embora houvesse essa disparidade representativa formal, nos momentos de convulsões revolucionárias os operários faziam pressão fundamental diante dos governos.

Os burgueses esperavam instaurar uma votação nacional para instauração do governo provisório, mas os operários “estavam decididos a não tolerar uma escamoteação semelhante à de julho de 1830” e pegar as armas caso o governo provisório não fosse instaurado. A mensagem, levada aos demais integrantes do movimento, estimava um levante de 200 mil pessoas a reagir contra o não cumprimento de tal demanda. A proclamação da República é dada logo em seguida: República Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade (MARX, 2008a, p.72-73).

“Tal como nas jornadas de julho (1830) os operários tinham conquistado a monarquia burguesa, nas jornadas de fevereiro conquistaram a república burguesa. Tal como a monarquia de julho fora obrigada a anunciar-se como uma monarquia rodeada por instituições republicanas, assim a república de fevereiro foi obrigada a anunciar-se como uma república rodeada por instituições sociais. O proletariado parisiense forçou também essa concessão” (MARX, 2008a, p.74).

Cada acontecimento desses é rodeado de pormenores, não menos importantes, mas retomaremos a discussão sobre o rompimento estrutural da Comuna de Paris. A questão fundamental aqui é ilustrar que, da transição da dinastia dos Bourbons para Luis Felipe, e depois da República provisória para o golpe de Luís Napoleão (em 1852, após 4 anos conturbados da II República), há uma dança das cadeiras nos espaços de poder da época, entre diferentes grupos.

Durante os anos que precederam o golpe de Napoleão, ficaram em conflito na Assembleia Constituinte e Assembleia Nacional os orleanistas (defensores de Luis Felipe e a aristocracia financeira) e os legitimistas (da dinastia Bourbon e da velha aristocracia monárquica), aglutinados sob o “partido da ordem” (MARX, 2008a, p.128); do outro lado, uma complexa trama entre os republicanos aglutinados no “partido da Montagne” (representantes dos democratas pequeno-burgueses) (MARX, 2008a, p.97). Estes grupos ainda tiveram que lidar com as artimanhas e manobras de Luís Bonaparte, que do lado Executivo e dos lumpemproletariados¹⁰ mobilizou outras forças (MARX, 2008b).

Ambos os processos tiveram influência dos proletários nas ruas, mas suas demandas eram

¹⁰Essa categorização de lumpen em Marx parece bastante instável. Na produção de um sujeito coletivo, a ser desenvolvida no capítulo 4, entendo que os lumpen correspondem (no real) a certa classe de desempregados, marginais, que em momentos de oportunidade e quando a situação política se apresentava, se aliavam a um lado de grupos representantes do capitalismo que poderiam lhes favorecer, ao menos de imediato. Isso cria limites e tensões da antítese do conceito marxista, proletariados organizados e conscientes, ou em via de organização. Mas embora sua condição material crie algumas dificuldades e instabilidades (reais e subjetivas), não quer dizer que não poderiam se organizar contra o capitalismo. Talvez se organizassem contra “qualquer coisa”, mas já é algo.

silenciadas nos processos constitucionais e em meio aos conflitos dos poderes. É interessante notar a minúcia das análises de Marx (2008a, 2008b) sobre os conflitos e interesses em jogo. A “dramática dança dialética”, como bem nomeou Hobsbawn no período entre 1789 e 1848 (1977, p.80):

“Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contrarrevolução. Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo às suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, daí em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos dos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas”.

A Comuna de Paris é um episódio singular nesse sentido. Em 1870, com a queda de Luís Bonaparte (1852-1870) feito prisioneiro pelo exército prussiano (ENGELS, 2008, p.344), os republicanos de Thiers se autodeclararam um governo popular, massacrando os que consideravam traidores e traindo os próprios operários que lhes ajudaram: proclamada a República de 1870, teriam convidado o povo a “tomar o destino nas suas mãos”, visto que foi graças às forças operárias que este se instituiu, na defesa contra os prussianos (MARX, 2008c, p.376). A “dança dialética” cumpria-se outra vez.

Thiers era conhecido desde a revolução de 1830, um homem de estado que “é a expressão intelectual mais acabada da sua própria corrupção de classe” (MARX, 2008c, p.380) e tinha claros interesses em “conter o ímpeto político popular” (BADIOU, 2012, p.54), elegendo assembleias conservadoras e pouco legítimas, em meio a uma mobilização espirituosa dos operários que clamava pela participação (p.55).

Como em 1830, 1848, em 1870 havia uma presença maciça de operários dispostos a lutarem pelas armas (BADIOU, 2012, p.60), e tinham as condições em suas mãos pois foram armados para proteger Paris da guerra contra a Prússia (MARX, 2008c, 376). A Guarda Nacional em 1871, composta por uma maioria operária, organizava-se em torno de comitês centrais ligados a diversos distritos da cidade, tinha um poderoso poder militar nas mãos (todos os canhões das fronteiras municipais) (BADIOU, 2012, p.62).

Essa situação era um obstáculo para a manutenção do governo de Thiers (MARX, 2008c, p.389), que fez publicar cartazes urgentes, na madrugada do 17 de março de 1871, chamando, os “bons cidadãos” a se separarem dos maus, organizando uma investida durante a madrugada contra os operários (BADIOU, 2012, p.62; MARX, 2008c, p.390):

“Cansada por cinco meses de fome, Paris não vacilou um só instante. Heroicamente, decidiu correr todos os riscos contra os conspiradores franceses [...] Dos 300 mil guardas nacionais apenas 300 responderam a esse convite [...] A gloriosa revolução operária de 18 de março apossou-se indiscutivelmente de Paris. O Comitê Central era seu governo provisório” (MARX, 2008c, p.390-391)

O ato de 18 de março de 1871 põe em cheque as lógicas de organização e um sujeito coletivo que toma o poder. Segundo Ferreira (1975, p7), revelou-se uma profunda solidariedade de uma multidão que surgiu em apoio à Guarda Nacional. Assim, “[...] centenas de mulheres do povo, seguidas de operários anônimos e guardas nacionais que agiam por conta própria, cercam os soldados” (BADIOU, 2012, p.62): isso possibilitou a suspensão do poder e a criação de processos de verdade em direção ao impossível (um governo popular mundial, por exemplo), através do possível nomeado por Ferreira (1975, p.10) “o primeiro governo proletário e popular da História”. É esse sem-nome que nos transporta para o real do acontecimento, a existência de algo não representável e que se apresenta como corte no impossível do real, engendrando um processo de verdade no saber revolucionário.

“Ainda que não tenha uma verdadeira direção, a rebelião cresce, ocupa toda a cidade. As organizações operárias armadas tomam as casernas, os prédios públicos, e por fim, a prefeitura de Paris, que, sob a bandeira vermelha, foi o lugar e o símbolo do novo poder. Thiers foge por uma escada secreta, o ministro Jules Favre pula por uma janela, todo o aparelho governamental some e instala-se em Versalhes. Paris fica entregue à insurreição” (BADIOU, 2012, p.63).

A necessidade de uma escolha surge quando esse contingente de operários, antes “inexistentes”, auxiliam os operários organizados da Guarda Nacional: os operários organizados, que têm estratégias facilitadas em momentos como esses pela sua existência organizativa, devem tomar uma decisão: assumimos o poder? Entramos na Prefeitura Municipal? E é essa radicalidade da escolha que instaura um processo de verdade¹¹.

Na noite de 18 de março, com a Prefeitura vazia, constataram que não tinham “mandato popular” (BADIOU, 2012, p.63). Com essa escolha, “dizem” o seguinte: não podemos entrar e representar um levante, só estamos aqui e temos “um poder a tomar” por conta dessa força que surgiu (esse sujeito coletivo antes inexistente). Vamos organizar uma eleição com representantes em todos os distritos e comitês da cidade, aproveitar que as pessoas saíram às ruas e estão mobilizadas, e a partir disso as decisões desse novo governo popular serão tomadas.

O fato é que em 23 de março organizou-se eleições entregando o poder ao povo de Paris, elegendo 90 representantes populares que instituem (em 26 de março) 10 comissões para tratar da governança municipal (FERREIRA, 1975, p.8). Instauraram-se processos de verdade que tornavam possível o impossível da revolução no sistema capitalista e a encarnação de um sujeito coletivo real encarnado pelo povo de Paris, entre suas divisões heterogêneas e na dualidade organizados *versus* não organizados formalmente ou visivelmente.

¹¹Nesse caso, os processos subsequentes desse ato (as eleições, oficialização de conselhos distritais), instalam um governo revolucionário, nos termos de Decouflé (1970, p.101).

“A Comuna é solenemente proclamada na Câmara Municipal parisiense; a legalidade da Comuna é admitida por todos, mesmo pelos jornais menos republicanos que livremente se continuam a imprimir em Paris [...] Ravvier é encarregado de fazer a transferência de poderes do Comitê Central e declara no meio de entusiásticas aclamações: “Em nome do povo, é proclamada a Comuna”. Toda a gente canta, aplaude, bebe, abraça-se. A Comuna de Paris será durante alguns dias uma festa coletiva plena de confiança e liberdade” (FERREIRA, 1975, p.8)

É nesses termos que o acontecimento é “criação de novas possibilidades”, não apenas situado no campo das possibilidades objetivas, mas também no campo da possibilidade dos possíveis (BADIOU, 2012, p.72):

“O que também pode ser dito: em relação à situação ou ao mundo, um acontecimento abre a possibilidade daquilo que, do estrito ponto de vista da composição dessa situação ou da legalidade desse mundo, é propriamente impossível. Se recordamos que, para Lacan, temos a equação real = impossível, vemos de imediato a dimensão intrinsecamente real do acontecimento. Poderíamos dizer também que um acontecimento é o advindo do real enquanto possível futuro dele mesmo”.

Esse ato de criação (um ato de enunciação da tomada de poder) pode ser visto como ato de um rompimento estrutural, não aparece naquilo que é dito explicitamente, “se não que prediz implicitamente”, está no processo de enunciação (CUÉLLAR, 2013a, p.90). O enunciado é o dito, enunciação é o ato de dizer (NEGRO, 2013, p.121) ou as “condições performativas de sua emissão” (HOOK, 2013, p.262). O enunciado aqui é a estrutura linguística do saber revolucionário, o ato de enunciação da produção de um discurso revolucionário.

A enunciação em cheque no caso da Comuna foi precisamente superar seu enunciado (tomar o poder), suas condições de dizer previamente estruturados (os proletários organizados), engendrando um sujeito de enunciação (o povo que surgiu em defesa, incerto, vago, difuso) que tinha um poder a tomar. Os operários organizados, esses que se apresentavam de forma a representar mais concretamente o povo, poderiam ter repetido o que os grupos burgueses e republicanos fizeram nas revoluções e insurreições anteriores, ocupando os órgãos de poder em nome desse sujeito coletivo. A pergunta chave é: “temos um poder a tomar, o que fazemos?”.

O enunciado ‘tomar o poder de forma violenta’ é um dito do saber revolucionário. As descrições narrativas ou os enunciados explícitos endereçados em torno do significante revolução produzem possibilidades de análise sobre a enunciação dos discursos em torno da revolução. A criação de um sujeito coletivo (constituído pelo levante que defendeu e somou-se à Guarda Nacional organizada) é atualizada e legitimada no discurso pela escolha por instaurar as eleições e iniciar um governo proletário, dando caráter de real a tal sujeito coletivo através de um ato de enunciação.

Se o enunciado da revolução ‘tomar o poder de forma violenta’ inscreve-se no saber

revolucionário, enquanto conjunto de significações em torno da revolução, o discurso dos agentes dessas experiências através de seu ato de enunciação produz um 'discurso revolucionário', fruto dessa experiência revolucionária particular que se inscreve no saber revolucionário, a partir de seus elementos de criação e de novidade no campo político.

“Tomar o poder de forma violenta” é um saber enciclopédico. Nossa intenção com essa pesquisa é produzir rupturas e falhas no enunciado/síntese do discurso de revolução e do saber revolucionário, rupturas que engendram uma verdade sobre a revolução a partir da análise do discurso sobre a Greve Geral de 1917, um discurso revolucionário.

A filosofia de Badiou constrói-se e produz-se na abertura para as falhas, desarticulações, e descontinuidades de uma situação histórica, entendendo que a mudança é efeito de uma falha na estrutura com a aparição de uma multiplicidade, o acontecimento, um efeito do real que modifica as coordenadas simbólicas e assim produz novas sequências (CAMARENA, 2013, p.252):

“Ali onde a estrutura falha, onde ocorre o corte no sentido, ali é a ocasião para uma decisão de pensamento: se trata de tomar uma decisão em um momento em que o saber é completamente indeterminado. Outros cortes possíveis para esta decisão incluem: suspensão da estrutura, postular um axioma, realizar uma aposta, criar um conceito novo que não existia antes...” (CAMARENA, 2013, p.254)

O enunciado é o ato realizado, os operários da Comuna de Paris tomaram o poder violentamente. Mas isso pode encobrir o desenvolvimento narrativo acerca da forma que o sujeito produziu significantes acerca de um acontecimento comum e de tomada de poder, um fato histórico mas também uma experiência individual e coletiva através de seus atos de enunciação.

Esses atos criam uma correspondência com “a cadeia enunciada constitutiva do discurso”, expressa pelo sujeito e “articulada pela estrutura de linguagem” (CUÉLLAR, 2013 a, p.91), o saber revolucionário. O “material simbólico significante de um saber em sua generalidade, saber que precede e determina todo o conhecimento da realidade objetiva imaginária do significado” é assim colocado em cheque, tensionado (CUÉLLAR, 2013a, p.91).

Na análise de Badiou (1996;2012), o elemento criação é sempre um sinal de acontecimento, sinal de que algum saber fora da estrutura do enunciado surge dela e como rompimento dela, se instaura como algo novo, faz surgir um sujeito do processo de verdade: esse sujeito coletivo que os operários organizados criaram com o seu ato revolucionário.

A enunciação é suprimida por efeito estrutural do enunciado (NEGRO, 2013, p.122), como o elemento que impede, através da caracterização sociológica (por exemplo) uma relação entre 1871 em Paris e 1917 na Rússia: o elo de ligação é que um levante produziu uma tomada de poder a partir de condições particulares.

Enunciação é a busca por aberturas do acontecimento nos textos, buscando encontrar os momentos em que houve efeito disruptivo (HOOK, 2013, p.266). Ou seja, é procurar por questões que demandam uma significação (ROBERTS e MALONE, 2013, p.306), uma ausência que se produz na estrutura da situação (YOUNG, 2013, p.330). O efeito disruptivo é acentuado quando ocorre uma suspensão do poder, efeito do discurso revolucionário.

“Reconhecer um acontecimento, uma ruptura ou uma falha, implica aquilo que não funciona na estrutura de uma situação, diga-se histórica, do direito e das instituições, e em suma em todos os discursos desde os que se crê poder fazer inteligível todo fenômeno que se pode apresentar [...] Isso que não funciona e que se enuncia por fora do impensável – e que através do mesmo o excede – exige que se inventem novos dispositivos para a construção e saberes que transcendam – com sua ruptura das percepções simples e dos interesses ideológicos – os saberes estabelecidos” (Valdéz; Hernández e Hernández, 2013, p.346).

O fio condutor dessa pesquisa visou formalizar esse impasse empírica e teoricamente: independente das questões de categorização dos eventos (insurreição ou revolução) ou de seus elementos doutrinários (anarquistas e anarco-comunistas, socialistas), a Greve Geral de 1917 vista sob determinado ângulo, produziu um discurso revolucionário, um ato de enunciação que se inscreve no enunciado do saber revolucionário através da suspensão de poder temporária.

Podemos produzir entendimentos acerca da subjetividade sem “deixar de lado a realidade dos eventos”: trata-se de dizer “como aquilo que acontece é explicado” (FROSH, 2013, p.25-26), criando direções de sentido (saber revolucionário e discurso revolucionário). Ou seja, segundo nossas fontes empíricas e comentadores da Greve Geral de 1917 produziremos sentidos sobre como essa história é contada, e daremos algumas direções.

Nesse sentido que optamos por descrever os acontecimentos da Greve Geral de 1917, inicialmente a partir dos pesquisadores, e depois na análise propriamente dita a partir do discurso produzido pelos sujeitos do jornal *A Plebe* sobre esse acontecimento, produzindo sentidos atrelados ao discurso revolucionário.

O acontecimento irruptivo no discurso parte de incertezas e compreensões parciais, sem um comprometimento com a coerência narrativa dos fatos, desconstruindo para então intervir no sentido (FROSH, 2013, p.28-29). O discurso dos militantes e as narrações acerca dos acontecimentos, produzirão uma relação discursiva com possibilidades de criação nos elementos do discurso revolucionário, atos de enunciação dos sujeitos para além das fórmulas estruturais do saber revolucionário e seus enunciados.

O enunciado-síntese ‘tomar o poder de forma violenta’ é uma repetição significativa que, se por um lado indica certa obviedade (que trata de uma síntese de conhecimento acerca da revolução), é também um ponto de partida subvertido pelo campo empírico. No caso da Greve Geral de 1917, o

poder é relacionado aos modos de produção e sua suspensão é temporária: nossa aposta na investigação inscreve esse ato dentro do saber revolucionário a partir do discurso revolucionário, que mantêm acesa uma hipótese revolucionária.

“Que não deixemos de tentar dizer tudo é um testemunho, tanto da importância de por as coisas em palavras, como dos elementos defensivos dessa narrativa: sem ela, caímos em um espiral até o nada. Sobre isto, os lacanianos nos poderiam dizer que o simbólico nos defende do real, o que não implica, o que não significa de nenhuma maneira que devemos nos desfazer do simbólico, visto que o simbólico é sempre uma forma de recobrimento, mesmo que o mundo e seus sujeitos dependam deste” (FROSH, 2013, p.31-32).

“O discurso é uma estrutura que excede muito a palavra, vai além dela, inclusive pode existir sem elas” (Valdéz; Hernández e Hernández, 2013, p.354). O ato de falar, juntamente com o efeito que um sistema de linguagem opera – simbólico, imaginário e real – é o que define o sujeito humano, juntamente com o ato de desvelar a forma em que este é constituído pela linguagem, quando este se dirige a uma outra pessoa e assim coloca-o como autor em uma nova realidade (Parker, 2013 a, p.60).

“Existe, simplesmente, demasiadas formas de falar acerca das coisas, e para fazer justiça as coisas deveria usar, ao mesmo tempo, todas as formas diferentes de falar sobre elas. Sempre algo é excluído, precisamente porque algo mais pode ser dito, e cada nova forma de dizer agregará uma nova dimensão, um pouco contraditória com respeito ao que foi dito antes” (FROSH, 2013, p.32)

Nesse sentido, o discurso revolucionário é um ato de enunciação em direção à revolução, ou uma das variadas formas (um discurso revolucionário) de falar sobre o discurso revolucionário produzido numa experiência política.

A saída possível de evitar alguma cumplicidade com o sistema de saber (revolucionário), ao invés de tentar sair dele, é perceber alguma falha, lacuna, inconsistência produzida dentro desse sistema de saber, que “não se ajusta a verdade anormal do sujeito alienado nele, como a particularidade que este sujeito resiste à pretendida universalidade do saber do sistema”, colocando em movimento os sintomas através de uma “força laboral enunciativa” (CUÉLLAR, 2013b, p.397).

A “força laboral enunciativa”, em outros termos, o ato de enunciação, é precisamente a possibilidade de formalizar, a partir de elementos analíticos e interpretativos, a construção de um discurso revolucionário por parte dos agentes da Greve Geral de 1917.

2.3 Revolução e discurso revolucionário: acontecimento e política

Um acontecimento político é a criação de novas possibilidades, criando um impossível dentro do horizonte de possibilidades (BADIOU, 2012, p.72), de dimensão incalculável (BADIOU, 1996, p.161); interrompendo a repetição de um saber sobre a política, produzindo um tipo de verdade a partir da criação (BADIOU, 1994, p.177).

Para Ranciere (1996), uma verdade política instaura-se a partir da inscrição simbólica de uma representação social (uma classe, um povo) que antes não podia falar ou não era contada como falante (p.40), ou seja, é a possibilidade concreta de enunciação transformada e reconhecida em palavra, daquilo que antes parecia ser ruído, consentimento, ou pura revolta (p.35):

“Não há política porque os homens, pelo privilégio da palavra, põem seus interesses em comum. Existe política porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo "entre" eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada” (RANCIERE, 1996, p.40).

As coisas seriam mais simples se bastasse resolver as condições materiais, mesmo que essa “injustiça”, enquanto existe, é evidente (RANCIERE, 1996, p.29). A política existe pois a ordem social não está fundada na natureza ou na lei divina da divisão social (p.30). O povo não é necessariamente “os pobres”, mas um “reino de ausência de qualidade”, “nome vazio da liberdade” (p.29): um sujeito político que transcende a lógica da contagem populacional, a soma de partes ou “um corpo ideal encarnado na soberania”, e sim um nome genérico que designa processos produtores de “efeito do traço igualitário” que, quando surge, questiona a distribuição das “visibilidades do comum e das identidades, afiliações e partilhas” (RANCIERE, 2010c, p.62). Quando essa categoria surge, existe a política:

“Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política — ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos — que faz os pobres existirem enquanto entidade. A pretensão exorbitante do *demos* a ser o todo da comunidade não faz mais que realizar à sua maneira — a de um partido — a condição da política. A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela” (RANCIERE, 1996, p.26).

O acontecimento badiouano, ato de criação de novas possibilidades na política, é o advento da política que nos fala Ranciere (1996), quando o conflito político é marcado pelo advento (acontecimento, existência) de um tipo de sujeito muito específico (o povo, um sujeito coletivo).

Badiou (1996;2012) nos fornece a chave interpretativa, Ranciere (1996), o “objeto” que devemos encontrar de tal interpretação. Isso porque a noção de acontecimento engendrada por Badiou (2012) constitui os momentos em que a política é um processo dinâmico e sobreposto à lógica policial.

Como na experiência da Comuna. No momento que os operários da Guarda Nacional escolheram não entrar na Prefeitura e realizar eleições municipais, engendraram um sujeito coletivo no real-simbólico-imaginário. Todo debate político, nos mostra Ranciere (1996, p.59), implica numa terceira pessoa de tratamento (o povo, os trabalhadores), e uma terceira pessoa identificada que institucionaliza o conflito social. A Guarda Nacional era o elemento identificável e institucionalizável, que poderia dizer “os proletários estão no poder”, e assim entrar na prefeitura vazia como fez Thiers em 1870.

Ranciere (1996) divide processos policiais (a polícia) e processos de política (a política): aqui, um sentido normalmente atribuído à política, ou seja, conjunto de processos que operam agregações e consentimento entre coletividades, organização e distribuição dos poderes, lugares e funções e sistemas que legitimam essas partilhas, inverte-se para o termo polícia.

“A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não, ou seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído” (RANCIERE, 1996, p.42).

Esse termo não reserva uma função moral e certamente podem haver diferentes tipos e formas de distribuição (RANCIERE, 1996, p.43), diz respeito “a um corpo estruturado de uma sociedade onde tudo tem seu lugar”, que prescreve a realidade e a sensibilidade para perceber o que é e o que não é permitido, o que está ou não à disposição, o que pode e não pode ser dito, quem pode e quem não pode dizer (RANCIERE, 2010e, p.82). A política por outro lado é

“uma atividade bem determinada e antagônica à primeira: a que rompe a configuração sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua ausência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela” (RANCIERE, 1996, p.42).

A política é o advento de uma igualdade e uma liberdade que não podem ser impostas por lei (como fizeram algumas experiências revolucionárias) e abstratas, porém sensível (RANCIERE, 2005, p.7). É por isso que as experiências políticas criam uma partilha do sensível (p.15), produzindo condições de partilha e compartilhamento do comum, a igualdade é um traço experimentado pelos sujeitos:

“Denomino partilha do sensível o sistema de evidências que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas” (RANCIERE, p.15, 2005).

A política, portanto, produz os deslocamentos dos corpos nos lugares antes destinados, cria outros destinos aos lugares, “faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (RANCIERE, 1996, p.42), ela acontece quando algum sujeito fala “num momento e num lugar onde não é esperado que você fale” (RANCIERE, 2010e, p.88). O surgimento dessa “voz” opera as divisões que o processo policial instituiu, atualizando o surgimento da “parcela dos sem-parcela”, manifesta “a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante” (RANCIERE, 1996, p.43).

Na Comuna de Paris, as eleições e a criação de comissões fazem parte de um processo policial, mas já vimos, isso não precisa excluir a política. A escolha radical consistiu em fazer valer o poder e o sujeito coletivo antes inexistente (uma parcela dos sem parcela), esse ruído silencioso que se transformou em revolta e expulsou os republicanos de Paris: não entrar na prefeitura foi um ato revolucionário, pois transformou a revolta na criação da Comuna de Paris. Numa operação policial (RANCIERE, 2010b, p.29), teriam considerado a “gestão dos assuntos comuns como conjunto de problemas que remetem aos cuidados de gente competente” em oposição “ao exercício da capacidade comum de todos”, o exercício da emancipação.

Embora Decouflé (1970) não utilize esses termos conceituais entre política e polícia, ou do acontecimento de Badiou, podemos perceber que ele ressalta como êxito da Comuna uma articulação similar, entre a conciliação da espontaneidade popular e da organização revolucionária, como percebemos aqui:

“Poderá ser levado a reconhecer que a singular persistência de um mito como o da Comuna na memória coletiva das revoluções do Ocidente e do Oriente se deve sem dúvida a seu aparente poder de conciliação da espontaneidade popular e da organização revolucionária, tal como enfatizam logo em seguida à regressão de 1871 teóricos de tendências tão opostas como Marx, Bakunin, Kropotkin e, mais tarde, Lênin, mas sobretudo tal como foi recolhida e transmitida às gerações futuras, pelos defensores da Comuna condenados ao exílio. No caso, a origem da deformação-idealização da Comuna, pela qual o acontecimento se constitui em mito, deve ser baseada nos próprios Marx e Lênin” (DECOUFLÉ, 1970, p.102)

O argumento de que Marx e Lênin transformam tal acontecimento em mito, muito provavelmente tem a ver com colocar essa possibilidade no futuro da hipótese de uma revolução, ao mesmo tempo que criaram soluções estruturadas (o partido comunista) para os impasses dessa experiência, sem necessariamente conseguir realizá-los através de suas experiências concretas, ao

menos no caso de Lênin e Mao¹².

A existência da política prescinde de um encontro entre lugares e formas de dois processos heterogêneos: os processos policiais, e os processos de igualdade enquanto radical pressuposição de igualdade entre falantes e da busca por averiguação dessa igualdade (RANCIERE, 1996, p.43): política e polícia são duas maneiras de partilha do sensível, duas maneiras de dividir um espaço sensível, os objetos comuns, duas formas de ouvir uma reivindicação (RANCIERE, 2010d, p.76).

“Não se deve esquecer também que, se a política emprega uma lógica totalmente heterogênea à da polícia, está sempre amarrada a ela. A razão disso é simples. A política não tem objetos ou questões que lhe sejam próprios. Seu único princípio, a igualdade, não lhe é próprio e não tem nada de político em si mesmo. Tudo o que ela faz é dar-lhe uma atualidade sob a forma de caso, inscrever, sob a forma de litígio, a averiguação da igualdade no seio da ordem policial.[...]A política encontra em toda parte a polícia. Ainda se deve pensar esse encontro como encontro dos heterogêneos. Deve-se para isso renunciar ao benefício de alguns conceitos que asseguram por antecipação a passagem entre os dois campos” (RANCIERE, 1996, p.44).

Nesse caso, o partido comunista, por exemplo, que veio dar solução a ambiguidade da Comuna é uma forma policial construída através da política, mas não necessariamente vai criar uma relação permanente e dialética entre essas duas modalidades de organização e manifestação dos poderes políticos e suas contradições.

Portanto, além do caráter particular e a promoção da suspensão do poder do discurso revolucionário, este pode criar também um sujeito coletivo, a irrupção de uma “parcela dos sem parcela”, ou então uma primazia pela política, ao invés da polícia, em termos de Ranciere (1996).

O discurso revolucionário não precisa necessariamente preencher requisitos. São termos ligados a ele, elementos que constituem e movimentam o discurso, que o fazem se atualizar e modificar ao longo da história.

Diremos que os revolucionários constituem um discurso revolucionário e tensionam o sistema a partir de sua práxis. E que cada acontecimento político em que estão envolvidos é uma aposta na possibilidade de avançar diante da hipótese: podem existir outros modos de organização social que não o capitalismo, seus fracassos e falhas não refutam a ideia de uma revolução.

Os avanços e situações que produzem a consolidação de hipóteses sobre a revolução, prescindem da criação de dispositivos políticos, de novos pensamentos e de práticas que façam essa hipótese manter-se viva.

Existem elementos definidores apontados de forma dispersa no texto, delineando a noção

12Aqui, refiro-me às observações de Decouflé (1970) de que não há na história experiências que voltaram a conciliar esses termos (espontaneidade popular e governo revolucionário), como no desaparecimento do que entende por “corpos revolucionários”, que são os conselhos distritais da Paris de 1789 ou os soviets de 1917 (p.112). Arendt (1988, p.218) tem uma conclusão muito semelhante, denominando esses espaços como “espaços de liberdade”.

de discurso revolucionário, que sintetizaremos para depois prosseguir. O discurso revolucionário é um discurso particular que movimenta-se em direção ao significado universal de revolução. É uma relação entre um saber enciclopédico – o saber revolucionário – que cabe em estreitas definições, e um saber produzido constantemente, a partir de discursos revolucionários.

Do ponto de vista dos atores e sua práxis, o movimento que o discurso revolucionário faz é criar uma relação de tensão com o poder, mais precisamente em promover uma suspensão do poder, deixá-lo em aberto e assim produzir um campo de possibilidades para a inscrição de algo nesse vazio de poder.

Tomando a Greve Geral como situação que possibilita a construção de um discurso revolucionário, o enunciado ‘tomar o poder de forma violenta’ pressupõe tomar o poder (temporariamente) dos meios de produção, criando um novo pensamento ou prática sobre a emancipação. Essa situação pode colocar em cheque quem é o agente do sistema produtivo e esse ato de ter “um poder a tomar”: esse agente é o sujeito coletivo (como a força que tomou o poder da Comuna de Paris), que buscamos encontrar na análise do discurso sobre essa greve.

O Brasil não teve um caso de revolução como Cuba, Rússia, ou China, por exemplo. Mas o discurso de revolução constitui-se apenas a partir de uma espécie de efetivação da tomada de poder do Estado? É apenas “categorizável” como discurso de revolução quando intenções e objetivos dos agentes se concretizam?

A situação Revolução Russa de 1917 constitui uma mudança sobre o real (do capitalismo) e produz discursos revolucionários e suas possibilidades de transformação concreta de uma estrutura social, econômica e política: porque a ênfase sobre o discurso revolucionário recai sobre seu resultado final? A experiência revolucionária russa circunscreve-se na estrutura de seu acontecimento, produz uma alteração no saber revolucionário, e não há uma significação única possível de extrair da experiência.

O enunciado universal foi prescrito (os bolcheviques tomaram o poder de forma violenta), mas como são produzidos os sentidos que engendraram esse ato? A força popular e organizada dos trabalhadores (constituindo um sujeito coletivo) que possibilitaram que ela aconteça, não está aí um dos elementos da fórmula revolucionária? Que ocorreu que não se manteve? Que tipo de processo político engendrou essa força?

As organizações descentralizadas em comitês soviéticos nas duas primeiras décadas da Revolução Russa (LÊNIN, 2005, p.29; ZIZEK, 2005, p.13) podem compor uma prática de mobilização de massas (TROTSKY, 1977), paralelo e/ou possivelmente independente aos partidos, por exemplo, tendo o caráter mais permanente entre política e polícia.

Quais aspectos do discurso dessa mobilização que sinalizam os pontos de seu fracasso? As

formas específicas de nomeação da experiência revolucionária russa produzem discursos revolucionários, ou são então apenas uma parte do discurso revolucionário (o discurso revolucionário dessa experiência), como parte da mesma experiência revolucionária que interfere no saber revolucionário.

Se dissemos, por exemplo: a revolução russa “fracassou, pois apesar dos comunistas tomarem o poder, transformaram seu 'domínio' numa gestão autoritária, criando privilégios e reproduzindo hierarquias profundas da relação entre o partido-Estado e o povo russo”. Essa é uma versão dos fatos, dotada de verdade.

Não estamos dizendo que essa versão é equivocada, mas atentemos ao valor universal que ela cria no sentido de um discurso e uma experiência revolucionária: há um vazio, um não-dito, preenchido pela abundância de sentidos daquilo que uma experiência se transforma.

2.3.1 A hipótese do discurso revolucionário: emancipação e igualdade

Da mesma forma que o discurso revolucionário contém algumas formas, a qualidade de atos que ele produz (a suspensão do poder, primazia da política e a formação do sujeito coletivo), tem algo da ordem dos seus efeitos, ou seja, aquilo que ele visa produzir a partir da formação de um discurso, que são as inspirações e aspirações anteriores à construção propriamente dita, criando valores encarnados pelos sujeitos.

Uma dessas características é que o sujeito coletivo suspende o poder através da política para produzir emancipação e igualdade, ou novas possibilidades para tal efeito. Ou seja, transpõe a dimensão do real pois almeja um futuro que não é, um efeito a ser produzido pelo seu discurso e que visa combater os contrassensos da emancipação (dominação) e igualdade (desigualdade).

A história do comunismo assim como a história da emancipação, aparece em momentos em que ocorreu um desaparecimento das instituições estatais e enfraquecimento dos partidos institucionais (RANCIERE, 2010a, p.141). Em outros termos, onde prevaleceu ou entrou em operação (existiu) a noção de política desse autor (RANCIERE, 1996).

É nesse sentido que se articula o discurso revolucionário. Ele não se opera como totalidade fechada, como um discurso que cabe inteiramente em um saber, pois está articulado entre: 1) a imagem e possibilidade ainda não confirmada da hipótese (imaginária); 2) em elementos simbólicos articulados num discurso de interpretações históricas, interpretações do contexto, estratégias, que são as experiências narradas (as revoluções contadas através da história que produziram sentidos e significações importantes); 3) é criado por pessoas reais atuando no real do capitalismo, operando

fissuras e abrindo novas possibilidades de tensionamento, criando processos de verdade (BADIOU, 2012, p.71)

Se renunciar a hipótese comunista equivale a renunciar a possibilidade de uma emancipação da sociedade (a hipótese do discurso revolucionário), equivale a abandonar os fundamentos que a engendram. No caso de Ranciere (2010a), o que não se deve renunciar é a igualdade, não como meta, mas como ponto de partida (p.133), isso é, que todos possuem a possibilidade de ser emancipados.

A igualdade que a política dos atenienses (a comunidade ateniense) propôs é enunciada nos elementos constituintes da comunidade: a riqueza dos poucos, a virtude dos melhores, e a liberdade pertencente do povo (p.22). Não se situa no campo de repartição das utilidades, do juízo racional entre lucros e perdas (p.20), e sim da enunciação do que os sujeitos têm em comum e as formas de repartir o exercício e controle de um poder comum:

“De um lado, a justiça enquanto virtude não é o simples equilíbrio dos interesses entre os indivíduos ou a reparação dos danos que uns causam aos outros. É a escolha da própria medida segundo a qual cada parte só pega a parcela que lhe cabe. De outro lado, a justiça política não é apenas a ordem que mantém juntas as relações medidas entre os indivíduos os bens. Ela é a ordem que determina a divisão do comum” (RANCIERE, 1996, p.20).

O poder da palavra adquire um elemento de igualdade. Na aritmética das trocas, a riqueza é um denominador contável e evidente contraposta à propriedade indeterminável da liberdade do povo na formação da polis (RANCIERE, 1996, p.22). Se o escravo compreende a palavra e não a possui, de nada ela adianta (RANCIERE, 2005, p.15). É no movimento de posse da palavra que *passa a existir* esse nome *povo* e sua liberdade política, representante de corpos anônimos de trabalho e reprodução, contabilizados como participantes dos assuntos de uma comunidade (RANCIERE, 1996, p.22-23). O *povo* é um ente dos não possuidores de bens tampouco das virtudes, e está fundado nesse denominador comum (suposta igualdade de inclusão na contagem da polis) que o articula e identifica na comunidade.

Badiou (2012, p.70) aponta a possibilidade de descrever uma verdade política (um processo de verdade) empiricamente: “é uma sequência concreta e datada em que surgem, existem e desaparecem uma prática nova e um pensamento novo a respeito da emancipação coletiva”.

O processo do surgimento de uma verdade e o conseqüente sujeito dessa verdade, é um processo raro, um desvio diante da ordem natural das coisas (DIAS, 2010, p.35): o sujeito é uma categoria finita (a verdade infinita) que depende do processo real que engendra a verdade, tendo alguma consistência e sendo a dimensão local de um processo de verdade (BADIOU, 1994, p.177). É precisamente um agente da verdade (a emancipação é possível, e fizemos através desse ato), que

interfere num horizonte de possibilidades e impossibilidades.

O cerne da hipótese - existe uma possibilidade de emancipação e ela é coletiva - é possível a partir do seu surgimento, existência, e desaparecimento (fracasso), fazendo advir um sujeito (que talvez antes nunca tenha surgido) de determinada situação histórica. A Ideia Comunista de Badiou adquire aqui o fundamento do discurso revolucionário, enquanto um discurso hipotético apresentado nas situações de luta e conflito político, criando a possibilidade de um devir histórico da emancipação, mesmo que essa criação se desfaça na própria experiência histórica em que se constituiu. O que permanece é o discurso revolucionário e as possibilidades que engendrou.

Ranciere (2010a, p.132) concorda com Badiou que o sentido do comunismo implica necessariamente a articulação às práticas de emancipação, “o comunismo é a forma de universalidade construída nessas práticas”, ou então que “a hipótese comunista só é possível com a hipótese da emancipação” (p.138), o que quer dizer, a coletivização do poder de todos. Esse é o efeito do discurso revolucionário.

Em Ranciere (1996, p.69), o sujeito que advém da política não é um sujeito individual e de identificação. Quando percebemos, no campo político, a enunciação “nós revolucionários”, o sujeito não é o do enunciado (nós) nem o sujeito que se institui numa identificação (os revolucionários, os trabalhadores, os comunistas, os anarquistas), não se trata de uma coleção de revolucionários ou um corpo coletivo: é um sujeito excedente, situado numa borda e num vazio da existência que irrompe através da verdade política.

Ranciere (2010a, p.132) entende que a emancipação “é a saída de uma situação de minoridade. Menor é aquele que necessita ser guiado para não correr o risco de perder-se seguindo seu próprio sentido de orientação”.

Isso porque orienta sua política para o reconhecimento dessa voz que se instaura no espaço delimitado da polícia e a subverte, produzindo a possibilidade de sua reconfiguração. Ou seja, quando esse sujeito excedente surge/existe no campo do conflito político, no acontecimento.

É nesse sentido que há uma estreita relação entre a constituição de um sujeito coletivo e essas aspirações que o movem, pois a articulação discursiva desses valores funciona como forma de arregimentação de sujeitos nessa unidade temporária, produzindo identificações mas também forças coletivas e concretas atuando no mundo político.

Desenvolveremos essas relações entre suspensão de poder, sujeito coletivo e a encarnação de determinadas aspirações (como a emancipação e a igualdade) no capítulo 4, a partir da análise propriamente dita e as relações que encontramos no campo empírico da pesquisa.

Uma pequena revisão para contextualizar o leitor: primeiramente, o discurso sobre a Greve Geral de 1917 está sendo visto na conjunção de 3 fontes materiais, ou seja, produções de

discurso. A primeira, é a análise propriamente dita: desde o problema criado na pesquisa, o tema da revolução, e o arcabouço conceitual com que pretende-se analisar o conjunto discursivo. Tudo que envolve a dimensão conceitual e interpretativa da pesquisa como elemento articulador dos sentidos sobre a experiência da Greve Geral de 1917.

Em segundo lugar, trata-se dos discursos já produzidos sobre a experiência: o discurso dos agentes, ou melhor, de parte dos agentes (representantes) da greve em torno do importante jornal operário A Plebe, que tem uma relação muito próxima com o acontecimento e a organização operária da época, na medida que alguns militantes organizavam o jornal ou escreviam colunas.

O discurso dos agentes propriamente dito, ou seja, os agentes do fato histórico será articulado às dimensões teóricas no capítulo 4, onde apresentamos o discurso revolucionário da Greve Geral de 1917 em São Paulo pelo jornal A Plebe.

Antes disso, há as interpretações históricas em obras sistematizadas, de pensadores, pesquisadores e/ou militantes. Pinheiro e Hall (1979) Bandeira (1980), Fausto (1976), Carone (1970) e Pereira (2012;1980).

Contaremos no próximo capítulo a história da Greve Geral de 1917 em São Paulo a partir dessas interpretações, na medida que esses autores se debruçaram sobre diferentes aspectos para reconstituir essa história.

3. GREVE GERAL DE 1917

Nesse capítulo, pretendemos descrever a narrativa dos acontecimentos em torno da Greve Geral de 1917 em São Paulo, nosso objeto de pesquisa. Nossa ênfase na forma de contar essa história recai sobre os seus interpretadores, as obras consultadas para esse estudo. Foi possível constatar os assuntos elencados por tais interpretadores nas edições d'A Plebe, mas demos completa ênfase às interpretações do periódico e seus elementos discursivos no quarto capítulo, na análise de dados propriamente dita.

A melhor forma que escolhemos para estruturar essa narrativa, é a partir da apresentação do que chamamos “situação”, que se desdobra na compreensão de uma dada conjuntura internacional e uma conjuntura nacional, a partir de elementos que incidem sobre o acontecimento da realização dessa greve em São Paulo e seus desdobramentos pelo Brasil.

Fausto (1986), Bandeira, Melo e Andrade (1980), Carone (1976) ampliam as dimensões no que diz respeito às diversidades dessa conjuntura, mas nossa ênfase se dará em conflitos que consideramos centrais, e que aparecem no discurso dos agentes descrito no capítulo 4. Dizem respeito às influências político-econômicas no caso brasileiro: a situação internacional gira em torno da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de 1917 e seus reflexos no Brasil.

Por outro lado, o recorte da situação brasileira é de uma cidade em processo de industrialização como São Paulo, esta que representa na época o ápice e centralidade do processo da imigração e formação de uma classe de trabalhadores^{13 14}. Ou seja, os elementos sociais, econômicos e políticos que estamos trazendo se restringem a essa peculiaridade territorial e social e alguns efeitos de exclusão, muito provavelmente não abrange um real recorte da realidade brasileira. Portanto, as reflexões aqui procuram assimilar à realidade dos trabalhadores de São Paulo de 1917 sob a lente dos historiadores e comentaristas, um ângulo do pano de fundo pelo qual os militantes buscaram criticar e intervir.

Optamos por introduzir paralelamente na descrição desses contextos, a situação da luta

¹³Em sessão debate da exibição do documentário de Carlos Pronzato (2017) sobre a Greve Geral de 1917, no Clube Cultura em Porto Alegre (23/02/2018), o autor identifica um “sãopaulocentrismo” nas análises desse fato político, que reconhecemos reproduzir. Isso nos faz pensar no desenvolvimento de novas pesquisas, como por exemplo, em Porto Alegre.

¹⁴No mesmo evento, Onir Araújo, da Frente Quilombola RS, criticou a impressão de que os eventos políticos costumam ser narrados numa lógica eurocentrista. O efeito dessa impressão é, segundo ele, reproduzir ao longo do tempo a exclusão da questão racial no debate da luta sindical, por exemplo. Como se as revoltas e insurreições anteriores, exclusivas ou protagonizadas na luta negra contra à escravidão fossem menores ou menos articuladas. Embora não possamos desenvolver esse debate em sua amplitude, segerimos que articular esse tema às análises da formação e habitação da cidade (fluxos do campo para a cidade), tentando compreender narrativas da qualidade (ou ausência) da relação entre negros e imigrantes, assim como suas respectivas organizações ou grupos de resistência, seus territórios de habitação e circulação, produção de cultura, podem ser feitos em pesquisas da temática racial, das lutas populares de trabalhadores, e outras ideias.

operária no Brasil, a partir das influências externas e internas na realidade dos trabalhadores de São Paulo e nos contextos de industrialização, apontando um recorte histórico das organizações operárias e suas reações a esses contextos e algumas diretrizes dessas organizações.

Na continuidade da análise contextual, descrevemos a narrativa do acontecimento em si, contando a história desses dias de paralisação, alguns dados e outros importantes elementos considerados para a conclusão da análise.

3.1 A situação Greve Geral 1917

Conforme já adiantamos, nesse primeiro item desenvolvemos um panorama contextual que possibilita alguns elementos para pensar as situações em que se inscrevem este fato político (a Greve Geral de 1917 em São Paulo) relacionando com a discussão acerca tema revolução e do discurso revolucionário.

Pesam aqui questões históricas e fundamentais para compreendermos a realidade em que os trabalhadores construíram um discurso a ser analisado, engendrado em sua luta política da qual a Greve Geral é uma consequência direta. Não dêmos ênfase para nenhuma concepção historiográfica específica, e pesquisamos a partir do que nossa bibliografia acerca da Greve Geral de 1917 foi expandindo e constituindo um olhar sobre o fato histórico, desdobrando direcionamento para a situação internacional (3.1.1) e a questão social (3.1.2).

3.1.1 A situação internacional.

Um dos acontecimentos localizáveis no que diz respeito a situação internacional, com o peso de gerar profundas influências na realidade de São Paulo, e do Brasil, é a eclosão da I Guerra Mundial. Esse fato marca o início de um rearranjo entre os impérios e suas políticas de dominação dos séculos anteriores, produzindo efeitos marcantes sobre a situação político-econômica no Brasil e a consequente luta política de reação.

Inicialmente, existem consequências econômicas fundamentais. Diferentes produtos sofrem ascensão no mercado interno, diante de inflações oriundas do incentivo à manutenção do mercado cafeeiro e do açúcar, e do largo fornecimento de gêneros alimentícios ao mercado internacional por conta da guerra e as dificuldades criadas no mercado interno (FAUSTO, 1976, p.165).

Uma das questões fundamentais desse conflito de concepções, explica-se a partir de uma transição da relação de dependência econômica, já que à época o Brasil estava muito ligado aos países europeus, principalmente o Reino Unido. Nesse sentido, novos investimentos e a injeção de capital no Brasil passa a ser protagonizada pelos Estados Unidos, os “novos inversores de capitais no Brasil” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.39). O Brasil era o país das oportunidades para os investimentos americanos, enquanto países europeus (principalmente a Inglaterra) controlavam estruturas econômicas estabelecidas, como as linhas férreas, moinhos, ouro, algodão, açúcar, café, petróleo, minérios (p.39-40).

Esse foi um período de intenso crescimento da produção agrícola, o que justificaria a possibilidade de dar conta da exportação acelerada. Mas a especulação comercial em torno do momento de crise provocou “a forte elevação do custo de vida” (FAUSTO, 1976, p.166).

O Brasil, por conta de impedimentos comerciais, acabou por desenvolver sua indústria e aumentar de forma impressionante sua produção interna e a conseqüente formação do proletariado (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.48). Mas isso foi feito a partir de pequenos capitalistas que centralizaram os processos produtivos e também o fluxo de gêneros alimentícios, “nunca se ganhou tanto dinheiro, como nos negócios da guerra” (p.49).

Enquanto a injeção de capital norte-americano fomentava algumas indústrias e aos poucos abria um novo campo na realidade econômica, o Brasil sofre com a diminuição da injeção de capital dos países europeus, envolvidos em peso no conflito internacional. Atrelado a isso, aumenta-se a pressão sobre a dívida externa adquirida nos anos anteriores (FAUSTO, 1976, p.157).

A conseqüência disso é que os trabalhadores, como sempre, pagavam a conta da briga entre imperialistas. Salários baixos e jornadas extensivas de trabalho, retenção de salários e multas em caso de doença eram a realidade cotidiana dos trabalhadores. Além disso, preços altos dos gêneros alimentícios paralelo à práticas dos industriais de obrigar “os empregados a comprar no armazém do mesmo grupo”, subordinando os salários aos débitos de compra nesses armazéns (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, p.49-50) e até realizando descontos de 15% dos salários sob justificativa da crise (p.54).

Do ponto de vista de um campo de disputas em torno da construção de discursos políticos, a irrupção de processos contraditórios que um conflito com essa proporção enuncia favorece críticas contundentes ao funcionamento do capitalismo enquanto sistema econômico, social e político: os interesses em tornos de uma política imperialista, pela qual formam-se exércitos nacionais recrutados pela população geral, em sua maioria de trabalhadores e camponeses; os efeitos de uma crise econômica de disputa entre proporções significativas de capital e de dominação política, pela qual os trabalhadores são afetados em suas condições básicas de vida, produzindo miséria e

instabilidade cotidiana; e por último, os elementos que indicam que, apesar de uma crise econômica, há um ganho em torno da crise, ou seja, ela serve para aumentar a obtenção de lucro daqueles que podem criar as condições para tal, como os açambarcadores que interferiam no mercado interno e especulavam, estocavam e desviavam produtos internos para a exportação.

Cabe apontar que muitos dos açambarcadores eram os próprios industriários. Crespi, Matarazzo e Gambini, por exemplo, tinham suas próprias vendas, muitas vezes subordinadas direta ou indiretamente ao consumo dos trabalhadores, criando relações de descontos e pendências.

Como veremos no item (4.1.1), é a partir dessa complexidade de contradições que percebemos no discurso d'A Plebe a construção de um sujeito coletivo em oposição, resistência e desobediência crítica em relação à guerra, a partir de suas interpretações, éticas e desejos.

Há, portanto, uma postura de resistência diante dessa questão internacional e da guerra. As organizações em torno do proletariado lançaram a luta antiguerra. Atores da Confederação Operária Brasileira, como o Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, protagonizam essa luta, agregando “organizações sindicais e representantes de jornais operários” e criando uma Comissão Popular de Agitação contra a Guerra (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.41).

A entrada dos EUA na grande guerra, reivindicando liberdade de navegação, fez movimentar esforços brasileiros enquanto líderes políticos promoviam a causa dos Aliados (França, Reino Unido e Império Russo) (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.40).

Em torno das causas pela paz, uma série de grupos organizados e ofensiva da imprensa operária criaram manifestações diversas e comissões que engendraram “uma posição decidida de luta contra a guerra imperialista e em defesa da paz e da liberdade” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.42). Essa campanha foi contraposta por importantes lideranças políticas e fez crescer uma “mentalidade militarista” em favor da guerra, provocando conflitos internos entre as organizações que se colocavam de modo contrário e novos grupos da sociedade que surgiam em favor da guerra, sendo sedes operárias e de imprensa atacadas por partes da população. O surgimento dessa polaridade permitiu que a polícia efetuasse ações repressivas contra anarquistas e socialistas, proibindo greves, comícios, realizando prisões (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.43-44), dividindo organizações e posições oficiais dos operários.

Algumas organizações operárias como Sindicatos dos Sapateiros, União dos Tecelões formaram “batalhões patrióticos” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.71) em conluio com o Partido Republicano Feminino. A liderança política fundamental pró-Aliados era o conselheiro Rui Barbosa (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980 p.72).

As campanhas em torno do parecer favorável ao conflito penderam para o lado dos aliados contra os Impérios Centrais (Império Austro Húngaro e Império Alemão). Em todo caso, a questão

produziu uma formação intelectual de uma mentalidade anti-imperialista, diante das contradições dessas concessões para a exploração de recursos naturais por trocas comerciais irrelevantes (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.46-47).

O ano de 1917 marcava um cansaço geral diante da guerra, fechando 3 anos. Distintas manifestações operárias e demais setores da sociedade civil (“donas de casa pacíficas”), motins militares e deserções demarcam um posicionamento crítico. Intensas campanhas operárias passaram a influenciar cada vez mais através dos aspectos políticos desse conflito (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.48).

Há, ainda, uma segunda consequência internacional que incide sobre o conflito, e está em diferentes graus de intensidade relacionada ao conflito da guerra, que faz acelerar na Rússia a revolução dos bolcheviques, também em torno das críticas de um conflito de imperialistas vivido entre trabalhadores.

Consolidada a tomada de poder em 1917, a experiência real dos ideais revolucionários do período abre um campo profícuo para a luta internacional dos trabalhadores, “com seus olhos voltados” para os passos dados pelos bolcheviques e o povo russo, tomando essa experiência como modelo e metáfora encarnada da possibilidade revolucionária. O período de greves que se sucedeu entre 1917 e 1919 é, segundo Carone (1970, p.210), a encarnação de tais ideais.

O “grande ascenso revolucionário na Europa”, reorganiza e solidifica um contraponto ao imperialismo. Os conflitos ocorridos no Brasil “passam a ser vistos sob uma nova ótica”: as demandas e reivindicações operárias costumam-se às demandas revolucionárias, em conflito direto com o Estado. Ou seja, numa “pequena batalha” ou “grande mobilização”, o cenário e o pano de fundo dessas experiências é a Revolução de fevereiro e depois de outubro, a revolta espartaquista, a comuna húngara, experiências de conselhos italianos, passam a ser referenciais para consolidar uma luta de propensão e alcance internacional (FAUSTO, 1976, p.171).

Esse sentido e essa influência contribui um contexto de possibilidade revolucionária, tendo influências e arranjos internacionais, produzindo articulações discursivas que aumentam o potencial de construção do discurso revolucionário.

Por um lado, esse “pano de fundo” fortalece a articulação simbólico-imaginário-real à possibilidade de uma revolução e da construção dos discursos revolucionários, confluindo positivamente para a experiência dos trabalhadores no mundo e, em nosso caso particular, no Brasil. Uma experiência concreta em andamento é o discurso de revolução em operação: os bolcheviques tomaram o poder e começam a implementar uma série de mudanças na estrutura do capitalismo nacional, em ruptura com a situação internacional.

As lutas que ocorreram no interior da classe trabalhadora no Brasil tem um referencial,

como uma espécie de imagem difusa e uma luz no “fim do túnel” da possibilidade revolucionária, ao menos a partir daqueles que sustentam a revolução social como fim último das mobilizações sociais. O que ocorre nesse caso particular é que o discurso adquire um contorno de totalidade, a partir do pressuposto de que a luta dos russos é a expressão maior e efetivada de uma luta que ocorre simultaneamente no mundo inteiro; cria-se não só uma totalidade da experiência, mas no discurso dos agentes revolucionários, onde os contornos reais e imaginários das nações é transgredido a partir dos agentes, que poderiam muito bem ser definidos a partir da clássica expressão “trabalhadores do mundo, uni-vos”.

A partir desses elementos (I Guerra Mundial e Revolução Russa) de uma situação internacional influenciando os processos de luta e produções discursiva no Brasil, passaremos agora para uma breve discussão sobre a situação brasileira no que diz respeito aos efeitos de uma crise econômica gerada pela guerra e por especificidades da realidade brasileira da época, assim como uma nova abertura (posterior à luta dos negros feito escravos¹⁵) no campo de luta popular e dos trabalhadores.

3.1.2 A situação brasileira: a questão social e organização dos trabalhadores

A Greve Geral de 1917 encontra-se numa conjuntura de intensa agitação das duas primeiras décadas (ROMANI, 2011a; ANDRADE, 2009; BEM, 2006; CAMPOS, 1983). Destacam-se greves importantes em 1906, 1907, e 1912, processos gerados por um “intenso e vigoroso movimento grevista” desse período (LEITE, 1987, p.20).

Nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e outros estado eram fortes os sentimentos de revolta, com a deflagração de greves importantes e com forte adesão. A imprensa estava alarmada (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.52) e considerava a possibilidade de levantes armados num momento de caos econômico e político, potencializados pelos acontecimentos na Rússia (p.53), onde “agentes do complô da anarquia” ameaçam com a revolução (p.54).

Em SP, ocorre apenas uma greve de fábrica em 1914; duas setoriais em 1915; uma setorial e uma em fábrica em 1916. Nessa época, o principal esforço se dava na construção contra a guerra mundial, mantendo coesão entre anarquistas e socialistas. (FAUSTO, p.158).

A situação muda radicalmente em 1917. Greves de 100 mil operários no RJ (p.54), ameaças e prisões a líderes em Mato Grosso e Bahia (p.53), paralisações do trânsito em Belém do

15 Não tratamos dessa relação direta mas apontamos como novos estudos possíveis aos pesquisadores, articulando as lutas anteriores dos negros às lutas engendradas na formação das classe urbanas populares. Cf. notas anteriores.

Pará. Em São Paulo, em 1917 houve 11 greves em diversos estabelecimentos, 1 em setor, 1 generalizada e 1 geral regional (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.57).

A Greve Geral de 1917 em São Paulo inaugura um processo interessante, dando formato mais consolidado a um “movimento social de base operária” (p.158), inaugurando o período de “maior número de greves da História brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial”; na realização de algumas grandes manifestações de massa; no avanço da sindicalização; no surgimento de uma imprensa operária de maior amplitude; na modificação das expectativas na vida quotidiana, onde se desenha a esperança de uma alteração revolucionária do sistema social” (FAUSTO, p.159).

Diversos movimentos, agitações e greves ocorreram de forma constante de junho a outubro, sempre reprimidas fortemente pela polícia, que em contrapartida era atacada por pedras pelos manifestantes (p.55) e as publicações dos jornalistas na imprensa de longo alcance pouco ajudavam a expor o lado dos trabalhadores (p.55-56). Em cartas trazidas pelos movimentos operários, os trabalhadores emitem notas em periódicos conhecidos chamando atenção para as péssimas condições de trabalho agravando a saúde dos trabalhadores, inclusive de crianças (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.56)

O centro aglutinador das lutas nesse período, e particularmente em São Paulo não era o clássico sindicato: é nas ligas operárias de bairro, criados pelos anarquistas em diversos bairros operários. Além das reivindicações da produção, esses espaços são veículos que aglutinaram as pautas da carestia, da habitação, e serviram como “núcleo de coordenação e contato” em assembleias decisórias e convocações em meio às negociações (FAUSTO, p.203-204).

A Greve Geral de 1917 em São Paulo, é também expressão da continuidade de um intenso trabalho de mobilização daquele ano, formalizado a partir de uma aliança política formada ainda em 1916: a Aliança Anarquista entre os grupos anarquistas-sindicalistas e anarco-comunistas (LOPREATO, 1996, p.61). Estes resolveram esquecer as divergências internas e aglutinar forças para 1917.

“Os anarco-comunistas propugnavam a pluralidade nas ações emancipadoras e criticavam o caráter reformista das reivindicações sindicais. Apesar das diferenças, as duas correntes defendiam a mesma estratégia de luta para a emancipação dos trabalhadores: a ação direta, isto é, a iniciativa de cada um reagir, por si mesmo, contra as mazelas da sociedade burguesa. A eficácia da ação individual, no entanto, só se revela na ação coletiva. Daí ser a greve geral considerada estratégia exemplar de ação direta” (LOPREATO, 1996, p.59).

As primeiras descrições dessa aliança, Lopreato (1996, p.60) extrai do jornal anarco-comunista Guerra Social em edições de 1916. Mas podemos perceber na edição d'A Plebe de 23 de

junho de 1917, o manifesto da Aliança Anarquista que tinha como mensagem principal a crítica a guerra mundial como resultado do regime capitalista. Nesse momento, descreve a entidade formado por mais de 30 organizações de trabalhadores e outros indivíduos autônomos, assim como em parceria com outros grupos de trabalhadores de São Paulo.

O interessante é que no ano de 1917, a Aliança Anarquista foi capaz de aglutinar e fortificar um entendimento acerca da conjuntura. Como nos mostra Lopreato (1996), mapeando as publicações da aliança nos periódicos de janeiro a junho de 1917, percebe o percurso de combate em torno da situação de dificuldades e problemas das condições de vida; os problemas do desemprego e das condições de trabalho e, por último, o posicionamento antimilitarista e contrário a participação do Brasil na I Guerra Mundial. Através do Centro Libertário de São Paulo, e depois das Ligas Operárias de Bairro, promoveram campanhas de agitação, mobilização e interpretação sobre essas questões.

“O agravamento da crise social, no ano de 1917, uniu anarco-comunistas e anarquistas sindicalistas em torno de um mesmo objetivo: despertar os trabalhadores da apatia e levá-los a agir em defesa de seus próprios interesses. As duas correntes libertárias se dispuseram a exercitar a tolerância, através do respeito mútuo às diferenças, e passaram a envidar esforços para sensibilizar os operários paulistanos a reagir contra a exploração a que estavam submetidos. A ação direta, adotada como estratégia de luta, permitiu dar a unidade necessária para a realização do trabalho conjunto” (LOPREATO, 1996, p.64).

No período que estamos analisando, os trabalhadores enfrentavam diversas dificuldades no que diz respeito às conjunturas econômicas e na sua realidade de assalariados. A partir do ano de 1913, segundo Fausto (1977, p.157), há um fim no processo de crescimento da economia brasileira, a partir do problema da diminuição das taxas de exportação acompanhadas pela manutenção de valores de importação seguida de uma demanda interna maior, com o crescimento populacional e de zonas urbanas, provocando um “deficit na balança comercial pela primeira vez na história da República”.

A constituição de classes sociais é atravessada pelos processos de modernização: na classe média alta, os filhos de ricos agrários ampliam seus domínios sob a perspectiva do bacharelismo (medicina, direito) e da administração da alta indústria e de suas demandas técnicas (CARONE, 1970, p.175).

A classe média intermediária é mais desestruturada com a crise do café e faz um movimento para a cidade estabelecendo-se em pequenos negócios comerciais e de artesanato. É composta também pela baixa hierarquia do exército (CARONE, 1970, p.175). Trata-se de certa instabilidade desse momento histórico que ensaiava uma transição e uma guinada à industrialização de um país fundamentalmente rural, o que realmente irá se efetivar a partir da década de 30.

Alguns funcionários públicos e grande parte dos artesãos encontram-se num lugar social que dificulta a delimitação sociológica entre classe média baixa e classe operária, pois muitos atuam conjuntamente em processos de revolta e rebeldia, que tinham como pano de fundo reivindicação de melhores oportunidades econômicas, sociais e políticas (CARONE, 1970, p.177). Os problemas oriundos do alto custo de vida (gêneros alimentícios) e da moradia afetava essa parcela da população junto com a classe operária (p.180).

A constituição da classe trabalhadora desse período é consequência da formação de parcelas heterogêneas da população: leva de imigrantes europeus, combinada com os trabalhadores negros remanescentes da escravidão e da precarização dos pequenos artesãos constituíram a base de uma classe assalariada (MATTOS, 2003, p.7-8).

No período em debate a gravidade da questão social é acentuada a partir de um número estimado de 10 mil desempregados na cidade de São Paulo (FAUSTO, p.158). A crise econômica e do desemprego justificava a manutenção de baixos salários (CARONE, 1970, p.192), registrando naquele período o declínio de 15 a 20% do salário e fechamento temporários de empresas e paralisação de obras que afetam os trabalhadores da construção (FAUSTO, p.157).

Para além dos valores de produtos e os problemas gerados pela guerra, somados ao grande lucro de algumas empresas nesse período (denunciados pelos militantes), surge uma figura fundamental dessa mediação perversa: o açambarcador. Constantes denúncias são feitas contra os Matarazzo, Gamba, que desviam mercadorias para a exportação e fazem o estocamento de gêneros alimentícios (FAUSTO, p.201).

A título de exemplo, dados oficiais mostrados por Lopreato (1996, p.65-66) apontam que o ano 1916-1917 teve uma abundante colheita de cereais, produzindo um estoque de fartura nos armazéns. Práticas como a queima de carne que se encontrava barata foram realizadas para manter o monopólio de frigoríficos¹⁶ (CARONE, 1970, p.185). Contra esses problemas do estoque e das dificuldades na alimentação, as campanhas operárias da Aliança Anarquista chegaram a sugerir os ataques aos depósitos e a distribuição ao povo (LOPREATO, 1996, p.70).

Essa prática do açambarcador e lógicas de especulação somada a crise econômica fez subir vertiginosamente o valor de gêneros básicos da alimentação e da moradia (MENDES, 2010, p.36; LOPREATO, 1996, p.65; CARONE, 1970, p.184). Os jornais operários buscavam fazer crítica às práticas dos açambarcadores, o que acabou produzindo efeitos de amplitude geral na imprensa paulistana que reforçava a situação de calamidade em que se encontravam os trabalhadores e denunciavam a “perversão especulativa”, questionando possibilidades de solução. O governo respondia negando a figura do açambarcador ou seu papel na interferência deste problema na

16 Nota-se por exemplo a denúncia do artigo F/b 11 (verificar legenda no Apêndice A).

questão dos preços (LOPREATO, 1996, p.66-67).

Não bastasse tal dificuldade, em 1917 foram registrados os maiores índices na falsificação de alimentos, que incluía adição de areia ao açúcar, caolim na farinha de trigo, serragem na farinha de mandioca e outras adulterações graves. O Diário Oficial daquele ano registrou quase 8 mil mortes no Estado de São Paulo em detrimento da alimentação tóxica e moléstias no aparelho digestivo consequente dessas adulterações (LOPREATO, 1996, p.68).

Os problemas em torno da realidade das condições de trabalho acentuavam as dificuldades e clima de insegurança e fragilidade dos trabalhadores. A pouca legislação existente no que diz respeito à ventilação, luz e descarte de resíduos não era respeitada (LOPREATO, 1996, p.72-73); boa parte da população empregada sofria com as multas por erros na fabricação (FAUSTO, 1976, p.118) ou por ausência decorrente de doença ou paralisação por greve (LEITE, 1987, p.15); as condições de higiene e segurança dos locais empregadores era totalmente inapropriada (CARONE, 1970, p.193); baixos salários e jornadas de 12 ou mais horas de trabalho (LEITE, 1987, p.15; CARONE, 1970, p.194); contratação de crianças e mulheres era comum e estes recebiam metade dos salários (mulheres) e no caso das crianças, 10%, além de serem maiores alvos dos abusos sexuais e maus tratos (LOPREATO, 1996, p. 73; LEITE, 1987, p.15; FAUSTO, 1976, p.115). As mulheres e crianças chegaram a representar em 1912 quase 70% dos trabalhadores assalariados em São Paulo devido ao baixo valor de contratação¹⁷ (CARONE, 1970, p.193).

O lamentável panorama que se apresentava, começa a ser investigado e denunciado pela imprensa operária e demais imprensa paulistana, provocando uma agitação pública em torno do tema, e seu desdobramento no que diz respeito às soluções (LOPREATO, 1996, p.75-77).

Contrários às ações que visavam instituir meios legais para diminuir a exploração, os anarquistas em torno da Aliança Anarquista afirmavam que era preciso acabar com a exploração, desviando “os recursos legais como solução do problema da infância operária para o terreno da ação extra-legal”, colocando a manifestação pública como “intervenção possível para transformar a realidade social” (LOPREATO, 1996, p.78).

Essa questão faz emergir um aprendizado sobre essa posição dos militantes, que decidem criar uma campanha entre março e abril de 1917: primeiramente, pretendem intervir no que Fausto (1976, p.116) denomina “triste pacto desigual entre adultos” na exploração infantil, sensibilizando os pais operários que havia ignorância, irresponsabilidade e servilismo sobre a questão de possibilitar o trabalho infantil (LOPREATO, 1996, p.81): “ao invés de lançar os filhos e as mulheres no mercado de trabalho, contribuindo eles próprios para rebaixar o valor da força de trabalho”,

¹⁷ Nesse sentido, conferir Fausto (1976, p.110-113) que contextualiza melhor os números, podendo dar uma ideia a partir dos diferentes ramos das indústrias (alimentação, têxtil...).

deveriam passar a exigir imediatas melhorias nas condições de trabalho e assim buscar superar a crise econômica sentida de modo específico pela classe trabalhadora, garantindo nas famílias operárias o alimento, a educação e o lazer (p.82).

Essa virada parece ter sido decisiva nos rumos da campanha. Desde que foi lançada, com a criação do Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração de Menores Operários, a campanha lançada nos jornais operários foi tendo o apoio inédito da imprensa paulistana (sempre crítica ao anarquismo) (LOPREATO, 1996, p.79), e acabaram por encontrar uma aproximação junto aos trabalhadores e realizar um debate público que amplie para outros problemas da exploração do trabalho.

Nota-se também, que os desdobramentos dessa campanha demonstram a possibilidade de construir um discurso de resistência, em sua forma coletiva: com a criação do Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração de Menores Operários, realizam em março 6 comícios públicos nos bairros operários de São Paulo noticiados pela imprensa geral:

“O fim último da campanha contra a exploração do trabalho do menor, promovida pelos anarquistas, era agitar a massa trabalhadora, despertando-a da apatia em que se encontrava. Estava em jogo *um trabalho de preparação moral junto ao operariado com vistas a estimulá-lo a agir por conta própria* e, através da ação coletiva colocar em cheque os alicerces do regime capitalista de produção” (LOPREATO, 1996, p.82)

Os destaques em itálico na citação servem para indicar essa inversão de posições. Não que para isso precisa-se criar uma visão essencialmente negativa da intervenção do Estado nessa questão. O ponto que os anarquistas enfatizam é que há uma tomada individual de posição a respeito deste problema, que se resolve do Estado ao indivíduo sob a imposição de lei, sem discussão pública e uma mobilização popular como o fizeram, a lei se torna um dispositivo inútil.

Podemos dizer que são fatores que muito provavelmente vão intensificando e articulando de modo mais sólido os elementos R-S-I na interpretação dos atores, engendrando a arregimentação do sujeito coletivo do discurso revolucionário, que desenvolvemos no capítulo 4.

Mais especificamente no item 4.1.2 ampliamos esse debate, onde a formação de um sujeito coletivo diante da questão social pressupõe uma interpretação, ética e desejo que articulam as injustiças sociais à necessidade de organização e ação diante de tal constatação, criando um movimento de liberdade.

Os comícios públicos nos bairros operários tiveram como tema as contradições dessa exploração e do trabalho infantil, assim como fizeram circular um Manifesto-Programa já indicando a mobilização no viés anarquista e as consequências para crianças em trabalhar tão cedo e em locais tão precários. Um formulário (que posteriormente deveria ser enviado ao Comitê) foi distribuído

entre os presentes que visava obter dados sobre a condição das crianças em trabalho, assim como a divulgação de uma pesquisa voltada à médicos, juristas, escritores, jornalistas sobre “as consequências morais e sociais da precoce inserção no mercado de trabalho” (LOPREATO, 1996, p.84).

A campanha seguiu-se e em abril foram realizados pelo menos 3 comícios, seguidos de campanhas de distribuição do manifesto-programa (LOPREATO, 1996, p.86-87). Essa campanha parece ter servido como ponto aglutinador dos discursos de resistência, através da reflexão coletiva entre os trabalhadores e sociedade geral sobre as condições sociais e de exploração, provocando uma verdadeira interferência na comunidade paulista, não necessariamente entre um grupo ou região particular.

Com a chegada do mês de maio, a campanha foi interrompida para dar lugar as manifestações do Dia do Trabalho, como momento de luta. Com encontros preparatórios espalhados por pelo menos 6 bairros operários de São Paulo, a Aliança Anarquista organizou um grande Comício na Praça da Sé, onde discutiu-se principalmente o tema da guerra, denunciando a morte de milhares de trabalhadores em torno de um conflito que traz apenas miséria para essa classe social (LOPREATO, 1996, p.88).

É indispensável pensar que essa campanha tenha sido capaz de mobilizar forças para a greve. O surgimento de Ligas Operárias de Bairro começa a ser notificado nas edições de A Plebe de 16 de junho (Liga da Moóca e Belemzinho) e 23 de junho (Liga da Lapa e Águas Brancas), quando antes as campanhas estavam centralizadas no Centro Libertário de São Paulo, na Moóca. Elas terão um papel de extrema importância no processo de mobilização da greve, servindo como espaços de reuniões de sindicatos e de grupos diversos, assim como na discussão das negociações e planejamento ações.

As diferenças entre elementos doutrinários presentes diretamente nesse debate vinham sendo tensionadas ao longo do início do século XX nos movimentos entre trabalhadores. O fato é que as iniciativas socialistas foram sempre muito pontuais e efêmeras: a existência de partidos como o Partido Operário do Rio de Janeiro e de Fortaleza (1890-1894), Partido Socialista do Rio Grande do Sul (1897) e o Partido Socialista Brasileiro em 1902, foram extremamente curtas (CARONE, 1970, p.197).

Essas iniciativas giravam em torno de congressos, uniões e centros socialistas, e parecem ter tido sua expressão maior a partir do Partido Socialista Brasileiro que lançou manifesto de interpretação da sociedade e um programa justificando “sua ação econômica e política e a sua forma organizatória” (CARONE, 1970, p.200).

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, passa a ser a confluência e

espaço aglutinador das tendências políticas operárias. Entre as deliberações, vence a tese de uma “precocidade do partido”, orientando o foco em estratégias de resistência e organização a partir dos sindicatos e/ou ligas (CARONE, 1970, p.202). Participaram desse evento 28 sindicatos e organizações de trabalhadores (PINHEIRO e HALL, 1979, p.46). Surge ainda a Confederação Operária Brasileira (CARONE, 1970, p.202).

O interessante é que, ao que tudo indica, um tipo de ligação como a Aliança Anarquista vai constituindo uma disputa discursiva em torno de estratégias e posicionamentos revolucionários, ao longo da consolidação de um processo de constituição e consolidação do movimento de trabalhadores.

As Ligas Operárias de Bairro foram um dos primeiros desdobramentos da Aliança Anarquista em suas campanhas de mobilização anteriores a greve. Através destas pretendia-se articular bairros e residências, estimulando uma solidariedade comunitária. (LOPREATO, 1996, P.91). As ligas tiveram papéis decisivos em todas as manifestações daquele ano (p.99), sempre com intensas programações e atividades (CAMPOS, 1983, p.32), constituindo-se em importantes formas de discussão descentralizada e de mobilização dos trabalhadores (MACHADO e STRONGEN, 2016, p.79; LEITE, 1987, p.21-22).

Além disso, alguns indicativos de que as mobilizações e o processo de aglutinação de força e organização dos operários da época, baseados numa linguagem que rompe com o formalismo sindical e a lógica puramente ocupacional dos trabalhadores (LOPREATO, 1996, p.94; CAMPOS, 1983, p.34), sinalizam para a constituição de uma nova linguagem em torno do movimento operário, uma nova forma de organização e de fazer política.

Mas esse movimento está também articulado a uma lógica política mais ampla. Em 1912 ocorre um IV Congresso Operário, justamente por considerar os encontros como I Congresso Socialista do Rio de Janeiro de 1892 (CARONE, 1970, p.198), o Congresso de operários de 1902 que lançou manifesto e criou o já citado Partido Socialista Brasileiro e o congresso de 1906, aglutinando sob esse “quarto encontro” iniciativas homogêneas de organização e reivindicação (CARONE, 1970, p.207). É bastante provável que agentes e organizações estabeleçam relações de continuidade entre esses eventos.

Ao longo de todo capítulo 4 tentamos demonstrar que a forma de agitação e organização desencadeada a partir da Greve Geral de 1917 funcionou como arregimentação de determinados anseios por justiça e igualdade, mas também por liberdade, na forma com que os sujeitos se organizam e lutam, através da formação de um sujeito coletivo no discurso revolucionário. Antes, vamos a greve propriamente dita e algumas de suas consequências.

3.1.3 - Os acontecimentos: greve geral!

A descrição que fazemos dos fatos que foram produzindo as condições para uma greve geral é baseada na formação de um clima de intensidade e conflito em São Paulo. No tópico anterior, exploramos os problemas econômicos que antecederam o acontecimento, e envolvem e uma dimensão processual da luta dos trabalhadores (os acúmulos, conquistas e desenvolvimento de estratégias de luta, por exemplo) anterior ao fato analisado, assim como suas relações com elementos de totalidade e interpretação social que os agentes produzirão no discurso revolucionário.

A Aliança Anarquista, como já vimos, é elemento central nesse contínuo anterior, ao menos naqueles meses anteriores:

“A presença de um número expressivo de operários nas manifestações públicas de protesto promovidas pelos anarquistas contra a crise do pão, contra a exploração do menor e durante as comemorações de Maio, sinalizou para os libertários o despertar da apatia em que se encontrava o operariado paulistano. Os militantes colhiam os frutos do intenso trabalho de agitação desenvolvido nos primeiros quatro meses de 1917” (LOPREATO, 1996, p.91)

Os processos de constituição de um discurso revolucionário, sob a condição para que ocorra a suspensão de um poder (e a conseqüente possibilidade de ter um poder a tomar), é importante considerarmos os fatos que eclodem a partir de situações inesperadas, que fazem os atores da situação e do fato político trabalhar e criar estratégias no calor do momento. Essas são as situações que não puderam ser previstas; as que não puderam ser contabilizadas e que tomam proporções inesperadas no desenrolar dos fatos.

É como na situação em que o movimento grevista já crescia e estava mobilizado contra às forças repressivas que, no dia 10 de julho de 1917, mataram o sapateiro Martinez e feriram gravemente outros dois trabalhadores. No dia seguinte, em sua memória e cortejo fúnebre, formava-se uma massa de milhares, na marcha que saiu da casa desse trabalhador pelas ruas centrais de São Paulo. Num dado momento, quando cerca de 10 mil pessoas encontram-se no comício final na Praça da Sé, um pequeno grupo toma de assalto um carrinho de pão. Foi como o efeito de “chispa lançada ao rastilho de pólvora”. É essa a expressão de Leuenroth ao narrar esse momento:

“Após o enterro, uma multidão estaciona na Avenida Rangel Pestana e logo depois é assaltada uma carrocinha de pão. Essa ocorrência teve o efeito de chispa lançada ao rastilho de pólvora. Parece ter servido de exemplo e estímulo para que a mesma ação fosse praticada em muitas partes da cidade. Foi o que aconteceu com uma rapidez fulminante, como se um veículo de comunicação de excepcional capacidade pusesse em contato todo o elemento popular paulista. As fábricas e oficinas esvaziam-se, enquanto as ruas se povoam de multidões, movimentando-se agitadas em todos os sentidos”. (Edgard Leuenroth, em entrevista à Folha de São Paulo - 02/03/1966 in Pinheiro e Hall, 1979, p.227)

Ou seja, certas condições radicais de luta e acirramento da tensão combativa à lógica do capitalismo surgem no desdobramento de situações e de fatos circunstanciais e imprevisíveis, que vistos isoladamente e fora de um determinado contexto tornam-se irrisórios ou de menor importância, sendo apenas elementos de transgressão¹⁸. Essas situações, circunscritas e inseridas numa lógica de acirramento, adquirem caráter explosivo e de contaminação.

Estima-se que participaram da marcha fúnebre um número entre 10 e 15 mil pessoas, morto em conflito do dia anterior. Os trabalhadores têxteis já vinham protestando e organizando greves no mês de junho. Em torno do Cotonifício Crespi no bairro da Moóca, uma empresa de tecelagem com 2 mil trabalhadores, 400 deles param e tentam mobilizar os demais, tentativa refreada com a paralisação total da empresa, no intuito de desmobilizar e criar conflitos internos (FAUSTO, 1976, p.193).

Os trabalhadores têxteis estavam mobilizados e rodeados de solidariedade. Uma greve no início de julho, na empresa Jafet, envolve 1600 trabalhadores. Estes inicialmente assumem perspectivas relacionadas às demandas salariais, mas seguem mobilizados e criticando os problemas do Cotonifício Crespi: grevistas foram presos ou eram impedidos de voltar ao trabalho, e os grevistas ultrapassam as reivindicações salariais exigindo a soltura dos presos e clamando solidariedade entre os trabalhadores: “o ânimo dos grevistas e sua intransigência são sintomáticos” (FAUSTO, 1976, p.193).

Em 7 de julho, 1000 trabalhadores da empresa de bebidas Antártica paralisam seu trabalho. Localizada em frente ao Cotonifício Crespi, o clima de tensão foi aumentando pela quantidade de pessoas envolvidas. Um caminhão é tombado e a massa realiza marcha pela cidade chamando demais trabalhadores a aderir à greve (FAUSTO, 1976, p.194). O movimento adquiria uma proximidade entre suas pautas, apesar das greves pulularem em diferentes fábricas, indicando um sentido unificado na resistência dos trabalhadores (CARONE, 1970, p.227).

“Os conflitos entre operários e polícia tornam-se comuns: é vaia aos soldados, apupos, pedradas e conflitos generalizados com mortes. Os operários e a polícia lançam manifestos, mas o conflito sempre toma proporções maiores: no dia 11 de julho, 15 mil operários em greve; no dia 12, 20 mil” (CARONE, 1970, p.227).

O clima era de tensão. Além do pânico e silêncio nas ruas centrais, a circulação de veículos militares e forças armadas, havia ordem de tiros a quem ficasse parado; nos bairros operários

18 Esse debate foi aceso recentemente em 2013, na relação entre manifestações de rua e atos de transgressão, com intensa perseguição e propaganda negativa aos “black blocks”, uma espécie de criação midiática de um grupo coeso que realiza ações puramente transgressoras. Creio que os atos não podem ser vistos isoladamente, ou que os grupos podem dialogar sobre as eficácias e problemas dessas estratégias.

escutava-se tiroteios entre polícia e grupos populares, nas ruas destes bairros os operários levantaram barricadas, onde a polícia não se atreve a chegar perto. Algo grave se anuncia (DIAS apud BANDEIRA, MELO e ANDRADE, p.58).

O número de greves nas indústrias foi aumentando (CARONE, 1970, p.228). Na situação que envolvia o tumulto nas indústrias Crespi e Antártica, o delegado Tirso Martins e outros membros do governo do Estado são vaiados e expulsos. Em reunião, decidem convocar uma tropa armada para somar-se ao grupo que fazia defesa das fábricas (FAUSTO, 1976, p.195).

Os piquetes da greve se deslocam para o Bairro Brás, na fábrica Mariângela que tinha 2 mil trabalhadores e pertencia ao inimigo Matarazzo, industrial e conhecido açambarcador. O intuito era convocar os trabalhadores à greve: os já milhares de grevistas são atacados pela polícia, que chega disparando tiros e avançando sobre a massa com sua cavalaria. Dentre os feridos, os trabalhadores são os mais atingidos, e nesse caso morre o sapateiro Antonio Martinez, com um tiro no estômago (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.60; FAUSTO, 1976, p.195).

“Nesse mesmo dia a notícia correu em todas as fábricas e a maioria imensa do operariado paulista, em greve ou não, rumou para a residência da família, a fim de prestar uma última homenagem ao companheiro morto. Até aquele dia, segundo uma estatística publicada nos jornais paulistas, havia 15000 operários em greve. Daquele dia em diante, não só a Capital parou como também várias cidades do interior paulista” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.60).

A marcha ocorreu num silêncio “que assumiu ar de advertência”¹⁹. A polícia tentava controlar o trajeto mas não conseguia. Houve divergência sobre o caminho, quando a marcha deveria passar pela central da polícia (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.61). Um pequeno grupo de mulheres foi formado para pedir a soltura de grevista preso em dia anterior (LOPREATO, 1996, p.29).

Dois comícios foram organizados, um na Praça da Sé e outro em frente a casa do operário morto. Foi pouco tempo para as ruas encherem-se de homens e mulheres. Uma situação de saque e assalto a um carro de pão, mobilizou revoltas e saques sobre inúmeros estabelecimentos comerciais que negociavam gêneros alimentícios (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980.61). Naquele contexto de paralisação de 15 mil trabalhadores, o enterro do sapateiro Martinez “simboliza o momento de passagem de uma grande greve para uma paralisação total da cidade, com a multiplicação dos atos violentos”. Milhares acompanharam o cortejo pela cidade, dos bairros ao centro. (FAUSTO, p.195).

Os três dias que se sucederam após essa marcha foram marcados por uma paralisação total da cidade, envolvendo entre 25 e 45 mil trabalhadores (FAUSTO, 1976, p.196). Foram registradas

19 Cf. entrevista de Edgard Leurenroth, publicada em Pinheiro e Hall (1979, p.227).

paralisações em 216 fábricas, e 30% delas não forneceram os números de grevista, podendo esse número chegar a 100 mil (LOPREATO, 1996, p.39).

“O comércio fechou. Os transportes pararam. Cessou todo o movimento urbano. A greve alastrou-se pelo interior do Estado. Houve distúrbios em alguns bairros e os operários armaram barricadas, impedindo a passagem da polícia. A população manifestava simpatias pelos grevistas. As mulheres derretiam sabão para jogar sobre as ruas e derrubar os cavalos dos milicianos” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.58)

A Força Pública, fragilizada, registra algumas deserções e o Estado de São Paulo que assistia a greve sair da cidade para o interior, demanda tropas do Rio de Janeiro (CARONE, 1970, p.228). O governo foge da capital, os operários tomam conta da cidade. Enquanto isso, dois ou três navios da Marinha aportaram a Santos, mas não conseguiram conter o proletariado, que saqueava armazéns do porto e repartia gêneros alimentícios (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.58).

Bondes paralisados, comércio e luz simplesmente não funcionam (CARONE, 1970, p.227), somados a falta de pão e leite, paralisação dos teatros, cinemas e casas de diversão, instalou-se clima de convulsão social (LOPREATO, 1996, p.38). Alguns assaltos e ofensivas contra autoridades, além de um clima de conflito permanente entre manifestantes e policiais foram registrados (FAUSTO, 1976, p.196).

Segundo Fausto (1976, p.197), percebe-se também o que denomina um “espírito de carnaval”, quando há “expressão lúdica de uma breve liberação dos rígidos quadros de existência cotidiana”, como quando “uma massa de garotos” toma os bondes e obrigam os motoristas a levá-los para onde quisessem. O mesmo fato se repete agora protagonizado por “um bando de mocinhas”. Logo depois os bondes são suspensos.

É nesse clima de suspensão e de tensão que formaliza-se o Comitê de Defesa Proletária (CDP). Já no dia 11 de julho, quando os acontecimentos sugerem situação de maiores tensionamentos, os diferentes grupos em torno da Aliança Anarquista, sindicatos e socialistas optam por criar esse canal de comunicação e elo com os trabalhadores (LOPREATO, 1996, p.39).

Destaco que os relatos dos autores indicam a constituição deste comitê como sendo no auge dos acontecimentos e de forma espontânea e meramente improvisada. Porém, encontramos uma nota na edição de 9 de julho, noticiando reunião das Ligas Operárias do Bairro Belemzinho e Moóca, que deveriam discutir e revisar as “bases de uma ação conjunta”. Estavam presentes “várias agrupações proletárias”, e após debate “ficou assentada em princípio a constituição de um comitê geral”, ficando agendada uma reunião para o dia seguinte a fim de “tomar conhecimento das resoluções formadas a respeito pelas sociedades” e definir a constituição do comitê²⁰.

20 Cf. no Apêndice A, artigo edição 09 de julho (G/i 4)

Essa questão não visa refutar teses de espontaneidade e criatividade dos agentes. Pelo contrário, parecem reforçá-las, colocando também numa articulação de continuidade e trabalho de organização dos agentes. Na descrição que fizemos acima, ressaltamos a relação da tomada de decisão coletiva nas organizações centralizadas em relação com as outras sociedades, um processo contínuo de discussão e decisão, assim como a leitura antecipada de que haviam forças necessárias para a irrupção de uma greve geral.

Em reunião clandestina, os militantes e membros de várias categorias sindicais (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.62) e associações populares estabelecem objetivos específicos para a greve (FAUSTO, 1976, p.198). As ligas operárias de bairro, constituídas no primeiro semestre de 1917, virariam subcomitês servindo como auxílio deste núcleo para a orientação dos grevistas (LOPREATO, 1996, p.39).

É muito provável que os atores faziam diversas reuniões entre suas associações, dentre elas as ligas e uniões corporativas, centros de estudo e ligas operárias de bairro, para então aglutinar nos espaços centralizadores, como o Comitê de Defesa Proletário que foi um corpo coletivo de formalização e articulação das demandas da Greve Geral de 1917 em São Paulo, algo que desenvolveremos no capítulo 4.

Reivindicavam: 1) liberdade aos presos por motivo de greve; 2) garantia ao direito de associação dos trabalhadores; 3) que não haja recriminações da empresa aos trabalhadores envolvidos; 4) que seja abolida a exploração de menores de 14 anos; 5) que os menores de 18 anos e as mulheres não tenham trabalhos noturnos; 6) aumentos de 35% e exigências sobre as datas de pagamento sem atraso; 7) jornada de 8 horas de segunda à sábado; 8) aumento de 50% no trabalho extraordinário (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.62).

Além disso, por conta da relação entre o salário e o aumento do custo de vida, os operários vieram a responsabilizar o Estado pelo controle da alteração e especulação dos gêneros alimentícios, que encareciam a vida dos trabalhadores. Propuseram o seguinte: 1) barateamento imediato dos gêneros de primeira necessidade impedindo a intervenção de açambarcadores; 2) se necessário, que se requisite “gêneros indispensáveis a alimentação pública”, tirando do domínio da especulação; 3) medidas reais e imediatas para impedir a adulteração e falsificação dos alimentos, prática recorrente dos industriais, importadores e fabricantes; 4) redução dos valores de aluguéis em 30% e condições mais brandas de negociação. (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.62)

No dia seguinte “a cidade se transforma em um desordenado campo de batalha”. Estima-se a vinda de 7000 soldados. Os grevistas e órgãos envolvidos fazem apelos de solidariedade e críticas ao papel de carrasco dos policiais (FAUSTO, 1976, p.197).

“A militarização da greve se fez sentir no aumento do tráfego de veículos militares e do Corpo de Bombeiros transportando soldados com suas armas embaladas. O aumento das forças repressivas nas ruas, não impediu, no entanto, a ação dos grevistas. Vários confrontos foram registrados no correr do dia, o que fez aumentar o rol de feridos e de pessoas presas” (LOPREATO, 1996, p.42).

Neste 12 de julho ocorre um descompasso entre a orientação ofensiva contra os grevistas por parte da força repressiva, e uma medida de negociação enviada pelos industriais ao Comitê de Defesa Proletária (LOPREATO, 1996, p.42). Estes propõem aumento salarial e admissão dos demitidos por motivo de greve (FAUSTO, 1976, p.197), e o Secretário da Justiça e Segurança Pública propõe um encontro com membros do comitê (LOPREATO, 1996, p.43).

Em reunião ao final do dia, mais uma vez às ocultas, o Comitê de Defesa Proletária lança para o dia seguinte um manifesto que convoca grande comício a ser realizado no dia 13 para manifestar-se sobre a “promessa dos industriais”, assim como afirma sua recusa em dialogar com o Estado que vêm provocando inúmeras violências (LOPREATO, 1996, p.42-43).

Com a recusa do Comitê em negociar diretamente com os patrões, forma-se um comitê de jornalistas no dia 13 de julho, com objetivo de mediar as negociações entre grevistas e industriais (CARONE, 1970, p.198). Diante da postura do Comitê de manter um canal exclusivo com os grevistas, buscando no diálogo interno as saídas para as negociações, a força pública assume a postura de chamar os anarquistas como inimigos número um, atribuindo a característica de desordeiros, subversivos e insubordinados, intensificando o clima repressivo e dizendo que apenas um terceiro elemento poderia por fim a greve (LOPREATO, 1996, p. 45).

Mais episódios de violência policial ocorrem no dia 13 e adiam a ideia do comício, no dia que se tornou o “mais sangrento da trágica semana de julho”: a polícia tomou conta de todas as ruas que era possível ocupar, proibindo reuniões e qualquer circulação na rua, sob a ameaça de prisão. Pelo menos duas mortes foram registradas oficialmente e um conflito na Praça da Sé que envolveu dezenas de feridos e presos (LOPREATO, 1996, p.46). O clima de instabilidade e necessidade repressiva é também reação a um tipo de organização que se constituiu naquele momento de crise:

“A eficácia das mensagens do Comitê de Defesa Proletária junto aos grevistas desnorteou a polícia. A partir da deflagração da greve geral, as autoridades oficiais passaram a atribuir a orientação do movimento a “elementos anarquistas”. Eles foram responsabilizados pelo desvirtuamento da greve, considerada originariamente pelas autoridades como um movimento pacífico e justo” (LOPREATO, 1996, p.43).

Neste dia ainda, a Comissão de Jornalistas lança manifesto intitulado A Greve, demonstrando simpatia pela causa operária e propondo a nomeação de representantes para a negociação, intermediando negociações com os industriais e representantes do poder público (LOPREATO, 1996, p.49).

Em resposta, o Comitê afirma estar disposto a seguir mobilizando as corporações em greve para chamar o maior número dos realmente interessados na questão operária, e assim chegar em soluções para garantir seus próprios direitos. Respondem ainda, que reconhecem a vontade de resolução por parte dos industriais, fazendo concessões, mas julgando-as insuficientes. Além do mais, não compreende as declarações oficiais do Estado de São Paulo descartando as possibilidades de intervir na questão do valor do custo de vida (gêneros alimentícios, aluguéis). Alertam também o risco de convocações à comícios que sejam feitos por “elementos estranhos aos seus representantes diretos, possível estratégia repressiva” (LOPREATO, 1996, p.49).

Essa negociação rápida entre notas e manifestos que circulam pela cidade, mostra a estratégia em torno do comitê e sua escolha fundamental. Os rumores de negociações e posicionamentos públicos a respeito dos motivos da greve parecem crescer exponencialmente o clima de impasse coletivo, enquanto o comitê espera aglutinar cada vez mais forças e critica a insuficiência das concessões feitas pelo estado e industriários.

Após o alerta de possíveis informações falsas por parte da polícia na resposta a Comissão de Jornalistas, o comício do Comitê de Defesa Proletária foi convocado para o dia seguinte no na Hipódromo da Moóca (bairro proletário) (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.63), na medida que sede da Liga Operária da Moóca foi pequena para a multidão que se formou²¹ (LOPREATO, 1996, p.50).

A população de São Paulo assiste a espetáculo das marchas andando de todos os pontos da cidade até aquela direção, em busca de seu “indiscutível direito a um mais alto teor de vida” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.63). No comício pôde ser feita a ratificação de uma grande massa sobre o programa do comitê (FAUSTO, 1976, p.198) e sobre a decisão que a greve só seria interrompida se as reivindicações do programa do Comitê de Defesa Proletária fossem atendidas (LOPREATO, 1996, p.50-51).

“O Brás, bairro onde tivera início o movimento, foi o ponto da cidade mais indicado tendo como local vasto recinto do antigo hipódromo da Moóca [...] De todos os pontos da cidade [...] caminhavam as multidões em busca do local [...] para reclamar o seu indiscutível direito a um mais alto teor de vida” (Entrevista a Edgard Leuenroth à Folha de São Paulo, 1966. In Pinheiro e Hall, 1979, p.229).

No mesmo dia ocorre reunião entre a comissão de jornalistas e industriais, que convocam para a mesma noite os membros do Comitê de Defesa Proletária a reunir-se com o grupo de jornalistas (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1980, p.63). Traídos inicialmente, com a prisão de

21 Os números variam nas afirmações dos autores. Lopreato (1996, p.50) estima 3 mil pessoas, Fausto (1976, p.199) 5 a 8 mil pessoas.

alguns líderes, a reunião só acontece quando estes são soltos (PINHEIRO; HALL, 1979, p.230).

A grande maioria dos empresários está de acordo com aumento salarial, respeito aos direitos operários e não dispensa de grevistas, mas a resposta se dará individualmente. No caso do Estado, diante da pressão dos representantes do Comitê de Defesa Proletária em reunião, prometem atender as reivindicações referentes às soluções para melhorar o custo de vida e garantia dos direitos operários, libertar presos e fiscalizar o trabalho infantil; buscar formas de solucionar o problema das mulheres e aplicar medidas para impedir a adulteração e falsificação dos alimentos (FAUSTO, 1976, p.199).

Em 15 de julho, portanto, o CDP decide por aceitar provisoriamente a negociação. Convoca 3 comícios para o dia seguinte, no intuito de noticiar aos grevistas os passos da negociação e as referidas propostas, caso aceitas propor o retorno ao trabalho. Aprovam assim resolução de encerramento da greve nas fábricas em que se firmou acordo, com a disposição de retomar a greve caso os posicionamentos não sejam cumpridos ou as demais empresas recusem o compromisso (FAUSTO, p.199).

A isso se seguiu um retorno gradual, na medida que algumas empresas iam assinando também o acordo (FAUSTO, p.200). No dia 16 de julho está encerrada essa importante etapa da luta dos trabalhadores. Chamaremos atenção, ao longo deste trabalho para alguns detalhes que dizem respeito às estratégias dos agentes na mobilização inicial e no curso do desenvolvimento da greve.

Os elementos criativos e dados que são relevantes para nossa pesquisa, que dizem respeito à constituição do discurso revolucionário e suas características, dos efeitos desse discurso na Greve Geral de 1917 e suas conseqüências são desenvolvidos no capítulo 4.

O fato é que os resultados da greve, na relação direta com as demandas apresentadas, não foram exatamente o esperado. Mesmo com a Greve Geral de 1917 e a formação do Comissariado da Alimentação Pública, o aumento de salário conseguido naquele ano pouco adiantou, pois os valores dos preços cresciam vertiginosamente (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.50). Segundo Fausto (1976, p.166), a relação entre o salário médio e o valor dos gêneros alimentícios, teve em julho de 1917 (época da greve geral) o seu “ponto mais agudo”, produzindo breve “queda do nível de vida”, situação que apenas durou alguns meses.

Nas palavras de João Castaldi, de A Capital, “os operários de São Paulo sofreram uma de suas maiores decepções depois de uma luta terrível de mais de um mês, para obterem alguns mil-réis individuais de aumento em seus salários de fome”. Hermínio Linhares completa: “o governo agiu com sua habitual má-fé; não cumpriu as promessas que assinara; prendeu, espancou, processou, expulsou a maioria dos chefes do movimento”. (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.65).

Apesar do aumento salarial (que nem todas as empresas cumpriram), a elevação do custo de vida seguiu seu curso produzindo poucas alterações. Quando os ânimos acalmam, começa a ofensiva do Estado contra os sindicatos e na perseguição sobre as lideranças operárias detectáveis. (FAUSTO, p.205; BANDEIRA, MELO, e ANDRADE, 1980, p.65).

Após 1917 o número de prisões e espancamentos de anarquistas aumenta, somado a sua extradição (CARONE, 1970, p.238), ocorrendo todo um arsenal legislativo de expulsão aos estrangeiros e anarquistas, com clara estratégia de aliança entre industriais, oligarquias e Estado para enfraquecer os movimentos operários (CARONE, 1970, p.236-237).

Entendemos que esses dados reais da relação entre demandas e efeitos são importantes, mas não devem diminuir a dimensão da capacidade de aglutinar forças e de criar dispositivos diante de uma situação insurrecional. Afinal, a relação entre demandas articuladas e uma resposta do ouvinte são apenas um dos efeitos do discurso no real, não devendo excluir sua articulação imaginária e simbólica produzida e arregimentada no sujeito coletivo.

Mas o clima de tensão na capital produziu diversas reverberações. Percebe-se a irrupção de Greves Gerais em distintas cidades brasileiras. Inúmeras greves acontecem até outubro daquele ano (FAUSTO, 1976, p.160) Uma poderosa greve geral nos próximos dias no Rio de Janeiro, assim como Curitiba, Mato Grosso e Minas Gerais (CARONE, 1970, p.229).

No Rio Grande do Sul, os ferroviários de Santa Maria realizam greve com dimensões “de uma insurreição popular” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.65). Em agosto, a greve geral ocorre em Porto Alegre com alta adesão e controle de um Comitê Operário sobre os avanços das indústrias e sobre a circulação dos alimentos, com impacto maior nos valores dos gêneros alimentícios (CARONE, 1970, p.230-231).

Em território nacional, além da repressão policial no decorrer dessa sequência de greves em todo território nacional (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.64-66), ocorre uma onda de interpretações acerca da deportação de estrangeiros, que antes eram protegidos constitucionalmente a partir de alguns critérios (2 anos de moradia, profissão definida, ter matrimônio com pessoa brasileira e filhos brasileiros) (p.67). Muitos estrangeiros que obedeciam esses critérios foram expulsos sob a alegação de serem “perniciosos à ordem social”, por seu caso tratar de questões de “segurança nacional” (p.68). A partir de 1919 a repressão contra os anarquistas se intensifica profundamente, tornando-se sistemática e cotidiana (FAUSTO, 1976, p.163).

É interessante perceber que na medida que esse clima de intensificação das forças coletivas e uma possível movimentação revolucionária, crescem também as forças contrárias e os movimentos de repressão (FAUSTO, 1976, p.172). As edições analisadas d'A Plebe em São Paulo, correspondentes de 15 a 30 de setembro, mostram a força repressiva que se constituiu, sendo a sede

do jornal invadido e a prisão de inúmeras lideranças.

Em quadro que mostra o número de greves em São Paulo, é interessante observar que houveram 6 greves em empresas e 1 greve geral em 1917, apenas 1 greve em empresa no ano de 1918, e em 1919 ocorrem 56 greves em empresas, uma em ramo específico, uma interprofissional e uma geral (FAUSTO, 1976, p.162). Esses números podem indicar os desmontes da repressão (sentidos em 1918) em relação com a força construída em 1917 com um aumento expressivo de greves em 1919.

Há portanto, dois elementos que engendram uma certa dimensão do real do acontecimento: um tem relação com os efeitos e consequências da greve no que diz respeito às demandas levantadas. Aqui há a constatação de um determinado fracasso.

Em segundo lugar, o movimento repressivo que surge é considerável, na medida que surgem a articulação de estratégias repressivas durante as greves, nas perseguições e invasões policiais, assim como formas legislativas criadas visando desarticular o movimento organizado²²

O interessante é que no desenrolar dos acontecimentos, podemos perceber outro elemento que pode desmobilizar a narrativa acerca dessa situação histórica, enquanto um movimento fracassado, o que criaria um deslocamento pela resposta: onde fracassou? O que faltou para esse movimento?

Nossa interpretação segue na via contrária. Buscaremos uma análise atenta sobre as consequências desta mobilização operária para a discussão política proposta a respeito do tema da revolução e do discurso.

Apresentaremos o tema da interpretação acerca da greve geral que, inevitavelmente, está balizado em concepções estratégicas acerca da revolução: as interpretações sobre a Greve Geral de 1917 giram em torno de determinadas concepções e olhares que podem ser explicados através de alguns dissensos, tanto nas interpretações como nos conflitos que surgem posteriormente entre anarquistas e comunistas.

Desde o início, era decisão pessoal não entrar especificamente numa disputa que se desdobrasse nas formas mais coerentes ou precisas acerca do que se precisa fazer para construir um levante revolucionário, construindo um modelo prescritivo e exaltando formas de organização, num sentido que adverte Decouflé (1970, p.11) na “recusa da confusão com as doutrinas revolucionárias”.

Por um lado, as diferenças entre anarquistas e comunistas ainda podem ser sustentadas dentro de um ponto de vista geral acerca da revolução, no que construímos como um pressuposto para a construção de uma revolução: que os agentes tenham como ponto de partida que sua luta

²² Exploro alguns detalhes desses elementos no item 4.2.2.2.

política vai desembocar numa transformação radical do sistema capitalista, numa revolução.

O trabalho de Besancenot e Lowy (2016) é para nós uma inspiração, na medida que agrupa entre libertários e marxistas o que entendem por “afinidades revolucionárias”, contribuindo na consolidação de uma perspectiva “marxista libertária”, estudando acontecimentos históricos e autores que dialogaram nos interstícios dessas perspectivas.

Apresentaremos com alguns detalhes as divergências nas interpretações e alguns aspectos relativos à discussão doutrinária. Essa questão não foi desenvolvida com profundidade mas serve como um elemento que reforça as contradições de ambiguidade entre uma experiência que pretende se dizer fracassada ou efetiva, ou que se pretende nomear sob o protagonismo de uma ou outra doutrina.

3.1.4 As interpretações

No desenvolvimento do projeto de pesquisa, a investigação sobre as interpretações acerca da greve geral foi inspirada por Lopreato (1996, p.17-19) que nos aponta de forma sintética uma repetição entre autores clássicos que olham para o mesmo objeto desta pesquisa: Fausto (1976), Carone (1970) e Astrojildo Pereira (2012;1980) tiveram o papel de narrar os acontecimentos a partir do que podemos enunciar como um fracasso muito específico da Greve Geral de 1917: não havia um partido para aglutinar a força coletiva que emergiu naquele momento.

Do outro lado, entendemos que Lopreato (1996) coloca-se sob o prisma de ressaltar a importância política, capacidade estratégica e elementos criação política entre agentes e coletivos envolvidos nos movimentos que tiveram por consequência a Greve Geral. Portanto, não nos parece equivocado afirmar que, de um lado, há uma postura que visa deslegitimar a greve em sua relação com o tema revolução (ou de mudanças e reformas importantes) pela ausência de um partido. Ou seja, de que o partido é imprescindível para a efetivação de uma revolução.

Por outro, percebe-se uma postura que visa defender a ausência de partido em si como um elemento importante da Greve Geral de 1917, e assim arriscar que transformações podem ocorrer por essa via.

A dificuldade que se impõe é que “os anarquistas estavam na linha de frente do proletariado” no ano de 1917 (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, p.52). Não há como excluir essa dimensão incontestável, levando-nos a concluir que os acontecimentos se desenvolveram balizados numa espécie de campo de experiência da práxis anarquista brasileira.

Lopreato (1996, p.17-19) mencionou essa dualidade de interpretações, e aqui

desenvolveremos alguns pontos. Nesse sentido, tentou-se ampliar as contradições e trazer alguns referenciais que possam colocar outras questões ao debate, aquém/além de uma discussão que, em último caso, diga que “um dos lados” tem alguma verdade última sobre a ideia e o discurso de revolução.

Distante dos acontecimentos, em edição d'O Estado de São Paulo, Leuenroth narra que a greve geral “foi um acontecimento espontâneo do proletariado, sem a interferência, direta ou indireta, de quem quer que seja. Foi uma manifestação explosiva, consequente de um longo período da tormentosa vida que então levava a classe trabalhadora” (PINHEIRO ; HALL, 1979, p.227).

O ano de 1917 marca um Brasil “descontente e rebelde” em sintonia com a ascensão mundial das “massas que começava a se verificar nos países da Europa”, em particular na Rússia. A destruição da guerra e os posicionamentos proletários críticos a esse processo na Europa, agregavam força a uma crescente insatisfação e saída às ruas para a luta (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.51).

Nesse período diferentes greves ocorreram, boa parte influenciados pelas tendências anarquistas junto a outras correntes e concepções ideológicas. Percebe-se a hegemonia anarquista no ramo dos têxteis em SP, onde a Federação Operária de SP exerce o domínio da cena; e no Rio de Janeiro de maneira mais vanguardista a partir da implantação entre o setor da construção civil, metalurgia, têxtil e calçados, em correlação com outras correntes políticas. (FAUSTO, p.174)

A importância dos sindicatos está para além da organização dos trabalhadores e luta pela cidadania social, mas funcionou também como “núcleo organizador do lazer e de uma subcultura operária”, na organização de festivais que promoviam solidariedade entre os trabalhadores, em atividades de recreação, música e teatro (FAUSTO, p.180-181). Mas a mobilização de 1917 é marcada por uma característica específica, pois é feita através de ligas de bairro e núcleos de empresa, não havendo sindicatos de categoria (p.183)

A partir de um acúmulo de lutas e greves com diferentes graus de intensidade e expressão, 1917 inaugura certa fase revolucionária das greves, estendida até 1919 com “intensidade e um grau tático nunca alcançados” (CARONE, 1970, p.226).

“Acentuara-se o mal-estar que a guerra agravou, refletindo-se profundamente nas condições de vida das massas brasileiras. Os gêneros alimentícios sumiram do mercado. Os aluguéis atingiram níveis proibitivos. Fecharam-se as pequenas operações de crédito. Os agiotas pululavam às portas das fábricas e nas repartições públicas. Os industriais agravavam ainda mais as condições de trabalho do proletariado. Os comerciantes estocavam mercadorias aguardando melhores preços ou condições de aumentá-las” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.52).

Segundo Bandeira, Melo e Andrade (1980, p.51) o que faltou na Greve Geral de 1917 foi

uma ferramenta fundamental: “a vanguarda organizada do proletariado”. Os partidos socialistas eram constituídos por pequenos grupos de intelectuais, e as massas lideradas pelos anarquistas “heroicos e denodadamente combativos, não possuíam a necessária organização para destruir o regime latifundiário burguês” (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.51). A posição de Astrojildo Pereira é complementar (2012, p.55):

“As grandes greves e agitações de massas no período de 1917/1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver todos os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país (em conexão com a situação mundial criada pela guerra imperialista de 1914/1918 e pela vitória da Revolução operária e camponesa na Rússia) abria perspectivas favoráveis a radicais transformações na ordem política e social dominante”.

Segundo Fausto (1976, p.174), os anos de 1917-1920 são os anos de auge e declínio dos anarquistas, ao menos no sentido da que havia uma maior presença entre sindicatos e lideranças, este autor percebe um “descenso das ideias anarquistas”. A opinião do autor de que, entre o movimento operário de base anarquista, os agentes “não amadureceram na etapa do ascenso da conjuntura as condições que permitiriam colocar o problema da construção de um Partido”.

Os desdobramentos do argumento de Carone (1970, p.226) que este ano inaugurou uma fase revolucionária de greves e intensificação dos elementos táticos da organização, desdobra-se numa espécie de supressão dessas qualidades, pelo menos numa relação determinista entre os elogios e fracassos:

“O operariado toma consciência de que pode açambarcar o poder; o que lhe falta é organização partidária. As famosas paredes destes anos mostram a força e a possibilidade de vitórias gerais do proletariado. Objetivamente, as demonstrações destes anos representam a falência das ideias anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria político organizatória” (CARONE, 1970, p.226).

Esse embate de interpretações expõe a contradição em que pretendemos inserir a construção do discurso revolucionário. Faz-se o reconhecimento da importância política da Greve Geral, ressalta-se o papel dos anarquistas nesse período, mas coloca fundamentalmente uma interjeição e reticências: “mas faltou...” tal elemento para uma revolução se efetivar.

Não pretendo ser caricato com esse argumento. Mas parece a melhor maneira de ilustrar o que ela representa. Situação semelhante ocorreu com a Comuna de Paris, como desenvolvemos (BADIOU, 2012). As interpretações de Marx (2008c) traziam uma ambiguidade em relação ao Estado.

Marx (2008c, p.399) entende que, após a transição feudal para o capitalismo, o Estado assume “cada vez mais o caráter do poder nacional do capital sobre o trabalho...máquina de

despotismo de classe”. Faz elogios (MARX, 2008,c, p.402), portanto, que vão na direção da dissolução do Estado como a supressão da polícia profissional, os funcionários eleitos e exoneráveis, a constituição de um corpo político sem divisão entre executivo e legislativo.

Por outro lado, critica aquilo que teria sido uma incapacidade gerencial daqueles que detinham um poder estatal, como na tentativa de criar pequenos Estados, como reprodução de Comunas Medievais (MARX, 2008c, p.405) ou um Comunismo impossível baseado na “pequena empresa autogerida”, exigindo um órgão centralizador (p.407), ou então dizendo que faltaram medidas que são claramente as de um Estado-nação, como confisco dos bens de famílias reais, e de interferência na Bolsa, essa última elencada por Engels (2008, p.350).

Haveria de se fazer um extenso debate acerca da concepção de Estado em Marx e nas vertentes sociológicas, mas não será possível. Adiantamos apenas que poderia se especular sobre com a destruição de um Estado, criar por exemplo um Estado de transição, até que ele não seja mais necessário, e que Marx trabalhava nessa ambiguidade. Mas é mera especulação.

O fato é que Lênin (1975) e Mao Tse-Tung, alguns dos mais importantes líderes e teóricos revolucionários sobre o acontecimento da Paris de 1871 consideraram ter encontrado os problemas para a Comuna, como nos aponta Badiou (2012, p.62), sendo o partido-Estado a realização dessa ambiguidade, operando no interstício de uma instituição que não é o Estado e deve tensioná-lo, ao mesmo tempo que é o Estado e depende dessa existência:

“...não existia um partido operário e a classe trabalhadora não estava preparada nem possuía um largo treino e na sua maioria nem sequer compreendia com clareza quais eram os seus fins ou como podia alcançá-los. Não existia uma organização política séria do proletariado, nem sindicatos fortes, nem sociedades cooperativas” (LENIN, 1975, p.112).

Parece-nos evidente que a partir dessa lógica cria-se uma determinação, engendrando um modelo e uma estratégia muito específica para a teoria revolucionária e para o discurso de revolução. Ou seja, trabalha-se com a incapacidade ou despreparo, falta de visão, e ignorância sobre como fazer, logo, porque há uma resposta certa para isso: o Comunismo científico.

Arendt (1988, p.205) percebe semelhante contradição:

“[...]quando chegou o momento da revolução, descobriu-se que não havia restado nenhum poder para ser arrebatado, de modo que os revolucionários se depararam com a alternativa de ou colocar seu próprio “poder” pré-revolucionário, isto é, a organização do aparelhamento partidário no centro do poder vacante do governo extinto, ou simplesmente aderir aos novos centros de poder revolucionário que haviam brotado sem sua ajuda”.

Isso não equivale a propor a ideia de refutação do Partido como aglutinador de forças revolucionárias, seja numa massa espontânea, organizada em sindicatos, conduzida por uma

vanguarda revolucionária, como no debate entre Lênin e Luxemburgo (DECOUFLÉ, 1970, p.71). Mas trata-se de ver que ocorrem situações revolucionárias que existiam Partidos, ou constituíram-se partidos, e algo de errado também ocorreu nestas experiências revolucionárias.

O intuito de apresentar as ideias de autores muito importantes para a história do movimento dos trabalhadores não é buscar deslegitimar ou refutar, mas expor uma contradição. Com o debate sobre o anarquismo e o comunismo essas questões se ampliam e se tornam menos antagônicas. Existe um último ponto que pretendemos mostrar, para introduzir mais um elemento a discussão.

Fausto (1976), em determinado momento, propõe um debate acerca do espontaneísmo do movimento, a começar pelas proporções que este assumiu na história. Não se trata apenas um fenômeno isolado, e abriu nova fase de mobilizações operárias nos próximos anos:

“Julho de 1917 assumiu na memória social o sentido de um ato simbólico e único. Símbolo de uma mobilização de massas impetuosa, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas, não contaminadas pela infecção burocrática” (FAUSTO, p.192).

Mas, retomada em suas dimensões históricas, a Greve Geral de 1917 “se distancia da Idade de Ouro perdida” (FAUSTO, 1976, p.192). É interessante esse contraponto que o autor faz entre o olhar científico e histórico, e o lugar de memória social. Está certo que o olhar do autor pretende distanciar-se de uma perspectiva militante que crie o que se pode chamar de exaltações ou exageros. Mas devemos levar em conta que os fatos históricos sobre as experiências políticas são também permeados por imaginações, impossibilidades que foram e são desejadas até hoje (uma revolução social, por exemplo), que através dos atores políticos mobilizaram uma movimentação em direção a uma proposta de transformação social e revolução. Esta foi fracassada mas, a possibilidade e ideia revolucionária não necessariamente deixa de existir, ocorre a construção de um discurso sobre essa experiência.

Ressalta-se, nesse sentido, o caráter de “explosão repentina” da greve, um caráter espontaneísta (FAUSTO, 1976, p.202). Disto decorre que torna-se visível “a ausência de um plano, de uma coordenação central, de objetivos pré-definidos”, assim como a restrição da atuação dos sindicatos e a fragilidade de um grupo formado no calor do momento – o Comitê de Defesa Proletária – no intuito de “canalizar reivindicações” (FAUSTO, 1976, p.203).

O mesmo autor admite que esse caráter puramente espontaneísta precisa ser revisto: há indícios do acúmulo de tensão produzido nos meses anteriores, assim como o visível esforço por organização. O autor destaca o primeiro número de A Plebe é destinado a um “despertar” do operariado “para a luta, sob o efeito da propaganda e dos comícios recentemente realizados”

(FAUSTO, p.203).

No raciocínio de Fausto, em caráter de espontaneidade ou não, deveria ser inevitável o surgimento de um núcleo de condução da greve ou então de seu desfecho. O Comitê de Defesa Proletária teve êxito na capacidade de representar “a massa de trabalhadores”, mas foram incapazes de “assumir um verdadeiro papel dirigente” e tiveram “dificuldade em encontrar as vias para garantir ao menos o cumprimento das pequenas conquistas” (FAUSTO, p. 204-205):

“O Comitê de Defesa Proletária se inclina, por sua vez, à extrema prudência. As reivindicações buscam defender condições mínimas de sobrevivência, a livre organização e expressão dos trabalhadores. Como viu com clareza A Plebe, a proposta do Comitê teria sido feita na Europa pelas classes conservadoras, no seu próprio interesse. Mas aqui, “dadas as condições existentes, o mínimo teve que ser pedido pelos que tem os olhos voltados para o máximo” (FAUSTO, p.205).

Somos contrários a tal perspectiva, e principalmente no item 4.2 exploraremos a importância e validade desse comitê como órgão de gestão e representação do poder, a partir de um sujeito coletivo.

3.2 Anarquismo no Brasil

O intuito de apresentar esse ponto é apenas apontar algumas características do anarquismo brasileiro, já que é sob essa baliza que orientam-se os acontecimentos de 1917, articulando o debate posterior em torno do anarquismo e comunismo, que está refletido nas interpretações históricas dos comentadores da Greve Geral de 1917.

Entre esse ano e 1920, Fausto (1976, p.174) entende que há o apogeu e declínio do anarquismo, no que diz respeito a esse embate ideológico manter-se em bom nível nos sindicatos e lutas políticas. Claro, isso não expressa a extinção desse pensamento no meio operário, mas um descenso.

Mas podemos também considerar, como faz Lopreato (1996), que os grupos políticos anarquistas estavam presente desde o início de século XX como agentes na construção de uma luta de base. Essa tese de um declínio é trabalhada por autores interpretando o movimento de trabalhadores antes e depois da década de XX.

Campinho (2006, p.133), por exemplo, afirma que a eliminação dos sindicatos livres, com Getúlio Vargas, fez cair por terra a luta dos anarquistas; Bem (2006, p.1144) interpreta que a “resistência em aceitar toda forma de poder e de organização burocratizados impediu que a importante contribuição para a formação de uma resistência operária se sedimentasse em formas

mais estáveis de organização”; ou então Oliveira (2011, p.4) afirma que o surgimento do PCB fez a derrocada dos anarquistas, pois este passou a ser muito mais presente nos sindicatos.

Nesse sentido, parece-nos que Bonomo (2007) tece suas reflexões de modo menos fechado, fazendo um longo percurso para apontar as supostas “causas do declínio do anarquismo”, evitando entrar em hipóteses sob uma derrocada definitiva. Dissemos isso porque parece-nos que a tese carrega o mesmo pressuposto, seja ele explícito ou implícito acerca dos fracassos da Greve Geral de 1917: os anarquistas “desapareceram” por sua incapacidade teórica, prática, estratégica, o que for... São derrotados políticos.

Diante de tal constatação de uma diminuição da força do anarquismo, da presença nos movimentos organizados e de sua articulação, não se resume simplesmente na incapacidade dos agentes ou da construção intelectual dessa linha política. Será que essas interpretações também não constroem um suposto fracasso? Ou então que a briga entre correntes que se pretende diminuir ou deslegitimar uma a outra (e os anarquistas também o fizeram com os comunistas), acabar por ter de fato um vencedor?

No Brasil, uma das importantes influências do anarquismo, entre final do século XIX e início do século XX se dá pelo anticlericalismo (FAUSTO, 1980, p.71), em discursos de caráter internacionalista, antipatriótico e antiguerra...(CARONE, 1970, p.212).

O anarco-sindicalismo era uma tendência que via no sindicato um instrumento de conquista dos direitos básicos e modelo da sociedade futura, a partir da agregação de trabalhadores pelos seus interesses comuns, os econômicos. As táticas políticas dividiriam os trabalhadores (FAUSTO, 1980, p.74).

Os sindicatos serviam, portanto, para agregar operários de “todas as tendências políticas”. A solidariedade é o eixo aglutinador deste órgão, não os “recursos materiais”. A solidariedade entre trabalhadores entra como caminho e despertar da consciência para a “emancipação final”, e os instrumentos de luta eram a greve geral e parcial, a sabotagem, a manifestação pública e a propaganda (FAUSTO, 1976, p.75-76).

Embora houvesse uma recusa pelos instrumentos formais da política, a tentativa de organizar as camadas populares a partir da “crítica da cultura e das instituições” indica um considerável tema que hoje é de grande relevância: “da constituição dos micropoderes integrantes da relação de dominação”, indicada por Foucault. A pergunta é resumida pelo autor da seguinte forma: “como criar, com gente dominada, uma sociedade livre?” (FAUSTO, p.81).

Em meio a constituição do anarquismo, pode-se perceber conjuntamente a formação da ideias socialistas (CARONE, 1970). Até pelo menos 1917, é possível perceber iniciativas pontuais e efêmeras: criação de partidos como o Partido Operário do Rio de Janeiro e de Fortaleza em 1890

(p.197), o Partido Socialista Brasileiro em 1892, o Partido Socialista do Rio Grande do Sul em 1897 (p.198) e o Partido Operário Socialista em 1908 (p.206). Essas iniciativas foram postuladas a partir de congressos e uniões que deliberavam rumos do socialismo e da questão dos trabalhadores no Brasil.

O que parece ser um divisor de águas nesse ponto, é realização do Congresso Operário Brasileiro em 1906, e a respectiva formação da Confederação Operária Regional Brasileira, do Rio de Janeiro. É nesse momento que começam a se chocar as tendências entre socialistas e anarquistas. Esse congresso deliberou a tese da “precocidade do partido”, tendo foco em estratégias de resistência e organização a partir dos sindicatos (CARONE, 1970, p.202), orientando premissas para esse tipo de organização com a crítica ao assistencialismo da época, às estruturas administrativas, orientações para a ação operária (p.203), antimilitarismo. Nesse evento participaram 43 delegados de 28 Sindicatos (PINHEIRO e HALL, 1979, p.45-46).

É desse congresso também que se decide pela criação da Confederação Operária Brasileira decidindo bases de acordo sobre os fins, a constituição, organização de jornais e congressos (PINHEIRO e HALL, 1979, p.42-44), o que é definitivamente consolidado em 1908 (PEREIRA, 2012, p.39), e existe entre 1908 e 1912. (CARONE, 1970, P.204)

Um conflito importante surge em relação à continuidade desse Congresso. Em 1912, com o crescimento do movimento operário e a intenção governamental de catalisar esse debate a seu favor, o filho do então presidente da República Mario Hermes da Fonseca dirige o Congresso Operário, de caráter reformista (CARONE, 1970, p.207), que pode ser visto como “manobra governamental” para “amainar o ânimo combativo que se desenvolvia entre as massas” (PEREIRA, 2012, p.41).

Em resposta, a Confederação Operária Brasileira ressurgiu como ator em 1913 negando o congresso de 1912 como um congresso operário, organizando uma atividade com caráter nacional pela representatividade dos delegados, de norte a sul do país (PEREIRA, 2012, p.41-42), estando presentes 59 associações operárias e 4 jornais, assim como 19 associações federadas (cf. PINHEIRO e HALL, 1979, p.185). Criticam as teses reformistas e dão visibilidade às manifestações públicas, enquanto respostas do povo contrárias às intenções governistas (CARONE, 1970, p.208), principalmente em relação à expulsão de estrangeiros já em curso (PEREIRA, 2012, p.40).

Neste espaço discutiram diferentes temas acerca das vertentes ideológicas e orientações comuns aos sindicatos operários no que diz respeito a estatutos e tipos de sindicatos, sobre propaganda; e por último algumas pautas específicas que norteiam a luta operária daquele momento como questões salariais e de carga de trabalho, condições dos locais e direitos a serem garantidos, educação da classe operária, sindicalismo revolucionário diante do cooperativismo, imigração,

antimilitarismo e crítica à guerra (cf. PINHEIRO e HALL, 1979, p.188-200).

Em 1914 e 1915, ocorrem congressos anarquistas regionais e nacionais em torno da questão da guerra, desencadeando em conjunto com outros setores uma importante contraofensiva contra a guerra, denunciando “o caráter imperialista” desse conflito na Europa, criando a Liga Antimilitarista (CARONE, 1970, p.208).

O Congresso pela Paz ocorre logo depois, por iniciativa do Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro, criando a Comissão Popular de Agitação contra a Guerra. Nesse momento são denunciados todos os interesses comerciais das nações europeias, o desenvolvimento do militarismo e da indústria bélica e as “consequências nefastas e criminosas” da guerra. No Manifesto que decorre desse encontro, direciona agitações “contínuas e crescentes” para proclamar ódio à guerra e aos guerreiros, formando um bloco de solidariedade entre trabalhadores brasileiros e europeus (CARONE, 1970, p.209).

A iniciativa exclusivamente anarquista é em torno do Congresso Internacional da Paz, de grande participação, concluindo “que os operários devem responder à guerra com uma greve geral revolucionária”. Além disso, instrução ao boicote, rejeição e combate do sorteio militar e ao ensino militar, críticas às escolas de guerra e de nacionalismo. (CARONE, 1970, p.209).

Essas leituras em torno da guerra são importantes para enunciar a dimensão internacional em torno de uma perspectiva revolucionária, criando um discurso interpretativo que desdobra-se na necessidade de intervenção e ação que não podem estar dissociados da questão mundial, visto a amplitude das consequências do capitalismo. Naquele momento, segundo Carone (1970, p.211) criou-se um sentimento de solidariedade: “os operários sentem-se universais e manifestam-se assim em todas as ocasiões” (CARONE, 1970, p.211). Esse ponto é explorado no capítulo 4 (4.1.1).

A partir de tais fissuras e momentos de luta conjunta, atentamos que a Revolução Russa cria um impasse na continuidade de tal movimento. Essa questão pode ser estabelecida a partir do diálogo assumido por Astrojildo Pereira em seus textos sobre a construção do PCB, nos anos de 1922 e 1924 (PEREIRA, 1980).

Esses textos são posteriores ao acontecimento analisado, mas não deixam de ser importantes em determinado contexto: o próprio Astrojildo, que militou junto na formação da Greve Geral de 1917 e “era anarquista”, assume uma posição que busca delimitar as fronteiras que diferenciam os comunistas dos anarquistas, partindo da 'situação Greve Geral', somado à influência internacional da Revolução Russa e da formação dos partidos comunistas no Brasil e no mundo, da qual tornou-se “partidário”.

Nossa base, nesse sentido, é o ponto de intersecção do embate de ideias que produziu discursos revolucionários, processos que num determinado contexto constituem-se ante a

necessidade de nomear os discursos revolucionários enquanto práticas delimitadas: anarquismo, comunismo, socialismo.

É certo que o Partido Comunista do Brasil será criado em 1922, e nesse ponto que a disputa entre correntes toma ênfase, assim como determinados rumos da Revolução Russa. Estamos chamando a atenção desse jogo de forças a partir de pesquisa recente, que aponta os momentos em que anarquistas e comunistas convergiram e puderam construir uma ação conjunta, mesmo que temporária. É o caso de *Afinidades revolucionárias*, de Olivier Besancenot e Michel Lowy (2016), que tratam dos acontecimentos na Revolução Russa, Revolução Espanhola, Maio de 68; da convergência entre importantes teóricos, pensadores e militantes e os conceitos em jogo.

Nossa intenção é apenas apontar que, há uma boa hipótese de que esses caminhos doutrinários são apenas distintos em sua qualidade, e que o debate interno entre eles pode ser feito com mais cautela e precisão do que apenas ressaltar seus antagonismos, e que a constituição de um discurso revolucionário não exclusivamente doutrinário tem expressões interessantes na história.

Já o fizemos em pesquisa paralela, analisando também *A Plebe*, sobre a crítica aos sindicatos oficiais, por parte da Federação Operária de São Paulo, entre 1930 e 1935, quando anarquistas produziram uma luta conjunta com alguns comunistas em meio a ascensão do fascismo, enquanto duelavam sobre as concepções de sindicato²³.

O ponto de ruptura radical desse debate se dá em torno da Revolução Russa que, a partir da década de 20 começa a ser visto com alguma desconfiança pelos anarquistas, pelas influência de importantes autores interpretando o acontecimento e seus fatos. O fundamento desse problema é da relação entre partidos e os processos revolucionários, mais precisamente a relação com os Sovietes, conselhos operários, orientados numa ideia de reconstrução política pela autogestão (BESANCENOT e LOWY, 2016, p.100).

A pergunta é, segundo Besancenot e Lowy (2016, p.107), menos abstrata do que fórmulas de destruição e abolição do Estado, que vinham discutindo anarquistas e comunistas: Quem toma o poder? O partido e/ou os soviets?

O episódio em Kronstadt acentua a questão. Em 1921, após fim da guerra civil, a Rússia estava exaurida pela fome. Os marinheiros de Kronstadt, uma fortaleza estratégica que foi fundamental na formação dos levantes de fevereiro e outubro de 1917 ensaiava mudança em suas reivindicações e nos rumos da revolução. Criam resolução cujo tema central era: Todo poder aos soviets e não aos partidos. Indicações de novas eleições nos soviets, liberdade de expressão e

²³ Aqui, trata-se do trabalho *Antagonismo e Agonismo na Federação Operária de São Paulo: Críticas aos Sindicatos Oficiais*, realizado por mim e pela professora Monika Dowbor, ainda não publicado. Esse trabalho foi apresentado no II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus interlocutores, realizado na Universidade Federal de Pelotas em setembro de 2017.

imprensa sem distinções, medidas relacionadas aos camponeses foram aprovadas, exceto por representantes bolcheviques (BESANCENOT e LOWY, 2016, p.110-111).

Novas conferências acentuam essa decisão e dirigentes soviéticos passam a considerar o território em situação de motim, e iniciam duras repressões aos dirigentes e órgãos de imprensa e, no final do conflito, um episódio de mortes, prisões e deportações. É que a postura dos marinheiros de Kronstadt foi tomada por Lênin e Trotski como “contrarrevolucionária” (BESANCENOT e LOWY, 2016, p.111-113).

Episódios na Ucrânia também acentuam o conflito. Lá, o líder camponês Nestor Mikhnienko, o Makhno, e a União dos Camponeses constituem-se como espécie de soviete local. Em virtude dos conflitos externos, a formação de um exército de ucranianos e russos é efetiva na defesa dos territórios ucranianos (BESANCENOT e LOWY, 2016, p.123).

Sob essa condição, a Ucrânia tinha um exército que funcionava sob “princípios de voluntariado e de eleições, as terras são autogeridas pelos camponeses e aldeias comunizadas”. Mas Makhno rejeita a tutela bolchevique, criticando “concepções centralistas do poder soviético” e desconfiando de sua potencial duplicidade (BESANCENOT e LOWY, 2016, p.126).

Em 1920, inquietos com o regime dessa liderança, “os bolcheviques proclamam o movimento fora-da-lei”, desenrolando uma luta sem trégua gerando a morte de “dezenas de milhares de pessoas”, que levam Makhno ao exílio e o fim do regime anarquista na Ucrânia (BESANCENOT e LOWY, 2016, p.127).

Esses acontecimentos serviram como base de apoio para os anarquistas desconfiarem dos rumos da Revolução Russa, apoiados também pelas reflexões da anarquista Emma Goldman na Rússia (2012; 2007), que por um período esteve com Lênin e mobilizou anarquistas em torno da Revolução Russa (BESANCENOT e LOWY, 2016, p.76).

A posição de Astrojildo é notadamente influenciada pela III Internacional, que determina que na criação de partidos comunistas sejam diretamente ligados com Moscou, constituindo-se parte da “família proletária e revolucionária no mundo” (PEREIRA, 1980, p.32), cujo aspecto “básico, fundamental e decisivo” e seu triunfo completo é a luta mundial da revolução proletária (p.58). Como critica José Oiticica, a III Internacional não queria “a frente única dos trabalhadores mas a frente única dos trabalhadores dentro do partido comunista” (ZAIDAN, 1980, p.10).

A partir daí suas críticas são tecidas ao fato de que criticar a revolução proletária na Rússia, a legítima revolução comunista, era tarefa contrarrevolucionária (PEREIRA, p.38; p.47), jogo da burguesia (p.60) e “liberalismo pequeno-burguês exacerbado” (p.109) e que então os anarquistas não querem uma revolução proletária (p.77).

Apesar de Astrojildo Pereira ter alguma razão em entender que, quando um país está

contrariando a lógica de todos os outros países, os adversários políticos podem tornar-se algozes e contribuir no conflito de acirramentos internos e externos. Mas, ao mesmo tempo, em todos os textos de 1922 a 1924 cita apenas visitas a Rússia e nenhuma perseguição contra os anarquistas. Os episódios de Kronstadt e da Ucrânia sequer são mencionados.

Destacamos os comentários de Decouflé (1970, p.101-102) sobre os governos revolucionários, que permanentemente excluem a possibilidade de revolta. Diante disso, entendemos que o discurso revolucionário deverá estar sempre aberto à sua possibilidade de contestação, caso contrário ele fica impedido de se constituir, criando uma espécie de interrompimento de sua construção discursiva.

Aqui, pode-se constituir um campo profícuo para próximas pesquisas entender a função da revolta enquanto função de manifestação das insatisfações e desacordos internos na construção do discurso revolucionário.

“[...] nenhum grupo ou fração do povo pode julgar-se mais revolucionária que a revolução oficial e nenhuma revolta contra a revolução pode ser admitida. A revolução exclui a revolta a partir do momento em que se reconhece a si mesmo como revolução” (DECOUFLÉ, 1970, p.101-102).

Esses novos temas de pesquisa podem ser desenvolvidos colocando em relação as fragilidades de cada elemento doutrinário, como as relações entre conceitos e enunciados como “indivíduo e coletivo”, “fazer uma revolução sem tomar o poder”, “autonomia e federalismo”, “democracia direta e representativa” (BESANCENOT; LOWY, 2016).

Após apresentar os elementos dessa situação histórica, baseando exclusivamente a narrativa de suas interpretações clássicas, elementos da referência bibliográfica cumulada ao longo do desenvolvimento da pesquisa, partimos para o capítulo 4 onde apresentaremos o discurso do jornal A Plebe.

Nossa intenção não é criar uma divisão fragmentária de tal discurso: o que foi apresentado no capítulo 3 é parte do discurso produzido sobre a Greve Geral, a partir de alguns intérpretes. O próximo capítulo enfatiza com exclusividade as palavras e construções significantes encontradas no jornal, articulando ao nosso referencial teórico e contextualização da Greve Geral de 1917 em São Paulo, construindo e articulando o discurso revolucionário do jornal A plebe.

4 – DISCURSO REVOLUCIONÁRIO NA GREVE GERAL DE 1917

Neste capítulo, pretendemos discorrer acerca da produção do discurso revolucionário d'A Plebe sobre a Greve Geral de 1917. Esse discurso é possibilitado pela constituição de um sujeito coletivo que aglutina-se a partir de aspectos interpretativos, éticos, dos desejos e da práxis dos militantes e pessoas que se rebelaram nessa situação histórica.

Apontamos que a análise dos dados foi feita de modo a compreender a integridade de um discurso que o periódico constituiu em meio aos acontecimentos, sempre em relação com nossos pressupostos teóricos e as bibliografias sobre o período, analisando todos os textos do periódico. Nesse sentido, analisamos 15 edições: 16/06 (20 artigos e notas); 23/06, (16 artigos e notas); 30/06 (20 artigos e notas); 09/07 (20 artigos e notas); 21/07 (34 artigos e notas); 28/07 (29 artigos e notas); 04/08 (37 artigos e notas); 11/08 (40 artigos e notas); 18/08 (34 artigos e notas); 25/08 (37 artigos e notas); 01/09 (35 artigos e notas); 08/09 (35 artigos e notas); 15/09 (9 artigos e notas); 22/09 (32 artigos e notas) e 30/09 (40 artigos e notas).

É importante observar que durante a Greve Geral o jornal não foi produzido (o intervalo entre 09/07 e 21/07) e a edição de 15/09 foi especial pois relatava onda de repressão policial, incluindo invasão policial na sede de A Plebe e prisão de seu diretor, Edgard Leuenroth.

No caso de consultas mais específicas acerca das edições e notas analisadas é recomendado observação do apêndice A, com sistematização criada para referenciar os artigos e notas consultadas e suas respectivas edições. Em tal item, após a bibliografia científica consultada, encontram-se autores das matérias no jornal, título da matéria, paginação, edição e classificação do apêndice a ser encontrada no capítulo 4.

Essa medida foi criada para dar fluidez ao texto. Porém, em alguns momentos, haverá referência ao nome dos artigos, seus autores ou a data da edição, na medida que essa for uma informação importante a ser visibilizada diretamente, sem maiores necessidades de remeter ao apêndice constantemente.

Para análise do jornal, utilizamos de 3 pontos de partida. O primeiro, desdobra-se do enunciado geral e inicial da pesquisa, tomar o poder de forma violenta: a) qual a interpretação e a ética que move a ação revolucionária 'tomar o poder de forma violenta'? b) Quem são os agentes da ação? c) Tomar o poder de que? d) Que mundo querem os revolucionários?

O segundo, é da articulação apresentada entre acontecimento, política e discurso, visando produzir distinções a partir dos elementos Real, Imaginário e Simbólico. O terceiro ponto é da produção desse ato de suspensão do poder e da formação de um sujeito coletivo, ou de um regime

da política contraposto à lógica policial, ou dialeticamente em relação com esta. A soma desses pontos de partida é articulada no texto que segue.

Após criar fichamentos sobre o campo empírico, com descrições interpretativas para cada uma das edições, aglutinando os títulos das matérias, notas e chamadas, assim como uma síntese do que elas tratavam e destacando citações diretas, passamos a olhar para os dados tentando extrair elementos gerais, assuntos que se repetiam, palavras e sentenças que se articulavam em temas passíveis de formalização.

Essa construção é demonstrada em dois tempos. No item 4.1, descrevemos o discurso revolucionário em sua relação com a totalidade, a partir da “situação Greve Geral de 1917” e seus desdobramentos: a Guerra Mundial (4.1.1) e a questão social (4.1.2), que foram as principais características dessa situação histórica, como apontamos no capítulo anterior sob a lente dos pesquisadores desses períodos e movimentos.

Essa primeira dimensão está em consonância com as interpretações sobre esse fato histórico. Primeiramente, engendra a constatação metodológica que um discurso é composto por diferentes facetas que se estruturam em pontos similares, desde as narrativas que construíram o acontecimento (dentre as quais estão os enunciados do jornal A Plebe) até as interpretações posteriores.

Em segundo lugar, o tema da guerra e da questão social pululava entre os sentidos daquilo que os militantes tratavam em suas matérias no jornal, eram os pontos centrais dessa relação de interpretação da realidade que justificavam sua organização e ação política.

Ou seja, uma parte do discurso dos agentes teve um forte caráter interpretativo acerca de sua condição histórica, social-econômica e política, engendrando sentidos acerca de uma realidade que precisava ser radicalmente transformada. Articulando esses dois pontos, a guerra e a questão social, os agentes souberam construir relações entre um sujeito coletivo, e suas interpretações, éticas e desejo em interação com essa realidade.

O discurso revolucionário, nesse sentido, cria articulações discursivas que permitem ver interpretações, desejos e uma ética que move os sujeitos em direção a tarefa revolucionária, em direção a ação 'tomar o poder de forma violenta'. Trata-se do esquema inicial apontado no capítulo 2, que aqui retomamos parcialmente:

Figura 4. Sujeito coletivo antiguerra e crítico à questão social. Elabora pelo autor



São os elementos prévios à ação propriamente dita, que podem ser retirados a partir dos contextos interpretativos em que os militantes pretenderam intervir. O sujeito da ação é um sujeito coletivo, mobilizado por questões que o movimentam e o direcionam para uma aspiração revolucionária, em alguns momentos articulados no R-S-I, como apontamos em nosso referencial teórico do capítulo 2.

No item 4.2, discorremos um segundo tempo do sujeito coletivo do discurso revolucionário, que engendra-se e se concretiza a partir da irrupção da greve, embora resguarde questões organizativas e práticas dos militantes no antes-durante-depois do fato em si.

Nesse sentido, fomos percebendo em nossa análise que a partir da formação de um levante e sua conseqüente suspensão de poder, assim como com os mecanismos políticos e organizativos criados no antes-durante-depois da Greve Geral, giram em torno de uma ideia de um sujeito coletivo e suas características de força capaz de produzir rupturas e criar um reordenamento da função policial e política (RANCIERE, 1996), criando uma nova partilha do sensível (RANCIERE, 2005), produzindo um novo saber sobre a emancipação, no sentido que confere Badiou (2012) ao acontecimento político.

Esse elemento articula de modo mais claro os elementos R-S-I, a partir da construção cotidiana e espontânea do sujeito coletivo (real), da concretização deste nos espaços policiais possibilitados pela irrupção política da greve (simbólico), e da suspensão de poder nos dias da greve produzindo a situação de “um poder a tomar”, e a conseqüente possibilidade imanente, atemporal e imaginária de um sujeito que toma o poder e pode construir um governo revolucionário.

Essas diferentes formas de demonstrar um “sujeito coletivo” no discurso não estão excluídas, e o apontamos sob diversos ângulos, no sentido de ressaltar a importância desse achado de pesquisa: o discurso revolucionário produzido a partir da Greve Geral de 1917 engendrou sentidos de um acontecimento político (BADIOU, 2012;1996) através de um processo da instauração de uma verdade política (RANCIERE, 1996) articulando instâncias simbólica, imaginária e real de um sujeito da emancipação coletiva, contribuindo na manutenção da possibilidade revolucionária.

Nesse sentido, damos ênfase ao discurso produzido no jornal A Plebe, a partir da análise das 15 edições. Extraímos algumas partes desse discurso literalmente, colocados entre aspas, e em alguns momentos sintetizando ou modificando a forma literal ou apontando os temas abordados em mais de um artigo.

Essas duas formas de “citação” remetem-se ao jornal A Plebe e são seguidas das referências de onde extraímos tais informações, de acordo com a legenda criada no apêndice A. Em alguns casos, que envolvem várias matérias e edições do jornal, optamos por indicar a legenda de

referência em nota de rodapé.

4.1 - Discurso revolucionário e totalidade: uma interpretação, uma ética e um desejo do sujeito coletivo

Hanna Arendt, mais precisamente com sua obra *Da Revolução* (1988), entende que os processos de revolução dificilmente tem um sentido e uma ação precisas, são desconhecidas, mas na medida que ocorrem produzem o aparecimento da liberdade (p.23). A criação de um novo governo (p.29) e “a criação de um corpo político que assegure o espaço onde a liberdade pode aparecer”, ou seja, a instituição da liberdade (p.100).

Decouflé (1970, p.35), adiciona dois caracteres originais da revolução, em torno da ideia de projeto revolucionário: totalidade e historicidade. O primeiro em relação com a ordem social que a revolução visa renovar, em direção a toda humanidade; a segunda questão, em torno de uma relação específica com a história, na medida em que está “a um tempo, profundamente incrustado na história e situado fora dela: tem seu próprio passado e seu porvir singular”.

O conceito de totalidade incluiria reconhecer “os revoltados contra a ordem do mundo” que pretendem transformá-la, ou os “revoltados contra o mundo” que perderam a esperança de transformação mas “querem pelo menos transformar a vida cotidiana do maior número possível de homens” (DECOUFLÉ, 1970, p.38). Trata-se de uma aspiração, por mais abstrata que seja, carregada de elementos que tensionam o conceito de totalidade.

A revolução seria ruptura e desvio da história (DECOUFLÉ, 1970, p.42), representa-se não por uma série de datas ou atos acumulados e sim por “um novo cartear da história, um empreendimento original em que nada mais tem sentido porque tudo passou a ter um novo sentido que repudia e desvaloriza os comportamentos e atitudes antigas” (p.43).

A análise de Decouflé (1970) está claramente fundamentada num campo epistemológico da Fenomenologia, aqui com precisão na dimensão sartriana (SARTRE, 1963, p.85-85), para quem o ato humano atravessa o meio social e transforma o mundo, e nessa relação de objetivação (as vezes não de todo conhecida pelo próprio portador da ação) o faz através de projetos individuais e coletivos.

A relação entre discurso e revolução não enfatiza a dimensão dos projetos individuais e coletivos, mesmo que concordemos ser legítima a pressuposição de que os sujeitos envolvidos em movimentos revolucionários são portadores de projetos; a relação (discurso e revolução) não prescinde de um projeto propriamente dito, seja ele anterior a uma revolução ou em constituição no

próprio processo revolucionário, já que normalmente um processo revolucionário é portador de um projeto prévio ou constituído na ação histórica revolucionária.

Essa ausência na ênfase não é relativa ao fenômeno de revolução e seus respectivos projetos. Esses termos estão imbricados. Podemos dizer que a cartilha de um partido revolucionário, por exemplo, carrega a dimensão de projeto em sua dimensão explícita. Mas há caracteres implícitos dentro desse projeto, assim como existem acontecimentos que sequer tem um projeto explícito (principalmente os acontecimentos franceses de 1789, 1830, 1848 e 1871), mas de sua análise podemos extrair elementos que circunscrevem características de projeto e concepções de revolução (espontaneísmo, levante popular, representação, por exemplo). As decisões tomadas em meio a um processo revolucionário e a análise de como essas decisões circunscrevem um tipo de projeto não são tão evidentes, na forma que a revolução constitui seus processos de organização e consolidação reunindo elementos que podemos supor parte de um projeto – partidos, assembleias, sindicatos, autogestão, centralização.

A relação entre discurso e revolução se dá, justamente, na articulação entre esses termos, onde a dimensão implícita não se exclui daquilo que é explicitado, declarado previamente ou posteriormente pelos sujeitos da ação revolucionária. Ao mesmo tempo que aquilo que é explicitado não necessariamente seja o sentido último do discurso sobre revolução, ou adquire os sentidos previamente pretendidos pelos sujeitos.

A noção que Arendt (1988, cf. cap.3,4 e 5) dá aos processos constitucionais da revolução é, ao meu ver, sintomático desse problema. Primeiramente, admite que o processo revolucionário engendra dois elementos contraditórios entre si: por um lado, a preocupação com a estabilidade e a durabilidade dessa nova estrutura revolucionada. Por outro, uma característica aberta às capacidades de inovação e criação humanas, uma revolução deve manter o “espírito da inovação” (ARENDR, 1988, p.178).

Sua ênfase recai sobre os aspectos constitucionais, na medida que, para ela, a compreensão conceitual da revolução é “precedido pela incapacidade da revolução de prover-se de uma instituição duradoura” (ARENDR, 1988, p.185), que a revolução é um ato de fundação de um novo corpo político (p.178) que constitui e instaura a liberdade (p.28). Nesse sentido, a Revolução Americana triunfou pois não foi movida pela compaixão (p.56) e um de seus preceitos residiam na educação dos cidadãos e a relação íntima com “o bem-estar do país e o funcionamento de suas instituições políticas”.

Para a autora, a Revolução Francesa, tão fracassada, fez história no mundo, ao passo que a Revolução Americana “tão triunfantemente vitoriosa” foi estranhamente esquecida (ARENDR, 1988, p.45). Isso porque entende que os americanos se deparavam de outra forma com a questão

social: “eram pobres, mas não miseráveis” (p.54), e portanto, o problema que enunciavam não era de ordem social, mas eminentemente político, dizendo respeito “não à ordem da sociedade, mas à forma de governo” (p.55).

“Nada seria mais injusto do que tomar como indiscutível o sucesso da Revolução Americana e submeter a julgamento o fracasso dos homens da Revolução Francesa. O sucesso foi devido não apenas ao discernimento dos fundadores da república, embora esse discernimento fosse, de fato, bastante apreciável. O ponto a salientar é que a Revolução Americana teve sucesso, mas, apesar disso, não introduziu a *novus ordo saeculorum*, e que a Constituição pôde ser estabelecida de fato, como uma existência real numa forma visível, mas, ainda assim, não se tornou para a liberdade o que a gramática é para a linguagem. A razão do sucesso da primeira e do fracasso da última foi que o estado de pobreza estava ausente no cenário americano, mas presente em todos os lugares do mundo” (ARENDDT, 1988, p.54).

Hanna Arendt não se destituiu de sua crítica a Hegel (1988, p.42-43) e uma conseqüente dimensão da totalidade, assim como da relação profícua que tentou traçar em suas obras sobre o totalitarismo e a obra marxista (DANTAS, 2013, p.2). A distinção pelo sucesso americano reside numa luta, segundo a autora, “contra a tirania e a opressão, não contra a exploração e a pobreza”, uma expressão que foi possível ao longo dos 13 anos da formação da constituição americana que, diferente da Revolução Francesa, modificou a relação entre governantes e governados (ARENDDT, 1988, p.59), e permaneceu “comprometida com a implantação da liberdade e o estabelecimento de instituições duradouras” (p.73).

A tentativa da autora é diferenciar e caracterizar os fenômenos, e talvez pela ausência da noção de discurso, acaba por excluir a hipótese de que se trata um discurso semelhante, ou de diferentes facetas de discursos sobre revolução que produzem eventos políticos distintos. E mais, que os discursos precisam estar articulados numa relação íntima com os processos de totalidade. Para nós, não há sucesso nessa revolução num sentido de relação com o saber revolucionário, porque tal processo não se movimentou em direção a uma totalidade discursiva, transgredindo fronteiras do Estado Nação estadunidense.

Decouflé (1970, p.37) avança nesse sentido, na medida que entende que como indispensável o estabelecimento de uma separação entre “as aspirações mais ou menos vagas de uma coleção de indivíduos”, como por exemplo a aspiração pela liberdade ou o fim da desigualdade, e a “lenta ou brusca concretização de um projeto coletivo numa revolução em ação”, algo que diz respeito a “todo o homem e a tudo do homem no conjunto social”.

Mas a ele falta também a noção de discurso. Laclau e Mouffe (1987, p.160), renunciam a ideia de sociedade como totalidade unificada e objeto de análise, ao mesmo tempo que entendem que o discurso constitui-se numa dimensão de totalidade parcial e aberta, criado através de uma prática articulatória (p.179), onde a realidade é significada como totalidade.

O problema de Arendt (1988) é tentar criar diferenças elementares internas ao discurso sobre revolução (suprimindo a existência de uma totalidade discursiva) a partir dos elementos particulares que diferenciam os acontecimentos²⁴. Nosso ponto é demonstrar que cada evento político é portador de uma particularidade, que ao mesmo tempo dialoga com a dimensão de uma totalidade articulada em um discurso, o discurso de revolução que compreende uma ordem social e econômica que circunscreve o globo terrestre.

Isso elimina a relação entre a construção de um discurso e a transformação da realidade, na medida que o discurso é uma forma de significação, e portanto, de criação da própria realidade (a serviço da manutenção de uma ordem ou de sua radical ruptura). Se pensarmos em qualquer constituição de um Estado Nação, como Arendt (1988) enfatiza no processo americano, suas palavras são um dos elementos constituintes do discurso, mas não um discurso em si.

O discurso constituinte é a articulação de determinados valores que foram inscritos em lei, em estreita relação com os processos políticos que o constituíram e as alterações provocadas por essas leis na realidade propriamente dita dos cidadãos relacionados à essa constituição. Ou seja, um preceito como a moradia enquanto direito individual e social pode estar garantido na constituição, mas isso não quer dizer que tal sociedade resolverá o problema da moradia.

Se pensarmos na tradição de Tocqueville, que aproximamos de Arendt, Dubet (2001, p.6) a define como oriunda do triunfo obstinado da igualdade, uma tradição que pressupõe o princípio da “igualdade dos indivíduos a despeito e para além das desigualdades sociais reais”. Porém, cria-se um problema explicado pela teoria de Laclau e Mouffe (1987) no âmbito discursivo.

Ou seja, não existe universalidade (uma totalidade discursiva) que não seja construída por um discurso articulado. Os autores propõe uma busca de universalidade alcançada através da equivalência, e não de uma essência subjacente ou um princípio condicionado a priori (LACLAU, 1996, p.100).

Laclau e Mouffe (1987) debruçam-se sobre a lógica das formações discursivas, que não tratam de uma coerência lógica dos elementos ou um sujeito transcendental a priori (p.177), tampouco um plano prévio de constituição da formação discursiva (não deve haver uma essência universal por trás de um discurso e da luta política) (p.186).

É por isso que Pinto (1999, p.94) aponta que em Marx, o sujeito revolucionário proletário não é um universal a priori, e sim um particular. Porque antes, o sujeito precisa resistir à exploração, e fazer dessa resistência uma nomeação na luta anticapitalista através da organização. Não há como

24 Uma hipótese a ser desenvolvida aqui, é a exploração do termo totalidade no âmbito do discurso, na medida que não é pelo seu funcionamento e estrutura de totalidade aparente que poderá representar um sistema totalitário, por exemplo. O elemento totalitário contém, como qualquer discurso que tentamos delimitar, uma dimensão de totalidade, que precisa ser analisado a partir de seus significantes e relação entre discursos.

colocar em qualquer sujeito trabalhador uma essência revolucionária e anticapitalista, pela sua condição material.

A igualdade de Tocqueville e a suposição de que todos são iguais perante as leis, se vista como universais a priori, é como a crítica aos filósofos alemães que desciam do céu à terra, ao invés de irem da terra aos céus. Trata-se de uma inversão ideológica do mundo em seu contrário, de cima para baixo (MARX e ENGELS, 2007, p.94). Uma coisa é supor a igualdade entre os homens antes de qualquer coisa (essência subjacente), outra coisa é olhar para um mundo de desigualdades, revoltar-se, interpretar e desejar e lutar pela igualdade entre os homens, construindo um discurso que articula o desejo de criar esse particular em direção a uma dimensão universal.

São precisamente esses os problemas apontados por Marx (2008a) em relação a instauração do governo provisório de 1848, quando os representantes proletários forçaram a proclamação da república pelo governo provisório (p.73) e este criou por decretos uma fraseologia que agradava a todos:

-
- “Todos os realistas se converteram então em republicanos e todos os milionários de Paris em operários. A frase que correspondia a essa imaginária abolição das relações entre classes era fraternité, a fraternidade universal, o amor entre irmãos. Essa cômoda abstração dos antagonismos de classes, esta conciliação sentimental dos interesses de classe contraditórios, essa visionária elevação acima da luta de classes, a fraternité era na verdade a palavra-chave da revolução de fevereiro. As classes estavam divididas por um simples mal-entendido. Em 24 de fevereiro, Lamartine batizou assim o governo provisório: “um governo que acaba com esse mal-entendido terrível que existe entre as diferentes classes”. O proletariado de Paris regalou-se nessa generosa embriaguez de fraternidade” (MARX, 2008a, p.78-79).
-

Com isso, queremos dizer que a relação entre revolução e projeto, ou entre projeto (implícito ou explícito) e sua realização numa constiuição, por exemplo, não são dadas a priori. O entendimento de um discurso de revolução soma-se às experiências particulares de projetos revolucionários, mas também de levantes sem um projeto claramente definido.

Ao mesmo tempo, os elementos de um projeto revolucionário podem se realizar em processos de institucionalização carregados de valores (liberdade, igualdade, fraternidade), o que não implica necessariamente que os valores e aspirações imbuídos em tais projetos vão desencadear as mudanças que aspiram, por mais precisas e interessantes que sejam.

Arendt (1988) apontou que a liberdade política foi constituída na América, mas a miséria e exclusão política continuou a ser percebida no restante do mundo. Isso indica um elemento, não enunciado por ela, de que não havia entre os americanos uma pretensão de mudar o “velho mundo”, pensavam apenas em seu “novo continente”. Uma dimensão particular da liberdade que não se constituiu como discurso universal.

Quando Deouclé (1970) nos diz da relação entre totalidade e historicidade, está falando de uma dimensão universal do conceito de revolução e dos acontecimentos revolucionários, com a qual os projetos e experiências (particulares) vão dialogar. Arendt (1988), por outro lado, enfatiza dimensões particulares das experiências. Tal ênfase pode ser explicada por ela não considerar o caráter material do discurso, que se constrói em direção a uma totalidade estruturada e o conseqüente corte entre o ideal e o real das experiências.

Embora a autora reconheça a distinção dessa situação em relação a transposição de suas fronteiras, a existência dessa criação da liberdade no “novo continente” é da ordem da revolução, instituiu um processo de liberdade mas, acrescentamos, uma liberdade particular que sequer orientou-se numa pretensão universal. Então não há como estabelecer um nexo entre o particular e o universal, visto que não se constituiu de forma intensa como uma preocupação destes agentes da constituição americana.

O discurso revolucionário constitui-se num processo onde os sujeitos que o engendram desejam e dialogam com uma totalidade discursiva aberta, criando uma série de significações na direção de um horizonte profundo de transformação social, sem poder prever diretamente o curso, a qualidade e os passos desta direção.

Como todo discurso, ele é endereçado a um ouvinte. Essa relação não é tão simples como pensar um diálogo entre duas pessoas: uma que fala, a outra que escuta, e vice-versa. Pois há nesse sentido um processo discursivo cujo destino (receptor) precisa se constituir permanentemente, e o mesmo vale para o portador do discurso (seu emissor). Essa relação não existe em si mesma pela existência/ocorrência da fala. A frequente constatação (ou sensação) de alguém que, diante do público ouvinte não é escutado, ilustra exatamente isso. As pessoas escutam a voz do falante, mas não tomam aquilo que diz como digno de reconhecimento, e fazem qualquer outra coisa (cochicham entre si, ficam distraídos, fingem escutar).

O discurso revolucionário se estabelece numa dialética permanente da criação de um ponto de partida e de seu destino, mesmo que existam distintas qualidades ou delimitações entre esses dois pontos.

Se tomarmos a noção de saber revolucionário, esse conjunto simbólico de significações constituídas em torno da ideia de revolução que se tornam um saber inserido numa enciclopédia revolucionária, é através dessa totalidade que o discurso revolucionário irá se constituir e adquirir sentidos. É a condição para que ele exista, como um sistema de símbolos que estabelece seus limites, diferenças entre si e regras de funcionamento. Quando pensamos o discurso enquanto totalidade, não se de um sistema fechado (totalitário), mas de um sistema imbuído de certas regras de funcionamento, mesmo que, vez ou outra, elas sejam rompidas e que jamais haverá um

fechamento completo de sentido e de significações.

No caso analisado, percebemos que o discurso revolucionário se constitui criando um campo de sentidos e a conseqüente relação entre o porta-vozes e receptores do discurso, que servem para delimitar a totalidade discursiva e da noção de revolução em diálogo e relação discursiva. É o que apresentaremos nesse primeiro tempo, nos itens 4.1.1 e 4.1.2.

Esses elementos do discurso em sua relação com a totalidade, tem no discurso revolucionário d'A Plebe a guerra e a questão social como função de, através do ato de enunciação acerca desses problemas sociais, criar através dos agentes do discurso um sujeito coletivo, portador de uma interpretação, uma ética e um desejo que mobilizam a operação e criação do discurso revolucionário.

4.1.1 Discurso revolucionário e a Guerra

A partir de certo momento do processo civilizatório e o estabelecimento contínuo de trocas e expropriações entre a humanidade, o campo de percepção acerca disso que é uma forma de representação da totalidade - o globo terrestre e suas fronteiras delimitadas no real – e seus conseqüentes desdobramentos (Estado-nação, continente, cultura, povo), produz e amplia a capacidade de pertencimento e suas qualidades de transformação (em relação à totalidade).

As guerras exemplificam um choque cujos sentidos adquirem uma tonalidade entre os argumentos que a justificam, e os argumentos que caracterizam o seu grau de injustiça e, seria melhor dizer, absurdo.

Certas perspectivas que constituíram as lutas revolucionárias a partir do século XIX, tornaram possíveis a emergência - nos sentidos discursivos que rompem com aquilo que justifica a existência desse conflito - de inúmeros interesses. A fraternidade, que seria uma das dimensões da emancipação dos trabalhadores (MARX, 2008c, p.357), ou a própria categoria trabalhadores/operários na sua dimensão internacional, que desconhece fronteiras (p.359), encontram ecos na ambigüidade da existência do conflito.

As notas das associações operárias elencadas por Marx em mensagem sobre a guerra franco prussiana (MARX, 2008c), criam a possibilidade discursiva de um emissor do discurso em direção a um receptor: os trabalhadores ingleses, alemães e franceses, a partir de seus espaços organizativos, criam um campo de sentidos a partir do elemento “antiguerra”: interpelam os trabalhadores cujo zelo pela irmandade, fraternidade e rompimento de fronteiras espaciais dos Estados-nação engendra sentidos de um sujeito coletivo a se constituir.

A relação entre o discurso antiguerra e a forma que esse discurso articula a totalidade, possibilita compreender a dimensão dos fundamentos/interesses que movem o inimigo, e dos fundamentos/interesses que movem os agentes revolucionários.

As críticas constantes d'A Plebe à Guerra Mundial e a ampla campanha no Brasil antiguerra exemplificam que esse é um elemento do discurso da Greve Geral de 1917 e do discurso revolucionário, na medida que nessa relação se estabelece um porta-voz e diferentes ouvintes, propiciando categorias que criam interlocutores aos enunciados interpretativos: trabalhadores em direção aos trabalhadores; trabalhadores em direção aos que decidem politicamente uma guerra; trabalhadores em direção aos capitalistas que movimentam seu mercado e lucram com guerra; trabalhadores em direção aos soldados que lutam.

Dos 436 artigos e notas analisados nas 15 edições d'A Plebe, mais de 50 são sobre a Guerra Mundial ou a citam como produtora das crises econômicas, das lógicas de dominação (através da militarização) e submissão, e da desunião entre os povos.

A construção de significações em torno da guerra apontam como consequência do regime capitalista (K2), criando um “estado de selvageria que se instala na Europa (K3). Denunciam assim os interesses econômicos nacionais por trás de tais medidas (C1; K2), dentre eles a readequação do mercado interno e externo feito pelos industriais: controle, estoque e supervalorização dos produtos - aumentando seus lucros e encarecendo a o custo de vida – (A2), ou então destinando produtos à exportação no intuito de “alimentar a guerra” (A4).

Além disso, artigos como “A República dos Briganti” (G2) e “Regime da fome” (A4) denunciam ações do governo da época, este afirmando que estão as questões “econômicas em vias de melhora”, apesar de tudo, quando realiza acordos nacionais e internacionais com os industriários e fazendeiros: diminuem os impostos para exportação (barateando os produtos que vão para países em guerra) e aumentam os impostos internos (valorizando os produtos). As contradições são evidentes, facilitam a relação compra-venda aos capitalistas, e encarecem o custo de vida aos trabalhadores brasileiros. Esses artigos denunciam à contradição gritante que é favorecer a guerra e o lucro em prol da vida das pessoas, cujas condições estão “desesperadoras e intoleráveis”.

Na medida que essas análises contribuem para a adequação da enunciação das causas aparentemente veladas (os interesses econômicos) e assim faz nomear os efeitos gritantes nas vidas reais dos sujeitos (crise nas condições básicas de vida), põem em relevo no âmbito discursivo o agente por trás da ação (revelado através dos interesses). Mas esse agente – o capitalista - é apenas criador (simbólico e imaginário) do discurso, quem o encarna é o sujeito real, trabalhador.

Isso não quer dizer que o capitalista não é sujeito de carne osso, mas que adquire nos elementos velados da guerra real um caráter puramente abstrato, como se inexistente. É emissor do

discurso sem estar ali num real particular da guerra da Guerra, este que serve de “carne de canhão” (E1; N10). É nesse sentido que os militantes constroem a ideia de que a classe trabalhadora do Brasil corre o risco de ser jogada na matança e “servir de carne de canhão” na Europa em defesa das classes ricas (N10) nessa “carnificina dantesca” (D10) fazendo um jogo do porta-voz do discurso.

É por isso que é em nome da “pátria, da honra nacional e da integridade e interesses da nação”, “da liberdade política das nações” (C1), termos potencialmente abstratos, cria-se um contexto onde “o povo trabalhador” faz a guerra, é seu agente concreto e incorporador de tais valores abstratos. Essa guerra não traz nenhum interesse ao povo, a não ser os que querem morrer (K2) nessa terra onde “o burguês tem o direito de morrer de indigestão e o trabalhador constrangido a morrer de fome”.

Nota-se que o valor dessa construção ao longo do período analisado é justamente criar processos de enunciação, suspendendo a relação no enunciado entre agente do discurso (que declara guerra) e receptor (quem aceita e coaduna com a guerra), levantando sentidos possíveis para não aceitação, para não legitimidade do agente que inicia o discurso.

Essas abstrações como pátria, honra nacional, circunscrevem um sujeito coletivo sem as contradições materiais e internas a luta de classes, algo que os militantes constroem criticamente em seu discurso, desfazendo e desconstruindo tal dimensão do sujeito coletivo.

Esse esquema extrai do debate um elemento real: há um sujeito que encarna o discurso em sua radicalidade, que tem a tarefa individual de operar o discurso coletivo (a nação que faz a guerra) e orientar suas ações na realidade em prol de um objetivo que não é (ou segundo os militantes, não deveria ser) seu.

Não interessa tanto, do ponto de vista das significações do discurso construído, sobre as contradições de tais afirmações dos militantes e o ponto de vista do real das decisões macropolíticas: as decisões dos políticos e imperadores são sobre o mundo real (interesses fronteiriços, econômicos, políticos), movidas por interesses contraditórios e complexos cuja razão não cabem levantar, basta afirmar que existem. É nesse sentido que apontamos ser um discurso revolucionário: na negação da guerra, quem nega não é o operário real, mas o sujeito coletivo revolucionário, “o povo”, a “classe trabalhadora”, o proletariado, criado através de tal negação.

Certamente que há sujeitos reais desobedecendo à guerra e convocação militar, e a importante participação de imigrantes estrangeiros entre os militantes favorece a desobediência, na medida que estes não eram convocados. Mas através desses sujeitos reais, tenta-se criar um sujeito que deverá desobedecer, coletivamente e de forma articulada no discurso.

Esses aspectos revelam uma intrínseca relação entre uma *interpretação* e uma *ética* do sujeito coletivo produzido no discurso revolucionário d'A Plebe. As condições econômicas criadas e

suas contradições, permitem *interpretar* a injustiça social e ao mesmo tempo o caráter indefensável de atuar nesse conflito, explicitando a ganância de optar por lucrar em meio a uma situação de guerra.

Para esse sujeito simbolizado e imaginado pelos militantes, há um *desejo* por trás de tal ato, baseado na projeção de uma nova ordem: a luta legítima, que vale ser lutada, é a luta pelo momento que os seres humanos não precisarão lutar entre si; por uma pátria que não haverá motivos para atacar; por uma terra farta, fácil e abundante de pão. “Utopia? Ao menos sabemos porque lutamos. Não podemos lutar por uma pátria que não temos”, e nossa solidariedade para com os trabalhadores desconhece as fronteiras em jogo nessa guerra (K2). Uma interpretação se justifica no mundo imaginado e desejado, onde um sujeito coletivo excedente rompe as fronteiras e delimitações espaciais.

Esse sujeito coletivo, porta-voz do discurso antiguerra, “pelo espírito, pela vontade, pelas aspirações, pertence a um mundo que há de vir”:

“Uma sociedade humana que se vangloria das suas instituições civis, que proclama a excelência de sua religião de paz, fraternidade e amor, e que, não obstante, é impotente para impedir as guerras e conflitos entre os homens, que ela aceita como fatalidades necessárias, é uma sociedade de antemão vítima da sua própria incapacidade e dos crimes e desvios que essa incapacidade gera” (K2).

Além da projeção imaginária desse mundo inexistente, os militantes nomeiam discursivamente os efeitos do sujeito real que encarna a verdade da guerra, resultado da articulação de uma ilusão dos princípios de pertencimento (nação) e justiça (liberdade) “à disciplina da obediência e da submissão”, criando homens perigosos (U8). Este sujeito que vira soldado, torna-se apêndice da máquina de matar, “é assimilado, automatizado, desumanizado, com o fim guerreiro da destruição, que é a morte” (C3).

No artigo que entrevista uma escritora (M3), perguntando o papel da mulher na guerra, esta afirma que, no caso brasileiro, “trata-se de um governo e uma diminuta sociedade aristocrática”. Incita a desobediência e campanha feminina contra a guerra. Defender a guerra é defender a “mútua comodidade...Colaborar numa guerra para satisfazer a ambição de um governo que maltrata seu povo? Defender a minha terra quando meu lar não tem pão”?

É certo que por trás das interpretações e desejos podemos subentender uma ética, mas aqui ela ganha um sentido importante: diante das injustiças e contradições, “defender uma pátria que não é nossa”, “defender minha terra quando meu lar não tem pão”, engendram uma ética que move o sujeito coletivo à justificação da desobediência. Nesse caso, a interpretação e o desejo, este que projetam uma terra de abundância mas também pela qual se sabe porque luta, implica um sujeito

coletivo que não pode consentir com algo que lhe é estranho, algo que ele não pode entender, jogando-o para uma situação que lhe mata e mata seus irmãos. Este deve desobedecer e indignar-se contra tal compromisso, firmando apenas seu envolvimento em situações que vão ao encontro de suas aspirações e não de sua dominação e injustiça da qual tornar-se-á vítima.

O que apresentamos mostra uma composição dos elementos simbólicos (o discurso literal dos agentes) e imaginários (um sujeito revolucionário que nega pois não serve ao capitalismo, ou seja, serve à outra lógica, outra nação que “há de vir”), elementos pelos quais os militantes tentam reconstruir o sujeito coletivo real: a coletividade que se negará a praticar tal guerra em nome dos interesses dos ricos. A guerra intensifica a “luta dos produtores de riqueza contra os detentores desta”, sendo organizada pelos detentores contra detentores de outras nações (E1).

Esses elementos possibilitam a relação entre a constituição de um sujeito coletivo e os aspectos que o circunscrevem através de uma *ética*, uma *interpretação* e um *desejo*, que movem o agente produtor do discurso revolucionário.

Esse ponto abre uma questão a se considerar: então esse sujeito coletivo não se concretizou no real, não teve a intensidade suficiente para criação de um levante de desobediência contra a guerra. E está certo dizer isso, pois que se houvesse tal situação as consequências das mobilizações poderiam ter sido muito maiores. E é nesse ponto que se articula a influência da Revolução Russa.

Os militantes prospectavam que “o pretexto russo – a guerra, essa calamidade espantosa que ceifa tantas vidas em flor – se converta em pretexto internacional”. Naquela “terra de milenária escravidão, túmulo de iconoclastas”, nutriu-se uma semente de boa ideia, triunfando o princípio, mostrando o “que se pode fazer quando há uma vontade a serviço da justiça” (B6).

O jornal A Plebe publica os posicionamentos do Conselho dos Operários e Soldados (Sovietes) a partir de 11 de agosto, quando este obriga o governo provisório (que seria deposto em outubro do mesmo ano), e um dos seus importantes homens à frente – Kerenski, Ministro da Guerra - inclinado a tomar uma postura mais ofensiva na guerra²⁵. Diante de tal pressão dos sovietes o governo russo chama a Conferência de Estocolmo para discutir a questão da paz internacional, pela qual clama esse conselho pensando nos “interesses comuns das massas operárias e de toda a humanidade” (P8).

Em relação a este encontro, com uma chamada claramente socialista, dizia a Internacional que não iria “desempenhar incumbências dos governos beligerantes, sejam eles quais forem, a Internacional vai a Estocolmo trabalhar por conta própria” (P8). Em virtude do tom antagônico aos

²⁵Stephen Kotkin comenta, em sua biografia de Stálin (2017, p.532), que Kerenski provavelmente estava interessado na existência de um conflito externo, gerando enfraquecimento do Exército afim de “eliminar o inimigo interno”.

inimigos externos, e já que o mesmo antagonismo se estabelecia internamente, tal conferência sequer foi realizada (KOTKIN, 2017, p.534).

Tal atitude, segundo A Plebe, mostrava que os Sovietes forçaram o governo provisório a renunciar a uma política de conquistas e, conseqüentemente, obrigando os Estados em guerra a “se pronunciarem ante as suas respectivas democracias e as do mundo inteiro sobre a política de conquistas” (T8). Veja que esse jogo cria uma nova situação de enunciação no enunciado da guerra como inevitável conflito político, fazendo aparecer um sujeito coletivo que nega a guerra por motivos políticos, conseqüentemente revelando os sujeitos coletivos que a defendem e protagonizam.

As declarações dos Sovietes comentavam sobre a manutenção dos princípios adotados e que “a libertação dos oprimidos se obterá, não pela guerra, mas pela paz”, e que diante de propostas de anexações e modificações das fronteiras estavam irreduzíveis, visto que “anexação significa usurpação de um território que, no dia da declaração da guerra se achava em poder de outro Estado”:

“Soldados e camaradas da frente, falamos a vocês em nome da democracia revolucionária russa. O povo não quis a guerra iniciada pelos imperadores e capitalistas de todos os países...logo que o Tsar abdicou, o povo russo tomou como objetivo urgente pôr termo à guerra...um apelo a todas as nações a cessar a carnificina mundial...A paz deve ser uma paz geral de todas as nações, saída de seu comum acordo...uma paz separada é coisa impossível” (G9).

O processo da revolução russa e as declarações dos Sovietes constituem a consolidação do sujeito coletivo revolucionário que se opõe à guerra, às injustiças e as arbitrariedades de um conflito que, para esse sujeito, deve ser inexistente, não deve se constituir. O discurso revolucionário d'A Plebe tentou dar forma a esse sujeito coletivo, articulando-o internacionalmente a partir da Revolução Russa como um exemplo a ser imitado (U5) e seguido (B6).

Apesar de criticar de modo geral o exército (H3; A4) o militarismo e a noção de pátria²⁶, a partir da edição de 18 de agosto (após também as exposições dos Sovietes – Conselhos de Soldados e Operários sobre a guerra) surge uma coluna chamada Soldados e Operários (Q9), publicada também em 25 de agosto (N10) e 8 de setembro (R12), que tenta interpelar os soldados do exército, incessantemente, para que se unam ao povo.

Em 18 de agosto, ao mesmo tempo que publicam entre as bases de acordo de criação da Federação Operária de São Paulo a “campanha e ação contra o serviço militar obrigatório, pela função deste órgão na guerra e na repressão ao povo” (P/a 9), publicam uma entrevista com soldados “de baixa hierarquia” que diziam favoráveis as recentes manifestações dos trabalhadores:

26 Cf. Apêndice: K3; U8, B12; D/a 12; M14.

“se ela (a greve) fosse geral e nela tomasse parte todo o operariado, o governo seria impotente. Mas ela está sendo parcial e não há união de todas as classes...sabemos o que são as necessidades da família do pobre em oposição ao bem estar e á fidalguia dos ricos...não descarregarei minha carabina contra aqueles que protestam contra a fome...” (Q9).

Paralelo às entrevistas, um ofício do Centro Libertário do Rio de Janeiro é publicado, fazendo apelo às camadas do exército em sentimento de união: “nós sofremos na indústria, enquanto vocês tem como tarefa defender a pátria quando atacada”. Mas diante de nossa situação de fome e miséria, protestamos, e então o governo chama o exército e polícia já que somos muitos:

“Vocês, exército, que são do povo, é justo que ataquem o povo em defesa do rico? Vocês também são pobres...Desobedecei, antes, vossos chefes...não atirem contra os que pedem pão...Mais vale desobedecer aos vossos chefes que pertencem às classes dos ricos, do que desobedecer a vossa consciência” (Q9).

Na edição de 25 de setembro, a coluna concretiza a proposição de um único “comitê de soldados e operários”, exaltando a experiência russa e a forma com que se defenderam para que não serem atirado “à matança guerreira”, como também está sendo o povo brasileiro. Na medida que este povo conquista um movimento de libertação, “deixa de ser povo para ser desprezível população que os incomoda e não lhes obedece mais” (N10).

Por fim, conta prisões de soldados que, durante a greve negaram atacar trabalhadores e foram presos em prisões comuns, interpelando os soldados como “homens saídos do povo” e nomeados “guardiões da pátria” quando se enquadram na “disciplina despersionalizadora”. Mas quando pensam por si próprios, são tratados como o povo que protesta (R12).

Esse tema faz novamente um conflito no jogo de enunciação: quando o sujeito coletivo (os soldados) está articulado à manutenção dos interesses oriundos da guerra ele se liga à abstração 'pátria', criando condições de reconhecimento social que fazem jus a essa posição. Ao contrariar e desobedecer encarnando um sujeito coletivo diante de sua condição real, pela qual a guerra tem pouca serventia na mudança de suas condições, o mesmo sujeito perde esse lugar de reconhecimento, tornando-se desprezível e parte de um puro jogo de interesses, do qual é peça descartável.

Destacam ainda nota do semanário 'A semana social' de Maceió, que na edição de 6 de agosto publicou 'Só um comitê de soldados e operários é que salvará o povo': “é preciso criar uma espécie de Comitê de Operários e Soldados que exerça revolucionariamente uma ação inovadora, até todo o povo adquirir uma certa independência de ação que lhe permita dirigir-se por si mesmo” (N10).

A postura de combate e resistência à guerra passa, inevitavelmente pelo processo de sensibilização ao pertencimento dos sujeitos que, quando a mando da hierarquia do exército são “apêndices de máquinas” (C3) e “autômatos”: “não tem um nome, tem um número. Não são livres, são escravos. Não se revoltam contra o chicote do senhor: aceitam passiva e obedientemente todas as humilhações e vexames” (D/a 12).

Percebemos também que existem pontos de diminuição de tensão com a questão da desobediência, arregimentando a possibilidade da aglutinação através da identificação que exclui o ódio ou o ressentimento – entre soldados e operários – num sujeito coletivo comum, como vemos no artigo de 4 de agosto:

“O soldado é do povo e com o povo sofre as consequências da organização social. Vêmo-lo no cumprimento de suas atribuições, obediente e submisso, enquanto no seu lar a miséria domina...quando se verifica um levante popular, vêmo-lo como autômato atender a voz dos comandantes [...] Não devemos conservar-lhe o ódio por isso, pois todos conhecem o castigo que está reservado se transgredir” (F7)

Em todo caso, orientam constante postura de não consentimento, resistência e rebelião armada contra a convocação de soldados (D1), incitam a deserção (C3; M3), julgando crime a “obediência passiva e disciplina militar” (A propósito do levante obreiro, 4 de agosto).

Nota-se, portanto, que a construção do discurso antiguerra e contrário ao militarismo acompanha a permanente construção de um sujeito coletivo em relação à suspensão do poder de outrem, a possibilidade de pensar por si próprio e e nesse ato individual criar algum tipo de reconhecimento coletivo de sujeito que não esteja calcado em formulações como “amor a nação”, “proteção à pátria”, “em defesa da ordem”, que normalmente justificam tal condição de servir aos interesses macroeconômicos e políticos a custa “do próprio sangue” (D1).

Essa construção é orientada continuamente, e como mostramos nos espaços e instâncias formais de organização, o antimilitarismo circunscreve suas lutas, mas vai fortalecendo seu sentido em meio ao desenrolar da guerra, às contradições sociais por ela engendrados, e os papéis dos sujeitos em meio a isso.

De algum modo, esse sujeito coletivo que virá desobedecer lutar uma guerra que não é sua, tem como seu aliado o soldado, homem do povo convertido em instrumento, autômato. Se esse discurso de interpelação adquire a intensificação pretendida, situações como a aliança entre o povo e a Guarda Nacional (Comuna de Paris), ou então entre exército e soviets (Revolução Russa de 1917) engendram um sujeito coletivo a tomar o poder.

O principal campo de sentidos que esse elemento do discurso traz é a relação de dominação entre grupos humanos. Embora ressalte um certo caráter dualista, ele é interessante no

sentido que faz enunciar os antagonismos, como por exemplo na relação entre projeto revolucionário e projeto estabelecido, caráter evidente em todo processo revolucionário (DECOUFLÉ, 1970, p.23).

4.1.2 Discurso revolucionário e a questão social

A questão social abre um dos precedentes fundamentais do desejo por uma transformação da sociedade e a conseqüente relação de que para isso é fundamental colocar em ação esse desejo, através de formas de organização desse conjunto insatisfeito com tal situação individual e coletiva.

É frequente associar a relação entre uma situação revolucionária e a miséria generalizada (DECOUFLÉ, 1970, p.21). Embora a miséria não explique a revolução, acompanha uma certa imagem de liberdade que faz reconhecer a miséria (p.23). Arendt (1988, p.18-19) destaca nas Revoluções Americana e Francesa a quebra da barreira de uma suposta naturalidade da divisão entre ricos e pobres mesmo que não tenham mudado fundamentalmente essa relação.

“[...] o jovem Marx convenceu-se de que a razão pela qual a Revolução Francesa falhara em instituir a liberdade foi porque fracassou em resolver a questão social. Daí ele concluir que a liberdade e a pobreza eram incompatíveis. Sua contribuição mais explosiva...foi ter interpretado as constrangedoras carências da pobreza do povo em termos políticos, como uma rebelião não apenas por pão ou riqueza, mas também por liberdade” (ARENDR, 1988, p.49).

Segundo Arendt (1988, p.50), Marx contribuiu com a introdução da questão social como componente político, atribuindo a pobreza de sua dimensão não natural, “consequência mais da violência e da violação do que da escassez” Mas a autora aposta no destaque da dimensão de liberdade, como algo que ficou escamoteado pela urgência em resolver as questões sociais (ARENDR, 1988, p.48) e pela visão hegeliana da revolução como “necessidade histórica”, como se o desejo pela liberdade e sua articulação em lutas populares fosse algo natural (p.42-43).

Concordemos que a relação entre a resolução das questões sociais não irá, de modo determinante, instituir a liberdade, como pretende a autora (ARENDR, 1988, p.100; p.114), mas é preciso apontar também o caráter fugidio desse valor político, que não é desenvolvido no texto citado e não o será aqui.

Encontramos em Decouflé (1970, p.30) uma questão similar, entendendo que a miséria tem uma relação com uma “tomada de consciência” sobre a realidade na qual é preciso mudar, mas isso não é determinante. Pois o miserável conhece sua miséria, vive ela cotidianamente. A questão estaria em estabelecer uma relação entre a resolução da questão social de forma coletiva, e não por

exemplo, a partir do enriquecimento individual.

“Podemos julgar que nos encontramos aqui diante de coisa muito diferente: de um afloramento ao cotidiano da sensibilidade coletiva de uma longa história da miséria que, bruscamente, se atualiza, adota um fim diverso em si mesma, rompe as amarras, sai do seu desencanto secular, de sua passividade que os comentários dos poderosos já haviam transformado em provérbio. Ele se transmuda em ruptura com uma história repulsiva cuja continuação se torna impossível depois do dia de cólera que surgiu em toda a sua verdade, a da morte insidiosa e demasiadamente familiar, a da ausência de vida” (DECOUFLÉ, 1970, p.30-31).

Entendemos que essa relação entre reconhecimento da questão social e a luta organizada como uma das formas de resolvê-la, aparece a questão da liberdade, como um ato (organizar-se) que representa esse valor. Isso não quer dizer que organizar uma luta coletiva equivale diretamente à conquista da liberdade, mas sua direção: primeiro, porque é duvidosa a prerrogativa de um processo que leve a uma condição absoluta de liberdade, como o paraíso na terra, o fim dos conflitos na sociedade e das injustiças; segundo, porque normalmente relaciona uma decisão (organizar-se) relacionada à percepção do problema (a miséria, a pobreza, a questão social), incluindo uma nova atitude individual em relação ao problema coletivo (distribuição dos recursos).

Ou seja, trata-se de um ato individual que requer alguma responsabilização individual pelo seu ato, que não é enriquecer a si próprio ou se colocar como vítima, ao mesmo tempo que desloca-se do indivíduo ao coletivo (uma organização social política) como fundamento de tal resolução. Então, pelo olhar das formas de organização em torno dos movimentos revolucionários e insurreições, podemos supor que há um tipo de relação entre a resolução da questão social em relação com a questão da liberdade.

A questão social é, assim como a guerra, um problema central no discurso de A Plebe: “a humanidade não é livre...porque não há liberdades nem igualdades políticas onde há desigualdade econômica” (C1). Sob condições de maiores penúrias (N/n 8), as cidades brasileiras tornam-se lugar onde “domina a miséria, a fome, e campeiam as mais vergonhosas explorações” (O5).

Nesse caso há um enunciado constituinte da realidade, que deve surgir da resposta à questão: quais as causas da desigualdade econômica e social? A disputa de sentido que os agentes engendram é, obviamente, tirar o elemento de naturalidade de tal desigualdade, enunciando o modo de organização social como componente de tal desigualdade, *interpretando* essa realidade. Assim, possibilitam dar movimento discursivo ao enunciado “tomar o poder de forma violenta”, na medida que o que faz o enunciado mover-se em direção a um ato, é ter constituído um sujeito coletivo (agente) portador de uma *interpretação*, uma *ética* e um *desejo*.

Nesse regime de “escravidão moderna” que estavam os trabalhadores (S5) e a crise econômica brasileira a partir da Guerra Mundial, o Estado aumenta os impostos e os

açambarcadores ganham dinheiro em situação de crise:

“A carestia de vida seriamente agravada pelos enormes e extensivos impostos, veio criar em nosso Estado uma situação desesperadora e intolerável, da qual só podemos sair por meio de revolução...não é de balde que se aconselhou alguns: contra a fome, dinamite” (U5).

Sob o regime da “insaciável ganância da burguesia” (G1), a crise econômica produziu sobre os trabalhadores uma maior dependência do trabalho e venda da sua mão de obra, e justamente nesses momentos os industriários estreitam as condições de trabalho – cargas pesadas de trabalho, multa por faltas, baixos salários (A1). Os “sanguessuga sociais” (I/c 2) “não tem leis e fazem fortuna em tempo de crise” (A4).

O panorama interpretativo de tais descrições é apontar uma leitura simples da luta de classes. Embora de caráter ambíguo, esse elemento panfletário é construído no contexto de uma crise econômica severa. Como mesmo disseram os militantes, em diferentes palavras, (H9) é que não precisa um padre discursar sobre a questão da desigualdade, os operários sabem muito bem que vivem numa realidade desigual e podem perceber o contrassenso em relação aos privilégios dos gananciosos.

Mesmo que essa construção do discurso possa ter elementos de pregação, convencimento e conscientização (no pior sentido desses termos), ela se inscreve na localização de um fenômeno real e concreto, a acentuação das desigualdades daquele período. O discurso produzido no jornal era o mesmo discurso produzido entre os operários, nas suas organizações como, mas não só, as ligas operárias de bairro. O surgimento de uma massa em greve nos dias de julho e uma conseqüente onda de organização posterior nas Ligas Operárias de Bairro e demais organizações parece-nos indicar que houveram elementos de arregimentação de pertencimento relacionado à tais interpretações.

É certo que aquilo que os operários, grevistas, proletários (constituintes do sujeito coletivo), têm dentre suas aspirações coletivas sentimentos vagos, difusos. Mas isso não quer dizer que tais elementos sejam desconsiderados. Além das interpretações, portanto, acerca das desigualdades, o sujeito coletivo é engendrado por um desejo que o move em relação a questão social.

Vejamos com detalhes o desejo do sujeito coletivo que move o ato de tomar o poder, nesse caso. O estabelecimento de “uma sociedade humana que garanta a felicidade e o bem-estar de todos” (O5), “justiça, liberdade e bem-estar coletivo e individual” (H11), “que não haja fome no mundo, que não haja senhores, que não haja reis” (C4); “uma sociedade sem desigualdades” (G3), “composta de indivíduos livres e solidários, na qual cada um produza segundo suas forças e

consuma segundo suas necessidades” (O7), “a sociedade do homem livre sobre a terra livre (C15).

A criação de uma “pátria que seja de todos, é de todos as riquezas lá existentes, onde não seja possível a coexistência dos que trabalham e morrem à míngua e dos que enriquecem nada fazem”(K2), que tenha por “fim diluir a autoridade em livres instituições” (G14), “uma ordem social radicalmente diversa da que existe” (C4).

Diante de tais aspirações, tal endereçamento discursivo em relação a um Outro simbólico, de ideias aparentemente abstratas, sugerimos inicialmente duas direções: ou encarnamos o ideal da abstração imbuídos de certeza (e portanto, atribuímos que os sujeitos tem certeza do que desejam e como fazer), ou então lhes destituímos a legitimidade atribuindo à ignorância, “eles não sabem o que querem”, “pura utopia”, “devaneios messiânicos”.

Tais implicações do descontentamento com a miséria não explicam por si a revolta e a revolução, prescinde-se um objetivo e “uma imagem da liberdade que permita pelo menos reconhecer a miséria”, tendo o elemento da imagem como constitutivo do projeto, em nosso caso, no discurso revolucionário: “imagem projetante e anelante (François Perroux), “imagem-guia” (Paul Chombart de Lauwe), uma imagem que se torna inteligível e comunicável – no limite comum ao grupo e até mesmo da sociedade global: um encontro da imagem e da linguagem” (DECOUFLÉ, 1970, p.22-23).

Talvez esse seja um dos maiores impedimentos em relação a construção do discurso revolucionário: a relação antagônica e polarizada entre uma confiança excessiva “no povo”, “na liberdade”, “na massa”, elementos mais difusos, dispersos; em contrassenso com a atribuição à ignorância do outro (a massa, o povo) para constituir um discurso, e da relativização de seus valores (a liberdade, igualdade) somada a excessiva confiança no elemento que soluciona o problema dessa ausência de saber: “o partido”, “o sindicato”, “a doutrina revolucionária”, elementos circunscritos e definidos pelos seus limites espaciais e conceituais, sua identificação e caráter contínuo de existência²⁷.

A descrição do processo de verdade produzido na Comuna de Paris (BADIOU, 2012) é para nós a resolução desse impasse: diante de um sujeito coletivo que surge, e ele sempre será em boa medida composto por elementos antagônicos de espontaneísmo *versus* trabalho contínuo de organização, organização *versus* desorganização, a saída para o impasse é dar corpo ao sujeito coletivo através de possibilidades de organização, instituição, nomeação.

É porque as aspirações que manifestam através de “uma massa”, de um sujeito coletivo

²⁷Aqui entende-se a continuidade pela intensidade da existência: a massa e povo surgem como um corpo social que aparece e desaparece. Um partido, um sindicato, são órgãos mais permanentes. A liberdade, enquanto valor coletivo, é algo que ainda aparece pouco na esfera pública, ao menos com essa radicalidade de um discurso que projeta a liberdade num “outro mundo possível”.

num discurso revolucionário, embora encontrem eco na dimensão coletiva, tem diferentes graus de intensidade de idiosincrasia. São valores particulares que se orientam-se em relação a possibilidade de transformarem-se num universal.

Isso quer dizer que, quando as pessoas interpretam suas condições de vida, sobre o mundo e sobre a vida das demais pessoas, com grau de insatisfação na ordem dessas coisas, produzem valores imaginários dessas mudanças mas não sabem *exatamente* o que querem, nem o que precisam fazer para chegar em tal lugar. Ao mesmo tempo, não são completamente ignorantes sobre tais aspirações, ou elas não deveriam ser deslegitimadas. Precisam ter espaços políticos que se constituam como espaços de simbolização, concretização e, porque não, de fracasso de suas aspirações, possibilitando a arregimentação dessas em linguagem, em discurso.

A relação entre as aspirações e desejos do sujeito coletivo (emissor do discurso) se direcionam a um ouvinte, tem um receptor para além dos próprios sujeitos que devem ser agregados ao sujeito coletivo (trabalhadores, proletários, povo). Esse receptor pode constituir-se nos espaços organizados, sejam eles ligados ao Estado ou não.

Existem elementos no discurso d'A Plebe para pensar que os militantes tinham conhecimento dessas questões, e uma noção que permite dar uma direção diante do “que fazer” perante à insatisfação e a formulação de aspirações vagas. No artigo Situação Operária (A10), define-se uma filosofia da ação de “homens que agem para tornar o seu esforço mais proífico”, criando uma diversidade de organizações como resultado da decisão e fecundidade de tal criação: “Não é subjulgando e oprimindo que se dirige um povo, mas sim indo ao encontro das suas aspirações”.

As associações entre trabalhadores fundamentam uma base sólida para organização e resistência, servindo também a garantia de conquistas mas também para “elevar não só intelectualmente como moralmente” através dos estudos e dos debates (N10). Nesse caso, o discurso produz o sentido de que as associações criadas servem como receptáculo de tais aspirações e formas de seu desenvolvimento e direção de movimento e concretude.

A Greve de Geral de 1917 teve seus espaços nas Ligas Operárias de Bairro e nos diversos sindicatos e ligas que pulularam após o acontecimento da greve. Poderiam ter tido, também, conselhos municipais ligados ao governo para resolução das questões trabalhistas, das condições de vida, por exemplo. A questão que colocamos é que, toda aspiração será um pouco abstrata, e precisa de lugares e de debate para se constituir enquanto discurso, algo que os militantes apostavam a partir de suas organizações, e que entendiam que o governo poderia ser também lugar para tal expressão.

Aqui, trata-se de uma espécie de surgimento da igualdade a partir do poder da palavra no

ato de enunciação da greve, quando esse sujeito coletivo adquiriu, nos termos de Ranciere (1996, p.22-23) seu caráter de existência quando até então não era contado na esfera pública a partir da divisão dos recursos, tomando posse da palavra e um horizonte de sua liberdade política.

Até aqui, podemos dizer que a constituição desse sujeito coletivo se formou através de uma interpretação e da formação de desejos e aspirações particulares que visam transformar-se em universais.

Mas há também, como salientamos, uma ética que deve orientar sua ação enquanto grupo que constitui um discurso direcionado ao Outro, diante da questão social: no caso da Greve Geral de 1917, consiste no ato de “afirmação do direito a vida”.

Logo após eclosão da Greve Geral, nota-se a afirmação explícita desse direito em 4 artigos na edição de 21 de julho: 'Prenúncio de uma nova era: o proletariado afirma seu direito à vida'; 'União Sagrada', 'Contra o regime da fome'; 'Roubo legalizado'. Além disso, na nota 'Liga dos Trabalhadores em Madeira' (N/b 8), 'Bases de acordo da Federação Operária de São Paulo' (P/a 9) e 'Crê ou morre' (F14) contêm esse enunciado.

Essa é a ética que move o discurso revolucionário dos agentes da Greve Geral de 1917 no que diz respeito à questão social. E embora possa parecer propício a abstrações e relativizações, nesse contexto ele parece engendrar um sentido interessante: quando os sentidos discursivos giram em torno da definição do sujeito coletivo da desigualdade, há uma constante identificação por uma vida de sofrimento e miséria²⁸, privações²⁹ e fome³⁰.

Aparentemente, essas posições fragilizadas podem indicar uma postura de paralisação e impotência, ou até mesmo vitimização do sujeito coletivo. Mas “o direito à vida” aparece no discurso d'A Plebe, justamente a partir das edições após a greve, e percebe-se que a afirmação deste direito se dá quando “o operário”, apesar de todas essas mazelas (que são absurdamente reais) cria um movimento de afirmação, de apropriação e de reivindicação pela sua existência digna. O artigo da edição posterior a greve (21 de julho) cujo título é 'Prenúncio de uma nova era: o proletariado afirma seu direito à vida' (A5), demonstra bem essa questão.

Como quando o sujeito operário é comparado e constituído a partir de figuras mitológicas, o sujeito coletivo revolucionário luta porque está insatisfeito e é legítima sua insatisfação. Mas como coloca essa insatisfação em movimento?:

“Como Tityo, suas entranhas são perpetuamente devoradas pelo abutre do capitalismo; Como Tântalo, vive devorado por uma sede abrasadora de Justiça; Como Sísifo, vive a rolar incessantemente o enorme rochedo de seu cativeiro e, quando no alto da montanha, no fim da

28 Cf. Apêndice: I5; S5; D/d 12.

29 Cf Apêndice: J3; Q9; B10; A12; D/d 12

30Cf. Apêndice: C1; D2; B5; D5; K5; O5; Z5; A6; B6; C8; N/n 8; L11; P11.

jornada, lhe sorri a luz de uma esperança e conta ver o termo de seus martírios, de novo é precipitado para baixo, a recomençar o seu doloroso suplício; Como Ixion, vive também amarrado a uma roda cercada de serpentes” (V6).

Enquanto as figuras mitológicas sofriam por certos crimes, o operário é perseguido pela injustiça social, e de quando em quando sai às ruas para pedir “pão, liberdade e justiça”, seguindo seu trabalho. Quando algo da obra da libertação se concretiza e as pessoas saem às ruas, de arrebalde lhe dão uma resposta desanimadora:

“O poder público já conferiu o direito de greve, mas inventou a polícia para fiscalizar o exercício desse direito. Como o direito é uma coisa abstrata e a polícia uma instituição real e concreta, sucede, como nos últimos dias, que pelo abuso de uma coisa imaginária, recebe o ludibriado operário algumas verídicas e positivas cutiladas, senão algumas verdadeiras descargas de carabina” (V6).

Acontece que os trabalhadores tomaram uma atitude diante das condições e situações de sofrimento e privação. Saíram às ruas e deram seu grito de revolta, agiram, fizeram algo. E a violência que o têm como resposta, um excesso.

Quando os sujeitos marcham em greve, quando a grande greve de julho de 1917 tomou o corpo, esse sujeito coletivo identificado no lado “sofrido” da desigualdade social, engendrou a aparição de sua existência e a qualidade dessa existência – a existência de um sujeito sofrido, pobre, excluído – e a resposta repressiva vem silenciar esse movimento. Aqui há um elemento intrinsecamente político, nos termos de Ranciere (1996, p.26):

“Há política quando existe uma parcela dos sem-parcela, uma parte ou um partido dos pobres. Não há política simplesmente porque os pobres se opõem aos ricos. Melhor dizendo, é a política — ou seja, a interrupção dos simples efeitos da dominação dos ricos — que faz os pobres existirem enquanto entidade. A pretensão exorbitante do *demos* a ser o todo da comunidade não faz mais que realizar à sua maneira — a de um partido — a condição da política. A política existe quando a ordem natural da dominação é interrompida pela instituição de uma parcela dos sem-parcela” (RANCIERE, 1996, p.26).

As denúncias da desigualdade também constroem outra polarização de sentidos quando enunciam a diferença de classes: a todos os inimigos e, de alguma forma, responsáveis pela perpetuação das desigualdades, são “gananciosos”, “sanguessugas”, “parasitas”... Por outro lado, o que reclamam os operários é ninharia (I3), visto que buscam “um pouco mais de bem-estar, um pouco mais de pão para seus filhos” (A7), um “pouco mais de tranquilidade” (L14). Os polos oscilam entre os excessos do capitalismo e aquilo que, de imediato, é suficiente e em longo prazo, um mínimo.

Trata-se aqui de um processo de equiparação das desigualdades buscada através das greves, como um ato político dos sujeitos individuais articulando-se num sujeito coletivo,

afirmando seu incontestável direito à vida, em contraponto com a afirmação de outros privilégios que reclamam os burgueses.

A ética da “afirmação do direito à vida”, no caso do discurso revolucionário da Greve Geral de 1917, portanto, não é apenas a denúncia e interpretação da desigualdade, mas a afirmação da legitimidade de um ato inequívoco de liberdade, no sentido diferenciado que Arendt (1988, p.24-26) dá entre libertação e liberdade: a primeira como desejo de ver a si e ao outro livres da opressão, e a liberdade como um desejo de ser livre.

Para ela, o conceito de liberdade dos gregos é paralelo ao conceito de igualdade, e não foram concebidos como atributos naturais. Os seres humanos são fundamentalmente desiguais, e por isso as instituições sociais surgem estabelecendo um tipo de igualdade onde “os homens convivem uns com os outros como cidadãos, e não como pessoas privadas” (ARENDDT, 1988, p.25):

“A diferença entre esse antigo conceito de igualdade e nossa noção de que os homens nascem ou são criados iguais e tornam-se desiguais em consequência das instituições sociais e políticas, feitas pelo homem, dificilmente poderia ser enfatizada em demasia. A igualdade da polis grega, sua isonomia, era um atributo da polis e não dos homens, os quais eram investidos nessa igualdade pela cidadania, e não em virtude do nascimento”.

Essa reflexão é interessante, desde que feitas as seguintes ressalvas: a) que a experiência dos gregos tenha tido seus elementos contraditórios (sendo que havia exclusão política na democracia ateniense); e que b) a relação da experiência da totalidade é fundamentalmente outra no caso dos gregos. Hoje podemos perceber o alcance e amplitude da civilização humana e seus complexos elementos de dominação, exploração, e violência em todas as sociedades particulares que constituem a totalidade, algo que provavelmente era mais difuso e desconhecido entre os gregos. Esse último ponto produz a complexificação da experiência da desigualdade social produzida entre grupos – civilizações, e entre nações.

O valor dessa reflexão reside no fato de atribuir a experiência (e porque não, o desejo) da liberdade à política, ou o surgimento da política como forma de instituição da liberdade e da igualdade, não como a experiência da liberdade privada:

“Hannah Arendt aborda a questão da liberdade como algo concreto, do mundo fenomênico. Ela não brota do pensamento, do diálogo do eu consigo mesmo . Não é algo que nasce com o homem ou que lhe é dado como uma espécie de dádiva. Trata-se, ao contrário, de uma conquista humana. Surge historicamente na antiguidade, quando da descoberta da política, na cidade-estado, onde os homens passam a viver organizados politicamente. Na experiência da pólis , a liberdade é o sentido da vida associativa, da política. Manifesta-se pela ação na esfera pública” (SILVA e XAVIER, 2015, p.55)

Ao inscrever a revolta através da greve, e portanto afirmar o direito à vida, o sujeito

coletivo (operário, proletário, povo) redimensiona esse direito na esfera pública, constituindo-o através de seu ato e de suas criações: a possibilidade de se aglutinar a uma massa, de se organizar numa Liga ou Sindicato, de buscar junto destes que tem por iguais (a igualdade por identificação, de caráter privado) novas formas de igualdade (na esfera pública, muito mais plural, onde a identificação é dispersa).

Esse grito de “insurgência” representa os esforços de um grupo em fazer sua “justa manifestação”, “levantar a voz que sopra acima do vulgar, voz que sopra revoltas e acorda deslumbramentos de emancipação” (H4). E assim “reunir os próprios esforços para conquistar a liberdade e subsistência” (H/d1), já que em momentos de crise as pessoas “devem assumir a responsabilidade pelos próprios atos” (K2)

“A revolução popular é também a maneira de um povo recuperar o domínio de sua história, a partir do ponto em que as predominâncias de classe o privaram do poder soberano de constituí-la livremente, dia após dia, deixando-lhe tão somente o direito a ela submeter-se diariamente, numa reiteração que em vez de liberdade se tornou servidão” (DECOUFLÉ, 1970, p.35).

É importante reconhecer também que, tal postura engendrada pelos agentes em seus discursos, para que os sujeitos tomem as rédeas da situação em que se encontram a partir do elemento político, permite fazer valer o reconhecimento dessa voz antes ausente ou silenciada na esfera pública, do povo (parcela dos sem parcela) (RANCIERE, 1996, p.26), cuja possibilidade de emancipação é atualizada pela saída (mesmo que temporária) de uma situação de minoridade, em que o sujeito necessita ser guiado para não correr o risco de se perder em sua própria orientação de sentido (RANCIERE, 2010 a, p.132), sustentando a hipótese da emancipação: o que não se deve renunciar é a igualdade, não como meta, mas como ponto de partida, entendendo que todos possuem a possibilidade de ser emancipados.

Portanto, diante dos excessos do capital, o sujeito coletivo do discurso revolucionário se movimenta em direção às suas aspirações negando que tenha como resposta aquilo que é causa do seu desejo: a desigualdade, a ausência de liberdade, a dominação. Ou, como em Bakunin (1975, p.21): “a liberdade dos outros aumenta a minha até o infinito”.

“Organizemo-nos: No dia em que tivermos conseguido estabelecer um tal entendimento entre os explorados para sair à rua em números de muitos milhares e tomar a defesa dos nossos direitos [...] sejamos fortes e poderemos ter a certeza de que ninguém ousará vir disputar-nos o direito de falar, de escrever, de imprimir, de reunir [...] as liberdades não se dão, tomam-se” (N10).

A relação com a busca de uma liberdade a ser tomada, e não a liberdade a ser dada (libertação) era uma busca constante e incentivada pelos militantes através dos seus discursos. Não

se trata de uma visão puramente meritocrática, mas da relação entre a interpretação da desigualdade e suas injustiças, e a necessidade ativa de uma contraofensiva diante de tais problemas, um movimento de ação, uma ética que somada à interpretação e ao desejo constituem um movimento de criação discursiva de um sujeito coletivo.

Nota-se também uma crítica sob determinados aspectos que envolvem o ato individual de organização. Num dado momento, após as semanas de julho e a intensificação de atividades de organização nas Ligas Operárias de Bairro, criação de novas ligas e associações, sindicatos e uniões gerais, os militantes preocupam-se com o surgimento de alguns tipos de sindicatos. Como as chamadas sociedades de caráter “cooperativas” ou de “mutualismo”³¹. Embora não fique claro ao leitor descontextualizado de que se trata, parecem comentar sobre as sociedades de Socorro Mútuo, que nos fala Carone (1970, p.194), orientadas no auxílio e “ajuda material para os operários necessitados”.

No artigo mais longo sobre o assunto (*D8*), analisam essas entidades como impossibilitadas de produzir uma mudança radical. Nesse caso, certas iniciativas são “experiências úteis” e resultado da organização de trabalhadores, mas que diante da “história das associações operárias...são suficientes”. Afirmam que as entidades se unificam as “leis estatais e bancos privados”, “acumulando capital” e fortalecendo pequenos grupos em posse da direção separando-os do que tem “apenas os braços para dar”, criando também os devedores.

Embora tenha faltado nessa pesquisa elemento para explorar a característica de tais associações e disputa entre concepções, os comentários dão sentido a uma relação enfatizada em aspectos subjetivos entre indivíduos e sua prática de associação como ato de liberdade, de desejar ser livre. Em texto sobre paralisação no Rio de Janeiro (*Q12*) e importante ato de solidariedade dos grevistas como um exemplo de luta, alertam para “o perigo da solidariedade comprada” e que “o operário não espere ser sustentado durante os dias que abandona o trabalho” pelo sindicato.

Esses “cofres de resistência...tem dado resultados negativos em toda parte do mundo”, mostrando que por aspectos psicológicos e fraqueza de ânimo, o operário não conseguirá “defender energicamente seus direitos se a sua solidariedade for comprada a tantos mil réis por dia”, trata-se de uma “solidariedade fictícia...tem a duração do tinir das moedas” (*Q12*).

Isso não quer dizer que tiram a dimensão do apoio. Não faltam notas que comunicam formas de arrecadação ou declaração dos gastos com as “vítimas da greve” (*P7*) e aos mortos (*T7*), campanhas de arrecadação para apoio às vítimas (*G8; N9*) ; campanhas financeiras de apoio às famílias de operários presos (*N14; X14*).

Parece que a constatação que apresentam em seu discurso é mais relativa a certo limite e

31 Cf. Apêndice: *D8*; *P/a 9*; *P/m 9*; *L/a 10*; *L/b 10*; *L/l 10*; *Q12*

função do sindicato, servir apenas como instrumento da ação dos próprios trabalhadores, como receptáculo institucional e organizador de suas angústias e aspirações postas em movimento por eles mesmos, tendo como fundamento o sujeito coletivo e uma aspiração revolucionária: “enquanto nosso triunfo não for ao mesmo tempo o de todos, tenhamos a boa sorte de nunca triunfar, sejamos sempre vencidos” (D8).

4.2 Discurso revolucionário e suspensão do poder: Simbólico, Imaginário, Real

Parece-nos um fator a ser considerado que, - durante o período da Greve Geral - ocorreu o que estamos chamando de um processo de suspensão do poder, espaço de abalo das características institucionais principalmente relativas ao processo estatal e produtivo.

“A semana vermelha”, produziu um certo “reconhecimento da imprensa e opinião pública que esta vasta cidade [...] esteve, 3 dias e 3 noites, sob o domínio, não legal mas real, das heroicas massas proletárias” (D6).

Essa “suspensão do poder” não se explica simplesmente por uma característica insurrecional, ou de um caráter cíclico de revolta. Já apontamos que o discurso revolucionário dos militantes é capaz de produzir um sujeito coletivo através de uma interpretação, uma ética e um desejo aliados através do sujeito coletivo antiguerra e revoltado com a injustiça da questão social.

Este sujeito coletivo não será sempre unificado ou concreto (do ponto de vista de uma organização formal e instituída), mas também nem sempre continuamente difuso e imaginário. O Comitê de Defesa Proletária, surgido como canal de representação das demandas, é um dos componentes simbólicos criado, que teve um efeito de concretizar e unificar o sujeito coletivo como intermediário simbólico/imaginário/real do sujeito coletivo.

Decouflé (1970, p.38) entende que a “totalidade do projeto revolucionário pertence à ordem da imagem e não à do sonho, à da realidade e não à da utopia”. A questão que se coloca é que, a partir da constituição de um sujeito coletivo em relação com as questões da totalidade, apresentadas anteriormente a partir do problema da guerra e da questão social, esse sujeito coletivo é uma imagem em operação e em vias de concretização, constituindo-se permanentemente na luta política através dos militantes, como componente subjetivo.

Esses militantes encarnam e incorporam através da força coletiva, mobilizada pelas suas estratégias e atos políticos e pela constituição simbólica que as inscreve na história, recriando uma espécie de imagem borrada da situação revolucionária, que ganha importância subjetiva e adquire

intensidade nos momentos de acirramento e eclosão. Aqui temos o componente subjetivo que nos fala Badiou (2012, p.70).

Esses aspectos não se excluem entre si, como indicamos na lógica do nó borromeano, são aspectos que precisam estar ligados para produzir processos de verdade, novos pensamentos sobre a emancipação coletiva. Em nível de representação, abordaremos aspectos específicos que indicam sua delimitação, tendo o sujeito coletivo como o ponto aglutinador, esse que permite que eles se entrelacem, pois há elementos reais, simbólicos e imaginários desse sujeito, apresentado a seguir.

4.2.1 O sujeito coletivo e os espaços de organização: elementos simbólicos de aglutinação

Apesar da insistência produzida no discurso d'A Plebe em seu trabalho de propaganda prévio à irrupção da greve geral, da necessidade de organização enquanto ato coletivo-individual, é notável, nas edições posteriores, as atitudes por parte do proletário organizado de criação e consolidação de espaços organizativos, constituindo um sujeito coletivo através de diferentes corpos políticos, como se através desses corpos houvesse uma parte do sujeito coletivo em constituição.

Num caminho exponencial de constituição de associações e espaços de organização, o discurso vai produzindo a aglutinação do sujeito coletivo, simbolizado em tais espaços, como pontos de aglutinação e consolidação de um sujeito coletivo em vias de concretização e existência, através da sua nomeação.

As edições de 16 de junho a 9 de julho (4 anteriores à greve geral) guardam um espaço ('Mundo operário', página 3 do periódico) de meia página destinados às notícias das atividades nas Ligas Operárias, criação de sindicatos e associações operárias, e notificação das greves, indicando a vivacidade política do movimento.

Os números dessas atividades são variados, mas destacamos que nesse momento, constituem 5 Ligas Operárias de Bairro: Liga da Moóca e Liga do Belemzinho e 3 associações obreiras (H1), Liga Operária da Lapa e Água Branca (I/d 2; I/e 2) e Liga do Cambucy e Liga do Ypiranga (I/c 3). Outras 3 ligas são fundadas após a greve: Liga Operárias Bom Retiro e Liga Operária Vila Mariana são noticiadas em 18 de agosto (P/j 9), e a Liga Operária do Bairro Santana em 01 de setembro (M/c 11).

Duas edições imediatas após a Greve Geral (21 de julho e 28 de julho) vão anunciando o caráter de crescimento e influência do movimento: "O movimento estendeu-se: adesão de muitas outras cidades" (X5); "A greve no Rio – O movimento tomou grandes proporções" (H6), indicando

atividades em outras cidades e estados. Só em São Paulo, surgem 3 importantes associações noticiadas em 04 de agosto (*L7*), inexistentes antes da greve.

A partir de 4 de agosto, a página 3 e a seção “Momento Obreiro” ganha toda a página, indicando intensificação das atividades das Ligas e novas associações em São Paulo (*L/b 7*) e arredores³², assim como repercussão no Rio Grande do Sul, Rio, Pernambuco e Paraíba³³.

As edições seguintes preenchem tal página com novas Uniões Gerais, novos sindicatos e ligas operárias e convocatórias para reuniões, encontros e palestras dos mais diversos, assim como as consequentes repercussões pelo resto do Estado de São Paulo e pelo Brasil.

As seções da página “Movimento Obreiro” comportam chamadas como “Imponente despertar” (*L7*), “Atividade animadora” (*N8*). Em 18 de agosto ('Pleno despertar' - *P9*), longo artigo publica ideia recente de algumas organizações para a criação da Federação Operária de São Paulo, acompanhadas de uma sugestão de bases de acordo para constituição de tal entidade.

Na edição de 25 de agosto ratificam a convocação do “convênio operário”, a reunião em que serão discutidas tais “bases de acordo” com a participação confirmada de 11 entidades de associação (de ofícios e uniões gerais), 7 Ligas Operárias de Bairro e 8 entidades (sociedades de resistência, ligas e sindicatos) do subúrbio e do interior (enquanto não se forma a Federação Estadual dos Operários de São Paulo).

Em processo paralelo, o Comitê de Defesa Proletária publica análise (11 de agosto - *I7*) que a intensificação do movimento operário, “evidencia a necessidade de serem, com máxima urgência, estabelecidas as bases de uma ação conjunta entre todas as sociedades operárias, agremiações libertárias, centros socialistas e centros de estudos sociais existentes no país”, sugerindo a ideia de uma organização de Congresso Geral.

Tal notícia é bem recebida pela Confederação Operária Brasileira (*K9*), e na reunião de constituição da Federação Operária de São Paulo, com a discussão de suas bases de acordo (*M/a 11*), cria-se comissão destinada a prestar auxílio para organização do congresso, em atividades constantes a partir de tal data (*M/a 11; M12*). Tal comissão apresenta-se como em diálogo com a Confederação Operária Brasileira (*N11*).

Nota-se que, em tal caminho, percebido durante ascensão do movimento, irrupção da greve geral e posteriores consequências, um sujeito coletivo vai ganhando simbolicamente seu corpo, tecendo uma estrutura através das nomeações institucionais e criações que dão caráter de concretude ao movimento, produzindo arregimentação das insatisfações, demandas e aspirações “despertadas” em tal momento do movimento de trabalhadores, organizados localmente aspirando

32 Cf. Apêndice: *M/d 7; M/e 7; M/f 7*.

33 Cf. Apêndice: *M/a 7; M/h 7/ M/c 7; M/b 7*.

consolidação nacional, criando possibilidades de pertencimento e pretensão de um movimento maior, através de um sujeito coletivo simbolicamente nomeado.

“Aquilo de que se recorda a revolução não se distingue daquilo para o que ela tende: sua memória é apenas uma forma de sua criação em atos. Ao invés de serem, como os do mito, entes sobrenaturais donos e guardiães de uma tradição e de um ritual sacrossantos, seus personagens são homens colocados no cotidiano mais imediato; e se, a fim de alimentar seu próprio projeto [...] se baseia naquilo que a sociologia pode definir como uma memória coletiva viva” (DECOUFLÉ, 1970, p.58).

A Federação Operária de São Paulo põe em prática o axioma da II Internacional dos Trabalhadores “a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores”, requerendo formas de solidariedade sem distinção, barreiras, criticando a prática corporativa e de não organização, incorporando-se assim “ao proletariado universal na luta para sua completa emancipação” (P/a 9).

Aqui, entendemos que esses elementos institucionais simbolizam a “verdade política”, na medida que inscrevem simbolicamente uma representação social (um povo, uma classe) que antes não podia falar ou sequer era contada (RANCIERE, 1996, p.40), articulando simbolicamente esse grito que antes era tido como ruído (RANCIERE, 1996, p.35). Na irrupção durante a Greve Geral de 1917, tal sujeito foi ouvido como ruído (pois seu ruído é logo abafado e as promessas logo esquecidas), fazendo com que, em ato posterior, os agentes sintam a necessidade de organizar-se ainda mais.

É certo que esse aspecto de ascensão das organizações é a parte visível “da ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer”, legitimando a existência e o que pode ser dito, nos termos que Ranciere (1996, p.42) nomeia como a lógica policial. Mas essa é a forma de atualizar o surgimento de uma parcela dos sem parcela, a política engendrada através da greve reconfigurou o que o processo policial instituiu, concretizando aquilo que era ouvido como ruído para então ser voz legítima e inscrita naquilo que, da ordem policial, é o campo legítimo das manifestações.

Trata-se do componente histórico da situação, nos termos de Badiou (2012, p.70). Essas criações intensificadas a partir da greve e que instauram um novo momento da luta política dos trabalhadores no Brasil (FAUSTO, 1976, p.217, CARONE, 1970, p.226), são as formas de consolidar essa memória coletiva da experiência, incorporando nesses espaços os princípios organizativos do movimento criado e as aspirações coletivas concretizadas na formação de uma força coletiva que paralisou São Paulo.

As perspectivas locais, dialogando entre si e constituindo dimensões que transcendem a

espacialidade do município de São Paulo, chegando à possibilidade concreta de uma rearticulação nacional (Congresso Geral), paralelo às repercussões de greves gerais por todo país, constituem um sujeito coletivo com diferentes arregimentações simbólicas, que vão do Comitê de Defesa Proletária e as Ligas Operárias de Bairro e demais sindicatos, para a Federação Operária de São Paulo e o Congresso Geral, processo intensificado pela greve de julho.

Em artigo dos ferroviários, enaltecem como consequência das greves um processo vivo e de criação de Ligas Operárias de Bairro, Ligas e Sociedades de Resistência, que consolidam-se através da Federação Operária de São Paulo. Tais organizações, “nascidas de um momento para o outro” a partir do desenrolar dos acontecimentos e fatos mostram a maturidade de um processo de aprendizado após a batalha, já que na avaliação sobre a greve percebeu-se a desorganização como fator negativo (*K11*).

Esse aprendizado parece remeter a necessidade de arregimentação de um corpo simbólico que se liga sujeito coletivo, nomeado através dessas ligas e desses espaços de organização, num processo que de intensificação considerável, desencadeado após a Greve Geral de julho.

Destaca-se que, naquele contexto a ideia de Ligas Operárias visava ser referência a várias classes, sendo as Uniões Gerais voltadas às funções específicas (*L/b 7*). Empolgados com tais experiências, trabalhadores de São Roque, analisando a estrutura do município, almejam constituir uma Liga que reúna os trabalhadores de “todas as classes”, criando comissões específicas para as “classes específicas” (*M/e 7*).

Essa perspectiva é ainda consolidada nas bases de acordo da Federação Operária de São Paulo (*P/a 9*), que entende que “a indústria cria vários ofícios e isso requer solidariedade entre trabalhadores sem distinção, abolindo barreiras”, e criticando as práticas corporativas ou os trabalhadores não organizados, incorporando-se assim “ao proletariado universal na luta para sua completa emancipação”.

Com isso, a lógica das Ligas Operárias de Bairro tem uma dimensão simbólica do sujeito coletivo que transcende a mera identificação por ofícios e classes específicas, para criar uma relação intrínseca entre este sujeito e a classe de trabalhadores e outras formas de pertencimento através de seus locais de morada, de convívio cotidiano.

Um construto simbólico de caráter permanente, já que essas associações se pretendem continuadas, possibilitam a articulação das demandas e aspirações operárias assim como a arregimentação de um desejo individual e coletivo de liberdade e emancipação, constituindo um sujeito coletivo.

Mais tarde, com a criação do Comitê de Defesa Proletária, esse espaço teve seu caráter espontâneo de realizar as aspirações simbólicas através da lista de reivindicações assim como ser

seu representante, sendo um ato de nomeação dessa relação entre aspirações e construção política. Pois essas aspirações e demandas foram constituídas e formuladas por todas as ligas e associações envolvidas na greve, antes no trabalho de organização, e durante a greve em estreito diálogo com o comitê central.

Os elementos descritos dão uma base simbólica ao sujeito coletivo real e imaginário criado naquele período, engendrando também a projeção imaginária de um desejo que esse sujeito coletivo se expresse novamente após a greve em si. Esses espaços criados adquirem sua importância simbólica pois tais organizações prescrevem suas bases de acordo e suas decisões, produzem um nome que hoje podemos reconhecer como um fragmento desse sujeito em constituído a partir da “índice empírico” de tal localização (BADIOU, 2012, p.70).

4.2.2 O sujeito coletivo imaginário no poder de São Paulo e o Comitê de Defesa Proletária

No auge do processo grevista, optou-se por criar definitivamente o Comitê de Defesa Proletária, “formado por representantes das ligas operárias, das corporações em greve e associações político-sociais” existentes (CAMPOS, 1983, p.33). Diante do clima de perseguição policial, os operários não podiam reunir-se, e cada corporação lançava memoriais coincidentes ou muito próximos uns dos outros:

“Mas uma ação de conjunto, coordenada para a determinação do objetivo comum não se tornava exequível no momento, devido à impossibilidade da realização de assembleias sindicais. Foi então que se constituiu o Comitê de Defesa Proletária, resultante de uma reunião clandestina de militantes de várias categorias sindicais. Sua função não seria de órgão diretor para expedir palavras de ordens. Sua missão seria de um núcleo de relações e coordenador das reivindicações dos trabalhadores em agitação e privados de seus sindicatos e de seu organismo federativo. De conformidade com essa característica, seu primeiro trabalho foi reunir em um único memorial as reivindicações comuns a todas as categorias profissionais, constantes de boletins por ela divulgados, e que, anteriormente tinham sido objeto de exame nas organizações operárias, antes de seu fechamento” (Edgard Leuenroth, entrevista, PINHEIRO e HALL, 1979, p.228).

O surgimento desse comitê, portanto, é um caráter de criação engendrado pelo processo organizativo anterior dos movimentos de intensificação das novas organizações após a greve. Ele cumpre uma função específica e temporária, mas muito interessante para o desenrolar da greve, como um elemento do sujeito coletivo que surge a partir da criatividade dos agentes, na tentativa imediata de organizar suas demandas dispersas e impossibilitadas de organização cotidiana pela repressão policial e estado de sítio em São Paulo.

Nesse caso, essa inscrição simbólica (Comitê de Defesa Proletária) articula no real e imaginariamente o levante que se constitui e se fortalece a partir da irrupção da greve propriamente

dita. Os operários organizados e os não organizados em protesto e ato de paralisação, reconfiguram o campo policial (que determina quem pode dizer, o que pode ser dito, como pode ser dito) existindo enquanto sujeito coletivo (Comitê de Defesa Proletária) e podendo construir novas formas de existência.

Ou seja, se as Ligas Operárias e os outros espaços organizativos tem seus elementos simbólicos do sujeito coletivo, servindo como sustentáculo permanente de um sujeito coletivo real e imaginário constituído através da lógica política e em permanente estado de alerta, o Comitê de Defesa Proletária é um elemento simbólico espontâneo que articula o real e imaginário da criação de um sujeito coletivo do discurso revolucionário.

Inicialmente, expliquemos seu caráter real. Na medida que incorpora em seu elemento a lógica política das organizações, percorre caminhos que visam articular os espaços simbólicos criados anteriormente (Ligas Operárias) ao simbólico Comitê de Defesa Proletária, possibilitando nessa nova relação criada a constituição coletiva de um discurso de reivindicação e formalização (o que querem os grevistas) através de seu caráter de política sobreposto a lógica policial.

Articulando as aspirações e insatisfações num conjunto simbólico constituído (as reivindicações inscritas no boletim publicado), esse processo foi possível através do real da política, na medida que as Ligas Operárias vinham decidindo e construindo suas reivindicações através da organização cotidiana.

No auge do processo grevista este processo apenas se intensificou, tendo os mesmos canais de diálogo e de decisão. O Comitê de Defesa Proletária apenas incorporou enquanto nomeação simbólica tais reivindicações. Estas reivindicações foram resultado de um processo de produção e organização política, não foram espontâneas como este comitê.

Além disso, é importante apontar que diante do não cumprimento imediato dos acordos, o Comitê de Defesa Proletária não foi simplesmente espontaneísta e, junto à Comissão de Jornalistas, foi até o prefeito de São Paulo para que, “dentro da lei e do razoável, iniciasse sua ação e fosse ao encontro das aspirações proletárias”:

“Surgiu o inesperado. DO alto de sua poltrona de couro ferrado, disse que nada podia fazer, que fugiam de suas atribuições quaisquer medidas que se ocupassem do problema da fome e outros problemas que mirem as baixas necessidades do estômago” (C8).

As declarações oficiais do Comitê de Defesa Proletária, antes da edição de 11 de agosto aparecem em 2 artigos em 21 de julho (D5; V5) noticiando suas ações e análise das demandas; em 28 de julho um artigo (O6) fazendo chamamento para reunião das agremiações e grupos constituintes do comitê (Comitê de Defesa Proletária); e 1 artigo em 04 de agosto (P7) noticiando

campanhas para auxílio as despesas jurídicas e de saúde,

O artigo 'A grande greve – ação do Comitê de Defesa Proletária' transmite boletim do Comitê, lembrando quais haviam sido as promessas e denunciando a omissão por parte do governo diante de suas reivindicações. Aqui, os símbolos Comitê de Defesa Proletária e o boletim de reivindicações, inscreveram-se através da criação política dos trabalhadores organizados e, no instante da formação de uma massa que paralisa a cidade em São Paulo, adquirem consistência de um sujeito coletivo que toma o poder através de seu discurso revolucionário.

E então temos o componente imaginário pelo qual a nomeação do Comitê de Defesa Proletária adquire sentidos, e este papel é também dar nome e forma (um corpo simbólico) a uma massa dispersa, que estava organizada mas que cresceu e ganhou proporções de insurreição, deixando “um poder a tomar”.

Do ponto de vista do imaginário, é o símbolo que permite estabelecer uma relação entre a massa que provocou a suspensão de poder, uma massa sem-nome e com graus variados de organização e articulação. O símbolo, Comitê de Defesa Proletária, estabelece um vínculo entre os sujeitos organizados e os sujeitos desorganizados em sua relação com a suspensão de poder: permite criar elementos identificatórios que possibilitam o embaralhamento e a fusão da suspensão de poder real e da suspensão do poder ilusória, imaginária.

Real pois o levante paralisa a cidade e determina seu funcionamento a partir de sua organização e manifestação, criando uma série de tensionamentos com a ordem. Ilusória pois não se tratou de uma experiência de formação de uma estrutura de governo, o levante não permitiu e legitimou a gestão e controle total sobre a cidade de São Paulo, não fez criar um movimento que tenha governado a cidade de São Paulo. A dimensão imaginária opera um borrão nessa distinção, orientada no prisma do observador do fenômeno.

Do ponto de vista do sujeito, atuando nessa situação histórica, saindo às ruas, erguendo barricadas, criando e ou vivendo conflitos com a polícia, vivendo uma série de situações de indeterminação e interrompendo fluxos da cidade, é possível supor uma suspensão das barreiras entre o real e o imaginário, onde cria-se a ilusão de estar no poder, através da dimensão real que essa força coletiva passou a interferir no cotidiano da cidade.

Segundo A Plebe (O14), órgão da imprensa carioca avaliou o processo repressivo como resposta a “incapacidade governamental” das consequências de julho. Certos políticos e outros membros das instituições, poderiam ter tomado atitudes antes e depois, mas de modo algum tiveram tal postura. Diante do levante constituído, o governo “sem poder, perdeu a cabeça”, apelando para repressão nos dias da greve e após o acontecimento em si.

Diante da desconfiança entre operários e polícia, os operários confiavam apenas neles

mesmo, por isso criaram o Comitê de Defesa Proletária, órgão protegido em reuniões secretas (barricadas nos bairros contribuíram para tanto) não encontradas pela repressão durante a greve, que dirigia suas comunicações no boca a boca, nos diários e boletins operários:

“É como se esse mistério aumentou seu prestígio, pois que os operários lhe prestaram inteira obediência até o último dia de greve. O governo, viu-se assim, a braços com um poder oculto que o derrotava invariavelmente nas manobras feitas por para sufocar os impulsos reivindicadores [...] Durou pouco, porém, esse domínio incontrastável da plebe sublevada[...] Tinha-se a impressão de que uma revolução campeava na cidade e que o governo se defendia a tiros de algum poderoso inimigo armado. Dois mil presos encheram os cárceres de São Paulo [...] O Comitê de Defesa Proletária dominou a cidade enquanto quis” (O14).

Esse tipo de dominação e de poder adquire aqui o caráter subjetivo e imaginário de tal situação. O símbolo Comitê de Defesa Proletária adquire um caráter de representação dessa massa de incontáveis que surgiu, de um sujeito coletivo inexistente que passa a existir na situação da Greve Geral.

Primeiramente, sendo receptáculo de suas aspirações, funciona como se estivesse falando através dos operários insurgentes, como se cada um que saiu às ruas de alguma forma estava incorporado ao Comitê de Defesa Proletária, órgão que o campo de disputa e negociação política legitimou como representante e cujo “ruído” tornou-se uma voz formalizada nas reivindicações.

Em segundo lugar, a massa real de sujeitos provoca uma suspensão de poder, e essa função de nomeação e representação do Comitê de Defesa Proletária permite dar corpo que preenche um vazio, que vem nomear através do comitê a sensação subjetiva de estar nas ruas e ter uma cidade sob o poder do sujeito coletivo, vem dar forma e articular a possibilidade surgida da sensação do sujeito coletivo *tomando* o poder (o descontrole nas ruas, as barricadas, os operários tentando organizar-se em meio a isso), e de uma *tomada de poder concretizada* (imaginada).

Na edição de 21 de julho, publica-se: “Nunca nos foi dado a assistir nesse Estado a um movimento grevista tão grandioso como que atualmente está se alastrando pelas cidades [...] se manifestou com caráter revolucionário” (O5).

Haviam milhares de pessoas nas ruas, militantes controlavam barricadas e impediam circulações suspeitas principalmente nos bairros operários, trocavam tiros com a polícia, tinham a nomeação de um tipo de representação formal do sujeito coletivo (o Comitê de Defesa Proletária) consolidando seu conflito com estado e industriários, paralisando inúmeras fábricas, constituindo um processo revolucionário com intensidade e elementos de concretude.

Ao mesmo tempo que não se tratava de uma revolução propriamente dita, visto que não produziu o efeito de revolução localizada e circunscrita dentro de um território limitado tentando

proteger-se das ofensivas capitalistas através de medidas revolucionárias, como o caso de revoluções que tomaram o poder estatal e tentaram assim, produzir mudanças profundas³⁴. Não puderam produzir um governo revolucionário.

Esse elemento imaginário do sujeito coletivo em posse da suspensão do poder durante a Greve Geral de 1917, em São Paulo, cria uma ligação entre diferentes acontecimentos através de uma distorção temporal e de categorização, produzindo a ruptura no que entendemos por realidade e imaginação, naquilo que entendemos como possível e impossível, naquilo que entendemos entre revolta e revolução.

Dois exemplos citados por Edgard Leuenroth em entrevista constroem um caráter de transposição espacial e temporal, enquanto sinais do elemento imaginário: a primeira ocorre em meio “a uma multidão estacionada nas imediações da Rangel Pestana”, num dos pontos de parada da marcha pelo enterro de Martinez, quando percebeu-se uma agitação provocada pelo assalto a uma carrocinha de pão:

“Essa ocorrência teve efeito de uma chispa lançada ao rastilho de pólvora. Parece ter servido ela de exemplo e estímulo para que a mesma ação fosse praticada em muitas partes da cidade. Foi o que aconteceu com rapidez fulminante, como se um veículo de comunicação de excepcional capacidade pusesse em contato todo o elemento popular paulistano. As fábricas e oficinas esvaziavam-se, enquanto as ruas povoavam de multidões agitadas em todos os sentidos [...] Paralisava-se a vida laboriosa de São Paulo que não pode parar, para dar lugar a uma convulsão popular sem precedentes na vida paulista” (Edgard Leuenroth, entrevista a Folha de São Paulo, PINHEIRO e HALL, p.227-228).

Nota-se que essa descrição do caráter espontâneo e não premeditado da greve, pode ser pensado a partir de uma aceleração do tempo e transposição da dimensão espacial: nada podia prever-se, apenas um clima de tensão no enterro do sapateiro, estado de alerta, até que algo acontece e tem efeito de faísca que contamina-se através do inflamável, provocando um incêndio incontrolável, criando um alvoroço e uma intensificação do levante coletivo e a criação da suspensão do poder.

Essa dimensão tem caráter forte de elementos subjetivos aos sujeitos reais da experiência. Diz respeito a um desenrolar de acontecimentos sem controle, sem possibilidade de prevenção e dos

³⁴Enquanto participante dos levantes de junho e julho de 2013 em Porto Alegre, assim como observador da construção anterior da luta pelo transporte público através do Bloco de Lutas Pelo Transporte Público, entidade plural que sem incertezas atribuo o protagonismo e capacidade política de desenvolver todos dos processos constituídos em tais manifestações, tive a impressão de viver um processo revolucionário. Enquanto a Câmara dos Vereadores estava ocupada (tomou-se o poder), durante 3 dias, grupos de trabalho constituíram um projeto que dimensionava, num tempo de dez anos, uma organização pública e gratuita do transporte na cidade apresentada ao final da ocupação. Este foi sem dúvida um processo inspirador que inscreveu em mim, enquanto militante, e arrisco dizer em outros milhares mais, a possibilidade de um poder popular construído coletivamente. Logicamente, tal projeto foi negligenciado e processos jurídicos contra membros do Bloco de Lutas continuam até hoje, assim como estranhas perseguições e invasões à movimentos anarquistas e coletivos envolvidos em tais atos.

rumos em que tais situações ocorrem, que acabam por demandar uma criação, que foi o Comitê de Defesa Proletária. A criação desse comitê de alguma forma dá corpo à situação de descontrole.

O segundo acontecimento citado pelo militante decorre da prática política desse comitê. Em clima de alvoroço e constituição das reivindicações, situações de conflitos diretos entre política e trabalhadores, o Comitê de Defesa Proletária realizava reuniões secretas em diversos pontos da cidade. “Tornava-se indispensável um encontro dos trabalhadores para ser tomada uma resolução decisiva”. Surgiu a ideia de um comício geral e, mesmo sob o risco de aglutinar todos os trabalhadores para um ataque policial, tal encontro era necessidade:

“E o comício foi realizado. O Brás, bairro onde tivera início o movimento, foi o ponto da cidade mais indicado, tendo como local o vasto recinto do antigo hipódromo da Moóca. Foi indescritível o espetáculo que então a população de São Paulo assistiu, preocupada com a gravidade da situação. De todos os pontos da cidade, como verdadeiros caudais humanos, caminhavam as multidões em busca do local que, durante muito tempo, havia servido de passarela para ostentações de dispendiosas vaidades, justamente nesse recanto da cidade de céu habitualmente toldado pela fumaça das fábricas, nada instante, vazias dos trabalhadores que ali se reuniam para reclamar o seu indiscutível direito a um mais alto teor de vida. Não cabe aqui a descrição de como se desenrolou aquele comício, considerado como uma das maiores manifestações que a história do proletariado brasileiro registra. Basta dizer que a imensa multidão decidiu que o movimento somente cessaria quando as suas reivindicações sintetizadas no memorial do Comitê de Defesa Proletária fossem atendidas” (PINHEIRO; HALL, 1979, p.229).

A extensa citação é para mostrar o relato de um grande ato de arregimentação do sujeito coletivo no poder e em movimento de conquista. Não nos importa se há elementos da parcialidade de tal militante: situações como essa (o roubo da carrocinha e o comício) adquirem esse tom emocionado, carregado de uma experiência subjetiva produto da suspensão do poder e tomada temporária do sujeito coletivo, da sua consolidação em reunião das reivindicações e neste encontro massivo que foi o comício no hipódromo.

Podemos dizer que este comício é o espaço máximo de atualização do sujeito coletivo em posse do poder, decidindo pelos rumos do que sua luta política produziu naqueles dias de paralisação, ultrapassando as dimensões reais e simbólica do que é o sujeito coletivo (o Comitê de Defesa Proletária e os espaços organizativos vinculados, seus representantes) para um sujeito coletivo que há de vir, que decide e constrói coletiva e individualmente sua emancipação, que é dono de si e da cidade que ocupa, vive e trabalha.

Nota-se também o deslocamento socioespacial que o militante narra, descrevendo o hipódromo como espaço normalmente destinado as vaidades dos apostadores e corredores e suspenso por essa massa constituída no sujeito coletivo, representando uma espécie de domínio e da transposição dos poderes e de barreiras antes inimagináveis aos trabalhadores, concretizadas pela formação deste sujeito coletivo que impulsiona e torna possível tal transgressão.

Essa sensação de encontro e decisão de um sujeito coletivo constituído, em vias de se organizar, engendrando mais um processo de arregimentação das reivindicações que pululavam nas reuniões de trabalhadores antes e durante a greve, cria uma força capaz de projetar (imaginariamente) uma gestão e decisão coletiva, criando um impossível dentro do campo dos possíveis.

Nesse momento, durante os dias que a greve foi deflagrada, os operários organizados tiveram a conquista de aglutinar sob elementos simbólicos, imaginários e reais, engendrando um poder do sujeito coletivo (tomaram o poder) intensificado através do Comitê de Defesa Proletária, constituindo a intensidade máxima do discurso revolucionário com a suspensão do poder durante a Greve Geral de julho de 1917, abalando e suspendendo as certezas sobre processos institucionais estáveis e inscrevendo no horizonte da história o impossível de um governo proletário:

“[...] quando o prestígio dos poderes constituídos e das instituições estabelecidas desaparece do sentimento e da mentalidade das massas, não tarda em ruir, estrepitosamente por terra o castelo do regime operante. E assim pela ciência e pela lição dos fatos consumados que a humanidade marcha, promovendo as grandes revoluções, combatendo pelos grandes ideais de bem-estar e equidade social” (A6).

Ranciere (2010 a, p.141) mostra que a história da emancipação se atualiza a partir dos momentos de desaparecimento das instituições estatais e enfraquecimento dos partidos institucionais. Embora tal processo não teve a intensidade continua de desaparecimento, percebe-se que a lógica da suspensão do poder configura tal situação.

Esse impossível, é um impossível dentro do campo de possibilidades colocadas pelo sistema capitalista, pois este campo impede a existência de um governo proletário e, mais ainda, um governo proletário mundial. A experiência foi bastante curta, efêmera e local, mas isso não deve ser motivo fundamental para diminuir as conquistas e avanços destes que organizaram e protagonizaram tais eventos, e da força que estes constituíram com os que, naquele momento, bradaram seu grito de revolta diante das insatisfações, injustiças, em direção a novas aspirações.

O fundamento da hipótese comunista de Badiou (2012), da possibilidade da emancipação coletiva, atualiza-se com a existência, surgimento e desaparecimento da ascensão de um sujeito coletivo nas situações históricas, atualizando esse devir histórico da emancipação através do momento de sua existência.

Diante da querela interpretativa, versar e criar hipóteses sobre o que poderia ter arregimentado de fato esse poder, em nível mais amplo e duradouro (com a criação de um governo revolucionário, por exemplo) é interessante mas não deve tornar-se tema exclusivo das discussões, ou uma conclusão fundamental acerca de seus fracassos.

Pode-se considerar que esse comitê poderia ter sido mais articulado a ponto de conseguir garantir a pressão para realização e cumprimento dos acordos feitos em negociação. Mas podemos sugerir que a arregimentação e surgimento (existência do acontecimento) desse sujeito coletivo vem a prescindir do conjunto de articulações entre o simbólico (a nomeação e criação de grupos instituídos de organização), real (a política enquanto tal, sendo feita cotidianamente em estado de alerta) e imaginário (um desejo de revolução expressado coletivamente através da massa e possibilitado com a suspensão do poder).

Ou seja, esse comitê pode seguir existindo enquanto corpo simbólico, e seus membros dizerem representar uma massa de trabalhadores de São Paulo. Mas se esse nome simbólico 'Comitê de Defesa Proletária' perder sua relação com os corpos constituídos simbolicamente (Ligas Operárias) através da organização permanente (lógica política), perder sua relação de construção e reinscrição de nomes e vozes no espaço político (política/polícia) e não poder representar ou constituir a formação de levantes que almejam mudanças e estão nas ruas concretizando esse corpo coletivo (um inominável desse sujeito, imaginário) ele perde sua função real de representar o sujeito coletivo, o nó borromeano se desfaz.

Esse discurso da insatisfação (pois as demandas são mínimas) e de trapaça dos industriários e do Estado diante das negociações serve como tentativa de manter mobilizado o sujeito coletivo a postos para sua manifestação no tensionamento através de um levante, que suspende o poder e atualiza a sensação de tomada de poder. Muito provavelmente tentou-se criar esse clima, na aposta de que se o sujeito coletivo se articulasse mais uma vez, que paralisando a cidade iria novamente causar uma fissura.

O artigo 'Que nojo – havemos de reagir apesar de tudo', notifica que diante da continuidade de algumas greves, dois órgãos oficiais do governo do Estado publicam críticas às greves, organizadas por “mal intencionados agitadores”, já que os operários conquistaram “considerável aumento de salário” e não deveriam protestar, além de que os motivos da greve (prática de maus tratos às crianças em aprendizagem nas oficinas, como puxões de orelha e toda sorte de abusos) são irrisórios, visto que é pedagógico para crianças tais atitudes.

Essa situação mostra que logo que o sujeito coletivo inscreve sua legitimidade no campo policial, através de uma lógica política que engendra sua existência (acontecimento), na sequência é tido como intruso, como não contado e como sujeito que não deve seguir manifestando sua existência através da greve. A isso A Plebe responde:

“Temos noção exata de nossa responsabilidade [...] sorrimos desdenhosamente diante dos latidos da cãozoada graúda [...] pode-se lá tolerar que uma côrte de vampiros encartados [...] enriqueçam enquanto os operários sofrem todas espécies de privação e desconforto? [...] Havemos de reagir [...] reivindicamos a máxima felicidade e o máximo bem estar. E para terminar [...] não foram os operários que obtiveram considerável elevação dos salários, FORAM ALGUNS OPERÁRIOS

(A12).

A Revolução Russa teve aqui também seu papel. Algumas conquistas tomadas lá eram publicadas como elemento vago do real, mas que criava algum caráter de possibilidade real/simbólica/imaginária da revolução social através das manifestações. O artigo 'Greves sintomáticas' (D3), anuncia conquista jornada de 6 horas de trabalho, e que os funcionários dos hotéis não “reivindicam coisas velhas e inúteis”, como aumento de salário: querem tornar-se sócios efetivos dos empreendimentos. Mas tal situação, analisa o autor, será contrariada e se, não permanecerem em luta os trabalhadores logo restarão vagas reminiscências, enfatizando que não é uma revolução para os proletários (em seu caráter vitorioso) nem para os burgueses (em seu caráter de derrota):

[...] as greves na Rússia, mais ou menos vitoriosas, não tem para mim, como não tem para a burguesia em geral, o valor de uma conquista definitivamente ganha para o operário, mas unicamente e naturalmente o valor de um sintoma, o valor como significação, exprimindo não aquilo que o proletariado russo já fez e conseguiu, que não é nada, mas o muito que mostra ser capaz de fazer”, caso aqueles que são contra seu progresso não os impedirem a busca pela fraternidade e justiça” (D3).

Portanto, apesar das dificuldades e impossibilidades, “a revolução avança”. Segue-se o rumo permanente enquanto a vitória não se conquista, por justiça e liberdade, “principalmente a liberdade e o bem estar coletivo e individual”:

“A greve está arrefecida, mas não extinta. A alma coletiva está de atalaia. Dentro em breve, seu grito soará bem alto. A greve é tão necessária no mundo social como os vulcões no mundo físico [...] Reintegrar o homem nos seus direitos afrontados pela tirania, proclamar a igualdade moral, política e econômica de todas as criaturas [...] expungir da face da terra todos os privilégios odiosos, é o que urge fazer [...] A revolução social é consequência inelutável da revolução política” (H11).

A constituição de um levante através da paralisação e marcha das classes aglutinadas sobre a ideia de “greve geral”, tem caráter necessário mas não único, enquanto complexidade dos elementos constituídos na 'suspensão do poder' e a possibilidade de um “poder a tomar”, mesmo que extremamente curto e localizado. A lógica permanente de uma política e sua inscrição em nomes simbólicos articulam e dão consistência discursiva a esse sujeito.

A suspensão e o domínio temporário do poder foram feitas através da inscrição ontológica de um sujeito coletivo emancipado (imaginário e simbólico) e de um novo pensamento sobre a emancipação enquanto possibilidade/impossibilidade histórica, construídas no discurso d'A Plebe e provavelmente no discurso construído na prática da militância e cotidiano político dos espaços organizativos.

O elemento imaginário desse poder conquistado é seu caráter fugidio, atemporal e a-histórico, como se pudéssemos estabelecer um elemento linear, do ponto de vista das experiências, dos sujeitos e de seus aspectos similares, entre a Comuna de Paris de 1871 e Greve Geral de 1917 no Brasil, entre a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Russa de 1917.

Retomando as análises de Badiou (2012) sobre a Comuna de Paris, o 18 de março - quando Thiers ordenou ataque contra a Guarda Nacional e daí surgiu um levante em sua defesa - marca a instauração de um poder sem precedentes (BADIOU, 2012, p.54). Os dispositivos legais, burocráticos, o Exército Regular, estavam nas mãos de Thiers e os aliados: essa é a existência do poder possível (BADIOU, 1996, p.61), ou a ordem policial visível (RANCIERE, 2010e, p.82).

Os representantes da “história revolucionária francesa”, resistentes e inventores da política, com o desgaste da guerra, tinham apenas os Comitês Centrais, uma federação sindical, e alguns membros da internacional. A visibilidade indica “inexistência de uma capacidade governamental operária” (BADIOU, 2012, p.62). É esse inexistente (impossível) que passa a ser existente (no 18 de março de 1871), a possibilidade do poder popular, a criação de um impossível dentro do possível.

Apesar das Ligas Operárias produzirem um trabalho fértil de mobilização anterior às organizações (LOPREATO, 1996, p.93; CAMPOS, 1983, p.33), não determinam a irrupção de uma massa em greve. Mas ao mesmo tempo, a partir dela passam ser condição intrínseca para sua operação e sua existência e legitimidade no campo político, na relação entre o Comitê de Defesa Proletária em estreita relação com as Ligas.

Do ponto de vista da lógica policial e política, o Comitê de Defesa Proletária é um arranjo provisório das práticas organizativas (ligas operárias, sindicatos) e do levante que surgiu, indicando que, apesar do tempo efêmero e fugidio, foi possível uma relação entre uma conciliação entre espontaneidade popular e governo revolucionário (DECOUFLÉ, 1970, p.102), ficando posteriormente em estado de tensão e alerta.

Podemos arriscar a hipótese de que, a resposta percebida no aumento de atividades de organização no pós-greve é uma forma de dar lugar a esse poder e essa relação, de criar uma nova resposta a um poder que ficou em suspenso e sobre o qual o sujeito coletivo não pôde permanecer. Como se os militantes, nas palavras de Badiou (2012, p.70), através desse efeito subjetivo e imaginário tornaram-se militantes de uma verdade, desejando criar a possibilidade de estarem no poder novamente através da sua luta política e construção de processos de verdade.

Antes mesmo da greve, a intensificação das paralisações locais e parciais já geravam clima de instabilidade, como se um contínuo ininterrupto tomava vulto, produzindo seja a resolução das reivindicações ou de uma irrupção sem proporções, como vimos na edição de 9 de julho, um dia

antes do que Martinez viria a morrer:

“As greves continuam estendendo-se admiravelmente, devido a grande exploração dos honrados industriais e outra gente de negócios. A nossa tímida e pacata burguesia começa a ficar assustada com esses movimentos de rebeldia e protesto contra a ganância de uns tantos aventureiros que tem sabido aproveitar a situação para triplicarem as suas fortunas [...] As greves vão se alastrando pelos lugares onde campeia o roubo e a escravidão industrial. Os proprietários, em virtude das atitudes dos grevistas, não terão outro recurso senão ceder as modestas reclamações dos operários” (E4)

A possibilidade da conquista de poder, essa instância misteriosa e fugidia que formou uma massa e que se constituiu simbolicamente com o Comitê de Defesa Proletária, é real e ao mesmo tempo projetada num campo além do imaginável, além do real fatídico e inevitável de que ainda no mundo impera o modo de organização capitalista. Esse além do imaginável se concretiza de forma parcial com o Comitê de Defesa Proletária adquirindo o controle da situação, ao mesmo tempo que é espaço simbólico com o qual a massa se identifica. Tal elemento é possibilitado através do sujeito coletivo constituído no discurso revolucionário.

Entre comentários das palavras de Lissagaray, que produziu um livro sobre a Comuna, Badiou (2012, p.67) celebra essa força revolucionária que persiste até hoje necessária:

“Três vezes [em 1792, 1848 e 1870], o proletariado francês fez a República para os outros; ele está maduro para a sua”. Em outras palavras, o evento Comuna, iniciado em 18 de março de 1871, não teve como consequência a destruição do grupo dominante e de seus políticos, mas destruiu algo mais importante: a subordinação política operária e popular. O que foi destruído é do domínio da incapacidade subjetiva [...] A absolutização da existência política operária (a existência do inexistente), convulsiva e sufocada, ainda assim destruiu a necessidade de uma forma essencial de sujeição: a do possível político proletário à manobra política burguesa (de esquerda). A Comuna, como todo verdadeiro evento, não realizou um possível, mas criou esse possível. E esse possível é simplesmente um político proletário independente”.

A ascensão da greve geral e algum tipo de domínio e modo de relação entre os grupos organizados que se estabeleceu, deu algum tipo de “capacidade subjetiva” ao proletário em greve, apesar dos fracassos na continuidade de tal movimento, puderam arregimentar o sujeito coletivo concretizando em um discurso policial suas aspirações políticas, atualizando quem pode e quem não pode falar, introduzindo (fazendo existir) a questão social no campo político brasileiro.

Não devemos apenas atribuir à capacidade ou incapacidade de tais militantes e do poder coletivo de sujeito criado através do discurso, versando sobre a falha nas habilidades políticas, dizer que faltava tal elemento (um Partido, uma maior consciência de classe) para esse poder durar e produzir maiores rupturas. Isso seria responsabilizar unicamente tal “sujeito coletivo” e os membros reais da militância, assim como suas organizações, como uma perspectiva meritocrática que atribui apenas ao sujeito individual a responsabilidade por seus fracassos e limites.

A falta de vontade política, a ganância de empresários certamente contribui para desmobilização e dispersão do sujeito coletivo constituído, assim como constitui-se como violência diante das dignidades e aspirações humanas que o sujeito coletivo do discurso revolucionário constitui através de sua interpretação, sua ética e seu desejo. Apesar da força subjetiva e apelo dos militantes em organizar o proletário disperso, desconfiado e desesperançoso, concorrer com a insegurança material e o medo diante da repressão constitui tarefa dolorosa e, muitas vezes, injusta.

Descrevemos nesse capítulo, partindo de lugares distintos, mas que se encontram na criação de um sujeito coletivo, um sujeito produzido através do discurso revolucionário do Jornal A Plebe sobre a Greve Geral de 1917. Esses pontos, visto isoladamente, acentuam a fragilidade do movimento e seus problemas, talvez seus fracassos.

Destacamos que o elemento crucial é ter conseguido articular esses diferentes pontos de vista para descrever um mesmo elo de ligação no discurso revolucionário, através desse sujeito coletivo, em consonância com as hipóteses de Badiou (2012) sobre o surgimento de um sujeito da emancipação coletiva, e em Ranciere do surgimento de uma parcela dos sem-parcela através do regime privilegiado da lógica política, sobreposto à lógica policial.

Nesse capítulo já demonstramos alguns elementos conclusivos, que iremos amarrar de forma geral nas considerações finais, demonstrando que foi possível concluir diante de alguns objetivos e abrir novas questões para futuras pesquisas.

4.2.3 O sujeito coletivo real e a política: as Ligas Operárias de Bairro e o Comitê de Defesa Proletária

Para Decouflé (1970, p.83), uma revolução cria, “na cotidianidade mais imediata, um florescimento de instituições coletivas, em pleno gozo da posse ingênua de seu espaço social”. É o que este entende pelo fenômeno da “revolução atuante” (p.66-108).

Seguindo certa ideia de espontaneidade popular, cria-se tipos de organização e uma lógica cotidiana que fazem “seu projeto desembocar no cotidiano concreto [...] defrontado pela necessidade de manter a vida coletiva do projeto revolucionário”. Nas querelas entre Lênin e Luxemburgo, está em questão a estrutura do partido revolucionário e sua relação com as massas. O primeiro, defendendo “um partido fortemente organizado”, e Luxemburgo “preocupada em [...] preservar a revolução vitoriosa”, esses espaços de criação que asseguram um “governo do povo pelo povo” (DECOUFLÉ, 1970, 69-71).

Arendt (1988, p.178), conforme comentamos, chama atenção para a constituição desse

espírito de inovação produzido na experiência revolucionária. Segundo ela, “o malogro do pensamento pós-revolucionário” é intrínseco a incapacidade de articular tal espírito:

“[...] se a fundação era o objetivo e o fim da revolução, então o espírito revolucionário não seria simplesmente o espírito de dar início a alguma coisa nova, mas de principiar algo permanente e duradouro; uma instituição permanente, que englobasse esse espírito e o estimulasse a novos empreendimentos, estaria sentenciando seu próprio fracasso” (ARENDR, 1988, p.186).

Decouflé (1970, p.101) aponta para a “incapacidade dos processos de institucionalização espontâneos” em evitar sua dissolução, não havendo exemplos históricos em que a espontaneidade bastou a si mesma e alimentou “uma revolução diariamente recriada” (p.102). Para esse autor, talvez apenas a Comuna de Paris tenha criado um “poder de conciliação da espontaneidade popular e da organização revolucionária”.

Chama a atenção de Arendt (1988, p.199) o mesmo aspecto, visto como contradição: os conselhos populares, “organismos espontâneos do povo” são nascidos das experiências revolucionárias (conselhos populares em Paris ou os soviets na Rússia) mas foram ignorados pelos “estadistas, historiadores, teóricos da política...e pela própria tradição revolucionária”.

As experiências revolucionárias de que foram contemporâneos Marx (conselhos distritais de Paris) e Lênin (os soviets, já em 1905), os surpreenderam e produziram certas falhas naquilo que eram as suas previsões teóricas, desconsiderando o fato de esse talvez ser o germe de uma nova forma de governo, e não (como quiseram) um instrumento limitado para completar uma revolução e instaurar um outro governo. Tais órgãos pretendiam sobreviver à revolução enquanto Marx os compreendeu como “instrumentos temporários da revolução”:

“[...] estava em flagrante conflito com aqueles pressupostos acerca da natureza do poder, e da violência que eles partilhavam, ainda que inconscientemente, com os dirigentes de regimes extintos ou condenados. Firmemente ancorados na tradição do Estado-nação, eles entendiam a revolução como um meio de tomada de poder, e identificavam o poder com o monopólio dos meios de violência. Entretanto, o que realmente aconteceu foi uma rápida desintegração do antigo poder [...] perda de controle dos meios de violência [...] e a surpreendente formação de uma nova estrutura de poder cuja existência decorria tão somente dos impulsos organizacionais do próprio povo” (ARENDR, 1988, p.205).

A relação que faz Arendt (1988) é que tais espaços constituem-se como um dos espaços possíveis de exercício do poder político, podendo ser levados a cabo ou não através das experiências revolucionárias, podendo dar movimento ou não àquilo que Decouflé (1970, p.101) entende por “governo revolucionário”, relação entre espontaneidade popular e organização revolucionária. Arendt (1988, p.218) entende que os governos revolucionários tiraram a capacidade dos indivíduos de formarem sua opinião e assim decidir os cursos da revolução, criando um

divórcio entre conhecimento e ação:

“Os conselhos eram, obviamente, esses espaços de liberdade. Como tais, recusaram sistematicamente a se tornarem órgãos temporários da revolução, e, ao contrário, envidaram todos os esforços para se firmarem como órgãos permanentes do governo” (ARENDETT, 1988, p.218).

O discurso d'A Plebe comemora a função dos conselhos (soviets) que surgiram, por pressão popular, como forma de lutar contra a reação e fiscalizar medidas do governo provisório. Tal conselho exerce “ação inovadora e revolucionária”, convocando Assembleia Constituinte, decretando 8 horas de trabalho, ações antiguerra, criando uma lógica de direção das subsistências a partir dos municípios; instituindo que as mulheres podem trabalhar em qualquer emprego; abolindo a censura política; medidas de organização dos camponeses em milícias para prover a segurança pública: “a massa pretende organizar-se a si mesma” (E3).

No caso da Greve Geral de 1917, as Ligas Operárias de Bairro e o Comitê de Defesa Proletária adquirem os níveis da espontaneidade coletiva, apontadas por Decouflé (1970, p.73): imediatidade e cotidianidade, processos gerados pela “efervescência social” e que resguardam uma indeterminação e dificuldade em averiguar elementos concretos de seu surgimento e constituição, apresentando-se como constituído por lideranças difusas e ou imprecisas (ou até inexistentes).

A função da organização e ação da greve em si, através das Ligas Operárias de Bairro e com o surgimento do Comitê de Defesa Proletária, engendram dispositivos do Real da política cotidiana (ligas operárias) e imediata/espontânea (Comitê), sendo elemento constituinte de um sujeito coletivo no real da política.

Nesse sentido, penso que não se trata de enfatizar os fracassos de tal concretização de um sujeito coletivo, embora entendemos que existe a constatação de uma falha no horizonte compreensivo de tal acontecimento histórico: as reivindicações concretas que os militantes e operários conseguiram fazer nomear e registrar através da negociação mediada pelo Comitê de Jornalistas não foram alcançadas.

Essa é uma constatação da ordem do real, que transcende as dimensões simbólico e imaginárias de tal sujeito coletivo, colocando em questão também os seus limites, dificuldades e impossibilidades. Mas essas impossibilidades não dizem respeito à sua tensão de ruptura com o capitalismo porque, afinal, não é aumentando salários e concedendo alguns novos direitos que indicam a instauração de uma nova ordem.

Nesse caso, a interpretação de que o movimento espontâneo não adquiriu solidez por incapacidade teórica, política e orgânica (PEREIRA, 2012, p.55), imaturidade (FAUSTO, 1976, p.174), ou pela inexistência de um Partido (CARONE, 1970, p.226) ou de uma necessária

organização (BANDEIRA; MELO; ANDRADE, 1980, p.51), devem ser vistas com cuidado, pois criam um regime interpretativo que pode apenas substituir os espaços constituídos pelo movimento (das Ligas Operárias aos sindicatos e Federação Operária de São Paulo, da Federação Operária de São Paulo a Confederação Operária Brasileira) na ideia de Partido, como suposta solução teórica de tal limite ou fracasso.

Ciente de que isso abre um caminho para discutir as especificidades de tais espaços (sindicatos e partidos), já que seus limites não são claros e de que há divergências nas doutrinas sobre tais delimitações e funções, aponto apenas que isso acaba por suprimir as qualidades de tais espaços de organização constituídos que, poderiam estar presentes também dentre as qualidades de um partido político e/ou de suas relações com outros espaços de organização política.

A relação desses elementos simbólicos com o real explica-se no caráter vivo do processo de constituição desses espaços, como se a cristalização e nomeação dos espaços como corpo simbólico não bastam em si, precisam de um elemento que os intensifique e atualize de forma permanente o sujeito coletivo real à esse sujeito coletivo simbólico.

Além de enunciar que as pautas apresentadas nas paralisações – antes e depois da greve geral - eram “modestas” (*I/c 2*) e que representam para os trabalhadores uma “ninharia” (*D3*), a partir da negociação os militantes avaliam a conquista dos trabalhadores como “modesta que não impede viver com dificuldade” (*O5*), e que se trata de exaltar uma reivindicação saída da multidão em meio ao processo grevista, através dos comícios locais em relação com o Comitê de Defesa Proletária.

Mas, afirmam, esta reivindicação é “ilusória e transitória”, apesar de feita não por conservadores em nome de seus interesses, e sim “por aqueles que aspiram a justiça integral, ao pão para todos, ao bem estar de todos”, que puderam “colocar à prova a sabedoria do Estado e suas contradições” (A guisa de ultimatum – Comitê de Defesa Proletária - *D5*):

“Para nós, é claro, seria uma prova supérflua, mas necessária para um povo que se atirava a sua primeira batalha de defesa da própria existência [...] e não deve preocupar-se com paliativos, com promessas ou com projetos [...] Resolva e depressa: o povo tem fome. Ontem ele pediu o mínimo. Amanhã será insuficiente. Amanhã fará a revolução e estabelecerá o regime do bem-estar e da liberdade para todos”.

Expondo os limites de tal protesto, constroem um estado de eminência do movimento e da necessidade de organização contínua e cotidiana: “amanhã será insuficiente”. Deixa em aberto e iminente o clima de “suspensão do poder” em ação através do estado de alerta dos militantes e de sua organização cotidiana e política, ao invés de policial (RANCIERE, 1996).

Esses processos políticos são fundamentais porque produzem de forma constante os

deslocamentos daquilo que pode e o que não pode ser dito. Essas duas maneiras de dividir o espaço sensível do comum, política e polícia (RANCIERE, 2010d, p.76), são fundamentalmente heterogêneos e imbricados (RANCIERE, 1996, p.44), sendo a política a força motriz de tal deslocamento.

Ou seja, no elemento simbólico apontamos a constituição de um conjunto de símbolos (as ligas operárias, a formalização da reivindicação e constituição do Comitê de Defesa Proletária) policiais sendo criados e recriados, são nada mais do que a realização desse caráter permanente e em estado de alerta dos militantes, arregimentando seu sujeito coletivo simbólico.

Se as reivindicações são insuficientes, seus corpos simbólicos de reivindicação também o são, caso não haja essa construção real da política que os engendre e construa constantemente a possibilidade da irrupção do sujeito coletivo na política.

Se num primeiro momento destacamos os aspectos simbólicos como elementos policiais, esse aspecto da dinâmica cotidiana e do alerta para a necessidade de uma luta constante implicam um elemento político permanente que vem atualizar a lógica policial, essa que fica registrada na história e passa a ser o campo legitimado das manifestações do sujeito coletivo.

Os militantes destacam que os industriários e governantes podem “furtar-se dos compromissos assumidos”, todos devem ficar a postos e ativar “as sociedades e grupos daqui e do interior e estejam prontos para assumir ao sinal de alarme” (E5).

Ou seja, aquém e além das consequências, como caráter imanente e permanente, todos devem seguir se preparando e se organizando para não serem pegos desprevenidos novamente (F5). Afinal, a avaliação da greve deve ser realista, e saber tirar os aprendizados necessários, apontando a desunião como elemento falho (G5). Os trabalhadores devem agitar-se e fazer greve geral de todas as classes operárias, estreitando os laços de solidariedade, revoltando-se, e só assim conquistará melhores condições de existência (K5).

As avaliações publicadas repetem o caráter de “completa desorganização” e despreparo (N6), e convocam com urgência que se trabalhe intensificando as forças para constituir uma “potente agremiação obreira capaz de fazer frente a horda policiaco-capitalista” (J6).

Isso pois “só pela organização as conquistas permanecem e novas podem vir” (P/b 9), e tal organização deve cada vez mais se tornar “efetiva e ordenada, capaz de, com vantagem, resistir ao futuro e aos próximos embates [...] para que a força organizada à serviço do capitalismo não anule os seus justos esforços” (N6).

É evidente que no discurso d’A Plebe há uma interessante relação da distinção de política e polícia em Ranciere (1996): os processos policiais, tanto no que diz respeito à organização formal e suas reivindicações, sua abertura aos espaços de negociação, são resultado desse vivo e constante

processe de organização, estado de alerta e luta, o elemento real do discurso revolucionário. Sem esse elemento ativo de luta, com o descanso, cria-se um espaço de acomodação.

Se esse processo de organização e luta política cotidiana se constitui, ele vai possibilitando a relação entre aspirações imaginárias e insatisfações reais dos sujeitos, em conjuntos simbólicos que servem como seu sustentáculo.

No artigo ‘Liga dos Trabalhadores em Madeira’ (*L/a 12*), tal entidade comemora o fato de que “os trabalhadores de quase todos os ofícios de São Paulo” atuam rapidamente numa obra de organização, visto que as conquistas da última greve foram poucas e tendem a ser reduzidas a nada caso a luta não continue: se isso ocorrer, as conquistas “deixarão de ser um produto dos nossos esforços e da consciência dos nossos direitos, para parecerem uma esmola devida a magnanimidade dos nossos usurpadores”.

Entende-se o momento de negociação, como um momento de trégua, de estagnação, e que na medida que continua existindo a divisão entre capital e trabalho, continua a luta permanente dos trabalhadores:

“Proletários! Uni-vos, agrupai-vos todos sob a mesma bandeira para quebrar a grilheta da miséria que os escraviza [...] Precisais ter noção exata da sua força: sois leões e tratam-vos como formigas. Organizem-se! A medida que crescer a vossa solidariedade crescerá a vossa força. O cárcere e os esbirros estão substituindo à escola e à liberdade, a miséria à felicidade. E justamente essa ordem de coisas precisa inverter (*E8*).

Parece-nos que, de alguma forma, os pedidos transmitidos pelo jornal reverberavam nos espaços políticos constituídos. Já apontamos que a página que relata as atividades obreiras de organização dobrou de tamanho e, além das reuniões e atividades das associações e ligas já existentes registrou, só em São Paulo: 3 associações em 4 de agosto (*L7*); 1 associação em 11 de agosto (*N/g 8*) e uma greve (*N/f 8*); 1 associação em 18 de agosto (*P/c 9*); 1 associação em 25 de agosto (*L/h 10*); 1 associação em 01 de setembro (*M/d 11*), 1 associação em 08 de setembro (*L/b 12*) e duas greves (*N/a 12*; *N/b 12*).

Antes mesmo da Greve Geral, as ligas surgiram na articulação de correntes anarquistas divididas entre os anarco-comunistas e anarcossindicalistas, em disputas de significação dos sentidos das organizações proletárias. Os anarco-comunistas possibilitaram o fim do “exclusivismo sindical”, mas se deparavam com elementos do reformismo nas bases de acordo desses espaços (LOPREATO, 1996, p.93).

Nesse caso, as ligas tinham em sua base de acordo a pressuposição permanente “pela queda do regime burguês”, sem abandonar como “fins imediatos” as melhorias de condição de vida e trabalho dos operários:

“As ligas operárias tiveram papel decisivo na orientação dos trabalhadores durante os movimentos grevistas que eclodiram a partir de maio, na mobilização dos trabalhadores para a greve geral e também funcionaram como subcomitês do Comitê de Defesa Proletária, durante a Greve Geral de julho de 1917” (LOPREATO, 1996, p.99).

Campos (1983, p.31), que analisa o período de 1917 a 1920, vai mostrar que essas ligas foram extremamente ativas até 1919(quando surgem os grandes sindicatos), e percebe também a relação entre mobilização e participação na direção da greve como fatores fundamentais (p.33). As Ligas de Bairro que rompem com certo regime de determinação acerca de quem pode e quem não pode estar ali (que classe pode se reunir ali) parece romper com barreiras policiais, tensionando suas fronteiras e abrindo um processo de inscrição da política.

Esses espaços que subordinam a lógica policial à lógica política, são componentes de processo de verdade engendrado na articulação anterior, mas também durante e depois da greve, onde os militantes vão construindo suas organizações (elementos simbólicos do discurso revolucionário) e através delas produzindo política, produzindo espaços para articular as insatisfações e aspirações dos sujeitos, produzindo a partir do ato organizativo de caráter permanente, novas dimensões simbólicas e imaginárias do discurso revolucionário e de um sujeito coletivo desse discurso.

Essa ideia de caráter permanente da organização, apesar de momentos de negociação e reivindicação insistem no caráter político do movimento, ao contrário dos caracteres policiais, nos termos de Ranciere (1996). Elementos como as Ligas Operárias de Bairro parecem constituir-se como esses espaços que agremiam todas as classes, sem distinção, e ali propiciam não apenas espaços de reivindicação, mas de organização e constituição simbólica, imaginária e real do sujeito coletivo, funcionam como espaço real da criação simbólica de suas aspirações imaginárias.

Em edição prévia a irrupção da greve (30 de junho), menciona-se as atividades e criações das Ligas Operárias de Bairro fazendo avaliação sobre os efeitos produtivos dessas associações: “De fato, tudo faz crer ter sido uma iniciativa acertada essa de reunir os proletários em sociedade de resistência de caráter geral e nos próprios bairros onde eles trabalham e residem” (*I/c 3*).

Destacamos as chamadas sobre tais ligas quando surge o aumento da seção “Movimento obreiro” para uma página inteira do periódico: “As Ligas seguem em plena atividade” (*L/f 7*), “As Ligas operárias trabalham” (*N/i 8*), a “Ação das Ligas operárias – surgem mais duas” (*P/j 9*), e todas edições publicam suas atividades entre debates, reuniões festivas, teatros.

Embora não possamos ter um caráter claro acerca de tais atividades das Ligas, parecem ser espaços privilegiados na estratégia política dos militantes da Greve Geral de 1917, funcionando

como espaço real que amplia a dimensão simbólica e imaginária do sujeito coletivo (todas as classes), ao mesmo tempo que constrói num caráter local uma política cotidiana de arregimentação das aspirações, desejos, e também de resolução das insatisfações reais.

Percebemos também uma das avaliações da greve, que exalta aquilo que existe de política em tal situação. No caso de uma greve, segundo Ranciere (1996, p.45), ela não é política quando “exige reformas em vez de melhorias ou quando ataca relações de autoridade em vez da suficiência dos salários”. Há política, segundo ele, quando numa greve ela reconfigura e reconstrói os lugares entre local de trabalho e relação com a comunidade.

“Que dizer da greve? Ela foi menos um fracasso que uma lição – dolorosa e áspera lição, mas lição... O problema das relações entre trabalhador e capitalista jamais sofreu tão amplo debate, em nosso meio, como agora ante a ameaça da greve geral. Jornalistas e governantes, parlamentares e intendentos, toda essa cambada desceu da sua olímpica imbecilidade a discutir a questão social” (C7).

Além de provocar tal debate público, a Greve Geral mobilizou e intensificou ações de organização, o que em si indicam que também se intensificaram os debates entre os trabalhadores, sobre sua realidade, sobre seus métodos e sobre o que fazer para ir ao encontro de suas aspirações e resolução das insatisfações enunciadas nos processos de mobilização.

Esses elementos do real são a tentativa permanente de colocar algo de não nomeável na esfera da luta revolucionária. A situação em estado de alerta, em clima de espera e de não saber pelo que esperar, apenas adquire sentido se o sujeito individual passa a se organizar diante de tal situação de instabilidade e suspensão de certezas, dando algum lugar e nomeação a essa sensação.

Os espaços existentes de política, como as Ligas Operárias de Bairro e também as outras associações, são espaços onde os sujeitos articulam aspirações vagas e fugidias de um outro mundo que não o capitalismo, articulam demandas reais, e esse processo vai criando um sentido de existência e decisão do sujeito coletivo real.

Cabe aqui questionar a legitimidade desses espaços criados pouco antes da greve e fundamentais para o desenrolar dos acontecimentos, seja na formação do levante assim como no processo de negociação. Entendemos aqui que é legítima a constatação de que a efetividade desse processo é qualificado com o surgimento de um terceiro, como instância mediadora e centralizadora das reivindicações. Mas a existência desse terceiro, que pode ser um Partido ou o Comitê de Defesa Proletária não exclui a qualidade e formato desses espaços de política.

O Comitê de Defesa Proletário não tornou-se instância simbólica que possibilita espaço de gestão real da suspensão de poder e instauração de um governo revolucionário, ou então da consistência e continuidade das aspirações e reivindicações constituídas na greve.

Mas durante os dias de suspensão de poder ele foi capaz de articular demandas e construir decisões coletivas que foram fundamentais no desenrolar dos acontecimentos, como na decisão das reivindicações e da manutenção da greve (através do grande comício), e também com a finalização da greve após a negociação nos 3 comícios realizados decidindo por fim a greve.

4.2.3.1 Repressão

A questão da repressão seria um novo tema de pesquisa, tanto a repressão direta aos anarquistas como a repressão propriamente ligada à greve e os espaços criados antes e a partir dela. Incluímos esse item como forma de apontar os efeitos do crescimento exponencial sujeito coletivo nos espaços organizativos criados após a greve, alidados ao discurso de apelo à necessidade de organização, na medida que se tornou enfatizado nas últimas edições analisadas. Não tratamos da perseguição anterior e durante a greve.

No dia 15 de setembro, uma edição de apenas 1 folha (são normalmente 4 páginas) noticia a invasão policial na sede do jornal, extraindo todos os originais, e também prendendo o editor do periódico, Edgard Leuenroth. Não foi uma novidade. Mas a estratégia pode ser vista por dois ângulos: a formação de sindicatos amarelos, e a repressão propriamente dita.

O artigo 'Brado de alerta', (A11), denuncia estratégia governante e dos industriários em resposta ao intenso processo de organização deflagrado após a greve. Os trabalhadores, que usaram seu direito de associação garantido com a greve de julho, organizaram-se em “associações de classe, formaram sindicatos, reuniu-se em ligas, fundou a sua fundação, e por fim, confederou-se”. Agora, financiadores, políticos, e membros da polícia, criam o Sindicato da Defesa dos Empregados Ferroviários”.

Os ferroviários também noticiam tal fato, relacionando com o exponencial crescimento do número de associados da União Geral dos Ferroviários: em 11 de agosto, noticiam 3000 membros através da São Paulo Railway (N/d 8), e agora em 01 de setembro contam com 5000 associados (K11).

Os chamados sindicatos amarelos passam a ser criticados, primeiro pela Federação Operária de São Paulo (M/12) denunciando esse sindicato e a presença constante de infiltrados nos últimos dias, assim como na “nota oficial” do Sindicato de Defesa dos Empregados Ferroviários (J12).

A nota do sindicato “amarelo”, apresentava o sindicato inspirado nos modelos europeus, tendo composta sua diretoria por “homens competentes, honestos e de muito prestígio”, que

honrarão para “suavizar a vida futura dos empregados[...] proporcionando garantias por meio de leis sancionadas pelo governo, sem prejudicar a disciplina e interesses da Estrada” (J12). Para A Plebe tratava-se de uma arapuca, uma “ratoeira armada para apanhar os trabalhadores incautos”.

O artigo 'As bravas de Bandeira Melo' (E12) denuncia a “visita” desse delegado à Liga Operária da Brás, intimidando a não aceitarem anarquistas naquele local sob ameaça de fechamento. Na mesma edição, citam que apenas “sentimentos de terror” explicam as atitudes governistas “em face do operariado e dos seus trabalhos de associação e organização”, com ênfase nos anarquistas (F12).

Ainda, o artigo deduz que apenas “um governo de microcéfalos” poderia conceber e acreditar que os movimentos grevistas são obras de “meia dúzia de operários professando ideias subversivas”. Informações concretas levam a uma lista de nomes visados a extradição, em espera aos processos de autorização federal diante das políticas de deportação (F12).

Dito e feito. Não tardou a acontecer tais medidas. Edgard Leuenroth foi preso sob acusação de ter ordenado o saque ao Moinho Santista, onde durante os dias de greve operários tomaram sacos de farinha (A14). Este ladrão, segundo A Plebe, roubou foi “o sossego de panças enormes”, “a máscara de cinismo e hipocrisia da alta sociedade”, “a influência que os histriões politiqueros exerciam sobre as camadas populares” (D/a 14).

Além disso, jornalista de outro periódico, O Combate também é preso (D/b 14). Outros 16 militantes com certeza estão presos e há suspeitas de mais, dentre alguns que não foram encontrados em suas casas (S14), e pequena nota anuncia que espaços e sedes foram também invadidas, continuam chegando notícias a respeito.

Os ferroviários são duramente perseguidos: na empresa São Paulo Railway, cria-se clima de motim. Apareceram “soldados armados até os dentes em vários pontos da ferrovia” e secretas nas oficinas da empresa. Diante de tal “atmosfera pesada” alguns operários protestaram e foram imediatamente demitidos (K14).

Sob ameaça de greve, a União Geral dos Ferroviários é invadida e lá são recolhidos “livros de escrita social”. A empresa, que havia firmado acordo de livre direito à associação, encomendou a prisão de pessoas em cargos administrativos da União e passou a reclamar todas as listas de associados (K14).

Boa parte do editorial se volta para essa questão, criticando o direito à liberdade de associação e livre pensamento³⁵, tentando incitar clima impedimento, “custe o que custar” (L14).

A edição de 30 de setembro denuncia início de deportações (A15) e invasão policial em 3 ligas operárias, resultando em prisões e outras violências (I15), invasão e expropriação de objetos

35 Cf. Apêndice: F14; G14; P/b 14.

em outros espaços (*P15*) e residências (*N15*).

Embora esse “clima” indique clima de tensão, não podemos dar sequência de tais fatos, pelo número de edições estabelecidas para análise. Claro que a luta não se esmoreceu rapidamente. A União Geral de Ferroviários seguiu resistindo (*Z/i 15*) e a intensificação das greves gerou importantes movimentos até 1920 (FAUSTO, 1976, p.217; CARONE, 1970, p.226)

Em análise das consequências do movimento já se afirma que a repressão virá mas não irá silenciar o movimento, e tampouco servirão promessas e paliativos, tendo que resolver tais questões fora das “bandas e hipócritas da legislação parlamentar”. As autoridades são as primeiras a mostrar seu desrespeito às leis (*C9*).

A sequência de greves deflagradas a partir de São Paulo com consequências rápidas no Paraná, Rio de Janeiro, estendendo-se para Porto Alegre e Pelotas no Rio Grande do Sul, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, foram em diferentes aspectos vitoriosas, esmagadas e remediadas, e terminam para começar em outro ponto, em virtude da miséria que assola o mundo. As soluções que virão são insuficientes e intensificarão “as explosões do proletariado”.

Mas é importante apontar que as ondas de repressão se instalam a partir dessa situação histórica, como uma política específica de perseguição aos estrangeiros e anarquistas (BANDEIRA, MELO e ANDRADE, 1980, p.64-66; FAUSTO, 1976, p.162-165), intensificando-se a partir de 1919.

É importante destacar o surgimento de uma colônia penal no Oiapoque chamada Clevelândia, na divisa com a Guiana Francesa, na qual a partir de 1920 foram mandados centenas de militantes anarquistas. Esse fato estranho é narrado por Samis (2002) na obra *Clevelândia: Anarquismo, Sindicalismo e repressão política no Brasil*. Lá, isolados e desterrados, os anarquistas formaram aproximadamente um terço da população prisional desta colônia (ROMANI, 2011b, p.514).

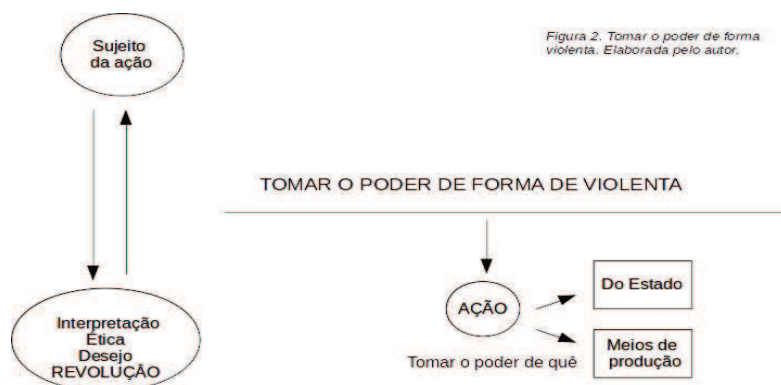
O clima de repressão também deve ser visto como situação que coloca impedimentos ao trabalho político e coletivo dos militantes e trabalhadores. A intensificação dos modos repressivos precisa estar colocado lado a lado do fracasso de sua luta política, caso contrário as análises acabam por simplesmente nomear os militantes como incapazes, despreparados, não conscientes o suficiente das necessidades organizativas.

Essa avaliação acaba por criar rupturas internas no discurso, na avaliação entre militantes e teóricos que jogam entre si diante de suas incapacidades e impotências, ao invés de constituir aquilo que há de interessante em uma ou outra experiência, tentando criar modelos unívocos e fechados de discursos revolucionários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível ter algumas respostas em torno da relação entre a Greve Geral de 1917 e o tema revolução. Com este trabalho, tentamos descrever e articular a construção de um discurso revolucionário, delineado pelas dimensões de um sujeito coletivo em relação à totalidade (antiguerra e da questão social), um sujeito coletivo diante da suspensão do poder (o enunciado-síntese disparador da pesquisa) e balizado numa lógica política o invés da policial (RANCIERE, 1996).

Tentamos descrever aqui o processo político e a práxis dos agentes que engendrou esse sujeito coletivo construído na experiência política da Greve Geral de 1917 (no antes/durante/depois), inspirados na hipótese de Badiou (2012) que a emancipação coletiva é possível (a hipótese comunista/revolucionária) e que situações políticas produzem um sujeito coletivo dessa possibilidade através do acontecimento político.



O discurso revolucionário é, portanto, um *ato de enunciação da tomada de poder*, num movimento que o *suspende* através de uma massa (instância surgida e antes inexistente, incontável no campo político), criando temporariamente formas de dialetizar as relações entre grupos não organizados e grupos organizados contra a exploração e dominação de sua época, formando os levantes aglutinados sob o grito de ordem: 'greve geral'!

Uma *instância organizativa “criada” no ato de suspensão* (o Comitê de Defesa Proletária) *tomou o poder temporariamente*, representando um símbolo de nomeação daquele *sujeito coletivo* do discurso.

Para realizar esse ato de suspensão, não existe apenas um *sujeito coletivo real*, a presença massiva de pessoas nas ruas, mas também um sujeito coletivo simbólico e imaginário, articulando discursivamente interpretações da realidade, e consequência de uma série de produções discursivas, dentre elas o jornal A Plebe construindo as narrativas.

O *sujeito coletivo antiguerra* e revoltado diante da *questão social.*, é resultado de uma articulação estrutural da situação 'Greve Geral de 1917 em São Paulo', produzida pelos militantes de A Plebe, e conseqüentemente por boa parte da militância da época.

O ato de produção desse discurso é o ato de enunciação em que os operários tornam-se sujeitos de sua emancipação. Reunidos nos espaços para além do trabalho explorado, nos bairros, nas ligas operárias, sindicatos, cafés e bares, construía, sonhavam e desejavam sua emancipação através desse sujeito coletivo real, simbólico e imaginário³⁶.

Será uma mera negação da tomada de poder o que fazem os zapatistas, por exemplo? Besancenot e Lowy (2016, p.158) criticam a ênfase no enunciado “nós não queremos tomar o poder”, e colocam a necessidade de associá-lo no seguimento de outros enunciados ditos dos próprios zapatistas: “Tudo para todos, nada para nós [...] Nós, o Exército Zapatista, não queremos tomar o poder em nossas mãos, queremos o poder de todo o povo, quer dizer, uma verdadeira democracia”.

A construção de um ato de suspensão do poder produz um vazio, esse inominável da experiência. A relação entre os termos do sujeito coletivo em articulações simbólicas, imaginárias e reais constroem seu nível de intensidade e existência do acontecimento, produzindo ovas cadeias enunciativas no discurso através da suspensão do poder e de um sujeito coletivo apto a tomar o poder.

Não se trata tanto de um sujeito real, no sentido da emancipação coletiva concretizada. É portanto, um sujeito coletivo imaginado e construído simbolicamente, já que no real essa emancipação não existe no capitalismo. Através dessa criação discursiva, engendra um discurso da possibilidade da existência desse sujeito coletivo emancipado real.

Dessa forma, reconfigura seus pontos de produção e recepção discursiva, assim como cria elementos imaginários que arregimentam o processo de constituição do discurso coletivo, possibilitando uma força real para os militantes, e uma agência no poder que sobrepõe-se aos limites reais de seu ato. Coloca aos sujeitos um desejo em movimento, de tentar fazer repetir esse momento de emancipação coletiva real, tornando-se um militante subjetivo em busca de novos processos de verdade.

Diante desse vazio abrem-se outros campos de possibilidade para a construção do discurso revolucionário: o que pode ser feito quando houver um poder a tomar? Quais os dispositivos

36 O prof. Frederico Viana Machado, membro da banca de defesa da dissertação, indicou em seus comentários o livro *A noite dos proletários*. Trata-se da tese de doutorado de Jacques Ranciere, em que ele pesquisa um jornal francês do século XIX, um trabalho de arquivo semelhante a minha pesquisa. No ato de reunir-se à noite, nos momentos de organização, leitura e discussão entre pessoas, produziam esses discursos (interpretações, literatura, poesia), os atos de enunciação do sujeito coletivo, formando esse sujeito que antes não era sujeito, não devia falar. Uma parcela dos sem-parcelas, no sentido que Ranciere constrói em *O desentendimento* (1996).

políticos que podem ser criados ou então reproduzidos ao longo das experiências políticas revolucionárias?

É fundamental, nesse sentido, em pesquisas futuras revisitar e articular à noção de discurso revolucionário, fazendo análise das experiências engendradas no antes-durante-depois dos processos que promoveram algum tipo de suspensão do poder, e no caso de alguma relação dessa suspensão e a instauração de governos revolucionários, analisando os espaços de política cotidiana que possibilitaram alguma forma de gestão popular.

O papel do Comitê de Defesa Proletária articulando as Ligas Operárias de Bairro e suas associações vinculadas, em processo de constituição de demandas e a relação dessas com um sujeito coletivo em formato de levante são as construções dos espaços simbólicos e reais dos militantes da Greve Geral.

Concordamos com Decouflé (1970, p.74-77) sobre a necessidade de revisitar experiências espontâneas dos levantes populares urbanos anteriores à Revolução Francesa, os fenômenos de revoltas camponesas ao longo do século XVIII na França, o papel dos sans-culottes e suas organizações, e a formação dos levantes urbanos nas experiências de 1830 e 1848, e as experiências da gestão da Comuna de Paris de 1871 e dos Sovietes na Rússia, surgidos já em 1905.

Percebe-se também situações de suspensão de poder e construções espontâneas na recente da ocupação da Câmara de Vereadores em Porto Alegre. Relembramos que houve um processo de construção de um projeto, que durou 3 dias de debates entre militantes organizados em grupos de trabalho na ocupação, visando um processo de transformação do transporte público em sistema gratuito no desenrolar de 10 anos, entregue aos vereadores como resultado da ocupação, “assinado pelo agente” Bloco de Lutas pelo Transporte Público³⁷.

Não houve nenhuma devolução concreta em relação a essas propostas da ocupação, não se manteve a força política para manter a pressão sobre novas providências, e um processo judicial recaiu sobre algumas lideranças políticas do Bloco de Lutas. Essas experiências contemporâneas podem ser analisadas sob a ótica da suspensão de poder, percebendo momentos de construção política como essa da ocupação.

O mesmo se dá com as ocupações das escolas em 2015. Nesse caso, só em São Paulo foram ocupadas 200 escolas (JANUÁRIO et al, 2016), um caso de protagonismo de estudantes secundaristas que se apropriaram do poder institucional e da gestão cotidiana de seus espaços. Trata-se de atos atrelados a um tipo de gestão cotidiana de caráter micropolítico, que podem ser analisados a partir de sua relação entre elementos que articulam esse caráter de criatividade e

³⁷Existem poucos trabalhos que relatam essa experiência. Destaco a dissertação de Segarra (2015), e a produção paralela feita pelo mesmo autor, do documentário Morar na casa do povo, com imagens da ocupação e avaliação feita por alguns militantes, em momento posterior.

agência política (o protagonismo e tornar-se sujeito de sua emancipação ocupando a escola) e seus aspectos de totalidade (a situação e os projetos de educação no Brasil e no mundo). Assim como a questão do transporte e da organização do espaço urbano contemporâneo e seus possíveis projetos comuns e públicos (em relação ao Bloco de Lutas), apenas para citar alguns elos de ligação.

Além desses elementos que cercam a produção de um sujeito coletivo e sua suspensão de poder, permitiu perceber através do trabalho conceitual e metodológico desta pesquisa um efeito ruptura no saber revolucionário e suas definições (o que é revolução), através de uma relativização de seu funcionamento estruturado (saber revolucionário) pela sua dimensão estruturante: os discursos revolucionários (estruturantes) produzidos nas experiências que almejam uma revolução, independente de sua tomada de poder e instauração de um governo revolucionário.

Não se trata de negar de antemão os efeitos de um processo revolucionário que se desencontra da experiência de emancipação, como no stalinismo (BADIOU, 2012, p.8) ou sobre os efeitos da burocratização do regime soviético ao longo de sua existência (CASTORIADIS, 1987, p.185-212), ou então os argumentos que põem em relação regimes totalitários e regimes comunistas (ARENDRT, 1989, p.339-512).

Essa questão pode se inscrever a partir de um dos elementos fundamentais num movimento revolucionário: a formação de um sujeito coletivo a tomar o poder, e à forma real que essa tomada de poder acontece. Parece-nos que a mesma avaliação de Arendt (1988) e Decouflé (1970) sobre os organismos espontâneos surgidos dentro dos movimentos revolucionários (soviéticos, conselhos distritais) permitem criar novas questões para a luta revolucionária, já que esta luta e os mecanismos decorrentes dela (partidos, grupos organizados) não souberam mantê-las, ao menos com a vivacidade e intensidade que surgiram em sua base de formação dos levantes.

Obras recentes visam orientar direções no campo da psicanálise e política, só no caso da Rússia. Cuéllar (2014, p.38-44) o faz pela via do marxismo lacaniano, analisando elementos significantes do processo de tomada de poder e constituição dos elementos do impossível na revolução; Milner (2017, p.54-65) o faz pela encarnação, precisamente em outubro de 1917, dos símbolos “partido bolchevique” e “Lênin” a um “objetivo realista de uma batalha forjada na estratégia da luta de classes” e a forma vitoriosa dessa encarnação, criticando a dimensão de fracasso revolucionário de Badiou (2012).

As diferentes experiências revolucionárias ao longo da história podem produzir discursos revolucionários, não há apenas um discurso sobre a experiência. A análise desta pesquisa contribui na constituição de *um* discurso revolucionário sobre a Greve Geral de 1917, não necessariamente o discurso revolucionário produzido e reproduzido através dessa experiência, embora esses limites discursivos sejam apenas representativos. Essa análise permite redimensionar o saber

revolucionário, assim como perceber diferentes possibilidades de revoluções ocorrendo na história.

Em contraponto ao caráter estruturado e cristalizado do saber revolucionário, quando relativizamos o 'saber da revolução', com o termo 'discurso revolucionário' tentamos contrariar e questionar a relativização do termo “revolucionário”. Em alguns espaços políticos atuais, percebemos enunciados como “cozinhar é um ato revolucionário”.

Não pretendendo negar tal enunciado de antemão, apenas que no sentido da construção de um discurso de ruptura e tensão ao capitalismo, ele se fortalece quando circunscrito e articulado por discursos que se direcionam a ideia de totalidade discursiva, como nesse caso, aos modos de produção (monocultura, latifúndios, agrotóxicos/transgênicos), distribuição (fome e desperdício) e consumo (valorização e elitização dos alimentos orgânicos, por exemplo), assim como engendrar movimentos organizados e reivindicações que tensionem de forma radical essas estruturas.

Nesse caminho que vai nossa tentativa em demonstrar algumas contradições das análises de Arendt (1988) sobre a revolução, e uma essência subjacente a partir dos enunciados particulares, como por exemplo, da igualdade de Tocqueville. Ambos problemas se encontram no terreno da relação entre particularidades e universalidades.

A relação entre a construção de um discurso e a transformação da realidade englobam diferentes facetas e produções discursivas, das quais por exemplo a Constituição de um país é um de seus elementos simbólicos. A Constituição de 1988, no Brasil, é um caso exemplar que, se visto do ponto de vista de um discurso isolado, por aquilo que está enunciado e documentado em seus termos, traz uma série de avanços em relação à reforma agrária, à moradia, e à saúde, que podem causar rupturas importantes na lógica do capitalismo.

É por isso que a construção de um particular como, “todos são iguais perante a lei”, prescinde da necessidade de um discurso e de um sujeito coletivo real materializado através de movimentos, organizações, estratégias e acontecimentos permanentes. Essas instâncias podem pressupor que formule princípios e caminhos em direção a liberdade e emancipação coletiva.

Ou seja, o ponto de partida não é necessariamente seu fim, essa não realizada igualdade, mas o princípio que tensiona o campo político das instituições e dos regimes de distribuição e produção da sociedade, como uma aspiração que movimenta os sujeitos construindo e desejando uma emancipação subjetivada, não apenas individual mas relativo à coletividade enquanto culturas e sociedades constituintes da totalidade. Caso contrário, é um valor abstrato e particular que se inscreve no campo político e se institui como universal falsamente ou ideologicamente.

Como Lamartine, que introduziu o lema da fraternidade na República Provisória de 1848 na França, através de uma fraseologia de que a nova república estaria dissipando o mal entendido da desigualdade entre classes através da fraternidade inscrita no seu fundamento, esse termo particular

que foi ideologicamente inscrito como universal.

A Greve Geral de 1917 em São Paulo inaugura um processo interessante, dando formato mais consolidado a um “movimento social de base operária” (p.158), inaugurando o período de “maior número de greves da História brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial”; na realização de algumas grandes manifestações de massa; no avanço da sindicalização; no surgimento de uma imprensa operária de maior amplitude; “na modificação das expectativas na vida cotidiana, onde se desenha a esperança de uma alteração revolucionária do sistema social” (FAUSTO, 1976, p.159)

Aspectos levantados por Fausto (1976, p.158-159) nos fazem perceber a importância da greve geral no sentido da criação política, aproximando o que Badiou (1996) entende em relação à ontologia acontecimento: sua teoria funda-se naquilo que faz emergir o pronunciamento da existência do ser, adquirindo um campo de sentidos sobre essa existência (p.16) e sobre novas existências (p.18). Aqui tratamos esse pronunciamento do ser e da existência precisamente deste sujeito coletivo que se constituiu, adquiriu corpo, delimitações e operou no campo político do contexto.

O movimento de 1917 inaugura o período de “maior número de greves da História brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial”, criando situações inéditas das mobilizações massivas, avanço na organização dos trabalhadores, surgimento de uma forte imprensa operária com maior amplitude, e uma nova perspectiva em relação a “alteração revolucionária do sistema social” (FAUSTO, 1976, p.158-159).

Essas são características que delimitam os aspectos de tal sujeito coletivo, intensificado com a irrupção da greve. Além do mais, a relação de que o “movimento operário nos anos 1917-1920 coloca, pela primeira vez a questão social na cena política” (FAUSTO, 1976, p.217), é semelhante a a constatação dos movimentos revolucionários do século XVIII e XIX que introduzem a questão das desigualdades (HOBSBAWN, 1977, p.55) e dos pobres (ARENDETT, 1988, p.47-48), ou então do surgimento de uma parcela dos sem parcela ou um partido dos pobres através de processos de verdade política (RANCIERE, 1996, p.26), fazendo existir e aparecer a questão social na cena política brasileira.

Se em “1917 inaugura a fase revolucionária das greves”, com intensidade e grau tático nunca antes alcançados entre esse ano e 1919 (CARONE, 1970, p.226), é o tipo de afirmação percebida pelos pesquisadores que permitem fazer aproximações entre esse acontecimento como um campo de criações e da consolidação e intensificação do sujeito coletivo.

As demandas, aspirações e necessidades operárias, e sua articulação em demandas propriamente ditas na greve não dizem respeito apenas às condições de vida (moradia, alimentação,

custo de vida), mas também em relação ao novo reordenamento dessa partilha do sensível (RANCIERE, 2005), da ordem política X policial.

A objetivação, num discurso revolucionário, jamais será fechada e precisa em relação àquilo que ela pretende modificar. Dito de outra forma e pensando nas pessoas que lutam diariamente e estão organizados coletivamente para e na construção de uma ruptura com o capitalismo: se muitas vezes os indivíduos se vêem enredados nas tramas e dilemas “do que querem”, como ter tanta clareza no que é possível construir (coletivamente, que impõe outras dificuldades) sobre o que queremos? Ou seja, não sabemos racionalmente tudo o que queremos ao construir um discurso e uma luta coletiva frente ao desejo revolucionário, um desejo e uma imagem borrada sobre a emancipação coletiva.

A questão a se destacar em tornos da interpretação dos pesquisadores, é sobre os elementos reais da fórmula estratégica de política dos atores, nesse caso, da ausência de um partido político que pudesse dar mais consistência e continuidade ao processo de luta que gerou o evento político em si (os processos anteriores à 1917) e seus efeitos. Essa perspectiva olha para o acontecimento e cria uma relação cuja regra gramática é circular em torno do seu fracasso: algo que poderia ter sido, e não foi. Algo que poderia ter ocorrido, e não ocorreu.

Foi o que tentamos demonstrar com as interpretações de Fausto, Carone, Pereira, em contraponto a perspectivas menos negativizantes acerca da experiência de 1917. Apesar de seus “fracassos e efeitos”, da relação entre teoria e realidade essas parâmetros não dão conta para pensar o “impossível =real” da revolução.

Esses diferentes pontos de vista fazem parte do discurso sobre a Greve Geral de 1917, portadores de toda ambiguidade (ou pluralidade) que uma disputa de significação implica. As distinções vistas isoladamente (fora do discurso dos agentes) criam limites discursivos homogêneos entre suas distinções, como se fossem “dois discursos distintos”, ou “duas verdades” sobre um fato.

Entendemos que essa disputa de significação não diz respeito ao conjunto que delimita um efeito de totalidade discursiva sobre o evento político (como se fossem dois discursos), e sim sua relação com o tema revolução: trata-se de uma questão interna que se aprofunda naquilo que diz respeito questões estratégicas que orientam as lutas políticas contra o capitalismo e, mais precisamente, que criam no horizonte político a possibilidade de uma revolução através de suas doutrinas, estratégias e dispositivos de ação na política.

Não é por nada que a ambiguidade entre pesquisadores reflete-se nas questões internas das próprias organizações, e se traduz no conflito entre anarquistas e comunistas, percebido principalmente no debate conduzido por Astrogildo Pereira em torno da formação do Partido Comunista em 1922.

Este ponto ficou em aberto nessa pesquisa: a situação particular em torno das doutrinas envolvidas, e a influência hegemônica do anarquismo antes e durante a greve somada a posteriores dissidência no desenrolar da Revolução Russa. Nesse momento, a necessidade de delimitações e conflitos são acentuados em torno da disputa teórica e política entre anarquismo e comunismo.

Podemos ter com essas reflexões e aberturas em relação ao tema revolução novas lentes de pesquisa. Penso que não se trata de criar apenas categorizações duras em relação ao objeto sociológico, político e/ou psicanalítico, e de ficar numa postura que apenas interpreta a realidade, diante dos sujeitos militantes que a transformam.

Mas as especificidades do campo científico podem ajudar a criar suas interpretações articulando discursos e operando conceitos analíticos, a partir daquilo que a especificidade da militância constrói, apostando e lutando junto com as diferentes formas de construção da resistência e das experiências revolucionárias, que produzem discursos revolucionários.

O ato de suspensão do poder criado pelos militantes de 1917 e a população que se insurgiu, assim como toda a sua criação política, sua luta histórica, seus jornais, as ligas operárias de bairro e os dispositivos de organização da época, são efeitos de uma luta ativa e de um ato de coragem pela emancipação coletiva, essa condição permanente da hipótese revolucionária e sua imaneente possibilidade.

Esses agentes e essa hipótese seguem vivas. Talvez, seja preciso retomar, sob algumas condições que indicamos (política, discurso, pluralidade), discussões clássicas sobre sindicatos e partidos. Não pretendemos de modo algum encerrar esse debate, e sim participar de processos que os ativem, que possam reavivá-los.

Coletivos, frentes e blocos de luta que observamos atualmente, talvez tenham dispositivos e lógicas discursivas que criam impasses no discursivamente e engendrar processos de multidões, massas que suspendam o poder e o mantenham. Em contrapartida, com seu respeito às subjetividades e pluralidades do campo político, fazem enunciar sujeitos de desejo que podem se anular diante de uma coletividade maior.

Os militantes de hoje estão construindo as hipóteses do futuro. Que os heróis de 1917 possam inspirar e despertar nossos pontos de acomodação, enunciar impasses que antes eram certezas, contribuindo para o movimento e a construção de discursos revolucionários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALONSO, Aristides. O trágico: promessa de evento. O Prometeu acorrentado de Ésquilo. *Comum*, Rio de Janeiro, v.10, n.24, 2005. p.42-57.

ANDRADE, Carlos Eduardo de. Blásfemos e sonhadores: ideologia, utopia e sociabilidades nas Campanhas anarquistas em A Lanterna (1909 – 1916). *Dissertação* (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. 209 p.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

BADIOU, Alain. Verdade e sujeito. *Estudos Avançados*, v.8, n.21, 1994. p.177-184.

BADIOU, Alain. *O ser e o evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed: Ed. UFRJ, 1996.

BADIOU, Alain. Lacan: a Antifilosofia e o Real como ato. In: Escola Letra Freudiana. Colóquio Psicanálise e Filosofia. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BANDEIRA, Moniz; MELO, Clovis; ANDRADE, A.T. *O Ano vermelho*. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BARCIELA, Gonzalo. En el principio fue la repetición. Reflexiones sobre la palabra monotonera. In: PARKER, Ian; PAVÓN-CUÉLLAR, David (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.359-372.

BEM, Arim Soares do. A Centralidade dos Movimentos Sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos séculos XIX E XX. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 97, p.

1137-1157, set./dez. 2006 <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michael. Afinidades revolucionárias. Nossas estrelas vermelhas e negras: Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

BIROU, Alain. *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1966.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BRANDÃO, Helena Hatsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

CAMARENA, Carlos Gómez. Creación em el vórtice de lo real: Badiou y el análisis del discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.247-260.

CAMPOS, Cristina Hebling. O sonhar libertário (movimento operário nos anos de 1917 a 1920). *Dissertação* (Mestrado) IFCH/Unicamp. Campinas, 1983. 187p.

CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970.

CASTORIADIS, Cornelius. O regime social da Rússia. In: CASTORIADIS, Cornelius. *Encruzilhadas do labirinto II – domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.185-212.

COHAN, A.S. Teorias da revolução. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

CUÉLLAR, David Pavón. *Elementos políticos de marxismo lacaniano*. México: Paradiso Editores SA, 2014.

CUÉLLAR, David Pavón. El acto enunciator y el problema de lo real em el análisis lacaniano de discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013(a), p.89-102.

CUÉLLAR, David Pavón. De la palabra al acontecimiento: límites, posibilidades y desafíos del análisis lacaniano de discurso(ALD). In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013(b), p.389-404.

DANTAS, Gilson. A crítica de Hannah Arendt a Karl Marx. *Revista Sociologia em Rede*, vol.3, n.1, 2013, p.2-18. Disponível em redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/download/1dantas3/24

DECOUFLÉ, André. *Sociologia das revoluções*. São Paulo: Difel, 1970.

DIAS, Bruno Peixe. Dialéctica e dualismo: Ser e Acontecimento na ontologia política de Badiou. *Actas das Jornadas de Jovens Investigadores de Filosofia* – Segundas Jornadas internacionais. Grupo Krisis, 2010. Disponível em http://www.krisis.uevora.pt/edicao/actas_vol2.pdf

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. *Revista Brasileira de Educação*, n.17, mai/jun/jul/ago., 2001.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1976.

FERREIRA, Serafim. Apresentação A Comuna de Paris. 72 dias que abalaram o mundo. In. FERREIRA (org.). *A Comuna de Paris: Marx – Engels – Lênin*. Portugal: Fronteira, 1975.

FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3ªed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREUD, Sigmund. (1901). *Sobre a psicopatologia da vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976

FREUD, Sigmund. (1929-1930). *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FREUD, Sigmund. (1900). *A interpretação dos sonhos*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

FROSH, Stephen. Desintegrando la investigación cualitativa. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.25-36.

GARCIA, Celio. Pensar a política; Pensar a psicanálise. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v.1,n.1, 1994. p.95-107.

GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado* – e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007.

GOLDMAN, Emma. *Dos años en Rusia*. Diez Artículos publicados em The World. Madrid: Aurora, 1990.

GUZMÁN, Mario Orozco; QUIROZ, Jeannet; SOLÍS, Flor de Maria Gamboa; ALCALÁ, Martín e CUÉLLAR, David Pavón. La ceguera de quien ve lo que no responde a su expectativa: indicios discursivos de un acontecimiento innalzable. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.275-288.

HOBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

HOOK, Derek. Permutaciones de la combinatoria. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.261-274.

JANUÁRIO, Adriano; CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Marcio Moreto. As ocupações das escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Revista Fevereiro*. 2016

JORGE, Marco Antonio Coutinho; FERREIRA, Nádia Paulo. *Lacan, o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KIST, André; APPIO, Alexandre; LARA JUNIOR, Nadir. O ato estético-político e os efeitos do ato analítico. In: LARA JUNIOR, Nadir. *O ato estético-político. Uma interpretação psicanalítica*.

Curitiba: Editora Appris, 2017.

KIST, André Urban; LARA JUNIOR, Nadir. O lugar discursivo ideológico do sujeito revoltado na psicologia e psiquiatria. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 21, n. 1, p.137-148, jan/mar 2016.

KOTKIN, Stephen. Stálin: Vol.1: Paradoxos do Poder (1878-1928). Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

LACAN, Jacques. (1967-68) *O seminário de Jacques Lacan, livro XV. O ato psicanalítico*. Tradução oficial não publicada.

LACAN, Jacques. O seminário sobre “A carta roubada”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 (a), p.13-68.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 (b), p.238-324.

LACAN, Jacques. *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Argentina: Compañía Editora Espasa Calpe Argentina S.A. / Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LEITE, Marcia de Paula. *O movimento grevista no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Cartas de longe. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Às portas da revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005, p.23-48.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Em memória da comuna. In: FERREIRA, Serafim (org.). *A Comuna de*

Paris: Marx – Engels – Lênin. Portugal: Fronteira, 1975.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O espírito da revolta: A greve geral anarquista de 1917. *Tese (Doutorado)* IFCH/UNICAMP. Campinas, 1996. 281 p.

MACEDO, Laura Christina et al. Análise do Discurso. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 12, n. 26, 2008, p.649-657.

MACHADO, Liliane Maria Macedo; STRONGEN, Fernando Figueiredo. O agendamento da Greve nas paginas de A Plebe (1917). *Revista Comunicação Midiática*. Bauru/SP, v.11, n.1, jan/abr., 2016, p.77-92.

MAGALHÃES, Betânia. Discurso, ideologia, inconsciente in MARIANI, Bethani, MEDEIROS, Vanise (org). *Discurso e...*, Rio de Janeiro: Editora Sete (7) Letras, 2012, p. 29-49.

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p.63-198.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p.207-338.

MARX, Karl. A guerra civil na França. In MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*, São Paulo: Expressão Popular, 2008c, p.339-418.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã – Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MENDES, Maurício Matos. A experiência anarquista no Brasil. Algumas anotações sobre as greves de 1917 e suas repercussões na câmara dos deputados. *E-legis*, Brasília, n.5, 2010, p.31-46.

MOREIRA, Aluizio Franco. A greve de 1917 em Recife. *CLIO, Revista de Pesquisa Histórica*, n.23, 2005, p.45-70.

NEGRO, Marcela Ana. Del superó al acto. Análisis de las modalidades de la posición subjetiva en el discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.121-130.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, n. 61, jan./mar. 1994, p.53-59.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PARKER, Ian. *Métodos cualitativos em psicología*. México: Universidad de Guadalajara, 2004.

PARKER, Ian. Análisis lacaniano de discurso em Psicología: siete elementos teóricos. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.51-70.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (1922-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Mauricio Grabois, 2012.

PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

PINTO, Céli Regina Jardim. Democracia como significante vazio: a proposito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. *Revista Sociologias*, n.2, 1999.

RANCIERE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIERE, Jacques. *Partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Exo experimental / Ed.

34, 2005.

RANCIERE, Jacques. Comunistas sin comunismo? In: *Momentos políticos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010(a), p.131-148.

RANCIERE, Jacques. O prazer da metamorfose política. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas / UDESC*, vol.1, n.15, 2010(b), p.25-32.

RANCIERE, Jacques. Povo ou multidões? *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas / UDESC*, vol.1, n.15, 2010(c), p.61-66.

RANCIERE. Biopolítica ou políticas. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas / UDESC*, vol.1, n.15, 2010(d), p.75-80.

RANCIERE, Jacques. Nossa ordem policial: o que pode ser visto, dito e feito. *Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas / UDESC*, vol.1, n.15, 2010(e), p.81-90.

ROBERTS, John Lloyd; MALONE, Karen Ror. La subjetividad em el análisis lacaniano de discurso: el trauma y el discurso político. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento – Nuevos análisis de la indeterminación textual*. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.301-316.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011a, p. 161-178.

ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque: cartografias e heterotopias na década de 1920. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*. Belém, v.6, n.3, set-dez 2011b, p.501-524.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia*. Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Editora Imaginário / Achiamé, 2002.

SANTOS, Kauan dos. Ação e militância anarquista nas manifestações operárias de 1917. *Enfrentamento*, v.8, n.14, 2013.

SEGARRA, Josep Juan. Paz entre nós, guerra aos senhores. Uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Dissertação(Mestrado) IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2015, 199p.

SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço. A greve geral de 1917 em Porto Alegre.

SILVA, Benedicto; MIRANDA NETTO, Antonio Garcia de. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SILVA, Mauro Sérgio; XAVIER, Dennnys Garcia. Hannah Arendt e o conceito de liberdade. *Seara Filosófica*, n.10, Inverno, 2015, p.50-72.

THINES, Gerrard.; LEMPEREUR, Agnés. *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Lisboa: Edições 70, 1975.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa*. Vol.3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALDÉZ, Ricardo García; HERNÁNDEZ, Juan Capetillo e HERNÁNDEZ, América Espinosa. Irrupción de la verdad em la historia y el derecho. Un análisis lacaniano de discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.345-358.

YOUNG, Lisa Saville. Volviéndose outro para uno mismo: malinterpretando al investigador a través del análisis lacaniano de discurso. In: PARKER, Ian; CUÉLLAR, David Pavón (Orgs.). *Lacan, discurso, acontecimiento* – Nuevos análisis de la indeterminación textual. Madrid: Plaza y Valdés Ed., 2013, p.329-344.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZAIDAN, Michel. Apresentação. In: PEREIRA, Astrojildo. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980.

ZIZEK, Slavoj. Entre as duas revoluções (prefácio). In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Às portas da*

revolução: escritos de Lênin de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZOZZOLI, Cécile Diniz; CARVALHO, Luiz do Nascimento; COELHO, Maria Helena de Mendonça; SAWAIA, Bader Burihan. Reflexões sobre a ideia do comun(ismo). *Psicologia e Sociedade*, v.26, n.2, 2014, p.140-145.

APÊNDICE A

Este item foi criado como forma de catalogar e referenciar as edições do jornal analisadas, e guiar os leitores no terceiro capítulo, assim como apresentar a estrutura e especificidade das edições e a forma simplificada da apresentação dos artigos e notas diversas que compõe o Jornal A Plebe.

O primeiro item consta seus respectivos autores individuais (na forma em que os autores assinam os textos) e coletivos (quando se trata de uma nota coletiva). Quando não havia assinatura nos textos, atribuímos o termo Editorial, como escolha dos editores e contribuintes do periódico.

Segue-se o título da matéria ou nota, a paginação (o periódico consta normalmente de 4 páginas), e a letra do alfabeto (em maiúscula) que sinaliza a referência que estará inscrita no texto corrido ou em nota de rodapé, no capítulo 3 onde apresento a análise dos dados empíricos propriamente ditos. Exemplo de um artigo na Edição 1 (16 de junho):

Editorial. *O horrível desastre do Rio*, p.2: G

Segundo essa caracterização, os artigos do jornal estarão representados no texto contendo a letra do alfabeto (elencadas no conjunto de matérias de uma edição) e a edição correspondente. No caso acima será G1.

Quando há uma matéria de apresentação mais geral, e pequenas notas subsequentes sobre um mesmo tema, o título principal é apresentado assim como seus desdobramentos em letras do alfabeto (em minúsculo). É caso quase exclusivo da página 3 do periódico, que apresenta o andamento das greves; os convites e relatos de reuniões e assembleias; os registros das atividades das associações e ligas operárias; a fundação de novas ligas ou associações de classe; e denúncias partindo de uma determinada associação.

Nesse último caso, por mostrar informações objetivas a respeito do crescimento do movimento organizado após a greve, optamos por incluir, ao lado do título e em parêntesis, informações objetivas a respeito do que se trata esses anúncios. Exemplo extraído texto da Edição 1:

Editorial. *Ação Obreira - Sucedem-se as greves: Solidariedade e entusiasmo*, p.3: H
a) *Os tecelões (greve)*

Nesse caso, a referência no texto será as duas letras do alfabeto

(maiúsculas/minúsculas) somados ao número da edição: H/a 1.

EDIÇÃO 16 DE JUNHO DE 1917 (EDIÇÃO 1)

-**Basílio Torresão.** *Em nome do povo, não: contra a entrada do Brasil na I Guerra Mundial*, p.1 : **A**

-**Neno Vaz.** *Sermões ao ar livre*, p.1 : **B**

-**Benjamim Mota.** *Inevitável solução*, p.2 : **C**

-**Isaac Nialve.** *Às mães*, p.2: **D**

-**Helio Negro.** *A revolução russa*, p.2 : **E**

-**Astrojildo Pereira.** *A falência do Estado*, p.2: **F**

-**Editorial.** *O horrível desastre do Rio*, p.2: **G**

-**Editorial.** *Ação Obreira - Sucedem-se as greves: Solidariedade e entusiasmo*, p.3:

H

a) *Os tecelões (greve)*

b) *Comp. Industrias Têxteis da Moóca (greve)*

c) *Os canteiros (greves)*

d) *Liga Operária da Moóca (fundação)*

e) *Liga Operária do Belemzinho (fundação)*

f) *Em São Caetano (fundação de Sindicato)*

g) *Os chapeleiros (associação em atividade)*

h) *União dos Canteiros (fundação)*

i) *Sindicato Gráfico (associação em atividade)*

-**Editorial.** *Alerta: Movimento operário e a polícia*, p.3: **I**

-**Editorial.** *O crime social de Buenos Aires*, p.3: **J**

-**Albino Forjaz de Sampaio.** *Contos da guerra – o filho*, p.4: **K**

EDIÇÃO 23 DE JUNHO DE 1917 (EDIÇÃO 2)

-**Edgard Leuenroth.** *A camorra burguesa: Não tardará a vingança da plebe*, p.1: **A**

-**Astper.** *Guanabarina*, p.1: **B**

-**Editorial.** *Velha asneira*, p.1: **C**

-**R.F.** *Comentários de um plebeu*, p.1: **D**

- R.F. Imprevistos**, p.1: E
- Antonio Canellas**. *Uma cruzada que se impõe: A libertação dos trabalhadores rurais*, p.2: F
- Fiorentino de Carvalho**. *A República dos Briganti*, p.2: G
- Alfredo Villa-Sêcca**. *Gazetilha de Satan*, p.2: H
- Editorial**. *A greve do Comp. Têxtil terminou com a vitória dos operários – Prosseguem as greves*, p.3: I
- a) Atividades das Ligas Operárias
 - b) Companhia Têxtil (fim de greve)
 - c) Os canteiros (greve)
 - d) Liga Operária da Moóca (nova sede)
 - e) Liga Operária da Lapa e Água Branca (criação)
- Editorial**. *Uma enquete d “A Plebe”*: a questão social no Brasil, p.3: J
- Aliança Anarquista**. *A intervenção do Brasil na guerra*, p.4: K

EDIÇÃO 30 DE JUNHO (EDIÇÃO 3)

- Roberto Feijó**. *Cortesia oriental*, p.1: A
- Jean Roule**. *Ai! Deles, porém*, p.1: B
- Astrojildo Pereira**. *O desertor*, p.1: C
- Alfredo Villa-Sêcca**. *Greves Sintomáticas*, p.1: D
- Editorial**. *Arrebol da liberdade – A grandiosa epopeia russa*, p.2: E
- X. Anarquistas**, p.2: F
- A. Hunter**. *A justiça*, p.2: G
- **E. Lima**: *Lobos e cordeiros*, p.2: H
- Editorial**. *Mundo Operário – Contra a escravidão industrial – Prossegue o movimento grevista*, p.3: I
- a) *Fábrica Labor* (aumento do salários)
 - b) *Comício de domingo* (comício solidariedade L. O. Belemzinho)
 - c) *As ligas operárias dos arrebaldes* (avaliação das ligas)
 - d) *Tecelões Votorantim* (denúncia demissão massiva – Sorocaba)
 - e) *Greve dos canteiros* (greve)
 - f) *Imponente passeata* (passeata Cotonifício Crespi)

- Neno Vasco.** *Grilhões dos escravos*, p.3: J
- Nathanael Pereira.** *Hora propícia – Caridade*, p.3: K
- Joly.** *Nota simples*, p.4: L
- Entrevista com Gilka da Costa Machado.** *A guerra – a intervenção do Brasil no medonho conflito: o que diz uma escritora*, p.4: M
- João Juliano.** *Boas novas de Sorocaba*, p.4: N

Edição 09 de julho de 1917 (edição 4)

- Fiorentino de Carvalho.** *O porquê das greves*, p.1: A
- Astper.** *Guanabaras*, p.1: B
- R.F.** *Comentários de um plebeu*, p.1-2: C
- Editorial.** *Ridículos e covardes*, p.2: D
- Joly.** *Nota Simples*, p.2: E
- **Editorial.** *Maravilhas da ordem burguesa*, p.2-3: F
- Editorial.** *Mundo Operário: Contra tirania industrial - Agitação Proletária estende-se*, p.3: G
 - a) *Greve Tecelões (greve).*
 - b) *Os produtos do cavalliere (boicote ao Cotonifício Crespi).*
 - c) *Nami Jafet (greve).*
 - d) *Comícios e passeatas (manifestações de operários grevistas se unificando).*
 - e) *Agitação em Votorantim (greve).*
 - f) *O Movimento dos Canteiros (greve – outras cidades).*
 - g) *Os marceneiros também se agitam (greve).*
 - h) *Em prol dos grevistas (campanha arrecadação).*
 - i) *Para uma ação conjunta (sugestão da formação de um comitê).*

- Valeska-Maria.** *Os anarquistas e a polícia*, p.3: H
- F.A.L.** *A Igreja Cristã*, p.4: I
- José Alódio.** *Novas de Clericalópolis*, p.4: J
- Zeferino Oliva.** *Tirano sim; libertador não*, p.4: K

EDIÇÃO 21 DE JULHO (EDIÇÃO 5)

- Editorial.** *Prenúncio de uma nova era – o proletariado em revolta afirma seu direito a vida*, p.1: A
- Editorial.** *União Sagrada*, p.1: B
- Editorial.** *Como foi suspenso o movimento*, p.1: C
- Editorial.** *A guisa de ultimatum*, p.1: D
- Editorial.** *Alerta! Cada qual a seu posto*, p.1: E
- Editorial.** *Como foi aceita a intervenção dos jornalistas*, p.1: F
- Editorial.** *Mãos à obra: estão surgindo as organizações obreiras*, p.1: G
- Editorial.** *Quantos são os mortos?*, p.1: H
- Editorial.** *As barricadas*, p.1: I
- Editorial.** *Pró-vítimas da greve*, p.1: J
- João Crispim.** *O regime da fome. A única e necessária solução*, p.2: K
- Editorial.** *As proclamações de Thyerso*, p.2: L
- Astper.** *Guanabarrinas*, p.2: M
- Editorial.** *As caduquices do vovô*, p.2: N
- Joly.** *Nota simples*, p.2: O
- Editorial.** *Ainda bem*, p.2: P
- Editorial.** *Justa homenagem – uma vítima heroica*, p.2: Q
- Um grupo de mulheres grevistas.** *O apelo aos soldados*, p.2: R
- Andrade Cadete.** *O momento – Roubo Legalizado*, p.3: S
- Editorial.** *Um comitê de operários e soldados do Brasil*, p.3: T
- F.G.** *O regime da fome – imitemos a Rússia*, p.3: U
- Editorial.** *O que reclamam os operários*, p.3: V
- Editorial.** *O movimento estendeu-se – a adesão de muitas outras cidades*, p.4: X
- a) Campinas (greve)
 - b) Santos (greve)
 - c) Sorocaba (greve)
 - d) Piracicaba (greve)
 - e) São Roque (greve)
 - f) Jundiaí (greve)
 - g) São Caetano (greve)
 - h) Limeira (greve)
 - i) Rio (reunião Federação Operária RJ para deliberar ou não adesão à São

Paulo)

-**Editorial.** *A vitória – embora em parte, capitalistas e governantes cederam*, p.4: Y

-**Editorial.** *Expropriação*, p.4: Z

EDIÇÃO 28 DE JULHO (EDIÇÃO 6)

-**R. Soares.** *A revolta proletária – lição dos fatos*, p.1: A

-**E.** *Alvorada de Esperança*, p.1: B

-**Editorial.** *Pró-vítimas da greve*, p.1: C

-**R. F.** *Comentários de um plebeu*, p.1: D

-**Editorial.** *Um asno*, p.1: E

-**Editorial.** *Os mortos – quantos são? A polícia não diz*, p.1: F

-**Braz.** *Igreja e Estado*, p.1: G

-**Astper.** *A greve no Rio – o movimento tomou grandes proporções*, p.2: H

-**Editorial.** *Só por cautela – imperou o regime da rolha*, p.2: I

-**José Alódio.** *De Campinas – eco do grande movimento*, p.2: J

-**Andrade Cadete.** *De santos – a propósito da greve*, p.2: K

-**Editorial.** *Da tirania para a liberdade – algo sobre a Revolução Russa*, p.2-3: L

-**Editorial.** *Atividade obreira – a repercussão do movimento de São Paulo*, p.3: M

a) Sorocaba (término da greve)

b) Piracicaba (fim de greve e novas organizações)

c) Paraná (greve geral em Curitiba)

d) Belo Horizonte (comício)

-**Editorial.** *Preparando-se para a luta: o melhor resultado da greve geral*, p.3: N

-**Editorial.** *Comitê de Defesa Proletária*, p.3: O

-**Editorial.** *Bandeira de Melo*, p.3: P

-**Editorial.** *Ainda a greve – o governo amargurado pela derrota*, p.3: Q

-**Editorial.** *A proteção à Antártica*, p.3: R

-**M.** *Notas internacionais*, p.4: S

-**Ornazi Costa.** *Da terra da ararigboia*, p.4: T

-**Editorial.** *Mais uma da gente do Thyrsos*, p.4: U

-**X.** *O operário*, p.4: V

- José Alóidio.** *Campinas depravada*, p.4: X
- Andrade Cadete.** *Contrastes*, p.4: Y
- Editorial.** *A oratória que eles temem*, p.4: Z

EDIÇÃO 04 DE AGOSTO DE 1917 (EDIÇÃO 7)

- Jean Roule.** *A propósito do movimento obreiro – obediência passiva e disciplina militar*, p.1: A
- A.** *Os bispos e a greve*, p.1: B
- Astper.** *Guanabaras*, p.1: C
- Comitê de Defesa Proletária.** *Ecos da greve geral*, p.1: D
- Editorial.** *Outra da polícia: assalto à casa de um operário*, p.2: E
- Isabel Cerruti.** *A greve – a propósito da atitude do grande órgão*, p.2: F
- Vincent tout court.** *Um autoritário “malgré lui”*, p.2: G
- Editorial.** *Um prevaricador*, p.2: H
- Comitê de Defesa Proletária.** *Para uma ação conjunta: Congresso Geral do Brasil*, p.2: I
- Astrojildo Pereira.** *O exército e a greve: houve soldados que se negaram vir a São Paulo*, p.2: J
- Antonio Abranches.** *A grande guerra*, p.2: K
- Editorial.** *Momento obreiro: imponente despertar do operariado do país*, p.3: L
 - a) *Os canteiros (associação em atividade)*
 - b) *União Geral dos Ferroviários (fundação)*
 - c) *União dos Pedreiros e Serventes (atividades)*
 - d) *Os trabalhadores em madeira (em vias de formação de associação)*
 - e) *Os trabalhadores em massas (fundação)*
 - f) *As Ligas Operárias em plena atividade (reuniões e palestras)*
 - g) *O sindicato gráfico do Brasil (sindicato)*
- Editorial.** *A repercussão do movimento de São Paulo*, p.3: M
 - a) *Operariado gaúcho também começa agitar-se (greves).*
 - b) *Paraíba (greves)*
 - c) *Pernambuco (reuniões preparatórias a greve)*

- d) Poço de Caldas (criação e atividades Liga Operária Internacional)
- e) São Roque (fundação de associação dos tecelões)
- f) Piracicaba (fundação Liga Operária)
- g) Sabaúna (greve)
- h) A greve no Rio (greve)
- i) Santa Maria (greve)

-**Nathanael Pereira.** *Hora Propícia*, p.4: N

-**Braz.** *Rebeldias*, p.4: O

-**Editorial.** *Pró-vítimas da greve*, p.4: P

-**Andrade Cadete.** *O medo dos anarquistas*, p.4: Q

-**Editorial.** *A obra da polícia*, p.4: R

-**M.** *Notas internacionais*, p.4: S

-**Comitê de Defesa Proletária.** *Balancete geral até 31 de julho*, p.4: T

-**Editorial.** *D. Thyrso Quixote*, p.4: U

EDIÇÃO 11 DE AGOSTO DE 1917 (EDIÇÃO 8)

-**A.** *A ação direta*, p.1: A

-**R. F.** *Comentários de um plebeu*, p.1: B

-**Alfredo Villa-Sêcca.** *Um burgo mestre*, p.1: C

-**Eliseu Réclus.** *A propósito de cooperativas*, p.1-2: D

-**Vieira de Souza.** *O proletariado*, p.2: E

-**Editorial.** *Congresso Geral da vanguarda social*, p.2: F

-**Editorial.** *Festa pró-vítimas da greve*, p.2: G

-**J. Penteadado.** *O Brasil central: do Mato Grosso Proletário*, p.2: H

-**Plebeu Caldense.** *A Plebe por aí afora*, p.2: I

-**Editorial.** *Ecos da greve de Santos*, p.2: J

-**Comitê de Defesa Proletária.** *A grande greve*, p.2: K

-**Antonio Canellas.** *O operariado do Norte*, p.2: L

-**Editorial.** *Para o desenvolvimento da organização obreira*, p.2: M

-**Editorial.** *Atividade animadora – os trabalhadores despertam para a luta*, p.3: N

a) *Apelo aos trabalhadores da estrada de ferro* (chamado à associação)

b) *Liga dos Trabalhadores em Madeira* (chamado à associação)

- c) *União dos Pedreiros e Serventes* (assembleia)
- d) *Os trabalhadores ferroviários* (importantes adesões)
- e) *Pedreiros e Confeiteiros* (reunião para fundação)
- f) *Greve de marceneiros* (greve)
- g) *União dos Artífices de Calçados* (fundação)
- h) *Os metalúrgicos* (reuniões preparatórias à associação)
- i) *As ligas operárias trabalham*
- j) *Liga Operária da Moóca*
- k) *Liga do Ypiranga*
- l) *Liga do Cambucy* (fundação)
- m) *Liga da Braz*
- n) *O movimento na Bahia* (avaliação da greve)
- o) *A greve em Petrópolis* (avaliação da greve)
- p) *Piracicaba* (novas associações à Liga Operária)
- q) *São Roque* (fundação Liga Operária)
- r) *Os padeiros de Campinas em greve* (greve)
- s) *O movimento de Porto Alegre* (resultados da greve geral)

-**H.S.** *De Cruzeiro: a greve dos trabalhadores da Sul-Mineira*, p.3: O

-**Editorial.** *Notas Internacionais – A Conferência Internacional de Estocolmo*, p.4: P

-**Notas de solidariedade de associações do país.** *Ecos da greve geral*, p.4: Q

-**Joly.** *Nota Simples*, p.4: R

-**José Alódio.** *Ainda bem! - Campinas proletária ressurgue*, p.4: S

-**Editorial.** *Arrebol da Liberdade – algo sobre a grande Revolução Russa*, p.4: T

-**João Penteado.** *O Estado e a guerra*, p.4: U

EDIÇÃO 18 DE AGOSTO DE 1917 (EDIÇÃO 9)

-**Editorial.** *O problema das subsistências*, p.1: A

-**R. F.** *Comentários de um plebeu*, p.1: B

-**Editorial.** *O movimento grevista*, p.1: C

-**Editorial.** *Ecos da greve de Santos*, p.1: D

-**A.** *Não há fome*, p.1: E

-**Arcenio Bittencourt.** *Cuidado, trabalhadores*, p.1: F

- Editorial.** *Arrebol da liberdade – ao redor da epopeia russa*, p.2: G
- Isa Ruti.** *D. João Nery e os operários*, p.2: H
- Editorial.** *A paz*, p.2: I
- João Plácido.** *O norte obreiro: anima-se o movimento obreiro em Belém do Pará*, p.2: J
- Editorial.** *Congresso Geral da vanguarda social do Brasil*, p.2: K
- Anna Maria da Silva.** *Do Paraná – como terminou o movimento em Ponta Grossa*, p.2: L
- Henrique Amaro.** *A Plebe por aí afora*, p.2: M
- a) *Em Chavantes*
 - b) *Em Jaguari*
- Editorial.** *Pró-vítimas da greve*, p.2: N
- Amelia.** *O movimento de Pelotas*, p.2: O
- Editorial.** *Em pleno despertar – prosseguem os trabalhos de organização*, p.3: P
- a) *Bases de acordo de Federação Operária de São Paulo (apresentação)*
 - b) *União dos Pedreiros e Serventes trabalha (opinião, assembleia, convocação)*
 - c) *Sindicato dos Serralheiros (fundação)*
 - d) *Os trabalhadores em madeira (reunião)*
 - e) *Os sapateiros (assembleia)*
 - f) *Os alfaiates (assembleia de fundação)*
 - g) *Os ferroviários (reunião, palestra)*
 - h) *Os chapeleiros (ações)*
 - i) *Os canteiros (comissões)*
 - j) *A ação das Ligas Operárias – surgem mais duas (fundação L.O Bom Retiro, L.O. Mariana e atividades das demais Ligas)*
 - k) *Comissão de Propaganda e Organização Operária (reunião)*
 - l) *O convênio do dia 26 (convocatória reunião Bases de Acordo Federação Operária)*
 - m) *O despertar dos trabalhadores do interior - Campinas e São Roque (duas Ligas Operárias)*
- Editorial A Lanterna.** *Os soldados e os operários – A causa dos trabalhadores é bem acatada no exército*, p.4: Q

- **M. Deshumbert.** *Em um país longínquo*, p.4: R

- **Angelo Vizzotto.** *O direito de amar*, p.4: S

EDIÇÃO 25 DE AGOSTO DE 1917 (EDIÇÃO 10)

-**Andrade Cadete.** *Situação operária*, p.1: A

-**Um caipira.** *Ecos da roça*, p.1: B

-**R.F.** *Comentários de um plebeu*, p.1: C

-**Cecílio Villar.** *A beira do abismo*, p.1: D

-**Vicente de Miranda Reis.** *O burguês cristão*, p.1: E

-**Editorial.** *A greve no sul – Pelotas foi teatro de graves ocorrências*, p.2: F

-**Plebeu Caldense.** *Banditismo policial*, p.2: G

-**Editorial.** *A Paulista está fazendo das suas*, p.2: H

-**Vicente de Miranda Reis.** *A lógica burguesa*, p.2: I

-**João Penteado.** *Do Mato Grosso proletário*, p.2: J

-**Iza Ruti.** *A filantropia deles*, p.2: K

-**Editorial.** *Despertando para a luta – o operariado está em plena atividade*, p.3: L

a) *O convênio de amanhã* (reunião bases de acordo Federação Operária de São Paulo)

b) *Liga dos Trabalhadores em Madeira* (denúncia)

c) *União dos Pedreiros e Serventes* (sessão de propaganda)

d) *União dos Chapeleiros* (convite às reuniões na sede)

e) *Liga dos Ceramistas* (fundação)

f) *Padeiros e confeitores* (em preparação para fundação de Liga)

g) *Os ferroviários* (atividades gerais)

h) *Sindicatos dos Trabalhadores das Fábricas de Bebidas* (fundação)

i) *União dos Alfaiates* (relato reunião)

j) *Sindicatos dos Serralheiros* (retomada)

k) *União dos Artífices em Calçados* (relato assembleia)

l) *Os canteiros* (atividades, problemas da organização)

m) *As ligas operárias* (atividades gerais)

n) *A repercussão do movimento de São Paulo* (vários estados)

o) *Em Campinas* (fundação Liga Operária)

p) *Em São Roque* (relato atividades Liga Operária)

q) *Sabaúna* (fundação Sindicato Operário)

-**Editorial.** *Congresso Geral da vanguarda social do Brasil*, p.3: M

-**Editorial.** *Os soldados e operários*, p.4: N

-**Amilbar.** *Organizemo-nos*, p.4: O

-**Henrique Amaro.** *A Plebe por aí afora – Jaguari*, p.4: P

-**Zé Ninguém.** *A Plebe por aí afora – Pitangueiras*, p.4: Q

-**José Alódio.** *Da carolíssima Campinas*, p.4: R

-**Editorial.** *Arrebol da liberdade – ao redor da epopeia russa*, p.4: S

-**Editorial.** *Podridões burguesas*, p.4: T

EDIÇÃO 01 DE SETEMBRO DE 1917 (EDIÇÃO 11)

-**Editorial.** *Brado de alerta - Desmascarando tartufos*, p.1: A

-**Astper.** *Guanabarrinas*, p.1: B

-**Editorial.** *A moral dos evangelhos*, p.1: C

-**Vicente de Miranda Reis.** *A república*, p.1: D

-**Editorial.** *Que tartufos*, p.1: E

-**Andrade Cadete.** *Farpas de fogo*, p.1: F

a) *Feiras Livres*

b) *Enchendo a pança*

c) *Pena de morte*

d) *Patriotices*

e) *Espertezas*

f) *A paz*

-**Editorial.** *A greve no sul – Pelotas*, p.2: G

-**Albino Bastos.** *A revolução avança*, p.2: H

-**Ferreira Minhocal.** *O norte rebelde*, p.2: I

-**Editorial.** *Despertar libertário – uma Casa do Povo no Rio*, p.2: J

-**João Penteado.** *Cuidado! Aos ferroviários em geral*, p.2: K

-**R.F.** *Comentários de um plebeu*, p.2: L

-**Editorial.** *Atividade animadora – desenvolve-se o movimento do proletariado*, p.3:

M

a) *O convênio operário de domingo* (fundação Federação Operária de

São Paulo)

b) *As Ligas Operárias* (atividades gerais)

c) *O bairro de Santana vai ter uma Liga Operária* (fundação)

d) *Liga dos Vidreiros* (fundação)

e) *Assembleia dos Sindicatos* (relatos de reuniões de vários sindicatos)

f) *Reuniões* (convite para reuniões diversas das Ligas Operárias de Bairro e Sindicatos)

g) *Em Sorocaba* (atividades Liga Operária)

h) *Em Baurú* (fundação Liga Operária)

i) *No Rio* (denúncias)

j) *As greves* (na Lapa, Ipiranga e São Caetano)

-**Editorial.** *O Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil*, p.3: N

-**Andrade Cadete.** *As 8 horas de trabalho*, p.4: O

-**Guilherme Gori.** *A Plebe por aí afora - Piracicaba*, p.4: P

-**José Vendramini.** *A Plebe por aí afora – Chavantes*, p.4: Q

-**Editorial.** *Balancete do Comitê de Defesa Proletária*, p.4: R

-**Editorial.** *A tirania burguesa*, p.4: S

EDIÇÃO 08 DE SETEMBRO DE 1917 (EDIÇÃO 12)

-**Editorial.** *Que nojo! Havemos de reagir, apesar de tudo*, p.1: A

-**Editorial.** *Belicosidades*, p.1: B

-**Astper.** *Guanabarrinas*, p.1: C

-**Andrade Cadete.** *Farpas de fogo*, p.1-2: D

a) *Soldadinhos*

b) *O sr. Ellis*

c) *Lá como cá*

d) *Pelos operários*

e) *Tartufo*

-**Editorial.** *As bravatas do Bandeira Melo*, p.2: E

-**R.F.** *Que banditismo! A infame trama policial*, p.2: F

-**Editorial.** *A denúncia d'O Combate*, p.2: G

-**Thomaz.** *Deus e o homem (considerações de um caipira)*, p.2: H

-**Waldemar Kács.** *O movimento no sul*, p.2: I

-**Editorial.** *Uma arapuca – desbaratando o sindicato amarelo*, p.2: J

-**Editorial.** *Outro santo*, p.2: K

-**Editorial.** *Benéfica efervescência – os trabalhadores continuam em atividade*, p.3:

L

a) Liga dos Trabalhadores em Madeira (convite e boletim para reunião)

b) União Geral dos Operários das Padarias (fundação)

c) Os ferroviários (relato atividades gerais)

d) União dos Alfaiates (convocação assembleia)

e) Os gráficos (chamada para reuniões)

f) As ligas operárias (atividades gerais)

-**Editorial.** *Federação Operária de São Paulo – Resoluções Comissão Administrativa*, p.3: M

-**Editorial.** *As Greves*, p.3: N

a) *Na Lapa*

b) *No Ipiranga*

-**E.C.** *Em Pelotas- greve geral*, p.3: O

-**Editorial.** *Em Bagé – os trabalhadores agitaram-se contra a carestia geral*, p.3: P

-**Editorial.** *No Rio – A greve dos gráficos*, p.3: Q

-**Editorial.** *Soldados e operários*, p.4: R

-**H.L.M.** *O mundo marcha*, p.4: S

-**Editorial.** *Demonstrações de solidariedade*, p.4: T

-**Martiniano Leite.** *A caridade segundo o Abade Superior do Mosteiro de S. Bento*, p.4: U

-**Editorial.** *Os ergástulos do trabalho – Na The Ouro Preto Gold Mines of Brasil*, p.4: V

EDIÇÃO 15 DE SETEMBRO DE 1917 (EDIÇÃO 13)

-**Editorial.** *No reino da Senegambia – A constituição republicana é uma burla*, p.1:

A

a) *Da Senegambia*

b) *As violências*

- Editorial.** *Mais uma infâmia*, p.1: B
- Editorial.** *Alguns operários presos*, p.1: C
- Editorial.** *Última hora*, p.1: D
- Comitê de Salvação do Povo.** *Protesto contra os atropelos da Polícia*, p.1: E
- Editorial.** *Habeas Corpus*, p.1: F
- Federação Operária de São Paulo.** *Ao público*, p.1: G

EDIÇÃO 22 DE SETEMBRO DE 1917 (EDIÇÃO 14)

- Editorial.** *Ecos da grande greve – assalto ao Moinho Santista*, p.1: A
- Editorial O Combate.** *O direito de greve é um ludibrio jurídico*, p.1: B
- Editorial.** *Anulação do Processo d'O Combate*, p.1: C

- Andrade Cadete.** *Farpas de fogo*, p.1: D
 - a) *Ladrão*
 - b) *Coices graúdos*
 - c) *Os espões*
- Editorial.** *In ilo tempore – como Bilac encarava o serviço militar*, p.1: E
- Andrade Cadete.** *Crê ou morre – O santo ofício do Largo do Palácio*, p.1-2: F
- Editorial O Combate.** *Labéo que honra*, p.2: G
- Olavo Bilac.** *O pau furado*, p.2: H
- Editorial.** *Calinadas oficiosas*, p.2: I
- Editorial.** *Bombeiros ou soldados*, p.2: J
- Editorial.** *Pelos ferroviários – Terror da Companhia Inglesa*, p.2: K
- Centro Feminino Jovens Idealistas.** *Manifesto ao povo trabalhador de São Paulo*, p.2: L
- Editorial.** *Belicosidades*, p.2: M
- Editorial.** *Em favor dos operários presos e de suas famílias*, p.2: N
- Editorial.** *O despotismo policial de São Paulo – através das apreciações da imprensa do Rio*, p.3: O
- Editorial.** *Movimento operário*, p.3: P
 - a) *Alerta operários (denúncias investigações policiais)*
 - b) *A Federação Operária de São Paulo ao público (protesto contra prisões)*

- c) *Em Cotia* (greve)
- d) *Em Porto Alegre* (fundação de biblioteca da União Tipográfica)
- f) *União Operária Diamantina* (fundação)

- José Alódio.** *Plebeísmos*, p.3: Q
- Editorial.** *Listas*, p.3: R
- Editorial.** *Os presos*, p.3: S
- Editorial.** *Apelo à justiça*, p.3: T
- Anhanguera.** *O crime de Edgard Leuenroth*, p.3-4: U
- Editorial.** *As violências da polícia*, p.4: V
- Editorial O Combate:** *Pelas vítimas da polícia*, p.4: X
- Editorial.** *Última hora – polícia não dá informações à justiça*, p.4: Y

EDIÇÃO 30 DE SETEMBRO DE 1917 (EDIÇÃO 15)

- Editorial.** *Em pleno arbítrio – militantes operários deportados*, p.1: A
- Astper.** *Guanabaras*, p.1: B
- J. Guanabar.** *Os indesejáveis*, p.1: C
- Editorial.** *Em favor dos operários presos e suas famílias*, p.1: D
- Editorial.** *Quem são os gatunos?*, p.1: E
- Andrade Cadete.** *Farpas de fogo*, p.1: F
 - a) *A vagabundagem*
 - b) *Os estrangeiros*
 - c) *Um roberto*
 - d) *Incoerentes!*
- Antonio Abranches.** *Carta aberta ao Dr. Virgulo do Nascimento*, p.1: G
- Editorial.** *Para a história*, p.1: H
- Editorial.** *A guerra às organizações operárias*, p.2: I
- Editorial.** *Calinadas...eruditas*, p.2: J
- Maria A.** *Deportados*, p.2: K
- Editorial.** *Como se desmascaram tartufos*, p.2: L
- Editorial d'O Cosmopolita.** *A democracia yanki*, p.2: M

- Editorial.** *Uma do Bandeira*, p.2: N
- Editorial.** *Custosa “fita” trágico grotesca – a farsa patrioteira*, p.2: O
- Editorial.** *Uma gatunice legal*, p.2: P
- José Alóidio.** *Ladrão?*, p.3: Q
- **Isa Ruti.** *Ligeiros confrontos*, p.3: R
- Editorial.** *Que infâmia*, p.3: S
- Editorial.** *Comitê de Defesa dos Direitos do Homem*, p.3: T
- Editorial Estado de São Paulo.** *Registremos*, p.3: U
- Editorial.** *É inútil*, p.3: V
- Editorial.** *Manifestações de solidariedade ao nosso diretor e ao operariado de S. Paulo*, p.3:X
- Editorial.** *O diabo feito eremitão*, p.3: Y
- Editorial.** *Movimento operário*, p.3: Z
 - a) *Ao operariado paulista* (incentivo à formação de associações e sociedade de resistência)
 - b) *Liga Operária de Belemzinho*
 - c) *Reunião* (reunião representantes das Ligas Operárias)
 - d) *Os operários alfaiates* (convite à associação)
 - e) *Sindicato dos Entalhadores* (fundação)
 - f) *No Rio* (aumento salarial)
 - g) *Liga Operária Moóca* (relato assembleia geral da Liga)
 - h) *Em Cotia* (greve)
 - i) *Pela inglesa* (União Geral dos Ferroviários resiste)
 - j) *Aos operários tecelões* (greve e solidariedade no Rio)
 - k) *Em Cruzeiro* (fundação da União Operário 1 de Maio)